

Comunicação e Sociedade



AS CIÊNCIAS DA
COMUNICAÇÃO
NO ESPAÇO
LUSÓFONO - 2

Instituto
de Ciências Sociais

Universidade
do Minho

Título: **COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

**Órgão Científico do Núcleo de Estudos
de Comunicação e Sociedade**

Director: Moisés de Lemos Martins

Conselho Científico: Aníbal Alves • Moisés de Lemos Martins • Manuel Vaz Pato • Manuel Pinto • Helena Sousa • Joaquim Fidalgo • Carolina Leite.

Conselho de Redacção: Zara Pinto Coelho • Anabela Carvalho • Rosa Cabecinhas • Alexandra Lázaro • Helena Gonçalves • Luísa Magalhães • Felisbela Lopes • Helena Pires • Gabriela Gama • Teresa Ruão • Sandra Marinho • Silvana Mota Ribeiro • Paulo Xavier • Alberto Sá • José Miguel Braga.

Coordenação do Volume: Moisés de Lemos Martins

Secretariado de Direcção: Helena Pires e Silvana Mota Ribeiro

Secretariado de Redacção: Helena Gonçalves • Luísa Magalhães • Felisbela Lopes • Helena Pires • Sandra Marinho • Silvana Mota Ribeiro • Paulo Xavier • Alberto Sá.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Instituto da Comunicação Social.

Edição: *Comunicação e Sociedade* é editada semestralmente (2 números / ano ou 1 número duplo) pelo Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Largo do Paço, P-4719 Braga Codex

Assinatura Anual: Portugal, Países de expressão portuguesa e Espanha
2000\$00 (individuais) 3000\$00 (instituições)
Outros países:
US\$15 (individuais) US\$25 (instituições)
Preço deste número 2500\$00

Recensões: Quando os autores/ editores desejarem a publicação de recensões, deverão submeter ao Conselho de Redacção dois exemplares dos trabalhos em causa. O Conselho de Redacção, no entanto, não se obriga a publicar todas as recensões que lhe sejam enviadas com esse objectivo.

Capa: Helena Gonçalves

Execução gráfica: BARBOSA & XAVIER LDA., ARTES GRÁFICAS
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A-C, 4700-385 Braga
Tels. 253263063-253618916 • Fax 253615350

Tiragem: 1000 exemplares

Redacção, Administração e Publicidade: COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Largo do Paço, P-4719 Braga Codex
Tels. 253604100-253676987 • Telex 32135 RTUMIN P • Fax 253676966

Depósito legal n.º 166740/01

ISSN 1645-2089

Solicita-se permuta • Echange wanted • On prie l'échange • sollicitamo scambio

III.º ENCONTRO LUSÓFONO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

INVESTIGAÇÃO: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS

27 a 30 de Outubro de 1999

ORGANIZAÇÃO Federação Lusófona de Ciências
da Comunicação (LUSOCOM)
e Departamento de Ciências da
Comunicação da Universidade
do Minho.

PRESIDENTE Moisés de Lemos Martins

COMISSÃO DE HONRA

PROFESSOR DOUTOR MARIANO GAGO
(Ministro da Ciência e Tecnologia)

DR. ARONS DE CARVALHO
(Secretário de Estado da Comunicação)

DR. LUÍS AMADO
(Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação)

PROFESSOR DOUTOR LUÍS MAGALHÃES
(Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia)

PROFESSOR DOUTOR LICÍNIO CHAINHO PEREIRA
(Reitor da Universidade do Minho)

PROFESSOR DOUTOR PEDRO BACELAR DE VASCONCELOS
(Governador Civil de Braga)

DR. MARCELINO MOCO
(Presidente da CPLP – Comunidade de Povos de Língua Oficial Portuguesa)

PROFESSOR DOUTOR JORGE COUTO
(Presidente do Instituto Camões)

DR. JOSÉ MANUEL MENDES
(Presidente da Associação Portuguesa de Escritores)

PROFESSOR DOUTOR PARÉS I MAICAS
(Presidente da IAMCR – International Association for Mass Communication Research)

PROFESSOR DOUTOR JOSEPH STRAUBHAAR
(Representante da ICA – International Communication Association)

PROFESSORA DOUTORA CECILIA PERUZZO
(Presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação)

PROFESSOR DOUTOR ANÍBAL ALVES
(Presidente da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação)

PROFESSOR DOUTOR MOISÉS DE LEMOS MARTINS
(Presidente do Instituto de Ciências Sociais)

PROFESSORA DOUTORA MANUELA DOS REIS MARTINS
(Directora do Centro de Ciências Históricas e Sociais)

CONSELHO CIENTÍFICO

MOISÉS DE LEMOS MARTINS
(Coordenador)

ALBINO CARLOS

ANÍBAL ALVES

ANTÓNIO FIDALGO

BENALVA DA SILVA VITÓRIO

CECILIA PERUZZO

CÉSAR BOLANO

JOEL FREDERICO DA SILVEIRA

JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA

JOSÉ M. PAQUETE DE OLIVEIRA

JOSÉ MARQUES DE MELO

MANUEL PINTO

MARIA IMMACOLATA V. LOPES

NELSON SAÚTE

PAULO ROGÉRIO TARSIANO

PEDRO JORGE BRAUMANN

SEBASTIÃO SQUIRRA

TITO CARDOSO E CUNHA

COMISSÃO ORGANIZADORA

MANUEL PINTO
(Coordenador)

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

ANÍBAL ALVES

HELENA SOUSA

CAROLINA LEITE

HELENA GONÇALVES

TERESA RUÃO

MARCO FARIA (PRESIDENTE DO GACSUM)

ALBERTO SÁ

GABRIELA GAMA

LUCIA AZEVEDO

Com a colaboração do conjunto de docentes e pessoal não docente
do Departamento de Ciências da Comunicação.

ÍNDICE

COMISSÃO DE HONRA	V
CONSELHO CIENTÍFICO	VI
COMISSÃO ORGANIZADORA	VII

1. A reconfiguração do espaço público

MARIA JOÃO LOPES ANTUNES <i>Redes da cidadania – A ágora virtual</i>	7
FERNANDO ZAMITH <i>Dos jornais-fax de Moçambique às potencialidades dos web-jornais</i>	15
CÉSAR RICARDO SIOUEIRA BOLAÑO <i>A TV segmentada no Brasil de hoje</i>	23
PEDRO ALMEIDA, ÓSCAR MEALHA, HELDER CAIXINHA e FERNANDO RAMOS <i>A Universidade Virtual – A flexibilidade espacial e temporal do novo paradigma de ensino</i>	49
MIGUEL OLIVEIRA, JOÃO TENDIM e OLIVEIRA DUARTE <i>A problemática da divulgação da cultura científica usando os recursos proporcionados pela Internet e pelas redes telemáticas</i>	63
MARCELO SABEATINI <i>As publicações eletrônicas dentro da comunicação científica</i>	79
MARIA DAS GRAÇAS TARGINO <i>Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão</i>	93

2. Desafios éticos e políticos

SÔNIA DE ALENCAR SERRA <i>A globalização da mídia e da cidadania e a esfera pública internacional</i>	115
VÍTOR REIA-BAPTISTA <i>Problemas de comunicação global e estratégias de formação em contextos lusófonos</i>	141

CÉSAR RICARDO SIQUEIRA BOLAÑO E RICARDO OLIVEIRA LACERDA DE MELO <i>Tecnologias da informação e da comunicação. Para um novo enfoque sobre o desenvolvimento regional</i>	147
DORIS FAGUNDES HAUSSEN <i>O rádio no Mercosul e na União Europeia – Os casos de Porto Alegre e de Barcelona</i>	163
MANUEL LOPES DA SILVA <i>A complexidade da comunicação mediática</i>	181
AUGUSTO DEODATO GUERREIRO <i>As novas tecnologias e a emergência de um novo paradigma comunicacional..</i>	195
BETÂNIA MACIEL DE ARAÚJO, CONCEIÇÃO A. SANCHES e TÂNIA LOPES <i>Mulher e tecnologia</i>	209

3. Consequências estéticas e culturais

IEDA TUCHERMAN <i>Inventando corpos</i>	221
JOSÉ ANTÓNIO DOMINGUES <i>Em torno da mediação e da constituição da experiência</i>	233
EDMUNDO CORDEIRO <i>Virtual: realidade da imagem, ou o que é que nos impede de ver?</i>	247
FRANCISCO E. MENEZES MARTINS <i>Nietzsche e a fábula de um mundo em rede</i>	251
JOSÉ JÚLIO LOPES <i>A resistência da cultura aos media. Para o fim do paradigma sociológico nos estudos de comunicação</i>	257
MARGARIDA ALMEIDA ROCHA <i>A identidade cultural na era da globalização - O papel do Direito de Autor</i>	271
JORGE MARTINS ROSA <i>Será a imersão inevitável? Sobre a convergência de géneros nos videojogos</i>	283

Respeitamos as distintas grafias, portuguesa e brasileira, da língua portuguesa.

**AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NO ESPAÇO LUSÓFONO - 2**

TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

1.

A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

REDES DA CIDADANIA: A ÁGORA VIRTUAL

MARIA JOÃO LOPES ANTUNES*

RESUMO

Tendo como ponto de partida os projectos que no âmbito do Programa Aveiro Cidade Digital veiculam informação que se prende directamente com a qualidade de vida dos munícipes, e/ou que incentivem à participação dos cidadãos enquanto sujeitos activos na construção da comunidade em que se inserem, pretende-se estudar estes mecanismos em diversas vertentes: natureza da informação e serviços disponibilizados, dinamização dos projectos, soluções tecnológicas adoptadas e usabilidade do sistema.

Por fim pretende-se analisar a adesão e o impacto dos projectos, na comunidade, e os factores que condicionam o seu sucesso.

1. Introdução

O potencial das redes telemáticas, enquanto veículo privilegiado de disseminação de informação, está já a ser amplamente explorado pelo meio empresarial, que rapidamente soube aproveitar as vantagens proporcionadas pela rede em seu próprio proveito. Assiste-se, deste modo, à expansão da vertente comercial da rede, com um aumento substancial dos *sites Web* que, para além de publicitarem os mais diversos produtos ou serviços, permitem também a sua aquisição *on-line*. No entanto, as redes telemáticas assumem uma dimensão muito mais plural, devendo por isso ser o seu potencial aplicado em áreas tão estratégicas como as da saúde,

* Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro.

educação e como meio de modernização e revitalização de uma administração que, mercê do excesso de burocracia e do afastamento dos indivíduos que a legitimam, geram nestes cada vez mais indiferença.

A este processo o papel disfuncional dos *mass media* não é de todo alheio. (Hagen, *s/ data*). Nas sociedades actuais, onde o número de indivíduos não permite o contacto directo dos cidadãos com os seus representantes, a comunicação política é mediada pelos *media* (televisão, rádio e jornais) tendo estes poder de filtrar a informação capaz de influenciar, por um lado, a formação da opinião pública, e por outro, os processos de decisão política (Monteiro, 1999, 36).

É precisamente devido ao papel pouco eficiente dos tradicionais *mass media* e à utilização mais generalizada das redes que o debate, em torno da abertura da administração à comunidade, se torna cada vez mais actual e pertinente.

2. A oportunidade das novas tecnologias

Muitos são os autores que de uma forma ou de outra evidenciam a necessidade de reformar o sistema político vigente. Alvin Toffler constata que as instituições representativas actuais não se coadunam com os problemas do século XXI, Pierre Lévy alerta para a necessidade de se experimentar um novo espaço de comunicação – o ciberespaço – que privilegie a discussão alargada de problemas, envolvendo as comunidades. (Lévy, 1997: 85)

O facto das novas tecnologias da comunicação serem independentes do tempo e do espaço, aliado à interactividade, à rápida transmissão de dados e à abundância de informação constituem factores que permitem que as redes telemáticas se afigurem, pelo menos teoricamente, como dando um contributo favorável ao sistema político democrático (Hagen, *s/ data*). Na medida em que permitem veicular largas quantidades de informação, que desta forma se torna facilmente acessível, e ao permitirem criar novos canais de comunicação entre decisores políticos e comunidade (Hagen, *s/ data*), com custos relativamente baixos, as redes telemáticas trazem a esperança de possibilitar que os cidadãos possam participar na tomada de decisões, ou de pelo menos contribuir para determinar a agenda política e estabelecerem prioridades.

O advento das tecnologias da comunicação e informação não está contudo a deixar indiferente os governos dos países democráticos, em especial os dos mais desenvolvidos, onde certamente serão mais explícitos os efeitos destes novos mecanismos que, segundo Nuno Monteiro, «darão origem a novas formas de organização da soberania territorial e do poder político» (Monteiro, 1999:24). A abertura do poder político à sociedade

civil, via tecnologias da informação e comunicação, não significa porém, como alguns afirmam, uma passagem da democracia representativa para uma democracia participativa. Tal evolução trata-se de um processo natural de abertura do estado democrático, confrontado com um número crescente de sujeitos cada vez mais informados e exigentes, capazes de dar opiniões esclarecidas sobre os mais diversos assuntos (Keskinen, s/data).

Desta forma o que se preconiza são mecanismos assentes em rede, estruturados de forma a dar visibilidade a informações de manifesto interesse público, contendo grupos de discussão sobre assuntos estratégicos e possibilitando o acesso aos demais serviços suportados pela Internet (World Wide Web, mail, ...) (ver figura 1). Tal sistema destina-se a unir os agentes da cidade (cidadãos comuns, entidades privadas, organizações não lucrativas e autoridades municipais) em torno de problemas comuns, cuja discussão alargada pode conduzir a tomadas de decisões mais próximas dos reais interesses da comunidade (Guidi, s/data).

Com a implementação de um modelo com estas características, a esfera pública, enquanto espaço de significância no qual «os cidadãos criam valores partilhados através de um processo de troca de ideias» (Monteiro, 1999), ganha uma nova dimensão.

Para encetar este projecto, que apela à participação dos cidadãos, o poder local assume uma posição determinante, quer pela sua proximidade com as populações, quer enquanto detentor de poderes e competências capazes de influenciar positivamente a sua qualidade de vida (Câmara Municipal de Aveiro, Universidade de Aveiro, Portugal Telecom/CET, 1998: 19).



Figura 1 debate de ideias

3. Principais constrangimentos à implantação das redes da cidadania

O desafio das redes da cidadania, enquanto geradoras de capacidade crítica de intervenção por parte da comunidade local, para além da resistência do poder instituído, tendencialmente burocrático e tradicionalista, confronta-se ainda com os problemas inerentes à actual vivência dos indivíduos na cidade: diminuição da importância da comunidade local para o sujeito, isolamento e défice de cidadania.

Banquart, citado por Dominique Bouchet, fala da cidade enquanto espaço no qual os indivíduos buscam o anonimato e anseiam por uma vida individual privada, possivelmente como reacção à rigidez anteriormente exercida pelas convenções estabelecidas pela família e pela tradição (Dominique Bouchet, 1997: 4).

O urbanista François Ascher, partindo da presente heterogeneidade da *polis*, fala em dois tipos de urbanidade: uma rica em relações individuais e sociais diversas e profícuas, a par com outra em que há uma redução das relações sociais a um código abreviado onde apenas existem algumas regras-base (Ascher, 1995: 101). Para este autor, a escolha entre um destes termos está intimamente associada com uma outra dimensão da vida da cidade, «a consciência de pertença a uma colectividade urbana com a prática dos direitos e deveres que lhe estão associados».

No que concerne ao défice de cidadania, Ascher vê-o como um risco para a concretização de acções necessárias à resolução de problemas urbanos. A solução implica uma revitalização das relações entre poder local e cidadãos (Ascher, 1995: 116).

Pensa-se, no entanto, que as redes ao incentivarem a adesão a causas comuns, através da discussão conjunta dos assuntos da cidade em torno de um mesmo espaço (sistema), possam constituir-se como um mecanismo capaz de apelar ao que de mais intrínseco há no ser humano: o ser social, combatendo assim o isolamento e alheamento face à realidade envolvente.

Para além destes factores há ainda que encarar o perigo real de exclusão e rejeição, a que os indivíduos menos literados ou tecnologicamente menos motivados estão sujeitos, bem como o acentuar de assimetrias entre as grandes cidades e as regiões periféricas.

Por fim há que considerar os custos em que as autarquias têm que incorrer, para colocar o sistema a funcionar (custos relativos à concepção, desenvolvimento, equipamento,...), bem como os custos inerentes à manutenção de tais mecanismos (actualização da informação, dinamização dos grupos de discussão, custos relativos a comunicações,...).

4. A investigação

A presente investigação tem como base o Programa Cidades Digitais, lançado em Fevereiro de 1998, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo por objectivo «mobilizar e generalizar na sociedade os instrumentos, as técnicas e os modos de organização da informação e da comunicação, do conhecimento e da acção próprios das sociedades avançadas» (Gago, Discurso de lançamento do Programa Cidades Digitais).

A ênfase do estudo recai sobre a cidade digital de Aveiro, na medida em que o programa se centra na reabilitação da vida urbana. São três os projectos, propostos pelo município, com a finalidade de veicular informação pertinente para a vida quotidiana dos cidadãos, ou de apelar à sua participação enquanto agentes activos na construção da comunidade em que se inserem (Projectos Digipraça¹, Digibairros² e Eiró³).

Neste âmbito leva-se a cabo um trabalho que compreende as seguintes etapas:

1. Contextualizar a importância das Cidades Digitais enquanto elemento estruturador da construção da Sociedade da Informação para o cidadão.

¹ *Digipraça* – Metáfora Digital da Praça Central da Cidade. Pretende-se criar uma «Praça Digital» onde os participantes terão acesso a correio electrónico, conversas *on-line*, videotelefonia, videoconferência, vídeo, áudio e acesso à Internet. Disponibilizará nos meios periféricos e tradicionalmente menos despertos para as TIC um conjunto de serviços e conteúdos de informação que, acompanhados pela existência de um dinamizador em cada local de funcionamento permitirá a criação de um núcleo humano interessado e comprometido no progresso e qualidade de vida do concelho, capaz de trocar ideias com todos os cidadãos de Aveiro e propor soluções para o bem de toda a comunidade.

² *Digibairros* – Metáfora Digital dos Bairros da Cidade. Pretende-se dotar um conjunto de bairros sociais e zonas desfavorecidas de concelho de Aveiro dos meios TIC necessários à sua normal integração na sociedade da informação e, em especial, na comunidade digital da cidade de Aveiro. Com este objectivo pretende-se concretizar a noção de bairro virtual, onde os cidadãos podem conviver, utilizar os serviços da comunidade (informação, comércio, lazer, etc), transpondo para a cidade virtual a organização e as actividades típicas de um bairro.

³ *Eiró* – Sistema Integrado de Difusão e Acesso Público à Informação para os Cidadãos de Aveiro. Tem como objectivo primordial a criação de uma plataforma universal de difusão de informação e acesso a serviços disponibilizados para os cidadãos em quiosques públicos interactivos colocados em pontos chave da cidade, através da Internet e painéis de difusão pública. Pretende funcionar como um instrumento dinamizador e mobilizador da comunidade, dando visibilidade com grande impactu público aos eventos culturais e sociais da cidade e às iniciativas em curso no âmbito do programa, sensibilizando para o potencial dos resultados e incentivando para uma participação mais activa.

* Descrição veiculada pelo Gabinete Aveiro Cidade Digital.

Analisar vários projectos, no domínio da Democracia Electrónica aplicada a nível local e regional, implementados na Europa e Estados Unidos.

2. Estudar a adesão e impactos dos projectos, Digipraça, Digibairros e Eiró.
 - 2.1. A nível de *adesão* pretende-se identificar o perfil/perfis tipo de indivíduos que procuram o sistema, com que finalidades e qual o grau de interacção;
 - 2.2. No que respeita aos *impactos* serão analisadas as repercussões dos projectos nos *cidadãos* que integram a comunidade em estudo, bem como na acção da *administração local*, que se fará repercutir ou não nas suas decisões as sugestões apresentadas.
3. Tendo por base a informação recolhida nas fases anteriores do estudo, em especial na fase precedente, pretende-se identificar e analisar os factores e práticas que contribuem para o sucesso das redes da cidadania: mecanismos de participação a implementar, sistemas de *feedback*, locais de acesso, existência de ajudas (presencial, *on-line*), interface, acções de divulgação a promover junto da população,... bem como propostas de novos serviços.

5. Considerações finais

Consideram-se as redes da cidadania como uma aposta estratégica dos governos locais.

Conhecendo as necessidades e expectativas dos cidadãos, no domínio da informação pública e dos mecanismos de participação, bem como adoptando uma estratégia que envolva os agentes da cidade, a adesão será elevada.

Da plena satisfação dos utilizadores dos serviços telemáticos de cariz concelhio, acredita-se que resultará uma massa crítica que aderirá e promoverá a Sociedade da Comunicação e Informação nas suas mais diversas vertentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, François (1995), *Metapolis – Acerca do futuro da cidade*, Trad., Oeiras: Celta.
- BOUCHET, Dominique (1998), «*Tecnologias de informação, o laço social e a cidade. Georg Simmel actualizado*», in *Built Environment*, vol. 24 n.º 2.
- HAGEN, Martin (s/data), «*A typology of Electronic Democracy*».
- LÉVY, Pierre (1997), *A Inteligência Colectiva – para uma Antropologia do Ciberespaço*, Trad., Lisboa: Institutio Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade.
- MONTEIRO, Nuno Peres (1999), *Democracia Electrónica*, Lisboa: Gradiva, Col. Cadernos Democráticos.
- UNIVERSIDADE DE AVEIRO, Câmara Municipal de Aveiro, Portugal Telecom/CET (1998), *Programa Aveiro – Cidade Digital*, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Sites consultados

- <http://www.mct.pt/novo/ministerio/textos/dm100298.htm> (99-04-08)
- GAGO, Mariano (1998), *Discurso de lançamento do Programa Cidades Digitais*.
- <http://www.state.mn.us/gol/democracy/final/filand.htm> (98-09-28)
- KESKINEN, Auli (1998), *Teledemocracy*.
- <http://www.state.mn.us/gol/democracy/final/italy.htm> (98-09-28)
- GUIDI, Leda (1998), *Bologna «civic network» service: telematics for citizens, businesses, and third sector*.

DOS JORNAIS-FAX DE MOÇAMBIQUE ÀS POTENCIALIDADES DOS WEB-JORNAIS

FERNANDO ZAMITH*

Introdução

A procura de formas alternativas de fazer um jornal sempre foi algo que me interessou. As limitações do jornal tradicional, simultaneamente exposto a variações do mercado publicitário e do volume de vendas e dependente de um parque gráfico e de uma rede de distribuição, constituem, na minha perspectiva, uma das principais causas das sucessivas (para não dizer permanentes) crises da imprensa, particularmente a portuguesa.

Para evitar tanta dependência de factores fundamentalmente externos e, ao mesmo tempo, reduzir custos, nada melhor do que eliminar algumas daquelas componentes tradicionais da produção e distribuição de um jornal.

Jornais gratuitos, de difusão por fax e de busca na Internet são algumas experiências que me proponho analisar e que poderão ser exploradas como alternativas de auto-emprego para recém-licenciados em Comunicação Social.

Importa notar que esta comunicação não resulta, de forma alguma, de um trabalho de investigação. Constitui apenas uma pequena compilação de ideias e experiências.

* Universidade do Minho, Braga.

1. Os jornais gratuitos

Uma das minhas primeiras experiências profissionais foi numa publicação que introduziu um elemento inovador na imprensa portuguesa, cortando precisamente uma das componentes tradicionais de distribuição de um jornal: a venda. Falo do (saudoso) *Metro*, o jornal/revista do Porto lançado em 1988 pelos irmãos Nuno e Paulo Arbunhosa e que, infelizmente, já não existe, após muitos anos de «resistência» e tentativas de adaptação às condições do mercado e aos interesses dos leitores.

Dirigido em particular aos frequentadores da «noite portuense», o *Metro* fornecia quinzenalmente um roteiro das actividades culturais e recreativas programadas para a cidade, a par de artigos e reportagens sobre temas variados da vida do Porto, como música, teatro, cinema, pintura, dança e moda, E também sobre os bares e discotecas onde era oferecido.

Após ter colaborado nos primeiros números do *Metro*, transféri-me para um projecto concorrente de existência efémera, o jornal *Grátis*, dirigido pelo primeiro chefe de redacção do *Metro*, Daniel Guerra. Mais tarde, eu mesmo liderei um outro projecto (*Palco*), que não chegou sequer a ser impresso, desta vez por dificuldades dos promotores na angariação de publicidade, única fonte de receita deste tipo de jornais.

Apesar dos fracassos destes projectos e de outros da mesma época, como o desportivo *Drible*, lançado por alunos da Escola Superior de Jornalismo, do Porto, foi aberta uma nova via de produção de jornais, que hoje adquire um novo «fôlego» com as restrições introduzidas pelo Governo à distribuição de panfletos de publicidade nas caixas de correio.

Adaptando-se às novas condições, surgiram recentemente, sobretudo em Lisboa e Porto, jornais e revistas de cariz marcadamente publicitário e que podem ser colocados nas caixas de correio «amarelas» (com autocolantes «Publicidade Aqui Não»). Se é verdade que é a publicidade que «domina» este tipo de publicações, também é certo que ela não condiciona de todo o trabalho jornalístico, sendo mesmo possível oferecer-se um produto com alguma qualidade e que cativa os leitores. Exemplo disso são as revistas «Viva» que surgiram este ano em várias zonas das cidades de Lisboa e do Porto.

2. Os jornais-fax de Moçambique

Projectos alternativos extremamente interessantes que tive oportunidade de acompanhar de perto são os jornais de difusão por fax de Moçambique.

Nos dois anos (entre Dezembro de 1995 e Dezembro de 1997) que estive em Maputo como delegado da Agência Lusa, foram lançados três

novos jornais-fax (um quarto, vespertino, não vingou), *Diário de Negócios*, *Correio da Manhã* e *Metical*, que se vieram juntar aos pioneiros *Mediafax* e *Imparcial*.

Foi um período muito rico (que julgo que teve continuidade), em que os jornalistas moçambicanos provaram que, numa jovem democracia de um país africano pobre, é possível ter uma imprensa independente dos poderes político e económico.

Com poucos meios, todos os dias úteis eram produzidos cinco pequenos jornais (de três a seis páginas A4) por cinco pequenas equipas, nalguns casos com apenas três ou quatro jornalistas.

O mercado destes jornais-fax moçambicanos está sobretudo em embaixadas, organizações não governamentais e grandes empresas, mas abrange também organismos públicos, quadros superiores, instituições culturais e um leque variado de outros profissionais. As únicas condições para se ser cliente destes jornais são ter um aparelho de fax e poder pagar uma soma que, não sendo baixa, pudesse ser compensada pelo acesso diário a informação e opinião independentes que o único jornal diário clássico publicado naquele período em Maputo, o «Notícias», de tendência pró-governamental, não fornecia.

Enquanto o «Notícias» custava 4.000 meticais (cerca de 56 escudos), a assinatura mensal dos jornais-fax custava entre 20 e 40 dólares norte-americanos, o que correspondia (ao câmbio de então) a um preço unitário de 180 a 360 escudos, que centenas de instituições estavam dispostas a pagar.

Os principais jornais-fax de Maputo tinham então cerca de 300 assinantes, que eram «alimentados» por vários aparelhos de fax durante toda a madrugada. Isto permitia que os clientes encontrassem no seu gabinete logo que lá chegassem a(s) edição(ões) do dia do(s) seu jornal(is)-fax.

À semelhança destes projectos privados locais, também as agências noticiosas de Moçambique (AIM) e Portugal (Lusa) difundiam diariamente (de segunda a sexta-feira) boletins, com distribuição por fax e ao domicílio.

A experiência que adquiri na edição do *Boletim Lusa* de Maputo permitiu-me perceber melhor as vantagens e desvantagens deste tipo de jornais.

Como vantagens, destaco desde logo os baixos custos de instalação (investimento) e de produção. Com menos de mil contos, é possível criar uma estrutura mínima de produção e distribuição de um jornal-fax.

A equipa de jornalistas pode ser também pequena, porque é inviável distribuir por fax um jornal com mais de seis páginas. A produção do jornal-fax é toda feita em computador (texto, grafismo e imagem) e com três ou quatro linhas de fax é possível distribuir centenas de jornais num horário de baixo custo (madrugada).

O fecho da edição pode ser feito às 23 ou 24 horas, o que significa ganhos comparativos face aos jornais tradicionais. Acresce ainda, como já destaquei, que o cliente tem o jornal no seu escritório quando lá chega de

manhã, não necessitando de o comprar na rua ou de esperar que chegue o correio ou o pacote da distribuição.

As desvantagens são, desde logo, o reduzido mercado (só quem tem fax é que pode ser cliente) e a limitação de espaço (cada jornal tem apenas seis a 12 textos). Os custos de distribuição não são muito elevados, mas são fixos, isto é, não diminuem proporcionalmente com o aumento de clientes, como acontece com os custos de produção.

Outra desvantagem é o facto de o jornal ser facilmente reproduzível, pelo que várias pessoas podem ter acesso a cópias (entregues em mão ou também enviadas por fax) do único exemplar pago.

2.1. *Breve história e descrição de conteúdo*

Apesar da escassez de meios, os jornais-fax moçambicanos conseguem ter, na generalidade, uma qualidade razoável, atestadas pela fidelidade de um leque de leitores que não deixam de ser exigentes, apesar de sabermos que a oferta de informação em Moçambique é ainda muito reduzida, quando comparada com o que existe em países do chamado «Primeiro Mundo».

Criado em 1992 por uma cooperativa de experientes jornalistas (Mediacoop), o *Mediafax* conquistou rapidamente um espaço nobre na imprensa moçambicana, transformando-se num título de referência e de leitura «obrigatória». Nos primeiros anos de publicação, o *Mediafax* viveu sobretudo do carisma do seu editor, Carlos Cardoso, ex-director da Agência de Informação de Moçambique e que, tal como muitos outros jornalistas moçambicanos, se afastara do círculo dos apoiantes do poder, passada que fora a euforia pós-independência. Este estatuto de jornalista independente que Carlos Cardoso criou reflectiu-se no *Mediafax*, dando aos leitores do jornal garantias de que, na generalidade, as notícias eram verdadeiras, credíveis e não tendenciosas.

Se a relação com o poder político (e mesmo em relação à Renamo e a outros partidos da oposição) teve resultados positivos, o mesmo já não se poderá dizer em relação a algumas empresas privadas, sendo notável o excessivo espaço dado por Carlos Cardoso aos seus textos de opinião, em que roçava um certo «fundamentalismo» económico.

Com a saída de Carlos Cardoso, em 1997, o *Mediafax* ressentiu-se um pouco, até porque outros jornalistas se transferiram com o editor para um novo jornal-fax, o *Metical* (nome da moeda moçambicana). Contudo, o novo editor, Fernando Veloso, conseguiu dar ao *Mediafax* um segundo «fôlego», criando-se uma saudável concorrência, à qual entretanto se tinha juntado outro título, o *Correio da Manhã*.

O segundo jornal-fax a surgir em Moçambique, em 1994, foi o *Imparcial*, com uma ténue ligação ao homónimo angolano, mas com uma redacção e edição completamente autónoma. Por ironia (ou talvez não), o *Imparcial* era, pelo menos nos anos em que o li quotidianamente, o mais parcial dos jornais-fax moçambicanos, com uma exagerada e demasiado visível tendência pró-Renamo.

O surgimento do *Correio da Manhã*, no início de 1997, constituiu uma «lufada de ar fresco», nomeadamente no grafismo e na distribuição alternativa por correio electrónico, mas o nível editorial baixou pouco tempo depois, com a saída do seu fundador, Leandro Paul.

O *Diário de Negócios*, lançado em 1996, nunca se conseguiu impor. As suas lacunas e fragilidades foram sempre notórias, com destaque para o seu quadro de jornalistas, reduzido, sem experiência e de pouca qualidade. Raras vezes este jornal conseguiu divulgar verdadeiras novidades, notando-se frequentemente que era com dificuldade que preenchia o seu mínimo diário (três páginas), amiúde recorrendo a textos alheios. Como agravante, o *Diário de Negócios* enveredou por caminhos pouco recomendáveis, de uma certa xenofobia, à semelhança do que aconteceu na segunda fase do *Correio da Manhã*.

Apesar destes vários «pecados deontológicos» e da exiguidade de meios materiais e humanos de qualidade, o desenvolvimento destas experiências privadas de jornais-fax foi extremamente positiva para a imprensa moçambicana, conferindo-lhe o equilíbrio necessário entre a informação oficial dos jornais controlados pelo poder político e a «visão alternativa» da imprensa independente, que conheceu nos últimos anos também um grande impulso nos jornais tradicionais, sobretudo semanários.

Outro aspecto curioso, paralelo ao fenómeno dos jornais-fax moçambicanos, foi a publicação de boletins diários por parte das agências noticiosas moçambicana (AIM) e portuguesa (Lusa).

Relativamente ao *Boletim Lusa* difundido em Maputo, aquele que, naturalmente, melhor conheço, surgiu ainda durante a guerra civil, período em que escasseavam as informações, quer sobre o conflito quer sobre o que se passava fora do país. O *Boletim Lusa* ainda hoje se publica de segunda a sexta-feira, com uma distribuição predominantemente por fax, mas ainda também ao domicílio. Nas quatro páginas diárias, sem gravuras nem publicidade, este boletim apresenta uma selecção das notícias de todo o Mundo difundidas pela Lusa, com destaque para as que dizem respeito a Moçambique e à restante África Austral.

3. Os «web-jornais»

A evolução tecnológica abriu novas portas à comunicação social, trazendo consigo inovações constantes, que ainda hoje não estão a ser aproveitadas na sua capacidade total.

A evolução das tecnologias multimedia e, paralelamente, a rápida expansão da Internet, criaram condições para o surgimento de um novo tipo de meios de comunicação social, os «web-jornais». Primeiro foram os jornais tradicionais (principalmente os diários) que criaram edições próprias na Internet, depois as rádios e televisões seguiram o mesmo caminho e agora já há em Portugal um jornal que apenas está disponível na Internet, o *Diário Digital*.

Lançado em 19 de Julho último, o *Diário Digital* soube apostar num nicho de mercado que as chamadas «edições electrónicas dos jornais não tinham explorado. Vivendo apenas das receitas publicitárias, este jornal colocou-se num espaço até então vazio, ao actualizar permanentemente as suas duas edições diárias. Desta forma, o *Diário Digital* não só marcou uma posição como ousou desafiar outros órgãos de informação, testando uma certa concorrência com as rádios, televisões e agências noticiosas, sem se esquecer de aproveitar outra das grandes vantagens da Internet, a disponibilização em arquivo de todas as edições anteriores.

Um jornalista, um computador portátil com modem e um telemóvel é o suficiente para que, com grande rapidez, as notícias possam chegar à «redacção» (até o tradicional conceito de redacção foi posto em causa) de um «web-jornal» e a qualquer momento possam ser editadas e difundidas.

No dia do lançamento, o director do *Diário Digital*, Luis Delgado, referiu que os estudos de mercado encomendados pelos promotores do projecto apontavam para uma quota de publicidade de três a quatro por cento para os «web-jornais», o que revela as potencialidades que este tipo de meio já proporciona.

A reduzida equipa redactorial com que o *Diário Digital* surgiu (12 jornalistas) denota, contudo, alguma precaução e demonstra que o «ataque» à concorrência de outro tipo de media só poderá ser feito mais tarde, dada a estrutura que cada um desses «concorrentes» tem.

O aparecimento deste primeiro «web-jornal» português veio, definitivamente, julgo eu, provar aos mais cépticos que a Internet não veio necessariamente «matar» os jornais e pôr em perigo os postos de trabalho dos jornalistas.

Os jornais de papel sobreviveram à expansão dos audio-visuais e vão sobreviver também a esta revolução tecnológica. Não podem, contudo, ignorar as novas condições do mercado. Ainda este mês o *Financial Times* anunciou a actualização permanente (24 horas por dia) da sua edição electrónica (projecto que implica a contratação de 100 novos jornalistas)

e o diário espanhol *El Mundo*, lançou uma segunda edição vespertina, exclusivamente disponível na Internet.

O que os jornais de papel têm de fazer é baixar os preços das suas edições em papel (em Portugal, os primeiros passos já foram dados com a redução para 100 escudos do preço da maioria dos diários) e simultaneamente apostar em força nas chamadas «edições electrónicas» (na Internet). Com a redução do preço de capa, poderão aumentar a tiragem e, com isso, justificar um aumento nas tabelas de publicidade e baixar os custos de produção por unidade.

Com o desenvolvimento das edições na Internet, os jornais diversificam a sua oferta e conseguem uma nova fonte de receita publicitária. O resultado de tudo isto será, a meu ver, um maior número de leitores de jornais, melhores perspectivas para os proprietários da imprensa e para os novos investidores e alguma esperança de intensificação da procura de jornalistas.

É claro que este panorama optimista não pode ser visto separadamente de outros fenómenos, que no caso português estão a ter desenvolvimentos bem mais sombrios para os actuais e futuros jornalistas. Refiro-me à excessiva concentração de órgãos de comunicação social em três ou quatro grupos empresariais e o ainda mais excessivo número de licenciados que as universidades «produzem» anualmente para o sector.

Este último fenómeno está, ao mesmo tempo, a lograr as expectativas de muitos jovens (que acabam por ir para o desemprego ou para outras profissões) e a degradar as condições salariais de quem trabalha no sector, independentemente da sua experiência, capacidade, profissionalismo e qualificações académicas.

É pelo exposto anteriormente que considero que a solução para alguns dos problemas referidos está na imprensa alternativa, de certa forma liderada neste momento pelas potencialidades que a Internet veio proporcionar, rompendo um dos obstáculos tradicionais mais importantes, o da distribuição.

A experiência do *Diário Digital* não é, de forma alguma, redutora e acabada. Muito mais pode ainda ser explorado pelos «web-jornais». A especialização será, na minha perspectiva, um dos mais viáveis e interessantes caminhos a seguir. Porque não um «web-jornal» só sobre cultura?... ou automóveis... ou moda... ou economia... ou coleccionismo. E porque não um «web-jornal» local ou regional? Só com notícias, por exemplo, do Minho, Trás-os-Montes, Alentejo ou Madeira. E que possa ser lido em Braga, Lisboa, Paris, Joanesburgo, Caracas, Nova Iorque e Montreal.

Ou então um «web-jornal» em língua portuguesa sobre África ou sobre o espaço lusófono, que chegasse a todos os países onde a Internet já chega e que fosse feito por jornalistas dos oito países de língua portuguesa e

lido simultaneamente no Porto, em Maputo, na Cidade da Praia, no Rio de Janeiro e em Díli.

Conclusão

A evolução das tecnologias da informação está a abrir inúmeras portas aos comunicadores sociais, que permitem romper com alguns obstáculos tradicionais que se deparam a quem quer ou já está a trabalhar nesta área.

Os leitores/consumidores de jornais estão progressivamente a mudar os seus hábitos. Hoje já muitos consultam as edições electrónicas dos jornais nos seus computadores enquanto tomam o pequeno almoço, dando ordens de impressão apenas aos artigos que lhes interessam.

Não estar atento a este fenómeno é deixar-se ultrapassar pelos outros e pelo tempo. Não estar atento a este fenómeno poderá não ser fatal, mas será, com certeza, um rude golpe.

A tecnologia não constitui, no entanto, a resposta a todas as necessidades. O «segredo» está em saber potenciar os pontos fortes de cada projecto alternativo, seja ele um jornal gratuito, por fax, por «e-mail» ou na Internet. O conhecimento do público-alvo e uma clara definição dos objectivos que se pretendem atingir são, por isso, indispensáveis.

Deixei aqui algumas ideias, mas muitas outras existem, algumas delas na minha gaveta, em forma de ante-projecto e à espera de quem me desafie a comigo pô-las em prática. O que digo aos jovens licenciados ou finalistas de Comunicação Social, das áreas de Jornalismo e/ou de Publicidade, é que não tenham receio e avancem com pequenos projectos de auto-emprego ou de parceria entre colegas.

Uma palavra também para os investigadores. Está aqui um campo que, julgo eu, não foi ainda suficientemente investigado. A imprensa alternativa tem uma história, uma evolução e muitas variantes que não se resumem às apresentadas. Disponham da minha modesta contribuição, se dela necessitarem.

A TV SEGMENTADA NO BRASIL HOJE

CÉSAR RICARDO SIQUEIRA BOLAÑO*

O atual modelo comercial da TV segmentada no Brasil é de exclusividade, ou seja, canais feitos ou empacotados pelas programadoras são restritos a suas operações, de seus parceiros, afiliadas ou franqueadas. Ao contrário da TV de massa, em que a regra é a afiliação, na segmentada predomina amplamente o sistema de franquia. Assim, as programadoras são muitas vezes conhecidas como franqueadoras, grupos que licenciam uma marca e distribuem programação. As operadoras franqueadas recebem a programação e o direito de uso das marcas. A idéia principal que motiva o lançamento de um pacote de franquias é a impossibilidade de cobertura de todo o mercado com operações próprias. Os franqueados, além da marca e do conteúdo, têm acesso a todo conhecimento da infraestrutura, modelos de vendas, qualificação de fornecedores e marketing. O franqueado da TVA deve pagar cerca de 2% de seu faturamento. O pacote de serviços da Net Brasil deve custar de 2,5% a 5% da receita do franqueado, segundo o Anuário Pay-TV (1999).

O quadro 1 relaciona as 25 maiores operadoras do País, por número de assinantes. A terceira coluna apresenta a MSO a que cada uma delas se filia. O termo MSO (Multiple System Operators) se refere a empresas que controlam mais de uma operação de TV por assinatura. Eram as seguintes as principais MSO's brasileiras em 1998, segundo se depreende do Anuário Pay-TV de 1999: Image TV, Globo Cabo, Net Sul, TVA Sistemas, Canbrás Participações, Canbrás/TVA, Unicabo, Transcabo e TV Filme. Mas trata-se

* Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

de um quadro extremamente provisório, tendo em vista o fato de que nos encontramos ainda em plena fase de implantação do sistema em nível nacional, através de rodadas sucessivas de licitações para operação de redes de cabo e MMDS em todo o território nacional.

Assim, em agosto de 1999, a revista Pay-TV dava um quadro bastante completo das *«operações existentes ou que devem entrar em funcionamento dentro dos prazos previstos pelos contratos de concessão»*, o que varia de acordo com a localidade, mas não devem, em geral, passar de julho de 2000, segundo os autores do relatório. Não foram consideradas as operações de DTH (*direct to home*), que têm cobertura nacional, nem aquelas de condomínios ou não licenciadas, que não são reconhecidas pela ANATEL. Assim, *«os critérios utilizados para esse mapeamento foram basicamente dois: a empresa deve estar outorgada pela ANATEL ou ter vencido a licitação e manifestado firme interesse em honrar os compromissos»* (Pay-TV, agosto de 1999, p. 27).

O resultado mostra mais de 140 cidades servidas de TV a cabo e MMDS em todos os estados da União, com exceção de Roraima. Contam-se agora 52 grupos controlando todas as concessões do país, muitos deles locais. Em Anexo apresento a relação completa publicada pela revista. Mas trata-se ainda de uma lista provisória. Já em Setembro, a mesma revista dava conta de que a ANATEL prometia outras 380 outorgas ainda para 1999. *«Prova destas intenções é o fato de ter colocado em licitação apenas no último mês de agosto outorgas de TV a cabo para 70 localidades e mais 79 outorgas de MMDS, que atingem na prática 149 municípios diferentes. Ou seja, são cerca de 520 possíveis novas operações até o ano 2000.»* (Pay-TV, Setembro de 1999, p. 8)

O quadro 2 apresenta o conjunto das programadoras do País e os canais programados por cada uma no final de 1998. Note-se que não há necessariamente coincidência entre a filiação a uma MSO (coluna 3) e a relação com uma das grandes programadoras/franqueadoras (coluna 1). Esse fenômeno demonstra a assimetria existente entre esses dois tipos de agentes. Do lado da oferta, temos uma estrutura oligopólica nacional, muito mais concentrada e estabilizada desde 1995, como apontei em outro artigo (Bolaño, 1998), ao definir um conceito de *«multiplicidade da oferta»*, que marcaria uma nova fase de desenvolvimento da televisão brasileira, segundo havia proposto Brittos (1998), como aquele momento em que a TV segmentada já se estrutura como oligopólio nacional em concorrência com a TV de massa.

A história da TV segmentada no Brasil, contada por Duarte (1996), deixa muito clara a existência de um período anterior em que a mesma se organizava, assim como ocorreu com a TV de massa até 1965, em bases locais e não oligopólicas. O acompanhamento da evolução recente do

QUADRO 1

As 25 maiores operadoras do país em número de assinantes

OPERADORA	LOCALIDADE	MSO	ASSINANTES
Net	São Paulo (SP)	Globo Cabo	382.447
Net	Rio de Janeiro (RJ)	Globo Cabo	232.129
TVA	São Paulo (SP)	TVA	168.061
Net	Belo Horizonte (MG)	Globo Cabo	121.100
Net	Porto Alegre (RS)	Net Sul	114.677
TVA	Rio de Janeiro (RJ)	TVA	94.849
Net	Curitiba (PR)	Net Sul	59.086
TV Filme	Brasília (DF)	TV Filme	57.753
Net	Santos (SP)	Globo Cabo	57.300
Net	Campinas (SP)	Unicabo	46.297
Net	Brasília (DF)	Globo Cabo	41.971
TV Filme	Belém (PA)	TV Filme	38.026
TVA	Curitiba (PR)	TVA	32.886
Canbrás	ABC (SP)	Canbrás	27.592
Net	Goiânia (GO)	Globo Cabo	25.300
Net	Florianópolis (SC)	Net Sul	23.806
Net	Piracicaba (SP)	Globo Cabo	21.400
Net	Recife (PE)	Globo Cabo	20.704
Net	Jundiaí (SP)	Unicabo	20.329
Net	Ribeirão Preto (SP)	Globo Cabo	20.300
Net	Londrina (PR)	Independente	18.940
Net	Sorocaba (SP)	Globo Cabo	18.100
Net	Caxias do Sul (RS)	Net Sul	15.756
Image TV	Uberlândia (MG)	Lightel	15.718
TV Filme	Goiânia (GO)	TV Filme	15.311

Reproduzido do Anuário Pay-TV 1999.

mercado em exame nos mostra que, em 1995, a lei da TV a cabo viria a referendar o poderio das duas principais empresas do setor, que haviam-se

lançado num processo acelerado de aquisições nos dois anos anteriores, chegando a constituir praticamente um duopólio na programação, agora nacional, ao mesmo tempo em que assumiam também uma posição hegemônica no concernente ao mercado das operadoras locais, onde a concentração, de qualquer forma, é menor e, nesta fase de constituição do mercado através dos processos de licitação da ANATEL, tende a desconcentrar-se ainda mais, abrindo espaço para eventuais processos futuros de reconcentração e de entrada de possíveis concorrentes nacionais ou internacionais, inclusive no mercado das programadoras/franqueadoras.

Brittos (1999) chama o período de 1993 a 1994 de «fase da ordenação» e divide todo o período anterior, da primeira solicitação de autorização (negada) em 1974, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até a entrada da TVA, em 1991, após adquirir, em 1990, o controle do Canal+ e do Super Canal, do empresário Mathias Machline, o primeiro capital de maior vulto que entra no mercado em 1989; da Globosat, da RBS, da Multinacal e da Pluralsat, todas também em 1991, e os rearranjos efetuados em 1992, com a expansão da RBS no Rio Grande do Sul e o reposicionamento da Globo, em duas fases: a do «pré-mercado» (experimental e sem amparo legal) e a de pulverização, iniciada em 1988, com os primeiros diplomas legais, que permitiram a expansão dos sistemas chamados de DIS-TV (distribuição de sinais de Tv por meios físicos).

O fato é que, com o processo de outorga interrompido em 1991 e as autorizações paralizadas, Globo e Abril dedicaram-se, entre 1993 e 1994, a adquirir operações de cabo e MMDS de terceiros. Além disso, Globo, RBS e Multicanal uniram-se, formando a Net-Brasil, que ficou com a distribuição e operação de canais, cabendo à Globosat a programação, enquanto que a TVA dividia suas atividades em TVA programadora e TVA distribuidora, associando-se, ainda, ao Chase Manhattan Bank. Por outro lado,

«ao programar canais exclusivos, associar-se a eles ou distribuí-los, Globo e Abril diferenciaram seus produtos, constituindo uma barreira [à entrada] preponderante ... Os canais Globosat foram reforçados, enquanto o line-up da Net somou produtos de outras programadoras. A TVA seguiu o caminho, além do mais, lançando o HBO Brasil, resultado da união entre TVA, Warner Bros., HBO, Sony Pictures e OLE Communications ... A partir de 1994 algumas participações de grupos argentinos foram vendidas para a Globo, RBS e Multicanal, que se tornou a maior operadora de cabo do país ... Houve um salto quanto à quantidade de assinantes ..., passando de 250 mil, em 1993, o primeiro ano do qual se possui esse tipo de dado, para 700 mil, em 1994» (Brittos, 1999, p. 11 e seg.).

Estamos todos de acordo, portanto, com que o período de 1993 a 1994 foi de acelerada concentração e reestruturação do mercado, representando a transição de uma fase marcada por operações localizadas, experimentais e pela indefinição regulamentar para outra oligopolista, nacionalmente integrada e articulada às estratégias globais do oligopólio mundial da TV

segmentada. Brittos resume a situação do período anterior à constituição do oligopólio, de maneira muito feliz, como «um período de lançamento dos atores no mercado, sendo marcado por indefinição da estrutura produtiva, registrada em incerteza legal e falta de clareza dos caminhos tecnológicos», o que dificultava o traçado de estratégias e, conseqüentemente, a entrada dos principais grupos, os quais, por outro lado, ao debutarem no setor, acabaram fazendo opções tecnológicas (MMDS e DBS com poucos canais) que seriam alteradas depois. «O resultado é que esse momento nem é considerado pela Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA), que não dispõe do número de assinantes nos cinco primeiros anos» (Brittos, 1999, p. 10 e seg.).

Os principais movimentos referentes ao período de 1995 a 1998, ou seja, à primeira fase de funcionamento do oligopólio, antes dos processos de concessão de novos canais, podem ser assim resumidos:

«O movimento de associação e maior presença do capital internacional no país ... prosseguiu ... A TVA ... em 1995 passou a ser propriedade também do Capital Cities/ABC, The Hearst Corporation e Falcon International Communications. No mesmo ano, a TVA uniu-se aos grupos Hughes Communication, Multi-visión e Cisneros, formando o consórcio transnacional DirectTV, ... pioneiro na implantação de DTH no país, em 1996. Também em 1996, Globo, RBS, News Corporation, TCI e Televisa associaram-se para formar um segundo consórcio de DTH, o Sky, que só começou a operar no país em 1997 ... Em 1995 ... a TVA introduziu em Curitiba ... o pay per view ... [e em 1997 foram iniciados os] testes de transmissão de acesso à internet ... pela Net Sul ... [No mesmo ano] a Net adquiriu o controle da Multicanal, cuja marca foi extinta em 1998, e a Globosat atualizou a sua, passando a chamar-se Globosat Canais. Outro recurso utilizado a partir de 1997 são as várias opções de pacotes, alterando o preço conforme o número de canais» (Brittos, 1999, p. 12 e seg.).

Finalmente, em 1998, após a tentativa tumultuada de 1997, iniciou-se efetivamente o processo de novas concessões, que marca um novo período de desenvolvimento do mercado brasileiro de televisão segmentada.

Existem atualmente no Brasil duas grandes programadoras nacionais (Globosat e TVA Programadora) e sete programadoras chamadas «independentes», cinco das quais (Fox, HBO Brasil, MTV Network, Turner, MGM Brasil) internacionais ¹. A maior parte das operadoras no Brasil atualmente é afiliada ao sistema Net Brasil (cerca de 65%). Aproximadamente 29%

¹ As outras duas programadoras independentes nacionais são a TV Filme Programadora, detentora do Canal Adulto, e também operadora do sistema MMDS em Brasília e em Goiânia e a Starwave Programadora (Agrosat, Cinesex, Canal Médico, Cinehouse 1 e 2), uma parceria entre a Starvision (distribuidora de filmes e programas para cinema, vídeo e televisão) e a operadora de DTH Teccsat.

QUADRO 2

As programadoras e seus canais de exclusividade distribuídos no Brasil

A – PROGRAMADORAS NACIONAIS

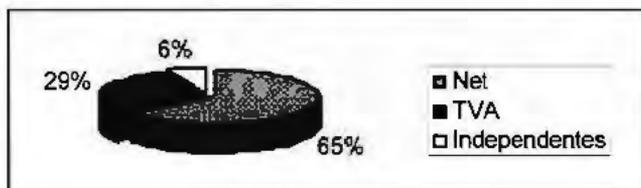
	Canal Brasil		Eurochannel	TV		S	
G	Premiere		Show Time	F		T	Agrosat
L	SporTV	T	ESPN Internat.	I	Canal Adulto	A	Cinesex
O	Shoptime	V	ESPN Brasil	L		R	Canal Médico
B	GNT	A	Supercanal	M		W	Cinehouse 1
O	USA		Bravo Brasil	E		A	Cinehouse 2
S	Telecine		CMT			V	
A	Multishow					E	
T	Globo News						
	Futura						

B – PROGRAMADORAS INTERNACIONAIS

T		H		F		M	
U	TNT	B	HBO	O	Fox	G	
R	CNN INTERNAT.	O	HBO 2	X	Fox Kids	M	
N	CNN em Esp.	B	Cinemax			B	MGM Family
E	Cartoon Net.	R	E! Entertainment			R	Casa Club
R		A	Warner			A	MGM Gold
		S	Sony	M		S	
		I	Mundo	T	MTV Brasil	I	
		L	Teleuno	V	Nicklodeon	L	

são ligadas à TVA Network e cerca de 6% são independentes, como mostra o gráfico 1. Na verdade, as independentes ficam, de fato, atreladas às duas grandes, que possuem a quase totalidade dos contratos com as opera-

GRÁFICO 1
Distribuição das operadoras locais entre as programadoras/franqueadoras em 1998



Dados extraídos do Anuário Pay-TV 1999

doras locais Assim, para ter acesso a estas últimas e, portanto, a o público, normalmente as «independentes» são obrigadas a passar por uma das duas grandes, fato que poderá modificar-se a partir do atual processo de concessões para novos operadores locais, como se verá a seguir.

Completam este panorama as operadoras de DTH. Além das duas que possuem pontos de venda em todo o território nacional, DirecTV e Netsat (Sky), atuam no país as seguintes: Teccsat, TVA Digisat (banda C), Rede Record, KTV, TV do Amazonas, DTC (Rede Independência) e Rede Holms. O quadro 3 condensa as informações relativas à propriedade dos principais atores do setor de TV segmentada no Brasil.

A complexidade dos interesses e o grande número de agentes envolvidos não impede a existência de uma concentração das operações do setor em alguns grupos de empresas, dois dos quais amplamente hegemônicos. Essa concentração é ainda maior do que a verificada na TV de massa, no interior da qual convivem cinco redes nacionais privadas, duas públicas e algumas redes regionais (que chegam a atingir o mercado nacional através justamente dos sistemas de cabo e das antenas parabólicas) de menor porte, ainda que, neste caso, a concentração em torno da líder indique uma estrutura mais hierarquizada do que na TV segmentada, onde não é tão brutal a assimetria entre as duas maiores redes. Por outro lado, as novas concessionárias de TV segmentada já se organizam numa associação, a NeoTV, que «cuidará de organizar uma espécie de consórcio para aumentar o volume de compras e conseguir melhores preços com os fornecedores internacionais» (Jornal do Brasil, 29/8/99).

Segundo reportagem da Revista América Economia, número 153 de 01/03/99, as empresas de TV paga no Brasil estariam diante de uma crise

de rentabilidade que poderia agravar-se com a entrada de eventuais competidores internacionais, a partir dos atuais processos de novas concessões, o que dificulta, por outro lado, o planejamento de longo prazo. Essas empresas não teriam adotado uma estratégia coerente de expansão, gastando muito dinheiro com investimentos em mais de uma tecnologia e deixando de lado o mais importante, o consumidor, com o que não conseguiram superar a marca dos 7% de penetração, enquanto na Argentina esse índice chega a 56% e, no México, a 14%.

Mas talvez essas projeções tenham sido algo apressadas. Se tomarmos, por exemplo, a penetração da TV segmentada, em comparação com o México e a Argentina, em termos de volume total de assinantes, veremos que o quadro é bem menos dramático do que aquele apresentado na referida matéria. A Gazeta Mercantil, por exemplo, apresenta números muito mais otimistas, ao afirmar que:

«O mercado brasileiro de televisão por assinatura conta com a chegada de duas dezenas de novas operadoras e do valor agregado da Internet de alta velocidade para crescer nos próximos anos e se recuperar das perdas em 97 e 98. Depois de assistir a uma evasão de 7% dos assinantes em 97 e manter-se praticamente estagnada em 98, com um volume em torno de 2,6 milhões de assinantes, o setor pretende fechar o ano com um crescimento de 10%, saltando ao total de 2,9 milhões de domicílios. Foram praticamente dez anos sem a outorga de novas licenças, o que limitou a oferta às duas grandes operadoras no País, a pioneira TVA (do grupo Abril) e o sistema Net (Organizações Globo), donas, até meados do ano, de mais de 90% do total de assinantes no País.» (G.M., 06/10/99).

A expectativa do mercado, segundo a Pay-TV Survey, citada na mesma reportagem, é de um crescimento de 2.623 assinantes, em 1998, para 2.913, em 1999, 3.801, em 2000 e 4.501, em 2001. No que se refere à receita total do setor, espera-se um crescimento, em 1999, de cerca de 10% em relação ao bilhão e meio de reais (equivalente a aproximadamente US\$ 750 mil, em meados de outubro de 99) do ano anterior, e de 30% em 2000, acompanhando o aumento do número de assinantes. A Pay-TV de outubro de 99 calcula que os novos concessionários deverão construir, até o final de 2000, 4,3 mil Km de rede, em conformidade com o edital de licitação, que exige o atendimento de 20% dos domicílios da localidade em que a empresa venceu a licitação ao final do primeiro ano de operação, 30% no segundo ano, 50% no quinto, 70% no sétimo e 90% no nono.

Seja como for, é possível que a baixa penetração citada na reportagem da revista América Economia tenha a ver, além obviamente do custo do modelo para o consumidor, que é o fator principal, com o fato de a programação ser basicamente importada, quando se sabe da preferência que o

público brasileiro tem pelo produto audiovisual nacional. O dado que chama mais atenção, aliás, nos quadros apresentados, é o alto nível de internacionalização da TV segmentada no Brasil, o que contrasta radicalmente com a situação da TV de massa. Mas essa situação era mais do que previsível, dado o aumento da demanda por programas que a TV segmentada acarreta, ainda mais num mercado como o brasileiro, em que a produção é amplamente monopolizada pelas grandes redes, com um espaço historicamente muito reduzido para a produção independente.

Ademais, e isto é o fundamental, a própria lógica de introdução da TV segmentada pressupõe alianças estratégicas complexas, articulando os oligopólios nacionais com o oligopólio mundial do audiovisual. E mais: essas alianças são flexíveis e evoluem no tempo. O caso da Galaxy Latin América (GLA) é um bom exemplo disso.

Em 1998, o capital da GLA era detido pela Hughes (60%), o grupo mexicano Multivisión (10%), o venezuelano Cisneros (20%) e a TVA Satélite (10%), pertencente à TEVECAP (controlada pelo grupo Abril) e detentora de 100% da DirecTV. Já em novembro de 98, essa situação começa a alterar-se, com a aquisição da parte da Multivisión pela Hughes, que passou a deter, assim, 70% do capital da GLA. A revista *Meio & Mensagem* de 09/11/98 informava que a Multivisión cederia também à Hughes maior participação no Grupo Galaxy Mexicano (GGM), a plataforma da DirecTV no México.

Menos de um ano depois, em setembro de 1999, foi a vez da TVA Satélite vender os 10% de sua participação na GLA, juntamente com os seus 75% da Galaxy do Brasil, saindo do consórcio. Com isto, o Grupo Abril pode reduzir seu endividamento, concentrando sua atuação nas operações da TVA. A *Gazeta Mercantil* de 06/10/99 afirma que, com a venda de sua participação na DirecTV a dívida da empresa, de US\$ 560 milhões, foi reduzida em mais de 60 %, incluindo amortizações. «*Mas o sistema TVA, que detinha cerca de 29% do mercado brasileiro, recuou, a partir de julho, a 20% do total de domicílios com TV paga no País, incluindo as coligadas – 13 % sozinha.*» (*Gazeta Mercantil* – 06/10/99). A Hughes, por sua parte, ao lado do seu sócio venezuelano, reforça ainda mais sua posição na América Latina, região que disputa com a Sky, da News Corporation, Globo e Televisa.

No referente ao Brasil, a situação descrita no *gráfico 1* acima se altera, conforme descrito no *quadro 3*.

QUADRO 3

Distribuição das Operadoras locais entre as Programadoras/Franqueadoras em 1999, após a reestruturação da DirecTV.

PROGRAMADORA	ASSINANTES (em milhões)	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO (%)
NET	1,7	62
TVA(*)	0,35	13
Direct TV	0,25	9
Outras	0,40	16
Total	2,7	100

(*) TVA apenas. Incluindo as coligadas, a participação chegaria a 20 %, ou seja, 0,54 milhões de assinantes.

Na edição de 24/05/99, em que noticiava a venda da participação da TEVECAP na GLA e na Galaxy Brasil, a revista Meio & Mensagem cita declaração de José Augusto Moreira, presidente da TVA, afirmando não haver motivos para a ANATEL apresentar objeções ao negócio, já que «a lei do cabo determina que o capital externo não pode ultrapassar 49% das ações da empresa. Mas isso não se aplica às operações por satélite e nem por MMDS». E, de fato, a edição de 26/07/99 da mesma revista dá conta de que «a agência autoriza a transferência do controle acionário para a multinacional, sem restrições». Em 02/08/99, a mesma revista lembra que «criada em junho de 1996, a DirecTV do Brasil é o primeiro serviço de entretenimento DTH em banda KU no país, mantendo operações em Portugal e na Argentina. Oferece atualmente 143 canais, entre vídeo, áudio e pay-per-view, para 226,5 mil assinantes». Tudo isso controlado agora, legalmente, em 100 % pelo capital estrangeiro.

Outra mudança que promete ter conseqüências importantes no setor (e que não figura no quadro 3) foi a entrada, em agosto de 99, da Microsoft no capital da Globocabo. Segundo a revista Pay-TV de setembro de 99, «além dos US\$ 126 milhões que Bill Gates colocou na MSO para se tornar sócio em até 11%, a chamada de capital que será feita aos demais acionistas deve trazer mais dinheiro para a companhia». O acordo assinado prevê ainda a possibilidade de, nos próximos dois anos, a Microsoft realizar novos aportes de capital, conforme afirmou Mauro Not, diretor geral da empresa no Brasil, à Gazeta Mercantil de 18/8/99, que fala também da existência

de negociações para a entrada de novos parceiros, entre os quais uma instituição financeira e uma operadora de telecomunicações.

No número a pouco citado da Pay-TV, falava-se do BNDESPar, o que não seria de se estranhar, tendo em vista que, segundo afirmou Moysés Pluciennik, diretor geral da Globocabo e principal executivo das Organizações Globo na área de telecomunicações, «*estamos desenvolvendo uma operação de reforma da estrutura financeira da Globocabo, com apoio do BNDES*» (G.M., 18/9/99). Já em outubro, a revista dava conta de que circulavam no mercado boatos a respeito do Bradesco, velho parceiro, como sabemos, da Globo em outros empreendimentos e que já detém 33% do capital votante da Globocabo.

No setor de telecomunicações, a Gazeta Mercantil falava em boatos sobre a AT&T que, como também sabemos, tem atuado em parceria com a Globo no mercado de telecomunicações (sem grande sucesso até o momento, diga-se de passagem), desde 1995 (Bolaño, 1997). Ademais, «*recentemente a Microsoft investiu US\$ 6 bilhões na área de televisão por assinatura junto com a operadora. Além disso, a AT&T tem foco no Brasil no usuário corporativo, mais um segmento que a parceria Globocabo e Microsoft quer conquistar*» (G. M., 18/8/99).

A Pay-TV de setembro informa ainda que, «*ao mesmo tempo, espera-se a incorporação da Unicabo, a exemplo do que houve com a Multicanal no final de 97. A Globo Cabo não comenta este movimento, que também não tem confirmação oficial junto à família Coutinho Nogueira, sócia da MSO em 50%. Em todos os casos, contudo, os executivos da empresa asseguram que a principal meta é a capitalização da Globo Cabo S. A. para investimentos e não para eliminação de dívidas*», ao contrário do que ocorreu com os movimentos mais recentes da Abril, como vimos.

O que está por trás das articulações da Globo, que venho de citar são os preparativos para a exploração dos novos mercados da convergência. A Gazeta Mercantil, referindo-se ao Regulamento de Serviço de Valor Adicionado (SVA) sobre redes de telecomunicações por assinatura, que está em consulta pública desde o dia 3 de setembro de 99, e pode ser lido no site da Anatel², colocava a questão resumidamente nos seguintes termos:

«outra novidade que movimentará o mercado de TV paga é a possibilidade de adicionar valor às redes de cabo, com a oferta de transmissão de dados, a ser

² Vide também a Pay-TV de setembro de 99 (p. 10 a 12). No mesmo número há uma reportagem sobre o avanço da publicidade na TV paga (p. 26 a 30), que nos levaria a discutir a problemática da TV de massa, caso houvesse espaço aqui para tanto.

regulamentada pela Anatel no início de novembro. As novas regras vão permitir às operadoras de cabo e MMDS usar seus canais para ofertar a chamada 'banda larga' da internet, que permite receber dados em velocidade até cem vezes maior do que a da linha telefônica» (G. M., 6/10/99).

Espera-se que esse mercado venha a representar, nos próximos três anos, 10% do total de assinantes da internet no país (G. M., 5/10/99). Na verdade, a TVA e a Image TV (aliada à CTBC Telecom) já oferecem serviços de internet unidirecional via cabo, o que não é proibido pela legislação em vigor. A Globo, por sua vez, já está realizando experiência em Sorocaba (projeto Virtua), com tecnologia bidirecional.³ A associação com a Microsoft visa justamente reforçar esse projeto, em que o usuário conecta o seu PC na rede de cabos por R\$ 96,00 (aproximadamente US\$ 35,00 em meados de outubro de 99), para acessar a internet, liberando a linha telefônica (se quiser a TV paga, terá que fazer assinatura em separado). O acordo prevê ainda outras ações, como soluções para navegar na web por meio da tela de TV, ou a unificação do portal da segunda, o MSN, que já oferece o Hotmail, com o da nova empresa das Organizações Globo, a Globo.com Ltda.

Esse projeto de unificação, segundo a Gazeta Mercantil, poderia, no longo prazo, criar dificuldades para as concorrentes Yahoo!, que já opera no país desde o primeiro semestre de 99, e AOL, esta última, a maior provedora de acesso do mundo, que *«já mantém um site em português, mas só deve iniciar a oferta do serviço no final do ano»* (G. M., 18/8/99). O diretor geral do Yahoo! no Brasil, Francisco Loureiro, adianta-se, afirmando: *«o Yahoo! é um site independente, que não tem conteúdo próprio. Todo o conteúdo é dos parceiros, o que abre a possibilidade de uma aliança com a Globo/Microsoft»*. Segundo o jornal, *«a questão é a divisão do incipiente bolo publicitário da web ... [que] corresponde a apenas 1% da publicidade no Brasil, o equivalente a US\$ 80 milhões»* (idem).

³ A esse respeito, o seu diretor de inovação, Arthur Steiner, afirma a existência da *«possibilidade de que cada usuário se torne um provedor de conteúdo. Por exemplo, os assinantes poderiam deixar o seu computador pessoal ligado e transformá-lo em um servidor, com o conteúdo que quisessem»* (Pay-TV, agosto de 1999), fazendo votos, ele próprio, de que *«as preocupações com a privacidade na rede impeçam este tipo de ação que, no limite, como afirmam os autores da reportagem, «cria até a possibilidade de concorrência com a MSO, já que por tecnologias de video-streaming cada usuário pode desenvolver um canal de programação»*. Isso não impede que, numa crítica implícita às concorrentes, Moysés Pluciennik afirme: *«não queremos utilizar qualquer tipo de serviço em que o assinante precise da linha telefônica aliada ao sistema de cabos. Essa tecnologia vai morrer em breve»*. Foi por isso que a Globo firmou *«uma parceria com a Cable Labs, um consórcio internacional que trabalha no desenvolvimento do 'cable modem', que permite o tráfego do sinal de forma bidirecional no cabo»* (G. M., 18/8/99).

Mas o fato é que o próprio mercado de provedores de acesso à internet (ISP) está sendo alvo de disputa que envolve os maiores capitais internacionais do setor, que era 100% nacional até junho de 1998, quando a companhia argentina de telecomunicações Impsat Corp. adquiriu uma participação majoritária na Mandic, a terceira do *ranking* nacional. No início de 1999, a American Online (AOL), maior ISP do mundo, aliava-se ao grupo Cisneros, visando o mercado latino-americano, mas tendo o Brasil como ponto de partida. Em agosto, quando foi anunciada a aliança entre Globo e Microsoft, a Impsat vendeu sua participação na Mandic para El Sitio International Corporation, provedora de serviços e conteúdos em português e espanhol para a América Latina, enquanto a Starmedia Network Incorporation, provedora de conteúdos e serviços de chat e e-mail, anunciava, em primeiro de setembro, sua conversão em provedora de acesso à internet, também para a América Latina, mas começando pelo Brasil, em associação (sem exclusividade) com a AT&T Global Network Services (América Economia, 23/9/99).

Em junho, a Telefónica Interactiva S.A. havia adquirido 51% da Nutec Corp., provedora de ZAZ, o segundo maior ISP do país, em aliança com a RBS e, em maio, as americanas PSINet Inc. e Via Internet entraram no mercado brasileiro de provedores de acesso a clientes corporativos, a primeira adquirindo STI, Openlink e Horizontes e, a segunda, Dialdata. Permanece 100% nacional a Universo Online (UOL), primeira do *ranking*, uma associação dos grupos Abril e Folha de São Paulo. Segundo a revista América Economia, a estratégia da UOL é a de abrir o seu capital nos EUA ainda este ano, qualificando-se para disputar ela também o mercado latino-americano, a partir da liderança, até agora tranquila, que tem no Brasil (400 mil assinantes contra 190 mil da ZAZ e 92 mil da Mandic). Mas seria preciso saber qual será exatamente a estratégia do grupo Abril no setor, uma vez aprovado o Regulamento dos serviços de Valor Adicionado, que impulsionará o projeto @jato, da TVA, o concorrente mais direto do Virtua, da aliança Globo-Microsoft. Sobre essa disputa, em particular, afirma a reportagem:

«Ainda que a TVA tenha partido primeiro, a aliança Globo-Microsoft tem outras vantagens. De início, sua rede de cabo é mais extensa [23 mil Km] ... do que a da sua rival [3 mil], dando-lhe um maior universo de clientes potenciais. Ademais, para o final deste ano já terá investido US\$ 200 milhões na modernização da sua rede. Outra vantagem é que pretende usar tecnologia da Microsoft para abrir-se a um novo segmento de clientes: os que não têm computador. Com os decodificadores da WebTV, filial do gigante estadunidense da informática, esse ISP poderia oferecer acesso à internet através dos televisores. Isso é especialmente importante em um país como o Brasil, onde 40 milhões de lares têm televisores, quase o dobro das casas com linhas telefônicas, sem falar da comparação entre a penetração do televisor e do PC no país» (América Economia, 23/9/99).

Mas o consórcio ZAZ-Telefónica também tem seus trunfos: a grande extensão atual da rede telefônica em relação à de cabo e seu melhor aproveitamento para acesso rápido à internet via ISDN ou a nova DSL, anunciada pela Telefónica, ou ainda a utilização de conexões wireless. Claro que a expansão das MSOs, com os processos de licitação em curso, abre também possibilidades novas de alianças para as ISPs como a UOL, por exemplo, que, em setembro, já anunciava, segundo a mesma revista, uma aliança com RedeTV.

Vivemos, portanto, como se pode observar, um processo de grande ebulição no mercado de televisão segmentada no país e no conjunto dos sistemas de comunicação, em função, em grande medida, dos desenvolvimentos tecnológicos atuais nas áreas de informática e telecomunicações e as perspectivas de convergência econômica que vêm acarretando. Nessas condições, em que a própria TV de massa se vê afetada (*vide*, por exemplo, Bolaño, 1998), a questão da regulamentação torna-se crucial, pois ela define as barreiras institucionais ligadas, por exemplo, ao lugar dado ao capital estrangeiro, às possibilidades de integração vertical e horizontal ou de concentração multimídia etc.

Com a reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil, a partir da promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, em 17/7/97, que abriu o caminho para a fragmentação e privatização da Telebrás, rompeu-se a unidade que havia no Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, o qual regulava ao mesmo tempo os serviços de radiodifusão e telecomunicações (*vide* Bolaño, 1998, Bolaño e Massae, 1999). Essa situação foi apresentada, à época, pelo governo, como transitória e anunciava-se, ainda para 1998, uma Lei da Comunicação Eletrônica de Massa, cujo anteprojeto, hoje na sua quinta versão, permaneceu durante dois longos anos circulando sigilosamente pelos meandros do Ministério das Comunicações.

Em setembro de 99, Daniel Herz, coordenador do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações, divulgou essa quinta versão no site acesso.com, do qual é editor, visando «*derrubar a cortina de silêncio criada pelo ministério em torno da elaboração dessa lei e para contribuir com o verdadeiro debate público*» (Folha de São Paulo, 21/09/99). Pouco depois, o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que assumiu a pasta em janeiro, e o seu assessor, Laerte Rímoli, reconheceram que o processo de encaminhamento do projeto está estagnado e prometem amplo debate, com consultas públicas, para sua agilização.

Não obstante o «fortalecimento extremo do Poder Executivo» que Daniel Herz detecta no projeto, este, ao promover uma grande concentração de atribuições na Anatel (da concessão às tarifas), esvazia em boa medida os poderes do Ministério., de modo que, como afirmou Murilo Ramos, conhecido estudioso da matéria, «*a radiodifusão sai da alçada do*

Executivo e passa para uma agenda independente» (Folha de São Paulo, 21/09/99).

No que nos interessa mais de perto, o anteprojeto prevê dispositivos anti-monopólio, como a proibição da propriedade cruzada de TV aberta e a cabo numa mesma localidade, ou a proibição de uma cobertura nacional superior aos 30% dos domicílios com TV, ou ainda exigências referentes à regionalização da produção que, se aprovadas, deverão promover uma desconcentração efetiva do setor, ferindo poderosos (e óbvios) interesses constituídos. Segundo Herz, porém, com a mudança no Ministério após o falecimento do Ministro Sérgio Motta, a linha de elaboração sofreu uma guinada, mostrando-se muito mais permeável às posições do empresário. » (Folha de São Paulo, 21/09/99).

Não pretendo aqui entrar na discussão dos detalhes da proposta, mesmo porque, como se pode deduzir do exposto, o processo de tramitação da mesma, que sequer foi encaminhada ainda ao Congresso Nacional, será longo e o texto deverá ser ainda modificado mais de uma vez, de acordo com os embates políticos que hão de vir. Melhor será resumir as posições defendidas recentemente pelo presidente da Anatel, Renato Guerreiro, anunciando a proposta da agência de novas regras para o setor. Guerreiro promete encaminhar a proposta para consulta pública no dia 1/11/99 e a publicação do novo regulamento no dia 20/12/99, conforme noticiou a revista Pay-TV de outubro de 1999, que publica uma entrevista exclusiva com o presidente da Anatel, na qual este expõe os princípios gerais da proposta. Segue um apanhado do que considero o fundamental da sua fala.

«A infra-estrutura que está sendo construída para os serviços de TV por assinatura tem muito mais qualidade do que as redes de telefonia e constituirá necessariamente o suporte para ... uma rede profissional de telecomunicações, a hipernet. As redes de TV paga serão o embrião do que será a hipernet ... A regulamentação deve se focar no serviço, sob o ponto de vista do usuário ... não deve estar pautada ou baseada na tecnologia. Para o usuário tem que estar claro o serviço, os padrões de qualidade e fica sob a responsabilidade e decisão do prestador a escolha da tecnologia mais conveniente ... A nossa visão portanto é que o serviço seja desacoplado da tecnologia e das faixas do espectro. É por isso que estamos tratando os serviços como serviços de televisão por assinatura, independente de ser feito por cabo, por microondas ou por satélite ... O primeiro passo é tirarmos da regulamentação brasileira todos os aspectos tecnológicos e de meios que são utilizados para a prestação dos serviços ... A regulamentação se extinguirá na medida em que haja alternativas para a obtenção do serviço. Há determinados segmentos de telecomunicações que não podem prescindir de regulamentação, que são aqueles em que há uso do espectro, mas mesmo nestes casos será o mínimo necessário. O espectro, em princípio, tem que ser compartilhado e só será dedicado a um serviço quando houver absoluta impossibilidade de compartilhar aquela faixa ... Temos que definir as utilizações primárias do espectro, mas sempre que houver a capacidade de potencializar o uso, isso precisa ser feito ... A missão dos órgãos reguladores no futuro

não vai ser a regulamentação dos serviços em si porque eles vão ser de tal forma abundantes e diversificados que a regulamentação só virá como um malefício para o desenvolvimento ... O grande elemento de regulamentação no futuro será fazer com que as redes se tornem redes públicas, no sentido de estarem disponíveis para tantos quantos queiram fazer uso delas ... É uma mudança tão grandiosa e desconhecida que apavora ... sobretudo investidores que estão gastando dinheiro para construir esta hiper-rede» (Pay-TV, outubro de 1999)

As implicações práticas dessa nova perspectiva traduzem-se em medidas tendentes a permitir a hibridação de tecnologias em TV paga, no compartilhamento das infraestruturas, inclusive e na pressão para a colaboração entre os fornecedores de infraestruturas concorrentes. Uma questão interessante é aquela dos conflitos entre a Lei da TV a Cabo e a Lei Geral das Telecomunicações, remetendo para o problema da Lei de Comunicação de Massa de que falei há pouco:

«Temos que nos ater a uma legislação, no caso da TV a cabo, e temos que cumpri-la. O que estamos fazendo uma regulamentação que incorpore todos estes conceitos e que não entre em conflito com a Lei da TV a Cabo ... A idéia é que ela fosse substituída pela Lei de Comunicação Eletrônica de Massa» (idem)

Falando sobre a regulamentação da programação, Guerreiro menciona mais explicitamente a Lei da Comunicação de Massa:

«A programação constitui o elemento de diferenciação da competição e uma desconsideração deste fato pode levar à criação de monopólios na prestação de serviços, inibir o desenvolvimento de alternativas de prestadores de serviço para a sociedade. Isso vem com a restrição da possibilidade de aquisição de determinados programas por prestadores de menor capacidade econômica, diante de exigências de grandes programadores, de determinadas características de contratos de venda, como a exclusividade. Nós não temos na Anatel, até por força de lei, uma capacidade de atuação e liderança de um processo regulamentar a esse respeito. É um tema que está muito ligado ao que nós imaginamos como ponto fulcral da Lei de Comunicação de Massa» (idem).

Finalmente, sobre os processos de fusões e concentrações em curso e que tendem a aumentar, o presidente da Anatel considera que se trata de um processo natural, previsto na concepção do modelo brasileiro de reestruturação das comunicações e «até desejável, para que o país não fique numa situação de desvantagem sob o ponto de vista de capacidade empresarial de competir» (idem).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLAÑO, C.R.S. (1995); «Sobre a Convergência Audiovisual-Telecomunicações», *Cadernos UFS – Comunicação*, nº 2/3, Aracaju.
- BOLAÑO, C. R. S. (1997); «A Rede Globo, a TV generalista de massa e os novos mercados da comunicação no Brasil». *Revista Tendências*, setembro nº 2, Lisboa.
- BOLAÑO, C. R. S. (1998); «Economia Política da Televisão Brasileira: segmentação e massificação», in Andion, M. C. e Kunsch, M. M. C.(1999), *Comunicación Audiovisual: Investigación e Formación Universitarias*. Anais do II Colóquio Brasil – Estado Espanhol de Ciências da Comunicação.
- BOLAÑO, C. R. S. (1998); «A Reforma das Telecomunicações no Governo FHC», in *Universidade e Sociedade*, VIII (15), Andes, São Paulo.
- BOLAÑO, C. R. S. e MASSAE, F (1999); «O novo panorama das Telecomunicações no Brasil», in *Revista Eptic On-line I* (1), www.eptic.he.com.br
- BOLAÑO, C. R. S. e MENDONÇA; A. P. A. (1999); *A TV segmentada no Brasil: modelo de análise e situação atual*. CD-rom do XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, São Paulo.
- BRITTO, V. C. (1998); *A televisão no Brasil hoje: a fase da multiplicidade da oferta*, CD-Rom do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, São Paulo.
- BRITTO, V. C. (1999); *A oligopolização do mercado brasileiro de televisão por assinatura*, CD-Rom do XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, São Paulo.
- DUARTE, L. G. (1996); *É pagar para ver: a TV por assinatura em foco*, Summus, São Paulo.

Periódicos

- Anuário Pay-TV*: 1999, Editora Glasberg, São Paulo.
- Revista Pay-TV*: agosto, setembro e outubro de 1999, São Paulo
- Revista América Economia*, nº 153: 01/03/99, São Paulo.
- Revista América Economia*: 23/9/99 (edição em espanhol).
- Revista Meio e Mensagem*: 24/05/99, 26/07/99, 02/08/99.
- Gazeta Mercantil*: 05/10/99, 06/10/99, 18/08/99.
- Jornal do Brasil*: 29/08/99.
- Folha de São Paulo*: 21/09/99.

Endereços Web consultados

- www.paytv.com.br
www.globosat.com.br/institu.htm
www.hbo.com.br
www.tva.com.br
www.anatel.gov.br
www.acessocom.com.br

ANEXO

O QUADRO ATUAL DAS OPERAÇÕES DE TV PAGA NO BRASIL

SÃO PAULO

Operadora	MSO	Sistema
Assis	TVC	Cabo em operação
Americana	Horizon	Cabo a operar
Araçatuba	Horizon	Cabo a operar
Barueri	TV Alphaville	Cabo em operação
Bauru	Globocabo	Cabo em operação
Bauru	TV Filme	MMDS a operar
Bebedouro	Relay	MMDS a operar
Bertioga	Canbras TVA	Cabo em operação
Bragança Paulista	Horizon	Cabo a operar
Caçapava	Horizon	Cabo a operar
Campinas	Globocabo	Cabo em operação
Carapicuíba	TV Cidade	Cabo a operar
Catanduva	NET Catanduva	Cabo em operação
Cubatão	Canbras TVA	Cabo em operação
Franca	Globocabo	Cabo em operação
Franca	TV Filme	MMDS a operar
Guarujá	Canbras TVA	Cabo em operação
Guarujá	Powerlice	Cabo a operar
Guarulhos	Canbras	Cabo a operar
Indaiatuba	Globocabo	Cabo em operação
Itapetinga	Horizon	Cabo a operar
Jundiaí	Globocabo	Cabo em operação
Jundiaí	Powerlice	Cabo a operar
Limeira	Horizon	Cabo a operar
Lins	Rádio Sabiá	MMDS a operar
Marília	TVC	Cabo em operação
Marília	Powerlice	Cabo a operar
Mogi da Cruzes	TVC	Cabo em operação
Mogi-Guaçu	Horizon	Cabo a operar
Osasco	Adatel	Cabo a operar
Peruibe	TV a Cabo São Paulo	MMDS a operar
Piracicaba	Globocabo	Cabo em operação
Praia Grande	Canbras TVA	Cabo em operação
Pres. Prudente	TVC	Cabo em operação
Pres. Prudente	TV Filme	MMDS a operar
Pres. Venceslau	TVC	Cabo em operação
Ribeirão Preto	Globocabo	Cabo em operação
Ribeirão Preto	Sunrise	MMDS a operar
Rio Claro	Horizon	Cabo a operar
S. B. Do Campo	Canbras TVA	Cabo em operação
S. Carlos	Globocabo	Cabo em operação
S. J. do Rio Preto	Globocabo	Cabo em operação
S. J. do Rio Preto	Sunrise	MMDS a operar

SÃO PAULO (continuação)

Operadora	MSO	Sistema
S. Paulo	TVA	Cabo em operação
S. Paulo	Globocabo	Cabo em operação
S. Paulo	TVA	MMDS a operar
S. Vicente	Canbras TVA	Cabo em operação
Sta.B. Dóeste	Horizon	Cabo a operar
Santos	Globocabo	Cabo em operação
S. Caetano do Sul	TV Eucalipto	Cabo a operar
S. J. dos Campos	Canbra	Cabo a operar
Sorocaba	Globocabo	Cabo em operação
Sta. Branca	Canbras TVA	Cabo em operação
Sto. Agostinho	TVC	Cabo em operação
Sto. André	Canbrás TVA	Cabo em operação
Sumaré	Horizon	Cabo a operar
Taubaté	Horizon	Cabo a operar

RIO DE JANEIRO

Operadora	MSO	Sistema
Rio de Janeiro	Globocabo	Cabo em operação
Rio de Janeiro	TVA	MMDS em operação
Barra Mansa	Horizon	Cabo a operar
Resende	Horizon	Cabo a operar
Campos	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Campos	Acom	MMDS a operar
Macaé	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Niterói	TV Cidade	Cabo a operar
São Gonçalo	TV Cidade	Cabo a operar
Volta Redonda	TV Cidade	Cabo a operar
Volta Redonda	Acom	MMDS a operar

MINAS GERAIS

Operadora	MSO	Sistema
Araguari	Image TV	Cabo em operação
Barbacena	Brasil Telecom	Cabo a operar
Belo Horizonte	Globocabo	Cabo em operação
Belo Horizonte	Brasil Telecom	Cabo a operar
Caratinga	Super Cabo	Cabo em operação
Cons. Lafaiete	Brasil Telecom	Cabo a operar
Contagem	Brasil Telecom	Cabo a operar
Ipatinga	Brasil Telecom	Cabo a operar
Ipatinga	Acom	MMDS a operar
Ituiutaba	Brasil Telecom	Cabo a operar
Gov. Valadares	Ibituruna TV	MMDS a operar
Juiz de Fora	TV Cidade	Cabo a operar

MINAS GERAIS (continuação)

Operadora	MSO	Sistema
Patos de Minas	Centro-Minas	Cabo a operar
Patrocínio	Itapema	MMDS a operar
Poços de Caldas	Brasil Telecom	Cabo a operar
Rib. das Neves	Brasil Telecom	Cabo a operar
Sete Lagoas	Brasil Telecom	Cabo a operar
Teófilo Otoni	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Uberaba	TV Filme	MMDS a operar
Uberlândia	Brasil Telecom	Cabo a operar
Uberlândia	Image TV	Cabo em operação
Varginha	Adelphia Brasil	Cabo a operar

ESPÍRITO SANTO

Operadora	MSO	Sistema
Cachoeiro do Itapemirín	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Cariacica	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Colatina	Ibituruna TV	MMDS a operar
São Mateus	Ibituruna TV	MMDS a operar
Serra	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Vitória	NET TVX	Cabo em operação

RIO GRANDE DO SUL

Operadora	MSO	Sistema
Alvorada	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Bagé	NET Sul	Cabo em operação
Bento Gonçalves	NET Sul	Cabo em operação
Capão da Canoa	NET Sul	Cabo em operação
Caxias do Sul	NET Sul	Cabo em operação
Cruz Alta	NET Sul	Cabo em operação
Érechim	NET Sul	Cabo em operação
Farroupilha	NET Sul	Cabo em operação
Gravataí	TV Cidade	Cabo a operar
Lajeado	NET Sul	Cabo em operação
Novo Hamburgo	NET Sul	Cabo em operação
Passo Fundo	NET Sul	Cabo em operação
Pelotas	NET Sul	Cabo em operação
Pelotas	Adelphia	Cabo em operação
Porto Alegre	NET Sul	Cabo em operação
Porto Alegre	NET Sul	MMDS em operação
Porto Alegre	TVA	MMDS em operação
Rio Grande	NET Sul	Cabo em operação
Rio Grande	Adelphia	Cabo em operação
Sta. Cruz do Sul	NET Sul	Cabo em operação

RIO GRANDE DO SUL (continuação)

Operadora	MSO	Sistema
Sta. Maria	NET Sul	Cabo em operação
Sta. Maria	JMT	MMDS a operar
Uruguaiana	NET Sul	Cabo em operação
Viamão	TV Cidade	Cabo a operar

PARANÁ

Operadora	MSO	Sistema
Arapongas	NET Sul	Cabo em operação
Cambé	SVC	Cabo em operação
Campo Mourão	The World	Cabo em operação
Curitiba	TVA Sul	Cabo em operação
Curitiba	NET Sul	Cabo em operação
Curitiba	NET Sul	MMDS em operação
Curitiba	TVA Sul	MMDS em operação
Foz do Iguaçu	TVA Sul	Cabo em operação
Guarapuava	VTV	Cabo em operação
Guarapuava	Guarapuava-Sat	MMDS a operar
Londrina	Inepar	Cabo em operação
Maringá	NET Sul	Cabo em operação
Maringá	Sercomtel	MMDS a operar
Umuarama	NET Sul	Cabo em operação
Cascavel	Adatel	Cabo a operar
Ponta Grossa	Caobras	Cabo em operação

SANTA CATARINA

Operadora	MSO	Sistema
Blumenau	BTV	Cabo em operação
Blumenau	TVA Sul	Cabo em operação
Blumenau	NET Sul	Cabo em operação
Brusque	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Brusque	MMDSC	MMDS a operar
Chapecó	Transcabo	Cabo em operação
Chapecó	NET Sul	Cabo em operação
Concórdia	Transcabo	Cabo em operação
Criciúma	NET Sul	Cabo em operação
Criciúma	MMDSC	MMDS a operar
Florianópolis	TVA Sul	Cabo em operação
Florianópolis	NET Sul	Cabo em operação
Florianópolis	MMDSC	MMDS a operar
Itajaí	Adelphia Brasil	Cabo a operar
Itajaí	MMDSC	MMDS a operar
Jaraguá do Sul	Transcabo	Cabo em operação
Joaçaba	Transcabo	Cabo em operação

SANTA CATARINA (continuação)

Operadora	MSO	Sistema
Joinville	NET Sul	Cabo em operação
Joinville	MMDSC	MMDS a operar
Lages	Transcabo	Cabo em operação
Lages	MMDSC	MMDS em operação
Rio do Sul	Cabovisão	Cabo em operação
São José	Adatel	Cabo a operar
Camboriú	TVA Sul	Cabo em operação

ALAGOAS

Operadora	MSO	Sistema
Arapiraca	Powerlice	Cabo a operar
Maceió	614 TVT Maceió	Cabo a operar
Maceió	Acom	MMDS a operar

BAHIA

Operadora	MSO	Sistema
Feira de Santana	TV Cidade	Cabo a operar
Feira de Santana	Bahiasat	MMDS a operar
Itabuna	Bahiasat	MMDS a operar
Jequié	KER	MMDS a operar
Salvador	TV Cidade	Cabo a operar
Salvador	Bahiasat	MMDS a operar
Vit. da Conquista	Bahiasat	MMDS a operar

CEARÁ

Operadora	MSO	Sistema
Fortaleza	RTC	Cabo em operação
Fortaleza	TVSHOW	MMDS em operação
Maracanaú	Powerlice	Cabo a operar
Juaz. do Norte	Jangadeiro	MMDS a operar

MARANHÃO

Operadora	MSO	Sistema
São Luis	Acom	MMDS a operar
Timon	Powerlice	Cabo a operar

PIAUI

Operadora	MSO	Sistema
Parnaiba	Powerlice	Cabo a operar
Teresina	Acom	MMDS a operar

PERNAMBUCO

Operadora	MSO	Sistema
Caruaru	TV Filme	MMDS a operar
Jab. dos Guararapes	TV Cidade	Cabo a operar
Paulista	TV Cidade	Cabo a operar
Petrolina	Rajada	Cabo a operar
Petrolina	Bahiasat	MMDS a operar
Recife	Diários	Cabo a operar
Recife	NET Recife	MMDS em operação

PARAIBA

Operadora	MSO	Sistema
Campina Grande	TV Manacá	Cabo a operar
Campina Grande	TV Filme	MMDS em operação
João Pessoa	614 TVP João	Cabo a operar
João Pessoa	Acom	MMDS a operar

RIO GRANDE DO NORTE

Operadora	MSO	Sistema
Natal	J P O	Cabo a operar
Natal	Acom	MMDS a operar

SERGIPE

Operadora	MSO	Sistema
Aracaju	TV Cidade	Cabo a operar
Aracaju	Teleserv	MMDS a operar

TOCANTINS

Operadora	MSO	Sistema
Palmas	Powerlice	Cabo a operar

ACRE

Operadora	MSO	Sistema
Rio Branco	Powerlice	Cabo a operar

AMAPÁ

Operadora	MSO	Sistema
Macapá	Powerlice	Cabo a operar

AMAZONAS

Operadora	MSO	Sistema
Manaus	Horizon	Cabo a operar
Manaus	Acom	MMDS a operar

DISTRITO FEDERAL

Operadora	MSO	Sistema
Brasília	Globocabo	Cabo em operação
Brasília	TV Filme	MMDS em operação

GOIÁS

Operadora	MSO	Sistema
Anápolis	Globocabo	Cabo em operação
Goiânia	Globocabo	Cabo em operação
Goiânia	TV Filme	MMDS em operação

MATO GROSSO DO SUL

Operadora	MSO	Sistema
Campo Grande	Globocabo	Cabo em operação
Campo Grande	Multilink	MMDS a operar
Dourados	Adelphia Brasil	Cabo a operar

MATO GROSSO

Operadora	MSO	Sistema
Cuiabá	Multicabo	Cabo a operar
Cuiabá	Multilink	MMDS a operar
Rondonópolis	Adelphia Brasil	Cabo a operar

PARÁ

Operadora	MSO	Sistema
Ananindeua	ORM Cabo	Cabo a operar
Belém	ORM Cabo	Cabo a operar
Belém	TV Filme	MMDS em operação
Castanhal	ORM TV	MMDS a operar
Marabá	ORM TV	MMDS a operar
Santarém	ORM TV	MMDS a operar

A UNIVERSIDADE VIRTUAL - A FLEXIBILIDADE ESPACIAL E TEMPORAL DO NOVO PARADIGMA DE ENSINO

PEDRO ALMEIDA*, ÓSCAR MEALHA*, HELDER CAIXINHA*
e FERNANDO RAMOS*

RESUMO

A Universidade de Aveiro decidiu, em 1998, lançar um programa de Formação à Distância (FD). Iniciando a experiência com cursos dirigidos a alunos do primeiro ano, está a construir um conjunto extensivo de módulos de formação que permitirão a construção de uma verdadeira e efectiva Universidade Virtual.

O programa de Formação à Distância é suportado por um site *Internet* que utiliza um servidor WEBCT. Este *software* de gestão incorpora diversas ferramentas de comunicação (correio, placard, *chat*, *downloads*). Congregando as ferramentas dos módulos num único site *Internet* torna-o acessível a partir de qualquer parte do mundo, tornando-o numa forte ferramenta de apoio ao teletrabalho.

Este artigo reflecte a evolução do programa de FD, as metodologias de ensino/aprendizagem, os suportes à comunicação, o sistema de gestão, o servidor WEBCT, as experiências que a UNAVE- Associação para a Formação Profissional e Investigação tem neste campo e os resultados e conclusões obtidos até agora.

É ainda importante analisar ambos os lados do processo de aprendizagem: os alunos e a sua produtividade; os formadores e a eficiência da sua avaliação remota. Finalmente, o artigo apresenta o resultado deste estudo e a sua influência na delineação de um projecto de criação de um *site* para teletrabalhadores portugueses.

* Universidade de Aveiro.

Os desafios

As transformações socioculturais que se verificam têm moldado o modo como o ensino é, hoje, entendido e valorizado. De facto, o ensino não é visto como um momento único que precede a inserção no mercado de trabalho; a formação contínua ao longo da vida é a máxima que se afirma. Os desafios do conhecimento são mais profundos e exigentes, «*The amount of new knowledge generated in the last 30 years is greater than that generated during the rest of human history.*» (McCormack *et al*, 1998). Deste modo, é necessário que as instituições de ensino criem formas de transmissão de conhecimentos que se adaptem às necessidades dos novos públicos. Esta flexibilidade passa pela redefinição do espaço tradicional de ensino. Por um lado, as universidades respondem aos elevados custos de criação e manutenção de um *campus*, por outro, abrem novos espaços de ensino, tornando-os mais acessíveis. Deste modo, a proliferação de alternativas de ensino, quer pelo alargamento do número de universidades, quer pelo aparecimento de outras instituições de ensino, tem lançado novos desafios a estas instituições. Torna-se necessário conquistar alunos, e, sobretudo, garantir a qualidade de ensino e a sua acessibilidade «*Distance education is concerned with attempts to develop autonomous learning*» (Homberg, 1995).

Será, contudo, importante entender como tutores e formandos se identificam como personagens activas do processo de aprendizagem e como se revêem neste novo papel assente em comunicação à distância.

Neste cenário de virtualização e alargamento de formas de ensino, a Universidade de Aveiro (UA), face a uma grande preocupação quanto às razões do relativamente elevado insucesso escolar que atinge a comunidade estudantil (e docente), decidiu avançar com um projecto de ensino à distância. Considerou-se que a disseminação da utilização da *Internet* como ferramenta de trabalho poderia ter vantagens como, por exemplo: acesso, em melhores condições de quantidade e qualidade, a materiais de estudo e de exercitação das matérias leccionadas; estímulo e facilidade à comunicação entre alunos, promovendo hábitos de trabalho conjunto e partilha de experiências e, também, a comunicação entre alunos e professores.

Assim, foi decidido avançar com uma experiência piloto durante o 1.º semestre do ano lectivo 1998-1999, envolvendo um número limitado de alunos do 1.º ano comum às licenciaturas em Ciências e Tecnologias da UA, que é frequentado por cerca de 2000 alunos. Esta experiência manteve-se durante o 2.º semestre para os alunos do 1.º ano comum, tendo sido alargada a outras disciplinas de vários outros cursos.

Como resultado da experiência tida no programa de ensino à distância, a UNAVE – Associação para a Formação Profissional e Investigação da

Universidade de Aveiro, organização da UA para a área da formação contínua, decidiu avançar com um programa de formação a distância, baseado em *Internet*, na área da Multimédia e *Internet*.

Como ferramenta de gestão e centralização de recursos, como o recorrer ao WEBCT, um servidor específico para acções de Ensino à Distância que congrega ferramentas de comunicação assíncronas: *placard* de avisos, o correio interno, o calendário; e síncronas como o *chat*. Para além destas ferramentas, este servidor permite ainda disponibilizar conteúdos *on-line*, criar testes de correcção automática e possui diversas ferramentas de monitorização e gestão.

O programa de formação à distância (FD) ¹

Objectivos e metodologia

O programa de FD foi projectado de forma a aproveitar as vantagens do Programa de Ensino à Distância para o campo da Formação Profissional, por forma a abrir esta iniciativa a todos e não apenas à comunidade universitária. Procurou-se contribuir para a diminuição do atraso na Formação Profissional especialmente observado em áreas rurais. A virtualização da universidade permite quebrar com as tradicionais barreiras espaciais e temporais permitindo, assim, aproximar regiões remotas e contribuir para a uniformização comunicacional e de difusão do conhecimento.

Este novo espaço de ensino implica, necessariamente, a redefinição dos modelos de ensino e aprendizagem. Deste modo, o programa de FD adoptou uma metodologia baseada nos seguintes princípios:

- o programa foi concebido para formandos efectivamente à distância;
- minimização do desenvolvimento de conteúdos formativos, recorrendo-se a bibliografia de reconhecida qualidade para o suporte às acções, preferencialmente em língua portuguesa;
- utilização da *Internet* como suporte das interacções entre tutores e formandos e para a disponibilização de materiais de estudo complementares;
- estrutura baseada em módulos, com duração de 1 a 2 meses;
- cada módulo completado com sucesso proporciona um certificado de frequência;

¹ <http://www.unave.pt/fd>

- a conclusão de um conjunto pré-definido de módulos (perfil de especialização) proporciona um certificado final (Certificado de Técnico de Multimédia Interactiva) com especialização no perfil frequentado).

Este programa tem dois perfis complementares, Aplicações de Edição Multimédia e Programação para *Internet/WWW*, compostos por seis módulos diferentes em cada perfil.

O modelo pedagógico adoptado baseia-se num guia de aprendizagem estruturado em sessões de trabalho, cada uma das quais envolve, tipicamente, o estudo de um conjunto de assuntos e exercícios de aplicação sobre esses tópicos. Com uma regularidade pré-estabelecida no guião de cada módulo, os formandos devem enviar trabalhos ao tutor para avaliação. No final de cada módulo, o formando é solicitado a realizar um trabalho de maior dificuldade e extensão, destinado a complementar a avaliação efectuada ao longo do módulo e a congregar toda a matéria abordada nesse módulo.

O acesso ao certificado final de Técnico de Multimédia Interactiva exige, para além da aprovação no conjunto de módulos do perfil de especialização escolhido, um exame final, podendo este (assunto em discussão) realizou-se de forma presencial ou através de um exame à distância, com base em ferramentas de comunicação interactiva e vídeo conferência na *Internet*.

Os resultados

Fundamental em qualquer serviço que se procure afirmar e adaptar aos utilizadores é avaliar e compreender o *feedback* dado pelos seus utilizadores. Para que este *feedback* seja uma realidade é necessário provocá-lo, quer por parte dos formadores, quer pelos órgãos administradores de todo o processo de formação. Deste modo, e por forma a avaliar os esforços de FD efectuados, recorre-se a métodos de avaliação activos e passivos, no que concerne ao utilizador. Por um lado, os questionários em formato electrónico procuram obter a avaliação dos módulos de formação feita pelos tutores e formandos, por outro lado, a análise estatística dos dados caracterizadores da comunicação e dos diferentes serviços de comunicação permite traçar algumas conclusões. Essas conclusões procuram responder a pontos como: a caracterização dos formandos, a caracterização dos contactos estabelecidos entre formadores e formandos, a caracterização da utilização das diferentes tecnologias de suporte à comunicação e a avaliação das interações tutor-formando. Dos esforços de avaliação da qualidade dos módulos de FD destacam-se os seguintes dados:

QUADRO 1

Percentagem média de sucesso referente aos primeiros 10 módulos



Aprovação: 70%

Insucesso (necessário de repetição da frequência): 20%

Desistência (decisão do formando de frequentar o módulo noutra data): 10%

Estes dados permitem, *a priori*, atestar o sucesso deste programa reafirmado pela elevada taxa de aprovação e pela forte utilização dos serviços telemáticos de apoio à formação.

Tomando como exemplo um dos primeiros módulos lançados pela UNAVE, o módulo Linguagens de Programação – Macromedia Director, verificamos que a percentagem de sucesso acompanha a média do curso:

QUADRO 2

Resultados do módulo de Linguagens de autor – Macromedia Director

Universo de formandos	10	6	concluíram com sucesso
		2	adiaram
		1	não concluiu
		1	desistiu

Recorrendo à análise estatística do módulo (duração – 1 mês, universo de formandos – 10), verifica-se um elevado recurso a ferramentas de comunicação, sendo igualmente elevado o grau de aceitação dessas ferramentas.

Estes dados devem ser interpretados, para permitir a melhoria da estrutura e do *modus operandi* de cada módulo. A inclusão do *feedback* no processo de FD permite redefinir os módulos adaptando-os às características deste tipo de formação e ao perfil dos utilizadores. Naturalmente,

FIGURA 1
Menu inicial do Módulo de Director



QUADRO 3
Utilização das ferramentas de comunicação do Módulo Director – iniciação

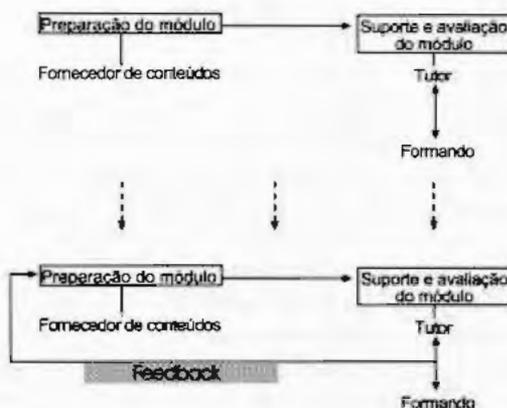
200	Mensagens de correio electrónico trocadas – 50% do tutor
300	Visitas ao <i>site</i> da formação
30	A média de visitas ao <i>site</i> por cada aluno
72	A média de <i>hits</i> por cada aluno
22	Mensagens no <i>placard</i> de avisos
10	Mensagens de correio electrónico interno (todos dispunham de uma conta privada de <i>e-mail</i>)

as reedições de cada módulo permitirão uma melhoria quer da interacção tutor-formandos, quer da adaptação dos diferentes conteúdos e exercícios aos objectivos do módulo.

«The fundamental purpose of any communication technology derives from the creation of a perfectly transparent reciprocal influence between it and the users» (Almeida et al, 1999).

FIGURA 2

O feedback como factor interveniente na dinâmica de criação de conteúdos



No entanto, será insuficiente atermo-nos a uma análise estatística. Será, porventura, mais relevante avaliar as referidas interacções tutor-formando as opiniões de cada interveniente e a avaliação deste novo paradigma de ensino nomeadamente no que concerne ao processo de classificação do formando.

O novo paradigma de ensino

Compreendida a estrutura orgânica do programa de FD, importa avaliar a estrutura cognitiva e científica dos conteúdos e das interacções neste novo espaço de aprendizagem. Assim, a reflexão deve ser centrada em quatro pontos fundamentais: o criador de conteúdos e tutor, o formando, a criação dos conteúdos e o paradigma de comunicação.

O criador de conteúdos e tutor

Ao formador apresentam-se dois desafios distintos: a criação de conteúdos e o papel de tutor e avaliador. Estas duas funções têm necessariamente de ter em conta o contexto comunicacional em que se irá realizar o processo de ensino. Neste âmbito, será importante retomar alguns ensinamentos dos estudos sobre o teletrabalho, nomeadamente no que se refere ao papel do gestor de teletrabalhadores.

«*The term telework refers to a growing array of alternative work styles that involve substituting telecommunications for what was formerly done via travel – or was not possible at all*» (Nilles, 98). Esta definição de teletrabalho de Jack Nilles adapta-se às alterações espaço-temporais que se verificam em cenários de FD. A necessidade de o aluno se deslocar ao local de ensino é substituída por uma ligação à *Internet* e pela utilização das ferramentas comunicacionais em rede.

Perante esta realidade, o criador de conteúdos tem de preparar esses conteúdos de forma a que se adaptem à formação não presencial. A programação das actividades obedece a um profundo rigor; os conteúdos terão de ser disponibilizados em formatos multimédia e divulgados no *site* da formação, os exercícios têm de ser adaptados e as tarefas específicas do formando destacadas. Esta publicação dos conteúdos e a consequente adaptação a formatos multimédia lançam novos desafios que obrigam o formador a empreender esforços de auto-formação e aperfeiçoamento.

No decorrer do módulo, o formador assume a função de tutor, um tutor que não se apresenta num determinado local, a uma determinada hora, perante uma determinada audiência, mas sim, um tutor que está frequentemente acessível e que não tem horas definidas para monitorizar o módulo. O tutor assume o papel de um gestor de teletrabalhadores que deve responder rapidamente às solicitações, «*I'm talking about simple, quick, short ways of letting people know how well they're doing*» (Nilles, 98), de modo a motivar e manter activos os formandos.

Contudo, a tarefa que se apresenta de maior complexidade neste novo paradigma comunicacional e educacional é a avaliação. Heilmann (1998) descreve quatro regras que podem ajudar os formandos, no desempenho das suas tarefas, e os tutores na avaliação:

1. distribuição centralizada do trabalho (o *web site* do curso) – permite ao gestor controlar os acessos a essa informação e permite ao formando encontrar facilmente a informação que procura;
2. auto-organização dos teletrabalhadores (formandos);
3. trabalho metódico (todas as sessões são planeadas);

4. controlo regular de resultados (pelo menos um exercício por semana é enviado para o tutor).

Apesar de a segunda regra depender fundamentalmente dos formandos, o tutor deve incentivá-los a essa organização. A experiência da FD tem mostrado que este novo paradigma de avaliação à distância se revela positivo e tem sido amplamente aceite pelos formandos².

O formando

O formando, público alvo, é a principal razão da virtualização da formação. «*Education can proceed without major reorganisation of student's lives, making them feel more in control and hopefully increasing their motivation*» (McCormack *et al*, 1998), é a disponibilização de um método de ensino flexível e adaptável às necessidades dos formandos que surge como principal factor de adesão a este serviço. O formando tem a liberdade de se organizar e de planear as suas actividades no módulo. No entanto, a este são lançados novos desafios: o formando terá de ter a capacidade de se motivar (auxiliado pelo tutor) para o estudo, de se organizar para cumprir as metas traçadas pelo tutor, de delimitar periodicamente um espaço temporal para a formação, para se abstrair das distrações do escritório ou da casa que habita. As vantagens que a FD apresenta ao formando terão de ser aproveitadas correctamente pela adaptação às novas regras de interacção e organização do trabalho.

A criação de conteúdos

Os conteúdos são a essência do conhecimento e são a materialização desse mesmo conhecimento na sua transmissão aos aprendentes. Para que essa transmissão se processe com o sucesso desejado, é necessário que os conteúdos estejam adaptados ao contexto e ao meio de transmissão dos mesmos. A compreensão das possibilidades dos serviços telemáticos a utilizar é importante, de modo a que estes sejam usados de forma moderada e correcta, evitando a dispersão dos conteúdos dos módulos em favor das possibilidades de comunicação que um determinado serviço ofereça. Como referido, ao criador de conteúdos são lançados novos desafios e reflexões que ele deve ter em conta na criação desses conteúdos.

² 80% dos formandos classificaram com Bom o trabalho do tutor (inquérito em digital enviado aos formandos por e-mail). 100% voltariam a frequentar outro curso de Formação à Distância.

O paradigma de comunicação

A criação de um curso de formação baseado na *Internet*, em que os actores, dispersados geográfica e temporalmente, são suportados por tecnologias, acarreta, necessariamente, novos paradigmas de comunicação e ensino. Os desafios aos formadores e aos formandos tomam novos contornos, a comunicação é mediada pelas tecnologias em serviços síncronos, mas maioritariamente assíncronos. À semelhança das alterações trazidas para as empresas pelo teletrabalho, a FD trouxe a organização de actividades de aprendizagem por objectivos, desvalorizando o factor presencial. Esta transformação permite ao formando adoptar o método de aprendizagem que se adequa de melhor forma ao seu ritmo e capacidade de aprendizagem.

«The Web's greatest intrinsic power is that encourages branched, non-linear instruction» (Brooks, 97).

Conclusões

As recentes alterações que decorrem no panorama das telecomunicações português, nomeadamente a difusão da *Internet* grátis³ e a disponibilização de acessos rápidos à *Internet* por cabo, permitem adivinhar um crescimento ainda maior do número de utilizadores da rede. Necessariamente, esse aumento de frequentadores da *Internet* e o aprofundar dos conhecimentos nesta área permitem alargar o leque de potenciais utilizadores dos novos métodos de ensino, compatíveis com as suas actividades profissionais e/ou de lazer.

O Programa de FD da Unave é um exemplo de uma iniciativa que procura ir ao encontro das novas necessidades de formação ao longo da vida, flexível e adaptável. Esta iniciativa apresenta-se com algum sucesso, demonstrado na elevada satisfação dos formandos, na facilidade de adaptação aos métodos de FD e na quebra das estruturas espaço-temporais.

Quanto às metodologias de ensino, estas exigem uma readequação ao ensino não presencial e mediado por tecnologias, sendo, no entanto, potencialmente tão eficientes como as metodologias do ensino presencial. Estas metodologias assentam em tecnologias em rede que se afiguram completas e robustas para suportarem a FD. Estas tecnologias são um importante

³ A introdução da *Internet* grátis em Itália, que se processou recentemente, levará a um crescimento de 35% ao ano do número de cibernautas neste país até ao ano 2002 (Beltrão, 1999).

auxiliar quer para os formandos (pelo espaço centralizado de estudo que criam e pelos serviços de comunicação que disponibilizam), quer para os formadores (pelos mecanismos de controlo e gestão dos conteúdos e dos acessos dos formandos) sendo, contudo, suficientemente flexíveis para permitirem a adequação a diferentes matérias e abordagens pedagógicas.

A grande vantagem, e ao mesmo tempo incógnita, da adaptação à FD tem sido a dispersão geográfica e temporal dos formandos e formadores. Poder-se-á indicar a positiva adesão dos formandos a esta flexibilidade, pois é-lhes permitido realizar as suas actividades a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer lugar (casa, escritório). A virtualização dos contactos comunicacionais não impediu muitos de voltarem e executarem novos módulos, um dado, sem dúvida, animador para o futuro.

O SITE **teletrabalho.pt**

A experiência da FD, e as conclusões que tem traçado permitem indicar que os utilizadores estão pró-activos em relação às novas tecnologias e em relação a relações de comunicação e trabalho à distância, desde que mediadas pelas tecnologias de comunicação. A aceitação da mediação por um *site Internet* tem sido, igualmente, positiva, permitindo-nos extrapolar algumas indicações para um campo de investigação e preocupação do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, o teletrabalho.

Sendo apontado para Portugal, em 1997, 100 000 teletrabalhadores (Brandão, 99 e ETD, 98), torna-se importante compreender as envolventes desta mudança nos padrões comunicacionais e comportamentais. A organização laboral e comunicacional sofre importantes alterações que merecem uma reflexão profunda. Para além dessa reflexão, importa criar estruturas de apoio aos teletrabalhadores que facilitem a potenciais teletrabalhadores a mudança na sua organização do trabalho.

Neste contexto, e apoiada por algumas indicações que a FD lançou, surge a definição de um *site* para teletrabalhadores portugueses, o **teletrabalho.pt**.



O site destina-se a teletrabalhadores, potenciais teletrabalhadores, pessoas interessadas no teletrabalho e empresas.

Com um principal objectivo de estimular o teletrabalho em Portugal e contribuir para a compreensão das transformações trazidas por este para o

cenário comunicacional no trabalho, o *site* tem como objectivos fundamentais:

- expandir o teletrabalho quer em Portugal, quer nos países de língua Portuguesa;
- ajudar teletrabalhadores e potenciais teletrabalhadores;
- dar um apoio qualificado a empresas que pretendam lançar programas de teletrabalho;
- criar uma plataforma de interface entre teletrabalhadores e empresas – empresas que procurem uma determinada qualificação; teletrabalhadores que ofereçam os seus serviços;
- criar uma base de dados de teletrabalhadores portugueses;
- promover a discussão de temas relacionados com o teletrabalho entre teletrabalhadores, empresas e investigadores, afirmando-se como uma importante fonte de recursos.

Pensamos que a criação deste espaço virtual contribuirá para uma discussão mais profunda das diferentes vertentes inerentes às transformações trazidas pelo teletrabalho, nomeadamente de aspectos organizacionais, comunicacionais, legislativos e jurídicos.

Agradecimentos

De destacar o apoio que diversos membros da UNAVE deram para a realização deste trabalho desenvolvido em torno do Programa de Formação à Distância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Pedro et al, «Understanding the user his role and participation in the development of telematic services: transversal research efforts», in *International Conference on Public Participation and Information Technologies*, Lisboa, 20–22 de Outubro de 1999.
- BELTRÃO, João, «O impacto da net grátis em Itália», in *Digito Tecnologia*, 20-10-1999, <http://www.digito.pt/tecnologia/noticias>.
- BRANDÃO, Miguel Reynolds, «Uma nova forma de organização», in *Comunicações*, n.º 93, Outubro de 1999.
- BROOKS, David W., *Web-Teaching – A guide to designing interactive teaching for the World Wide Web*, Plenum Press, New York, 1997.
- ETD – European Telework Development, *Status Report on European Telework – Telework 98*, European Commission, 1998.
- HEILMANN, W., «The Organizational Development of Teleprogramming», in KORTE, W. B. et al *Telework: present situation and future development of a new form of work organization*, Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdam, 1998.
- HOLMBERG, Börje, *Theory and Practice of Distance Education*, Routledge, London, 1995.
- MCCORMACK, Colin et al, *Web-Based Education System*, John Wiley & Sons, Inc, New York, 1998.
- NILLES, Jack M., *Managing telework – Strategies for Managing the Virtual Workforce*, John Wiley & Sons, Inc., 1998.

A PROBLEMÁTICA DA DIVULGAÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA USANDO OS RECURSOS PROPORCIONADOS PELA INTERNET E PELAS REDES TELEMÁTICAS

MIGUEL OLIVEIRA*, JOÃO TENDIM* e OLIVEIRA DUARTE*

Introdução

Desde há alguns anos a esta parte, conceitos como Cultura Científica e Sociedade de Informação têm aparecido associados de uma forma quase siamesa.

O Índice de Cultura Científica de um povo é um parâmetro que se pretende que exponha as potencialidades e fragilidades do mesmo em relação a todo um qualquer processo de evolução individual, social e tecnológica.

No entanto, há uma pergunta que não se pode deixar de fazer quando em reflexão acerca deste tema. E essa pergunta prende-se com a definição do conceito em si:

Afinal, o que é a Cultura Científica de um povo?

Como se afere de uma forma clara esse índice?

Pode falar-se das percentagens de escolarização (luta ainda longe de ser vencida), do *boom* de cursos de formação técnica no início dos anos 90 e do subsequente desinvestimento na mesma na segunda metade desta década (fenómeno pelo menos digno de alguma reflexão), da entrada e saída relâmpago de empresas de cariz técnico e alta especificidade tecnológica (e correspondente investimento, com as consequências sociais e econó-

* Universidade de Aveiro.

micas inerentes) do espaço nacional... Enfim, a instabilidade própria de uma juventude económico-social gerida *on the fly* «sem tempo» para projectos a longo prazo.

Que conclusões devemos tirar?

Talvez todo este processo seja mais complexo e não possa ser avaliado com base em dados meramente objectivos.

Os loucos anos 90

A data a fixar ou, pelo menos, a tomar como referência é o dia 1 de Janeiro de 1987.

A entrada na Comunidade Económica Europeia veio catalisar de uma forma até antes não imaginada um desenvolvimento social, económico e infra-estrutural que, não estando isento de assimetrias, não pode ser descaracterizado negativamente.

Os anos 90 foram (são) a corporização a médio prazo do maciço investimento feito em Portugal nessa época. Não deixa de ser interessante verificar que as prioridades de investimento foram mudando quer por claro fracasso do investimento feito (caso da agricultura e das pescas), quer pela natural evolução económica do país.

De qualquer forma, na segunda metade desta década (veja-se quão recente é o extremo visível do *iceberg*) a preocupação com a integração de um novo ambiente educativo, social e processual na Sociedade da Informação tornou-se clara (ainda que não radicalmente prioritária). Exemplos como o Projecto *Internet* nas Escolas, o movimento Centros de Divulgação Científica, o Programa Nónio XXI e a própria reforma educativa (muito pouco pacífica) deram forma a uma nova perspectiva sobre a evolução e crescimento de um povo num ambiente europeu competitivo.

No entanto, e apesar da natural tendência nacional para olhar para o estrangeiro no intuito de colher exemplos e experiências (posição muito boa em alguns assuntos), neste aspecto, Portugal, aparentemente, está e é considerado como um dos países europeus com maior motivação governamental e soluções práticas implementadas, com o objectivo de fornecer soluções para estas problemáticas. Em declarações proferidas em Portugal acerca de um programa lançado em Inglaterra pela própria *Microsoft* que prevê a instalação de computadores nas escolas de forma a catalisar o processo de motivação para os ambientes da Sociedade da Informação, Bill Gates garantiu que o grau de consciencialização do Governo português nesta matéria, os programas lançados e as iniciativas em curso dispensam qualquer intervenção. Resta saber se no fundo destas declarações, claramente elogiosas, não estará o facto de o mercado do Reino Unido

ser incomparavelmente mais interessante em termos económicos que o português.

No entanto, e elogios à parte, a inércia que a falta de formação técnica opõe ao desenvolvimento vem agora agravada pela inércia da falta de capacidade de aceder à informação disponível, de uma forma potencialmente igual, em todos os países comunitários a todos os cidadãos.

O problema é que esse acesso potencialmente igual não passa de uma conjectura.

Os altos preços que ainda se praticam em Portugal pelas empresas que fornecem acessos à *Internet*, o alto custo das chamadas telefónicas (dos mais altos da Europa) e o preço praticado para material informático, proibitivo ainda para muitas famílias portuguesas, associados a uma operadora de comunicações fixas monopolista, aplicam uma força de atrito considerável a este sistema.

Num país em que o Rendimento Mínimo é ainda uma necessidade, em que os índices de insucesso escolar são altíssimos e em que a taxa de analfabetos tem ainda dois dígitos, interessa reflectir de uma forma mais profunda sobre os mecanismos a despoletar para, combatendo este fenómeno, aumentar o Índice de Cultura Científica do povo português.

Sem dúvida que o recurso à sociedade de informação e a toda a infraestrutura telemática em que esta assenta é uma excelente arma, mas não parece verosímil que os sistemas telemáticos e as redes que estes constituem possam fornecer o suporte para todo o tipo de interacção em tempo real, seja ele social, económico ou educativo, como defende a corrente utópica da cibernação das sociedades, tão bem encarnada por Alvin Toffler na sua teoria das *Electronic Cottages*.

A questão é mais profunda talvez por ser mais prática.

Mais complexa e menos conceptual.

As iniciativas que decorrem, como sendo as supra citadas Projecto Internet nas Escolas, Programa Nónio XXI, os Centros de Divulgação Científica, são as lanças, as armas de longo alcance com que pretendemos atacar a herança da *Outra Senhora*. No entanto, corremos o risco de, sem integrarmos estes esforços, sem os aglutinarmos e concertarmos, estarmos a fazer parte de uma novela *Quixotiana*, atacando moinhos de vento.

Problemáticas

Os Conteúdos

É óbvia, para quem navega quotidianamente na *Internet*, a clara falta de conteúdos temáticos na *web* em língua portuguesa; é ainda problemática

a falta de confiança a que os investigadores e académicos portugueses e estrangeiros votam os *publisher* e revistas *on-line*; é dramática a forma como ainda estão desorganizados e dispersos os *sites* de informação potencialmente importante para um crescimento social da presença portuguesa na *World Wide Web*.

A Disponibilização do Acesso

Começemos esta discussão pelo ponto de vista estrutural e tomemos como ponto de partida o Projecto *Internet* nas Escolas.

Este projecto tem como primeiro objectivo a instalação, em cada escola do ensino Preparatório e Complementar do país, de um computador com capacidades multimédia e ligação à *Internet*.

No mês de Abril de 1999, o panorama do distrito de Aveiro era o seguinte:

PIE no Distrito de Aveiro

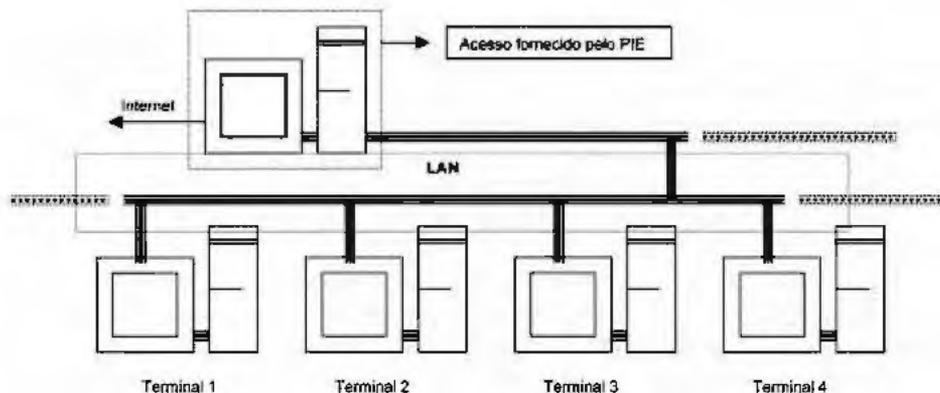


Os 80% de penetração do projecto são um dado muito importante e um excelente indicador do esforço feito para implementar a media a curto prazo.

Estes dados revelam uma potencialidade acrescida ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas: a possibilidade de usar a informação contida no espaço da *Internet*.

A questão que se coloca nesta fase, além das reais consequências que um computador pode ter na aproximação da comunidade educativa da *Internet*, é a dos conteúdos disponíveis, sua organização e integração.

No que respeita à quantidade de postos de trabalho, a configuração ideal, tendo suficiente largura de banda disponível no acesso disponibilizado poderia ser do género:



Desta forma, rentabiliza-se o acesso e multiplicam-se os postos de trabalho de uma forma prática, tecnologicamente simples e economicamente viável

Não nos esqueçamos que a acessibilidade à informação é quase tão importante como a existência da mesma.

O Problema de Encontrar a Informação

Tentemos, por exemplo, encontrar informação acerca dos Centros de Divulgação Científica existentes em Portugal. Imaginemos que não sabemos nada acerca do assunto, nem mesmo os nomes dos mesmos. Tentemos uma busca num *browser* nacional com o tema ciência ou divulgação. O resultado estende-se desde as páginas das universidades até artigos sobre a *Burguesia Mercantil do Século XVII* e páginas de *Tunas Académicas*, sem ser possível encontrar, de uma forma clara, a página do Centro de Ciência Viva do Algarve, por exemplo. Claro que uma navegação ramificada pelos resultados destas buscas poderá, eventualmente, levar o esforço a bom porto, mas torna-se evidente a necessidade urgente da criação de um portal devidamente vocacionado para estes temas, algo que, de uma forma integrada, forneça de uma forma clara e directa as ligações, comentários e informação relativos a todos os projectos que estão em curso e tomam forma no mundo virtual do ciberespaço.

A Necessidade de Credibilizar a Informação

Lançando mão a um estudo feito por Rob Kling e Lisa Kovi acerca dos *publishers on-line* podemos encontrar alguns tópicos e fulcros problemáticos do processo de publicação de material científico, credível e de qualidade, no domínio da *Internet*.

O problema, que se esperaria ver resolvido de uma forma milagrosa pela *Internet*, da passagem dos artigos científicos ou de cariz tecnológico-científico do domínio das revistas e publicações académicas, naturalmente fora do circuito social dominante, para a *Internet*, de acesso global que se pretende globalizante, tornou-se, à luz da experiência acumulada durante os últimos anos, de uma complexidade bastante maior que a esperada.

Uma característica típica de quem produz e publica este tipo de artigos é a alta sensibilidade à legitimidade e *status* da publicação em causa.

Por outro lado, em campos tecnológicos de rápida evolução é altamente criticada a lentidão que os processos de *peer review*, impressão e periodicidade impõem à saída de novos avanços e descobertas.

Torna-se óbvio que o problema da periodicidade e impressão são eliminados num *publisher on-line*, reduzindo este constrangedor *over-head* temporal ao processo de *peer-review*.

A ideia resultante desta conjugação de factores é apostar na introdução do processo de *peer-review* no processo de aceitação de publicações em *publishers on-line*.

E tudo isto a favor de uma credibilização de todo o sistema que conduza ao aproveitamento das imensas potencialidades da *Internet* neste campo.

A solução não existe senão na experiência e interessa atentar nos casos de sucesso de publicações *on-line*. Um caso particular é o da revista JAIR – *Journal of Artificial Intelligence Research*. Além da integração do *peer-review* na estrutura editorial, a própria comissão de selecção é constituída por elementos cientificamente credíveis e o interface gráfico aproxima-se muito do seu irmão em papel, encurtando o fosso entre as duas versões.

Claro está que a questão da reprodução do material de uma forma incontrolável põe em cheque a questão da Propriedade Intelectual do mesmo. Este é um problema de difícil resolução, mas que não poderá ser visto como intransponível já que a evolução das técnicas de protecção de conteúdos, *on-line* avançam diariamente.

De uma forma geral...

Como podemos aferir de uma forma bastante clara e objectiva, a relação existente entre a divulgação da cultura científica, a *Internet* e as

infra-estruturas telemáticas é bem mais problemática do que o que poderia parecer numa primeira análise. A utilidade deste tipo de ferramentas é altamente dependente da potenciação das suas funcionalidades. Pode dizer-se que há uma relação de mutualismo que ainda falta (e é necessário) gerar entre as classes sociais dominantes e o domínio *Internet*, de forma a criar um ambiente realmente integrado de geração, disseminação e aquisição de conhecimento de importância formativa relevante.

A solução não é única nem unidireccional, mas pretende-se unificadora.

Depende de uma concentração de esforços que se estendem desde o plano educacional até ao plano económico e seus constrangimentos, puros e simples, numa floresta de ramificações e interoperacionalidades concretas, mas, no seu objectivo final, dispersantes.

A resposta que damos, fruto da orientação científica e académica do grupo de trabalho, assenta na tentativa de resolver os problemas de credibilização da informação, conteúdos disponíveis e acessibilidade dos mesmos num ambiente *on-line*.

É essencial agora que as suas funcionalidades sejam potenciadas pelos outros actores envolvidos no processo, dando dimensão social à tecnologia.

O Repositório de Informação DCTR

Com base nas ideias apresentadas e definidas anteriormente, foi implementado e concebido um sistema de informação, em progresso e desenvolvimento, com o intuito de albergar informação sobre a oferta de infra-estruturas e serviços telemáticos com incidência nas actividades de ciência e tecnologia.

Com o crescimento exponencial da *Internet* e de redes telemáticas, as comunidades científico-académicas tem demonstrado interesse em disponibilizar os seus conteúdos científicos *on-line*, abrangendo assim não só outras comunidades e grupos científico-académicos, como também pequenos nichos de interesse em diversas áreas. Além disso, é generalizada em Portugal, a falta de confiança, por parte de cientistas e investigadores, em *publishers* e revistas *on-line*, que se reflecte num entrave à consolidação do meio *Internet* como instrumento credível e de disseminação de conhecimento.

É nesta filosofia que assenta o Repositório de Informação DCTR (RI-DCTR), estrutura disponível e acessível às várias comunidades e nichos científico-académicos com acesso à *Internet*, incorporando os métodos clássicos de avaliação de conteúdos de publicações científicas (*peer review*), credibilizando o Repositório de Informação DCTR.

O RI-DCTR apresenta, como principais funcionalidades, um repositório de informação produzida e recolhida pelo projecto DCTR, com um

mecanismo de difusão e divulgação dos mesmos e de interacção de entidades com interesses afins, acessível e disponível através da *Internet*.

Organização conceptual do Repositório de Informação DCTR

Actores envolvidos no RI-DCTR

Num serviço de disponibilização de informação, como o RI-DCTR, é necessário um espectro de utilizadores envolvidos, não só para manutenção e melhoramento do serviço, como também para a própria utilidade, validação e divulgação do mesmo, em comunidades com interesses nos recursos informativos disponibilizados.

Nesta perspectiva, existem três vertentes de utilização do RI-DCTR: administradores, autores e utilizadores não autores (utilizadores com acesso à *Internet*).

Do ponto de vista do utilizador não autor, o acesso aos recursos informativos é válido, i.e., qualquer pessoa com acesso *Internet* poderá usufruir de toda a informação disponível no portal do RI-DCTR, para consulta ou recolha da mesma e também efectuar pesquisas. Esta categoria de utilizadores não é registada na base de dados do serviço, o que permite a um largo número de pessoas aderirem ao mesmo.

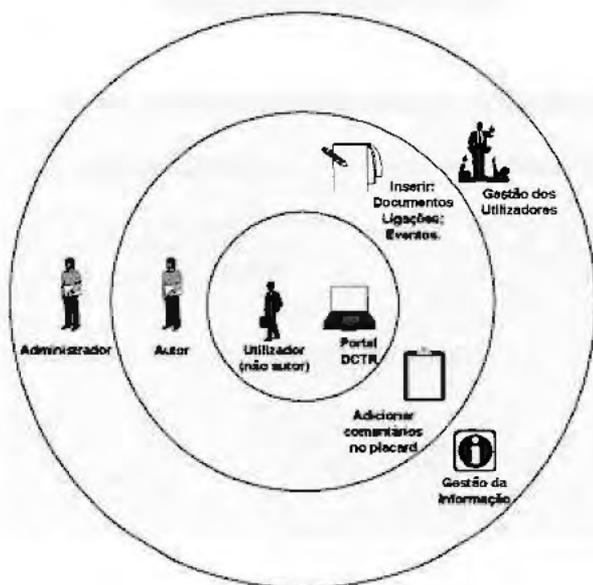
No caso de um utilizador desejar aderir ao serviço como autor, bastar-lhe-á registar-se e aguardar pela aprovação do administrador. Se for aceite, receberá o estatuto de «autor». Se a sua inscrição não for aprovada, poderá receber o estatuto de «inscrição negada» (supondo um utilizador que deseje usufruir do serviço para fins ilícitos) ou inscrição pendente, no caso da mesma necessitar a aprovação de várias pessoas. A ideia base do serviço criar vários tipos de utilizadores tem o objectivo de validar e credibilizar os recursos informativos disponíveis na *Internet*, tal como já foi referido anteriormente.

O autor é um utilizador com o acesso aos recursos informativos e com a permissão para publicar documentos no RI-DCTR, adicionar ligações (*hyperlinks*) e eventos (e classificar os seus recursos informativos) e efectuar pesquisas. Um autor também poderá apagar os seus próprios documentos do serviço, se assim o desejar. Outra das possibilidades de um autor é a de deixar os seus comentários ou informações no *placard* do serviço. Este *placard* informativo suporta comentários diários.

Através do correio electrónico (*e-mail*), o serviço informa o autor das alterações que o administrador pode efectuar aos seus dados. Em estudo encontram-se futuras interfaces de comunicação entre os dois suportes do serviço do DI-DCTR (*Web* e *e-mail*).

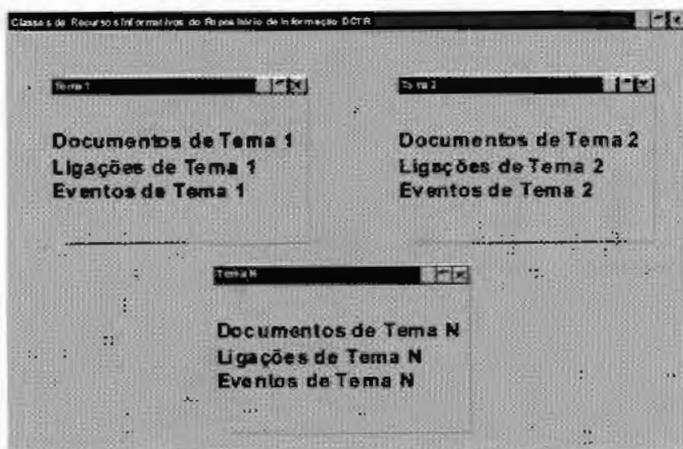
Os utilizadores com todos os privilégios do serviço são os administradores. De momento, o RI-DCTR apenas possui um administrador, com a possibilidade coexistirem outros no mesmo serviço. O administrador é um autor com o poder de manutenção do *site*. Tem todas as permissões de utilizadores não registados e de autores, como o acesso à navegação (portal), publicação de documentos e inserção de ligações, eventos e comentários, complementado com a tarefa de manutenção e gerência do serviço. A aprovação de autores depende única e exclusivamente do administrador. Além disso, tem como tarefa a gestão da informação inserida (documentos, ligações e eventos) com funções de a alterar ou apagar.

Esta estrutura de utilizadores, permite que todas as comunidades e grupos científico-tecnológicos, com acesso à *internet*, possam aderir ao serviço, num dos três possíveis estatutos de utilização.



Estrutura do Repositório de Informação DCTR

O RI-DCTR armazena três tipos de recursos informativos: documentos, ligações (*hyperlinks*) e eventos (Fig. 2). Por sua vez, os recursos informativos são classificados em unidades temáticas, definidas pelos utilizadores do RI-DCTR (Fig. 3). O serviço também possui um *placard* informativo com comentários introduzidos pelos utilizadores e actualizados ao dia corrente.



Documentos

Os documentos são qualquer tipo de informação que um autor pode publicar. Podem ser uma dissertação, um texto, *slide-shows*, imagens, gráficos ou qualquer outro tipo de informação que um autor deseje disponibilizar *on-line*.

Os documentos são introduzidos no RI-DCTR de duas maneiras: ou pelo programa de edição e publicação de páginas *Netscape Composer*, ou através de uma página *Web* do RI-DCTR destinada para esse efeito. Após a

introdução do documento no serviço, o documento encontra-se disponível *on-line*, inserido no tema «Sem Classificação». O autor deve classificar o documento nas classes temáticas existentes ou criando uma nova classe ou subclasse, e deve adicionar expressões chave ao documento de modo a que este seja visualizado ou pesquisado com maior sucesso por parte dos utilizadores do serviço. O autor tem também a possibilidade de apagar os documentos que desejar (propriedade intelectual do indivíduo).

Ligações

Outro recurso informativo, não menos importante que um documento, são as ligações (*hyperlinks*) existentes na *Internet*. Estas ligações abarcam todo o tipo de temas e assuntos, muitos dos quais de interesse para adição ao RI-DCTR. Autores e administradores têm permissão para as adicionar e classificar na base de dados do serviço, com uma breve descrição. Se estas não forem classificadas, encontrar-se-ão no portal do RI-DCTR sob a classe «Sem classificação». Tal como nos documentos, esta fonte de informação deve ser classificada, facilitando a procura, no portal e nas pesquisas, de quem pretende recolher ou visualizar informação referente a um assunto inserido no âmbito do projecto DCTR. Apesar de os autores terem a possibilidade de adicionar recursos informativos, apenas o administrador os poderá remover, sempre que essas ligações não sirvam os propósitos do projecto DCTR.

Sempre que um utilizador tentar aceder a estas ligações, antes do seu programa de navegação os redireccionar, estas são verificadas. Se existirem, o programa de navegação redirecciona para o destino. Se o servidor *Web* que disponibiliza as ligações estiver «em baixo», o serviço redirecciona o utilizador para a página fonte informando-o que não é possível efectuar a ligação. Se essa ligação não existir, o serviço remove esse recurso informativo, informando o utilizador que essa ligação não existe.

Eventos

Os eventos poderão ser conferências, *workshops*, seminários ou qualquer outro tipo de encontro, propícios a debates, informação e divulgação ou confrontação de ideias, típicos e usuais de comunidades científico-tecnológicas. É deste modo que aglomeramos os eventos nos recursos informativos. Do mesmo modo que as ligações, autores e administradores poderão adicionar eventos, somente o administrador os poderá apagar, sempre que esses eventos não sirvam os interesses do projecto DCTR. O serviço apaga um determinado evento, quando a data de conclusão desse evento for ultrapassada pela data do dia corrente.

http://dev.liv.lp60000/DCTR/ta_classes.html?sess_id=23mar991300

Repositório de informação DCTR

Classe de Conferência
 Conferências de 11 Dezembro de 1999

Documentos nesta classe

- Documento Abstract ICPII sobre "The School, the System Context" de João C. Jardim (Trad. In: [2000](#))
- Documento Abstract LUSOCOM sobre "O Encontro Inicial de Ciências da Computação" de João C. Jardim (Trad. In: [2000](#))

Ligação nesta classe

- Conferência LUSOCOM
- Conferência ICPII

Eventos nesta classe

- Conferência Internacional em 21 e 22 de Junho de 1999 sobre "Tecnologias de Informação sobre A Conferência ICPII com como objetivo incluir uma forma de encontro investigadores na área das tecnologias de informação e formas de incentivar participação pública neste campo de trabalho - Portugal. Este evento ocorreu de 20 de Outubro 1999 a 22 de Outubro 1999. Actualizado a 25 de Março de 1999.
- Trabalho-Examinar For Multinational Networks and Services sobre Third European Workshop de Junho, Portugal. Este evento ocorreu de 14 de Dezembro 1999 a 16 de Dezembro 1999. Third European Workshop.
- Conferência Mundial de Ciências sobre Distribuição Mundial de Ciências de Portugal, Europa. Este evento ocorreu de 2 de Julho 1999 a 31 de Dezembro 2003. Final Report.
- Encontro Inicial de Ciências da Computação sobre Organização LUSOCOM - Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, Portugal.

Menu de opções

- **Autores**
 - [Bibliografia de um autor](#)
 - [Abstracts de um autor](#)
- **Documentos**
 - [Clique aqui para documentar](#)
 - [Título de documentos](#)
 - [Abstracts de um documento](#)
 - [Lista de documentos](#)
 - [Listagem de documentos](#)
- **Recursos Informativos**
 - [Adicionar um item](#)

Classes

Todos os recursos informativos estão associados a classes temáticas que são criadas sempre que nova informação introduzida mereça uma classificação ainda não definida, i.e., a criação de uma nova classe principal, ou uma classificação mais específica, i.e., uma nova classe que é subclasse de outra de nível hierárquico superior. (Suponha-se a criação de uma nova classe de «sociologia», dentro da classe de «ciências sociais»). ;-)

Outra função apenas permitida a administradores é a alteração de classes existentes (um título mal introduzido) ou remoção das mesmas (no caso de transpor os objectivos do serviço). Ambos autores e administrador tem a permissão para adicionar novas classes e subclasses.

No caso de o administrador remover uma classe de nível hierárquico inferior, todos os recursos informativos da classe removida são transpostos para a classe de hierarquia superior (supondo que a classe de «sociologia» é removida, todos os seus recursos informativos serão movidos para a classe «ciências sociais»).

Na hipótese de remoção de uma classe superior, os recursos informativos dessa mesma classe perderão a sua classificação (voltando ao mesmo

exemplo, todos os recursos informativos da classe «ciências sociais» prediriam a sua classificação e seriam disponibilizados no serviço na classe «sem classificação»).

Portal RI-DCTR

O portal é a página principal do RI-DCTR que engloba todas as classes temáticas com recursos informativos, *placard* e menu de opções.

Lista de classes

No portal são disponibilizadas várias classes temáticas que abarcam um leque de recursos informativos e outras subclasses.

***Placard* informativo**

Todos os autores e administrador são convidados diariamente pelo serviço a introduzirem um breve comentário diário. Esse comentário estará disponível durante o dia corrente no portal. Poderão ser inseridas nesses comentários informações de carácter lúdico ou profissional.

Menu de opções

O menu de opções é dotado de variadas funcionalidades destinadas a acções de cada autor ou administrador:

- Autores:
 - inscrição de um novo autor;
 - alterar os dados de um autor.

- Documentos:
 - criar um novo documento;
 - publicar documentos Word, PDF,...
 - alterar os dados de um documento;
 - apagar documentos;
 - listagem de documentos.

- Recursos Informativos:
 - adicionar ligações;
 - adicionar eventos;
 - pesquisar.

- Administração.
 - Utilizadores:
 - listagem dos utilizadores;
 - alterar os dados de um utilizador.
 - Ligações:
 - alterar ligações;
 - apagar ligações.
 - Eventos:
 - alterar eventos;
 - apagar eventos.
 - Classes:
 - alterar classes;
 - apagar classes.

As opções de administração serão visualizadas se apenas o autor tiver o estatuto de administrador. Será pedida uma palavra-passe ao utilizador, na tentativa de execução de uma das funções do menu por parte do mesmo.

Repertório de informação DCTR

- [Projecto Internet nas Escolas](#)
- [Centros de Divulgação Científica](#)
- [Instituições e Organismos](#)
- [Ensinos Superiores](#)
- [Bibliotecas Portuguesas](#)
- [Revistas Internacionais](#)
- [Serviços de Pesquisa de Informação](#)
(Centros de Pesquisa Nacionais, Institutos de Estudos Internacionais)
- [Sem classificação](#)

- [Conferências](#)
- [Gestão DCTR](#)
Dados de acedentes, Estatísticas
- [Inst. Org. Estrangeiros](#)
- [Unidades de Investigação Nacionais](#)
- [Bibliotecas Estrangeiras](#)
- [Literatura Visual](#)
- [Revistas Nacionais](#)

Menu de opções

- [Autores](#)
 - [Inscrição de um novo autor](#)
 - [Alterar os dados de um autor](#)
- [Documentos](#)
 - [Transferir novo documento](#)
 - [Publicar documentos DCTR](#)
 - [Eliminar dados de um documento](#)
 - [Alterar documentos](#)
 - [Transferir documentos](#)
- [Recursos Informativos](#)
 - [Bases de dados](#)
 - [Aceder a bases de dados](#)

© Comunidade de Inq. Sup. Univ., dia 14 de Outubro de 1995

Se quiser aceder a estes recursos informativos? Marque! Miguel Cerveira (mgc@ci.uep.pt) às 14:28:11

Venha a sítio do Centro de Divulgação Científica HEURAKA! Centro de Divulgação Científica - IGEPI

Óbvio! (mgc@ci.uep.pt) às 14:27:00

Pesquisas

As pesquisas estão acessíveis a qualquer utilizador (anónimo, autor e administrador). Um utilizador pode efectuar pesquisas, simples ou complexas, de toda a informação armazenada na base de dados do RI-DCTR (documentos, expressões-chave, ligações, classes e eventos). Na pesquisa simples, as expressões introduzidas serão pesquisadas em todas as fontes de informação da base de dados do serviço. Na pesquisa complexa, o utilizador pode escolher quais os recursos da base de dados que pretende procurar. O utilizador tem também a possibilidade de executar pesquisas no SAPO (<http://www.sapo.pt>) e no CUSCO (<http://www.cusco.pt>).

A expressão-chave é analisada de várias formas: se a expressão-chave for coincidente com alguns recursos informativos, são retornados resultados, se não retornar resultados é procurada uma expressão-chave similar àquela que foi introduzida; se, mesmo assim, a expressão-chave introduzida (entenda-se expressão por várias palavras) não retornar resultados, é partida em pirâmide esquerda e direita até que sejam retornados alguns resultados; se não retornar resultados, é procurada palavra a palavra. Em todas as pesquisas são procuradas palavras e expressões idênticas ou similares.

Desta forma, é facilitada a pesquisa aos utilizadores que, muitas vezes, noutros serviços na *Web*, têm de introduzir palavra a palavra até obter algum sucesso na procura de informação nos serviços de quem a disponibiliza.

The screenshot shows a web browser window with the address bar displaying <http://www.ri-dctr.cusco.pt>. The main heading is "Pesquisar". Below the heading, there are three sections of search results:

- Documentos encontrados na pesquisa:**
 - **Trabalho de Investigação Científica da Tabela "Estrutura de Actividades 4 e 7" de Miguel Oliveira** (Jágo, macilla@)
- Ligações encontradas na pesquisa:**
 - **SECRETARIA DE AGRICULTURA E PASTAGEM**

Menu de opções

• Autores

- [Alfonso de Castro](#) (442)
- [Adriano de Jesus de M.](#) (402)

• Documentos

- [Copa do Mundo de Futebol](#)
- [Estudo de caso sobre a](#)
- [Situação da saúde de um](#)
- [Aplicação de](#)
- [Trabalho de](#)

• Recursos Informativos

- [Acesso](#)

URL do RI-DCTR

Este serviço encontra-se em fase experimental em:

<http://devil.av.it.pt:8080/DCTR>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KLING, Robert; COVI, Lisa. «Electronic Journals and Legitimate Media in the Systems of Scholarly Communication» (Department of Information & Computer Science University of California, Irvine) in *The Information Society* 1995.
- CARLOS, Jorge Adriano. «Multimédia e Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação» in *Dicionário da Revisão Constitucional* 1999.
- SKILLBECK, Malcom. «Os Sistemas Educativos face à Sociedade da Informação» in *Na Sociedade da Informação - O que prender na Escola?*, ASA, 1998.
- MAGALHÃES, José. «Perplexidades Ciberlegislativas à beira do III Milénio» in *O Futuro da Internet: Estado da Arte e perspectivas de Evolução*, Centro Atlântico, 1999.
- SILVA, Alberto. «Agentes de Software na Internet», Centro Atlântico, 1999.
- MURCH, Richard; JOHNSON, Tony. «Intelligent Software Agents», Prentice Hall PTR, 1998.
- CARRIÇO, José António. «Desenho de Bases de Dados», ISTECS, 1996.
- MULLER, Robert J. «Database Design for Smarties» in *Using UML for Data Modeling*, Morgan Kaufmann, 1998.

AS PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS DENTRO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

MARCELO SABBATINI*

RESUMO

O presente trabalho caracteriza e descreve o surgimento das publicações eletrônicas científicas na *Internet*, traçando o histórico de seu desenvolvimento e abordando também as principais questões envolvidas na transição do modelo de publicação baseado no papel para o modelo eletrônico, de entre as quais se destacam as questões dos direitos autorais, a questão econômica, a legitimidade acadêmica, a percepção de qualidade e o acesso e preservação destas publicações, que são tratadas na revisão da literatura sobre o tema. Dentro destas questões, uma grande relevância é dada ao papel que as publicações eletrônicas terão dentro do sistema sócio-tecnológico presente atualmente na sociologia e nos processos comunicacionais da ciência.

1. Introdução

Por publicação eletrônica entende-se qualquer tecnologia de distribuição de informação em uma forma que possa ser acessada e visualizada pelo computador e que utilize recursos digitais para adquirir, armazenar e transmitir informação de um computador para outro (Stanek, 1995). Uma definição complementar a esta é dada por Rush, para quem uma publicação eletrônica é simplesmente «uma publicação em forma adequada para

* Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Programa Alfa Cuco no Máster Ciencia, Tecnología y Sociedad: Cultura y Comunicación en Ciencia y Tecnología, na Universidade de Salamanca.

o uso com o computador e que tecnicamente pode existir na forma de campos magnéticos ou de meios magnetizáveis, ou na forma de transformações físicas, químicas ou magnéticas de algum meio que possam ser detectadas por meio de luz (raio laser). É o aparato que permite aos humanos acessar e ler as publicações que é eletrônico» (Rush, 1996).

A publicação eletrônica científica apresenta uma série de vantagens em relação à publicação impressa convencional, tanto para o editor científico como para o usuário final da informação. Como vantagens para o editor, as publicações eletrônicas podem atingir uma grande audiência potencial, devido à disponibilidade universal da informação, oferecem disponibilidade para todas plataformas de *hardware/software*, baixo custo de investimento e de produção, eliminação dos custos de reprodução e transporte, permitem novas formas de apresentação (áudio, vídeo, interação com o usuário final da informação), integração com outros *sites* e documentos da WWW e indexação eletrônica, diminuem os atrasos de publicação e possibilitam a submissão eletrônica de manuscritos. Já como vantagens para o usuário, podemos citar o baixo custo de acesso, a disponibilidade instantânea e global de uma informação mais rica em conteúdo do que outras mídias, a facilidade de cópia e impressão, informação mais atualizada e fácil de achar através de mecanismos de busca, e a possibilidade de diálogo interativo com autores e editores.

No entanto, a publicação eletrônica na *Internet* também impõe uma série de empecilhos, de entre os quais podemos destacar a proteção ao direito autoral, sendo dificultada devido à possibilidade de reprodução ilimitada, as questões da legitimidade e da qualidade da informação, a cultura prevalecente do «tudo é de graça», as preocupações com questões de segurança, as conexões lentas, um obstáculo para projetos multimídia, e a dificuldade crescente de se obter visibilidade, devido à grande quantidade de informações e *sites* disponíveis.

Em termos técnicos, proliferam as ferramentas de edição eletrônica, com o surgimento de vários padrões e alternativas. Também é importante ressaltar que o crescimento exponencial do número de documentos existentes na *Internet*, observado a partir de 1993, faz com que sistemas de organização e armazenamento de dados, como bibliotecas digitais, sejam adotados pelo editor eletrônico.

Cabe ao pesquisador da área de comunicação levantar tais problemas, procurando uma abordagem crítica e reflexiva dos mesmos, e identificando por sua vez os padrões e modelos editoriais que irão prevalecer no futuro.

2. Breve panorama histórico do desenvolvimento das publicações científicas eletrônicas

No ano 1999, a apenas dois anos do século XXI, é inegável que a tecnologia mais importante e influente da sociedade mundial é o computador. Entre os tipos de computador em uso, o que se encontra mais disseminado, e o que se considera que operou a maior transformação em nossa sociedade, é o microcomputador. Surgido na década de 70, popularizado na década de 80 e absolutamente presente na década de 90, o microcomputador está presente em todas as facetas da vida moderna, de seu uso na indústria e comércio aos jogos recreativos, passando pelas aplicações domésticas, pelas transações financeiras, pela automatização e finalmente pelas telecomunicações.

Porém, apesar de sua grande utilidade para a pesquisa acadêmica, ao permitir o processamento de grande quantidade de informação e a realização de cálculos matemáticos complexos, até há pouco tempo atrás o computador não foi capaz de mudar a organização social de disciplinas, nem as formas que tomam os produtos do conhecimento e os processos pelos quais a disseminação e armazenamento deste conhecimento são realizados (Harrison & Stephen, 1996). Assim, a inovação tecnológica que mais poderá afetar as práticas e estruturas acadêmicas é a convergência de duas tecnologias, a saber, a microcomputação e a rede de computadores, também denominada computação massiva paralela ou computação distribuída. Esta convergência tecnológica resulta numa revolução nas formas e métodos de gerência da informação, armazenamento, processamento e transmissão, sendo que uma de suas características mais notáveis é a velocidade explosiva a que se processa. Cabe notar que os grandes impactos do binômio microcomputador/rede de computadores não se limitam ao meio acadêmico, do qual tratamos nesta análise, mas também afetam um número cada vez maior de indivíduos da vida profissional e cotidiana, além de impactar algumas das instituições mais sólidas em que nossa civilização se baseia, com a introdução do ensino à distância, da telemedicina, das bibliotecas digitais e do dinheiro eletrônico, por exemplo. Uma análise breve, porém abrangente, dos impactos econômicos, culturais e sociais envolvidos nesta revolução da informação pode ser encontrada no trabalho de Mandel, Simon e de Lyra (1997).

Dentro deste contexto, a *Internet* representa sem dúvida o maior pilar da computação em rede, pois pode ser definida, não rigorosamente, como uma «rede de redes» que alcança hoje praticamente todo o globo terrestre, além de proporcionar uma ampla variedade de ferramentas. É, portanto, no início dos anos 90, que a humanidade assiste ao florescimento desta grande rede mundial de computadores, uma combinação de tecnologias de telecomunicações que começa a transformar a sociedade e a economia globais

de forma profunda. Embora tenha nascido no final dos anos 60, a partir da interligação de quatro centros de pesquisa norte-americanos, em um projeto militar fechado, somente a partir de 1993 a *Internet* começa a ser incorporada em centros de pesquisa e universidades e, a partir de 1995, é que se observa a grande explosão de seu uso comercial ¹. As decorrências da adoção desta nova tecnologia são objeto de estudo das mais variadas disciplinas do saber humano, incluindo-se aí as Ciências da Comunicação (Newhagen & Rafaeli, 1995).

A *Internet* tem apresentado, desde seu surgimento, um impacto considerável no âmbito da comunicação científica, ou seja, em seu próprio berço de nascimento. Neste sentido, a publicação eletrônica surge como ferramenta de intercâmbio de informações científicas, possibilitando o contato de pesquisadores espalhados ao redor de todo o globo. Em um primeiro momento, esta comunicação ocorre de forma interpessoal, através das mensagens de correio eletrônico e das listas de discussão baseadas nesta ferramenta. Somente em um segundo momento, com o surgimento do recurso chamado *World Wide Web* e do uso do hipertexto, serão criadas formas de comunicação mais sofisticadas (Guédon, 1994). O início das publicações eletrônicas é realizado na base de projetos de experimentação e cooperação, como o do projeto TULIP, abrangendo dezasseis universidades e a editora comercial Elsevier Science, e o Red Sage envolvendo os laboratórios AT&T Bell, a UCSF e a editora Springer-Verlag (Hunter, 1998). O projeto mais bem sucedido, porém, é considerado o de Paul Ginsparg, com seu servidor de *preprints* na área de física teórica, em Los Alamos (Ginsparg, 1994).

A publicação eletrônica neste período é mais bem analisada, porém, por uma ampla pesquisa qualitativa realizada sobre a amostra total de revistas eletrônicas em língua inglesa nas áreas de ciência, tecnologia e medicina ², reconhecidas como os tipos mais caros de publicações acadêmicas, devido ao grande número de tabelas e fórmulas matemáticas complexas a serem representadas (Hitchcok, 1996). Apesar de ser detectado um aceleramento no número de publicações eletrônicas, a grande conclusão da pesquisa foi de que o meio ainda não era suficientemente explorado, na medida em que recursos inovativos como vínculos de hipertexto, mecanismos de busca por palavra-chave, gráficos e fotografias em cores, informação em áudio e vídeo e notificação de usuários através do correio eletrônico eram escassamente implementados. Ainda dentro do tema dos recursos adicionais

¹ A aceitação e uso da *Internet* a nível comercial varia a nível regional, conforme a disseminação da tecnologia. No Brasil, podemos considerar 1996 como o ano da *Internet*.

² É utilizado o termo STM, significando *Science, Technology and Medicine*, utilizado amplamente entre editores científicos de língua inglesa.

que o meio eletrônico proporciona, outros levantamentos identificam «bônus» que simplesmente não são possíveis na mídia tradicional, como, por exemplo, grupos de discussão na *Internet* ligados à publicação, referências vinculadas a base de dados bibliográficas e acesso aos dados originais de pesquisa (Taubes, 1996a). Tais aspectos inovativos só seriam incorporados na medida em que surgissem as revistas puramente eletrônicas ou pelo comprometimento da comunidade acadêmica em exigir tais caracteres, com o desenvolvimento de novos jornais, produtores e estruturas de publicação.

São identificadas ainda duas categorias diferentes de publicações eletrônicas, a saber, a edição *online*, que simplesmente reproduz eletronicamente o conteúdo de uma revista já existente no modelo impresso, e as revistas puramente eletrônicas. Em relação a estas últimas, observa-se uma dificuldade de se obter uma massa crítica de publicação, embora sejam relatados alguns exemplos bem sucedidos. A partir destas duas categorias irão se estabelecer duas visões competitivas da publicação eletrônica, a serem adotadas pelos atores envolvidos na publicação acadêmica (Okerson, 1991). A primeira, mais conservadora, mimetiza a publicação impressa, porém se apropria da vantagem da rapidez da transmissão da informação, para se tornar numa peça fundamental da comunicação acadêmica. A mera substituição do meio é vista como uma atitude tímida, diante do potencial que o meio eletrônico apresenta, e uma publicação mais arrojada incluiria o processo de revisão e crítica dos artigos sendo feito de modo *online* e aberto, através de *um open peer-review* (Harnad, 1996). Tal conceito revolucionaria os modelos formais e informais de comunicação acadêmica e irá conduzir em grande parte o debate sobre o tema.

Outro trabalho significativo envolve a observação das tendências concernentes às publicações científicas acadêmicas, através de uma série de estudos realizados pela Faculdade de Ciências da Informação da Universidade do Tennessee e a empresa King Research (Tenopir & King, 1998). Através de várias pesquisas, são determinadas as características das publicações científicas que se tornarão críticas na adoção de um modelo eletrônico de publicação. Entre os principais achados, destacam-se o reconhecimento das publicações acadêmicas como fonte crítica de informação, a determinação de padrões de busca de informação e a determinação de padrões e frequências de leitura. A partir destes dados, os autores afirmam ser possível estabelecer uma estratégia adequada para o estabelecimento de preços de publicações eletrônicas.

A partir da segunda metade dos anos 90, a publicação eletrônica passa a ser aceite como um fenômeno inexorável pela maioria dos atores do processo de comunicação científica, existindo um consenso em torno da ideia de que atualmente estamos em um período de transição entre o modelo baseado na publicação impressa e o modelo puramente eletrônico

(Peek, 1996). Surgem propostas revolucionárias no âmbito das publicações, visando a quebra dos atuais paradigmas, e a publicação eletrônica desenvolve-se como campo de estudo e de pesquisa, possuindo já uma vasta bibliografia de literatura crítica (Bailey, 1999).

Assim, à medida que a *Internet* cresce, as ferramentas de publicação multimídia voltadas para a *World Wide Web* se popularizam permitindo um crescimento ainda maior no número de publicações existentes e tornando o processo amplamente disponível, através de metodologias simples e acessíveis (Sabbatini & Sabbatini, 1998).

No Brasil, também se observam iniciativas pioneiras no campo da publicação eletrônica científica. Os primeiros projetos surgem através do Núcleo de Informática Biomédica (NIB) da Universidade Estadual de Campinas, em 1994, com o surgimento do Hospital Virtual, um recurso de informações médicas na *Internet*. O Hospital Virtual é seguido pela fundação de do e*pub – Grupo de Publicações Eletrônicas em Medicina e Biologia, uma divisão do NIB voltada para o desenvolvimento de revistas eletrônicas, responsável pelo desenvolvimento de revistas eletrônicas como os *Arquivos Brasileiros de Cardiologia* e o *Online Journal of Plastic and Reconstructive Surgery*. Atualmente, o e*pub publica regularmente 13 revistas eletrônicas, entre versões eletrônicas e títulos exclusivamente *online*.

3. As principais questões relativas às publicações científicas eletrônicas

No mesmo período, observa-se uma intensificação do debate a respeito da publicação eletrônica, na medida em que esta ameaça o *status quo* do processo de comunicação acadêmica enquanto sistema sócio-tecnológico. No modelo atual, os pesquisadores e cientistas publicam não somente para se comunicar com seus pares, mas também para estabelecer seus feitos sobre determinado resultado em determinado tempo, para obter formas de reconhecimento profissional, para obter certificação independente de seus resultados, para arquivar estes resultados para a posterioridade e para se comunicarem com as pessoas interessadas em seu trabalho ou disciplina³. Em outras palavras, trata-se basicamente de um modelo de recompensa ao esforço individual, no qual o ato de publicar proporciona reconhecimento ao cientista, sendo que este reconhecimento atua como um dos principais valores dentro da comunidade científica e de sua sociologia (Merton, 1960).

³ O tema é amplamente conhecido, porém pode-se consultar Hunter, 1998.

Dentro deste mesmo modelo, observa-se a atuação de distintos atores, destacando-se as instituições de pesquisa, os pesquisadores, as editoras comerciais e as bibliotecas acadêmicas. Do ponto de vista econômico, hoje tal modelo é amplamente questionado. Enquanto as instituições de pesquisa financiam os pesquisadores, que se utilizam das publicações para divulgar resultados e obter reconhecimento, as mesmas instituições devem pagar somas cada vez maiores às editoras para obter material bibliográfico que elas mesmo geraram e continuar o processo de pesquisa⁴. As editoras comerciais, por outro lado, limitam o acesso à informação através de obstáculos como o direito autoral, mesmo que a distribuição ilimitada seja o objetivo do pesquisador. Este autor aceita tal «barganha faustiana» pois, sem o editor, seu trabalho não seria publicado nunca (Harnad, 1995a).

A publicação eletrônica torna-se revolucionária, na medida em que possibilita eliminar o papel do editor comercial, sendo a publicação realizada pelos próprios pesquisadores, um movimento que tem sido denominado *author empowerment* (Taubes, 1996b). Em torno desta questão, surgem duas linhas de pensamento: a primeira, mais otimista, defende que a comunidade acadêmica, com o uso da *Internet*, irá produzir sua própria produção literária científica (Harnad, 1995b, Odlyzko, 1995); já outra corrente defende que o alto grau de especialização técnica envolvida na publicação eletrônica exigirá a profissionalização desta atividade, cabendo às editoras comerciais se adaptarem adequadamente (Rowland, 1995, 1996).

Outra questão que se torna prioritária é a do processo de avaliação dos pares enquanto forma de certificação da qualidade acadêmica. As questões em torno da natureza, estrutura e valor da avaliação pelos pares torna-se um ponto crucial na aceitação do modelo eletrônico de publicação (Langston, 1996). Assim, o processo tradicional parece passar por uma crise metodológica, com a observação da existência de falhas, como a não detecção de erros em artigos científicos e a inutilidade do ocultamento da identidade dos revisores e autores, e vieses, como a seleção de trabalhos conforme a avaliação de parâmetros como a posição acadêmica, currículo científico, e sexo do pesquisador, além da predominância geográfica e lingüística da ciência anglo-saxã (Revuelta, 1998). Outro ponto de discussão é o papel que as novas tecnologias poderiam representar no processo de avaliação por pares, aportando soluções, por um lado, e colocando novos problemas (Sabbatini, 1998). No entanto, as publicações eletrônicas, mesmo que adotem processos de análise e certificação de qualidade, tendem ainda a serem consideradas de menor prestígio do que as publicações tradicionais

⁴ No Brasil, observa-se uma menor participação de editoras comerciais e a prevalência de publicações subsidiadas pelas agências de fomento em pesquisa.

(Butler, 1994), dificultando o processo de sua afirmação dentro do modelo de publicação acadêmica.

Além disso, à medida em que se adotassem modelos inovativos de publicação, como o *open peer review* o conceito de autoria também estaria sendo colocado em cheque (Grusin, 1994; Antonio, 1998), com os papéis sequenciais de autor e leitor misturando-se simultaneamente para o surgimento do criador/compilador/comentador. Uma vez que estes papéis intermediários teriam menos autoridade, o sistema atual de avaliação e reconhecimento também teria que ser adaptado a esta nova realidade, tarefa que não se apresenta nem simples nem rápida.

Dentro do amplo debate, surgem posições cautelosas em relação às publicações eletrônicas, definindo os principais obstáculos à sua adoção, ao mesmo tempo que identificam nela uma série de qualidades.

Discorrendo sobre o impacto da publicação eletrônica nas bibliotecas acadêmicas, Bailey (1998b) identificou vários problemas que tornarão o processo de transição do modelo impresso para o eletrônico mais lento. O primeiro é a dificuldade de se estabelecer mecanismos de controle de acesso e de desenvolver modelos econômicos pagos de publicações eletrônicas, partindo do princípio de que as editoras acadêmicas também estão voltadas para o lucro. A digitalização de documentos e livros antigos envolve despesas, complexidade e dificuldades legais que também impediriam as bibliotecas de converter suas coleções à forma digital. Ainda, a adoção de leis de censura à informação eletrônica, como o *Communication Decency Act* (CDA) proposto pelo governo norte-americano e rejeitado no mesmo ano de 1996, faria com que publicações impressas se tornassem legalmente mais seguras do que suas congêneres eletrônicas. A adoção de um modelo eletrônico exigiria dos editores investimentos altos em sistemas sofisticados de publicação e das bibliotecas e instituições de ensino investimentos de maior grandeza em infraestrutura de redes de computadores, ainda que a percepção das publicações eletrônicas como meio legítimo de comunicação científica não estaria plenamente estabelecida. Finalmente, a dificuldade de se implementar a proteção do direito autoral aos meios eletrônicos impediria o desenvolvimento e implementação completa de um modelo eletrônico. A questão do direito autoral tem sido abordada por diversos autores (Halbert, 1991).

Já Raney afirma que a «publicação eletrônica será adotada pela comunidade científica e técnica somente quando alcançar as necessidades desta comunidade, superar os principais problemas da publicação convencional e oferecer novas e compensadoras capacidades que excedam aquelas das publicações convencionais» (Raney, 1998). Ainda assim, reconhece que a alternativa eletrônica constituirá uma ferramenta de pesquisa essencial.

Por sua vez, John December, responsável ele próprio por um *site* e uma revista eletrônica na *Internet*, a *Computer Mediated Communication Maga-*

zine, trata de desfazer alguns dos mitos da publicação na *World Wide Web*, combatendo a visão tecnologicamente determinista de que os aspectos tecnológicos por si só fazem da publicação eletrônica uma ferramenta válida e reconhecida dentro do processo acadêmico de comunicação (December, 1997). De entre os mitos analisados, estão os de que a tecnologia e a habilidade tecnológica conferem qualidade por si sós; de que a publicação eletrônica reduz dramaticamente tempos e custos sem a consideração de outros fatores, e de que comunidades virtuais podem ser criadas sinteticamente. Basicamente, os fatores que não são levados em conta e que levam à criação destes falsos mitos são a competência humana, o próprio conteúdo da informação a ser veiculada pelo meio e a estrutura sociológica estabelecida no meio acadêmico. Assim, os editores eletrônicos deveriam considerar três pontos básicos no desenvolvimento de seus produtos: o foco na audiência, com o conhecimento desta e de suas necessidades de informação; o reconhecimento de estruturas de poder não-tecnológicas na comunidade acadêmica, procurando trazer para dentro de seu projeto os aspectos da esfera social em que cada disciplina está contextualizada; e, finalmente, o favorecimento de estruturas sociais para o compartilhamento do conhecimento com a tecnologia, permitindo a criação de espaços de comunicação cuja necessidade já existe.

Em um consenso geral, a publicação eletrônica apresenta modelos de complementação em relação às publicações impressas tradicionais, seja na disponibilização de informação ao usuário, seja no controle e armazenamento desta informação. Em um primeiro momento, a publicação eletrônica permite o uso da multimídia, isto é, o uso de informações como áudio e vídeo, além dos gráficos e figuras (Stanek, 1995), enriquecendo a publicação enquanto meio.

Além disso, são criadas novas capacidades, como por exemplo, as citações dinâmicas, que permitiriam a adição de citações pós-publicação. Neste sentido, artigos *online* poderiam ter três listas de citação distintas: referências de bibliografia (citações utilizadas no texto), bibliografia (lista de todos artigos pertinentes ao tema) e citações inversas (lista dos artigos subsequentes que referenciam o próprio artigo).⁵

Outro elemento de grande importância é a adoção de bases de dados bibliográficas eletrônicas, similares a tradicionais, que registram e indexam a literatura científica, representando o mecanismo de controle da promoção e visibilidade das publicações científicas. O estabelecimento destes serviços de indexação, ao instaurar interconexões entre os registros bibliográficos e os textos completos, permitindo acesso imediato, ao mesmo

⁵ Tal sistema já é adotado, como pode se ver em Hitchcock, (1996).

tempo em que estes incorporam conexões para os registros bibliográficos, aumenta a visibilidade da informação e consolida o papel das bases de dados bibliográficos (Packer, 1998).

Aliada a estes fatores, a economia das publicações eletrônicas é analisada favoravelmente por diversos autores (Varian, 1996), (Odlyzko, 1997), uma vez que os custos de impressão e distribuição deixam de existir, com a adoção de mecanismos de armazenamento puramente digitais. Tal fato é um fator adicional que vem consolidar a adoção da publicação eletrônica entre a comunidade acadêmica, mesmo que esta ainda considere o papel como o meio mais legítimo de publicação e armazenamento da informação científica e tema seu fim⁶.

Por um outro lado, surgem questionamentos em relação às publicações eletrônicas, envolvendo principalmente a segurança e a integridade da informação. Esta questão torna-se mais importante dentro do contexto da *Internet*, com seu alto grau de abrangência e de interconectividade. A origem e a resposta deste questionamento não é intrínseca à publicação eletrônica, mas de todos os serviços e aplicações operados na rede.

No momento em que se escreve, nota-se que o debate encontra-se aparentemente parado, como se pode notar através do estudo comparativo de dois textos escritos em épocas distintas. O primeiro é uma revisão bibliográfica sobre o debate apresentado acima, explorando questões como a das formas e estruturas a serem adotadas na publicação eletrônica, sobre quem serão os indivíduos e organizações a produzi-los, de onde virá o financiamento e quais os obstáculos imediatos (Earl, 1996). O segundo texto é um informe apresentado pela revista norte-americana *Science*, avaliando também quais as vantagens e obstáculos propostos pela publicação eletrônica (Butler, 1999). A única diferença considerável entre as questões apresentadas pelos dois artigos, é o relato mais recente de que nos Estados Unidos as editoras acadêmicas e projetos de publicação científica se unem para combater os custos crescentes das editoras comerciais, retornando o controle da publicação à comunidade acadêmica, além de reportar algumas experiências na área do *open-peer-review*. Esta estagnação pode ser considerada previsível, uma vez que as questões decisivas para o sucesso ou não das publicações eletrônicas não reside somente no aspecto técnico, porém em mudanças políticas e sociais que operam em um quadro sócio-tecnológico já estabelecido.

⁶ A questão do fim do papel costuma causar reações apaixonadas nos editores científicos, como foi presenciado pessoalmente durante o VII Encontro de Editores Científicos, promovido pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), em outubro de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO, Irati. «Autoria e cultura na pós-modernidade» [online], *Ciência da Informação*. Brasília, v. 27, n. 2, p. 110. Available from World Wide Web:
<URL: <http://www.ibict.br/cionline/artigos/2729812.pdf> > [30/10/98].
- BAILEY, Charles W., Jr. «Bricks, bytes, or both? The probable impact of scholarly electronic publishing on library space needs» [online], in: *Information Imagineering: Meeting at the Interface*, ed. Milton T. Wolf, Pat Ensor, Mary Augusta Thomas, 89-99. Chicago: American Library Association, 1998. Available from World Wide Web:
<URL:<http://info.lib.uh.edu/cwb/bricks.pdf> > [13/10/98].
- BAILEY, Charles.W., Jr. *Scholarly electronic publishing bibliography: version 22* [online]. Houston: University of Houston, 1999. Available from World Wide Web:
<URL:<http://info.lib.uh.edu/sepb/sepb.html>>.
- BUTLER, H. Julien. «Where does scholarly electronic publication get you?» [online], *Journal of Scholarly Publishing*, v. 26, n. 4, p. 174-186, 1994. Apud: LANGSTON, Lizbeth, LANGSTON, Lizbeth. *Proceedings of Untangling the Web*, University of California, apr. 1996. Available from World Wide Web:
<URL: <http://www.library.ucsb.edu/untangle/langston.html> > [14/10/98].
- BUTLER, Decan. «The writing is on the web for science journals in print» [online], *Nature*, n. 397, p 195-200, jan. 1999. Available from World Wide Web:
<URL:<http://www.nature.com/server-java/Propub/nature/397195AO.docframe>> [22/01/99].
- DECEMBER, John. «The myths and realities of World Wide Web publishing», *Computer Mediated Communication Magazine*, may 1997. Available from World Wide Web:
<URL: <http://www.december.com/cmc/mag/1997/may/december.html> > [04/06/98].
- EARL, Leah. Whither the electronic journal? SLS UK User Group, Yvonne Fullerton Memorial Bursary 1996: winning paper. Available from World Wide Web:
<URL: <http://www.lib.ic.ac.uk:8081/leah.htm> > [14/10/98].
- GINSPARG, Paul. «First steps towards electronic research communication» [online], *Computers in Physics*, v. 8, n. 4, p. 390-396, 1994. Available from World Wide Web:
<URL:<http://xxx.lanl.gov/blurb/blurb.ps.Z> > [15/10/98].
- GRUSIN, Richard. «What is an electronic author? Theory and the technological fallacy» [online], *Configurations*, v. 2, n. 3, p. 469-483, 1994. Apud: LANGSTON, Lizbeth. *Proceedings of Untangling the Web*, University of California, apr. 1996. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.library.ucsb.edu/untangle/langston.html> > [14/10/98].
- GUÉDON, Jean-Claude. *Why are electronic publications difficult to classify?: the orthogonality of print and digital media.* [online]. 1994. Available from World Wide Web:
<URL:<http://poe.acc.virginia.edu/~pm9k/libsci/guedon.html> > [14/10/98].
- GUÉDON, Jean-Claude. «The Seminar, the Encyclopedia and the Eco-Museum as possible future forms of electronic publishing», in PEEK, R.P., NEMBY, G.B. (eds.). *Scholarly publishing: the electronic frontier*. Cambridge: MIT Press, 1996. 363 pp. 71-89.

- HALBERT, Martin. «Copyright, Digital Media, and Libraries» [online], *The Public-Access Computer Systems Review*, v. 2, no. 1, 1991, p. 164-170. Available from World Wide Web: <URL:<http://info.lib.uh.edu/pr/v2/n1/halbert.2n1>> [13/10/98].
- HARNARD, Stevan. «Scholarly skywriting and the prepublication continuum of scientific inquiry» [online], *Psychological Science*, n. 1, p. 342-343, 1991. Available from World Wide Web:<URL:<ftp://princeton.edu/pub/Harnad/harnad90.skywriting>> [13/10/98].
- HARNARD, Stevan. «Electronic scholarly publication: Quo Vadis?» [online], *Serials Review*, v. 21, n. 1, p. 70-72, 1995 (a). Available from World Wide Web: <URL:<ftp://cogsci.ecs.soton.ac.uk/pub/harnad/Harnad/harnad95.quo.vadis>> [14/10/98].
- HARNARD, Stevan. «The post-Gutenberg galaxy:how to get there from here», *The Information Society*, v. 11, n. 4, p. 285-91, 1995 (b). Available from World Wide Web: <URL:<ftp://cogsci.ecs.soton.ac.uk/pub/harnad/Harnad/harnad91.postgutenberg>> [14/10/98].
- HARNARD, Stevan. «Implementing peer review on the Net: scientific quality control in scholarly journals», in PEEK, R. P., NEWBY, G. B. (eds.). *Scholarly publishing: the electronic frontier*. Cambridge: MIT Press, 1996. 363 pp. 103-118.
- HARRISON, Teresa M., STEPHEN, Timothy. «Computer Networking, Communication and Scholarship», in HARRISON, Teresa M., STEPHEN, Timothy (eds.). *Computer networking and scholarly communication in the twenty-first-century university*. State Universtiy of New York Press, 1996. 468 pp. 3-36.
- HITCHCOCK, Steve, CARR, Leslie, HALL, Wendy. *A Survey of STM Online Journals 1990-95: The Calm Before the Storm* [online]. jan. 1996. Available from World Wide Web: <URL:<http://journals.ecs.soton.ac.uk/survey/survey.html>> [11/12/98].
- HUNTER, Karen. Electronic journal publishing: observations from inside. [online]. *D-Lib Magazine*, jul./aug. 1998. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.dlib.org/dlib/july98/07hunter.html>> [14/10/98].
- LANGSTON, Lizbeth. «Scholarly Communication and electronic publication: implications for research, advancement and promotion» [online], *Proceedings of Untangling the Web*, University of California, apr. 1996. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.library.ucsb.edu/untangle/langston.html>> [14/10/98].
- MANDEL, Arnaldo, SIMON, Imre, de LYRA, Jorge L. «Informação: computação e comunicação» [online], *Revista USP*, n. 35, set./out./nov. 1997. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.usp.br/geral/infousp/imre/imre.htm>> [15/04/99].
- MERTON, Robert K. *La sociologia de la ciencia*, v. 2. Madrid: Alianza, 1960.
- NEWHAGEN, John E., RAFAELI, Sheizaf. «Why communication researchers should study the Internet: a dialogue» [online], *Computer Mediated Communicaton Magazine*, v. 4, 1995. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.december.com/magazine/v4/rafaeli.html>> [12/01/98].
- ODLYZKO, Andrew M. «Tragic loss or good riddance? The impending demise of traditional scholarly journals» [online], *International Journal of Human-Computer Studies* v. 42, n.1, p 71-122, 1995. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.research.att.com/~amo>> [10/10/98].

- ODLYZKO, Andrew M. «The economics of electronic journals» [online], *First Monday*, v. 2, n. 8, 1997. Available from World Wide Web:
 <URL:http://www.firstmonday.dk/issues/issue2_8/odlyzko/index.html> [30/09/98].
- PACKER, Abel. «SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica» [online], *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 110. Available from World Wide Web:
 <URL: <http://www.ibict.br/cionline/artigos/2729802.pdf>> [31/10/98].
- PEEK, Robin P. «Scholarly publishing, facing the new frontiers», in PEEK, R. P., NEWBY, G. B. (eds.). *Scholarly publishing: the electronic frontier*. Cambridge: MIT Press, 1996. 363, pp. 3-15.
- RANEY, R. Keith. «Into a Glass Darkly» [online], *The Journal of Electronic Publishing*, v. 4, n. 2, dec. 1998. Available from World Wide Web:
 <URL:<http://www.press.umich.edu/jep/04-02/raney.html>> [03/12/98].
- REVUELTA, Gemma. «La revisión revisable». Congreso Internacional sobre publicaciones biomédicas basadas en el sistema *peer review* y comunicación global. Barcelona, Quark – Ciencia, Medicina, Comunicación y Cultura, n. 10, ene./mar. 1998. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.imim.es/quark/num10/cronica.htm>> [03/06/99].
- RUSH, James. E. Foreword. In: PEEK, R. P., NEWBY, G. B. (eds.). *Scholarly publishing: the electronic frontier*. Cambridge: MIT Press, 1996. 363 pp. vii-xiii.
- ROWLAND, Fitton. «Electronic journals: neither free nor easy». *The Information Society*, v. 11, n. 4, p. 273-4, 1995.
- ROWLAND, Fitton. «The need for management of electronic journals». In: PEEK, R. P., NEWBY, G. B. (eds.). *Scholarly publishing: the electronic frontier*. Cambridge: MIT Press, 1996. 363, pp. 243-250.
- SABBATINI, Marcelo. «A Internet Como Ferramenta de Qualidade Científica» [online], *Mídia Fórum*, São Bernardo do Campo, v3, n. 8, set. 1998. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.webpraxis.com/msabba/mf001.htm>> [10/09/98].
- SABBATINI, Marcelo, SABBATINI, Renato M. E. «Publicações Médicas na Internet» [online], *Revista Informática Médica*, Campinas, v.1, n. 3, mai./jun. 1998. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.epub.org.br/informaticamedica/n0103/sabbatini.htm>> [10/06/98].
- STANEK, W. R., PURCELL, L. et al. *Electronic Publishing Unleashed*. Sams Publishing, 1995.
- TAUBES, Gary. «Science journals go wired», *Science*, v. 271, n. 5250, feb. 1996 (a).
- TAUBES, Gary. «Electronic preprints point the way to «author empowerment», *Science*, v. 271, n. 5250, feb. 1996 (b).
- TENOPIR, Carol, KING, Donald W. «Designing electronic journals with 30 years of lessons from print» [online], *The Journal of Electronic Publishing*, v. 4, n. 2, dec. 1998. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.press.umich.edu/jep/04-02/king.html>> [03/12/98].
- VARIAN, Hal R. *The information economy: the economics of the Internet, information goods, intellectual property and related issues*. [online]. Berkeley: School of Information Management and Systems, University of California, Berkeley, 1994-96. Available from World Wide Web:
 <URL:<http://www.sims.berkeley.edu/resources/infoecon/index.html>> [14/10/98].

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA - PERIÓDICOS ELETRÔNICOS EM DISCUSSÃO ¹

MARIA DAS GRAÇAS TARGINO*

RESUMO

Discutem-se as mutações da dinâmica sociocultural provocadas pela emergência e expansão dos periódicos eletrônicos, na condição de tecnologia comunicacional-informática da sociedade contemporânea, a partir da concepção de comunicação científica e de sua categorização. A análise da evolução conceitual desses periódicos, de sua categorização, vantagens e desvantagens mostra, no entanto, que se tais mutações se vinculam ao «status quo» das sociedades e de suas respectivas comunidades científicas, em termos genéricos, persistem questionamentos, concernentes, por exemplo, à prioridade da descoberta científica, ao sistema de avaliação e à preservação das informações. Reafirma-se, assim, a crença de uma «coexistência pacífica» entre periódicos científicos impressos e eletrônicos, pelo menos por algum tempo, com a prevalência de réplicas eletrônicas das versões impressas.

1. Introdução

No meio da parafernália de recursos tecnológicos que caracteriza a sociedade contemporânea, destaca-se a expansão das redes eletrônicas de informação, com ênfase para a Internet, exemplificada pelo aumento de sites nacionais: o *Cadê*, o maior catálogo de páginas brasileiras, encerrou

¹ Texto fundamentado na tese de doutorado em Ciência da Informação, apresentada à Universidade de Brasília, em Dezembro de 1998, sob o título: *Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação*.

* Universidade de Brasília.

1998, com 110.000 *sites* contra 45.000, do ano de 1997. E é no contexto das redes que grassam as revistas eletrônicas, muitas das quais como publicações científicas.

Ora, se as *novas tecnologias de informação e de comunicação* (NTIC) alteram as formas de relações sociais e de práticas culturais vigentes, com certeza o nível de transformações processadas está sempre diretamente vinculado ao *status quo* de cada sociedade. Isto porque, em nenhuma circunstância, a evolução científica e tecnológica, tal como o decantado fenômeno da globalização, ocorre de forma equitativa. Ao contrário, acentua a relação desigual de poder entre o Norte e o Sul, de tal forma que os países em desenvolvimento enfrentam o risco de a evolução tecnológica representar *avanço* a serviço do lucro e da dominação. Além do mais, há questionamentos em torno dos impactos sociais desses *avanços*, envolvendo aspectos econômicos da produção e distribuição da informação; o uso ético da informação; a redução da privacidade; alterações nas relações interpessoais; a consistência e fidedignidade dos dados disponibilizados em redes; e até aspectos vinculados à autoria e co-autoria.

Assim, sem negar a força das NTIC e as vantagens daí advindas, no sentido de suprir as necessidades informacionais de forma mais ágil, com maior acuidade, precisão, completeza e respeito às singularidades individuais, enfatiza-se que o desenvolvimento científico e tecnológico não pode ser desvinculado das práticas sociais. Ciência e tecnologia emergem da sociedade e nela são aplicadas, incorporando a dinamicidade e as idiossincrasias inerentes aos processos sociais, de tal forma que não se tem *uma* sociedade tecnológica, mas sociedades tecnológicas distintas.

Como decorrência, discute-se a relevância dos *periódicos científicos eletrônicos* como tecnologia comunicacional-informática da sociedade hodierna no contexto da *comunicação científica*, até porque emergem posições antagônicas que exaltam e renegam a força de mutações instauradas por sua disseminação no âmbito da dinâmica sociocultural. Para tanto, discorre-se *en passant* sobre a comunicação científica e sua categorização, destacando-se o domínio eletrônico, para, então, se discutir a concepção de periódico científico eletrônico, sua evolução, categorização, vantagens e desvantagens.

2. Comunicação científica e categorização

Le Coadic (1996, p. 27) assegura:

«As atividades científicas e técnicas são o manancial de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformarão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas. Mas, de modo inverso, essas atividades só existem, só se concretizam, mediante essas informações. A informação é o sangue

da ciência. Sem informação, a ciência não pode desenvolver-se e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente.»

É esta idéia de circulação que se denomina comunicação. Esta permite a troca de informações, donde se conclui que enquanto a informação é um produto, uma substância, uma matéria, a comunicação é um ato, um mecanismo, um processo de intermediação que permite o intercâmbio de idéias entre os indivíduos. A comunicação é um fenômeno intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais se efetiva. No caso específico da *comunicação científica*, engloba as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma idéia para pesquisar até a aceitação dos resultados como constituinte do estoque universal de conhecimentos. Estudos clássicos restringem-na aos membros da comunidade científica. Na atualidade, em que pesa a força das NTIC, consolida-se a tendência para compartilhar os conhecimentos científicos com toda a sociedade, o que requer interação entre jornalistas e cientistas. É a conscientização de que ciência e jornalismo não figuram como esferas autônomas ou antagônicas, mas complementares, enfatizando-se, então, a responsabilidade social da ciência, com maior ênfase na divulgação científica, o que representa crescente aproximação entre os campos científico e jornalístico.

Em qualquer das duas concepções, a comunicação científica favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) visibilidade e credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem, o que justifica o fato de o cientista lançar mão de formas distintas de comunicação para difusão de seu trabalho, configurando a divisão tradicional: *comunicação formal* e *comunicação informal*. De forma sucinta, a primeira se dá através de diferentes meios de comunicação escrita, com destaque para livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos e revisões de literatura. De entre seus aspectos positivos, estão a possibilidade de alcançar um público mais amplo, a armazenagem e recuperação mais seguras, o volume moderado de informações redundantes, maior rigidez e controle mediante avaliação prévia, embora possua como desvantagens pouco retorno para o autor e certo nível de desatualização.

A *comunicação científica informal*, por sua vez, consiste na utilização de canais informais. São contatos interpessoais ou quaisquer outros meios destituídos de formalismo, como reuniões científicas, participação em associações profissionais e colégios invisíveis. É a comunicação pessoa-a-pessoa. Chamada por Le Coadic (1996) de comunicação *oral*, incorpora formas *públicas* de troca de informações, tais como conferências, colóquios e seminários; e *privadas*, como conversas, telefonemas, cartas, fax, visitas

in loco a centros de pesquisa e laboratórios, acrescentando-se que a troca informal inclui tanto recursos orais (conversas, telefonemas etc.), como escritos – cartas, fax, mensagens eletrônicas etc. Sua grande vantagem é a possibilidade de maior atualização e rapidez, logo, de menor custo, além de permitir ao pesquisador selecionar os itens de seu interesse, fornecendo-lhe *feedback* imediato, o que garante dinamicidade e fluidez. Porém, apresenta problemas pertinentes à armazenagem e recuperação da informação, acesso e disseminação. Por ser flexível e fluida, pode perder-se num curto espaço de tempo, além de dificultar o seu estudo e controle e favorecer a inserção de conhecimentos sem a necessária avaliação. O acesso, restrito e limitado, torna-se elitista e fechado. A disseminação, exclusivista.

De qualquer forma, tal categorização, enquanto representação simbólica e simplificada da realidade, não constitui unanimidade. Apresenta-se frágil, diante das especificidades dos diferentes campos de estudo. O formal e informal privilegiam mais a produção do artefato (documento) do que os aspectos comportamentais presentes no processo comunicacional. Ademais, os meios eletrônicos tendem a alterar consubstancialmente o processo de difusão do conhecimento e, portanto, a forma de atuação e concepção dos canais de comunicação. As interações eletrônicas reconfiguram a tessitura social e a identidade cultural dos povos, rompendo a compressão da distância e da escala de tempo. O sistema de decisão torna-se planetário, sem fronteiras ou limites. Como decorrência, se há quem inclua ainda a comunicação que se concretiza através de meios eletrônicos, magnéticos ou óticos, no âmbito da comunicação informal (*e-mails*, bate-papos, grupos de discussão etc.) ou formal (periódicos científicos eletrônicos, obras de referência eletrônicas etc.), para McMurdo (1995) a *comunicação científica eletrônica* é, em sua essência, a transmissão de informações científicas via meios eletrônicos. Pode ser vista sob duas perspectivas: (a) como um processo de mudanças estruturais induzidas tecnologicamente, ou seja, como resultante das NTIC; (b) como um recurso para incrementar e aperfeiçoar o contato entre cientistas.

Quanto aos traços característicos, a comunicação eletrônica posiciona-se entre os domínios formal e informal: «...[agora, uso] a comunicação informal para inovações e o sistema formal para background.» (Anderson, 1991, p. 506). A princípio, como os formais, atinge um público potencialmente amplo e, mais ainda, a seleção de canal e do conteúdo é de responsabilidade do pesquisador. Só que, tal como o informal, permite acesso a informações recentes e dá retorno imediato aos autores, apesar de apresentar volume de redundância, às vezes significativo, e não passar pelo crivo da comunidade científica, salvo cuidados recentes concernentes à editoração eletrônica de periódicos científicos. Claro está que são colocações genéricas, porquanto o nível de atualização, por exemplo, depende intrinsecamente do conteúdo repassado e não do veículo *per se*. De forma

similar, a retroalimentação tem maior agilidade nos grupos de discussão do que nos periódicos eletrônicos. Quanto à armazenagem e recuperação, mesmo sem a rigidez do terreno formal, as informações eletrônicas não têm a fragilidade das conversas, dos relatos orais, pois é sempre possível sua impressão, o que garante a preservação das informações e sua utilização posterior. Diante do exposto, mesmo sem maiores detalhes, urge reconhecer as vantagens e limitações da comunicação eletrônica, agrupadas por McMurdo (1995) no «dodecálogo»:

- 1 disseminação quase instantânea da informação
- 2 cópias múltiplas são fornecidas muito facilmente
- 3 uma única cópia pode ser acessada por muitos usuários
- 4 novas opções de leitura não linear
- 5 consenso demanda muito tempo, mas a possibilidade de participação é menos desigual
- 6 redução da estratificação e demais disparidades sociais
- 7 carência de padrões ou normas comportamentais consistentes
- 8 trabalhos em cooperação independem do tempo e das distâncias geográficas
- 9 a comunicação pode compartilhar aspectos das culturas impressa e oral
- 10 probabilidade de estruturas organizacionais modernas
- 11 exigência de recursos e instrumentos específicos
- 12 probabilidade de acentuar o fosso entre o fluxo informacional dos países ricos e pobres.

3. Periódico científico eletrônico

Discussão conceitual e evolução

De entre as possibilidades da comunicação eletrônica, está o periódico. Surge em virtude de mais e mais informações serem disponibilizadas em formato eletrônico, aliado à eficiência gradativa das redes de transmissão e ao fato de a economia do sistema parecer promissora e passível de aperfeiçoamento. No caso específico do periódico científico, representa, para muitos, a solução para as mazelas do periódico impresso. Este continua a exercer funções relevantes, como as de favorecer o registro e a preservação do conhecimento, sua difusão *relativamente* rápida e o estabelecimento da prioridade científica. No entanto, enfrenta dificuldades, de entre as

quais: atrasos permanentes no processo de editoração e, por conseguinte, nível de atualização e impacto cada vez mais deficitários; complexidade no armazenamento, no processamento técnico das coleções e na distribuição dos fascículos; custos elevados de produção; dificuldade de acesso e de manutenção das coleções; processo de editoração ultrapassado.

Porém, mesmo sem explorar a realidade do periódico impresso, claro está que o periódico científico eletrônico não pode ser visto como panacéia para a problemática que afeta os impressos. Cada inovação tem o seu próprio espaço, o seu próprio tempo, o seu próprio público. Em anos e anos de informação multifacetada, não há registro de casos de extinção de veículos de comunicação face à emergência de outros. Acontecem, sim, mutações, adaptações e avanços, o que contraria posições radicais que vêem o periódico impresso como algo ultrapassado ou um «dinossauro combalido» (Okerson, 1992a, p. 48). Aliás, esse mesmo autor reconhece que a expressão – *periódico eletrônico* – é ambígua: «*O periódico eletrônico como discutido atualmente é uma confusão lingüística.*» Incorpora genericamente qualquer periódico em formato eletrônico, o que subentende a inclusão de revistas que existem em papel e estão também disponíveis em formato eletrônico, mais os periódicos *on-line* disseminados em rede e os títulos em CD-ROM. Para Lancaster (1995, p. 520), porém, a definição *stricto sensu* engloba só os periódicos «...*criados para o meio eletrônico e disponíveis somente nesse meio*» e que mantêm «...*padrões de revisão crítica (...), controle de qualidade editorial, acesso universal e um arquivamento permanente [de matérias]...*» à semelhança dos periódicos científicos impressos (Clement, 1994, p. 44).

Assim sendo, a origem do periódico eletrônico varia conforme a concepção que se tem. Quando se adota o conceito mais abrangente, aceita-se que, idealizado em 1945, o periódico eletrônico existe desde os anos 70, com as *newsletters* informais produzidas através de conferências via computador e mesmo as mensagens das conferências podem ser classificadas como versão preliminar dos periódicos eletrônicos. Considerando-se *periódico científico eletrônico* tão-somente como o que dispõe de mecanismos de controle e de avaliação, uma vez que a qualidade é intrínseca ao comportamento científico e condição mínima para alterar o *status quo* da ciência, admite-se que o primeiro, financiado pela *National Science Foundation* e desenvolvido no *New Jersey Institute of Technology, Estados Unidos da América do Norte* (EUA), de 1978 a 1980, diz respeito ao *Electronic Information Exchange System*, abrangendo uma *informal newsletter*; um *unreferred paper fair*; um boletim editado por especialistas e um caderno de notas. A experiência seguinte, sob os auspícios do *Department of Research and Development* da *British Library*, conduzida pelas universidades britânicas *Loughborough University of Technology* e *University of Birmingham*, entre 1980 a 1984, recebe o nome de *Birmingham and Loughborough Elec-*

tronic Network Development. Dá origem ao periódico *Computer Human Factors*, que chega a incorporar 50 artigos e a manter perto de 60 assinantes. A terceira tentativa ocorre de 1984 a 1987, em França, sob a responsabilidade da *Direction des Bibliothèques, des Musées et de L'Information Scientifique et Technique*, com o título *Journalrevue*, incluindo uma revista e um jornal (Le Coadic, 1996).

No presente momento, além de *newsletters*, muitos periódicos científicos estão sendo disponibilizados na Internet, avaliados integralmente ou pelo menos, *lightly refereed*. Apesar dos possíveis desencontros estatísticos, enquanto em 1994 Clement lista 25 periódicos eletrônicos em ciências puras, aplicadas e comportamentais, no ano seguinte Cronin, Overfelt (1995) estimam que, nesta década, há em torno de 400 periódicos eletrônicos. Entre eles, 70 devidamente avaliados. Por sua vez, o *Directory of Electronic Journals, Newsletters and Academic Discussion Lists*, editado a cada ano pela *Association of Research Libraries* (ARL, 1998), em seu primeiro volume, de 1991, registra 627 entradas. A última (sétima) edição referente a 1997, mas cuja última modificação data de 16 de Janeiro de 1998, já inclui sete mil itens, entre periódicos, *newsletters* e conferências eletrônicas. Destes, são mais de 3.400 títulos de publicações seriadas, o dobro do incluído em 1996, dos quais 1.465 são classificados como periódicos eletrônicos e, entre eles, 71%, como científicos.

Postmodern Culture; Electronic Journal of Communication; New Horizons in Adult Education; Journal of the International Academy of Hospitality Research; Public Access Computer Systems Review; Ejournal são exemplos internacionais de revistas científicas eletrônicas bem sucedidas. São acessadas *on-line*, impõem critérios para inclusão do conteúdo nas bases de dados e existem apenas no formato eletrônico, pelo menos em sua forma original, já que há a possibilidade permanente de obtenção de cópia impressa, ainda que a manutenção do material eletrônico em volumes impressos contrarie a economia de espaço, um dos trunfos da publicação eletrônica, e represente duplicação de esforços e custos. Le Coadic (1996); Harrison, Stephen (1995) e outros citam *Online Journal of Current Clinical Trials*, que data de 1991, sob os auspícios do *Online Computer Library Center* e da *American Association for the Advancement of Science* como o título eletrônico de maior impacto. Com uma comissão editorial renomada, põe em circulação resultados de estudos médicos 48 horas após análise e aprovação, favorecendo o acesso a gráficos e assumindo a característica de hipertexto, ao permitir consulta aos *abstracts* das fontes citadas nos artigos.

No que diz respeito ao Brasil, dados recentes do *Grupo de Trabalho de Bibliotecas Virtuais* (1999), mantido pelo *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* (IBICT), identificam 133 periódicos *especializados* eletrônicos, dos quais aproximadamente só 26 existem em versão unicamente eletrônica, distribuídos por grandes áreas: ciências humanas (34);

ciências sociais e aplicadas e ciências da saúde (29, cada); engenharias (quatro); ciências biológicas (seis); ciências agrárias (sete); lingüística, letras e artes (nove); ciências exatas e da terra (12), enquanto três são multidisciplinares. O único programa nacional dedicado à produção de periódicos científicos eletrônicos é o *Grupo de Publicações Eletrônicas em Medicina e Biologia* ou Grupo *e-pub* (1999), voltado para a área de saúde. Com o apoio do *Núcleo de Informática Biomédica da Universidade Estadual de Campinas*, desenvolve quatro novos títulos e mantém em circulação 13 outros, tais como: (1) *Brain & Mind: Electronic Magazine in Neuroscience*; (2) *Brazilian Archives of Cardiology*; (3) *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, com a ressalva de que, apesar da intenção do Grupo em desenvolver publicações científicas, alguns títulos fogem à categorização. São newsletters, como *NIBNews: an Electronic Newsletter on Medical Informatic*. *NIBNews...* São house organs, como a *UNIMED Hospital Resources*.

Quanto à produção propriamente dita, Okerson (1992b, p. 172) descreve o que chama de «*filosofia dos periódicos eletrônicos científicos*»: os artigos são recebidos, submetidos à avaliação e dispostos em rede sem envolvimento de papel. Todo o processo editorial envolve contatos eletrônicos entre editores, referees e autores. A distribuição ocorre através do *software Listserv* (servidor de listas). À medida que volumes ou artigos são concluídos, os usuários constantes da lista recebem ou o sumário ou o artigo integral ou o volume completo. Tudo isto chega aos computadores pessoais. Versão não eletrônica pode ser fornecida como complemento, se requisitada ou como produto posterior. Entretanto, ele próprio admite que se trata de um plano ideal. Não há uniformidade de procedimentos. Alguns periódicos põem os novos artigos em circulação à medida que são julgados e aceites; outros seguem o procedimento das revistas impressas, agrupando-os em fascículos. Há poucos títulos que aceitam a inclusão de gráficos. Às vezes, o usuário tem acesso inicial ao sumário. Outras vezes, só ao resumo. Quase sempre, em ambos os casos, pode solicitar os textos completos, quando interessar. Muitos editores optam por publicar os artigos na íntegra.

Além do mais, enquanto grande parte dos títulos é apenas disponibilizada em rede, há periódicos interativos. Harnad (1994), contrapondo-se aos altos custos dos periódicos impressos, mormente os mantidos por editoras comerciais, propõe um modelo, sob o cognome de *scholarly skywriting*, subsidiado por universidades, institutos de pesquisa, bibliotecas, associações profissionais ou sociedades científicas. Edita, então, como experiência piloto o *PSYCOLOQUY* da *American Psychological Association*. Interdisciplinar e internacional, com ênfase para as ciências comportamentais e cognitivas, mantém corpo editorial com especialistas em psicologia, neurociência, biologia comportamental, filosofia, lingüística e computação, distribuídos em vários países. Além de contribuições referendadas, publica

comentários dos *referees* e as respostas dos autores. Essa possibilidade de interação entre usuário e periódico, autor e leitor, impossível via material impresso, representa a dimensão revolucionária das redes eletrônicas no que concerne à comunicação científica, o que para Okerson (1992a, 1992b) é «*visionário*» e contraditoriamente um ideal a ser perseguido.

Categorização e (des)vantagens

A partir da discussão conceitual, delinea-se a categorização mais aceita para os periódicos eletrônicos, científicos ou não – periódicos *on-line* e periódicos em CD-ROM. A primeira forma do periódico científico eletrônico *on-line* enquadra-se na concepção *stricto sensu* delineada por Lancaster (1995) – existe apenas no meio eletrônico *ab initio* e mantém padrões mínimos de qualidade, acesso universal e arquivo permanente de matérias –, o que pressupõe se não intenção de periodicidade regular, pelo menos algum tipo de seqüência ou numeração de fascículos. Uma *segunda forma* é a *versão do periódico impresso armazenada como impulso eletrônico*, ou seja, réplicas eletrônicas das versões impressas. Entretanto, além dessas opções «*oficiais*», *autores individuais ou em parceria colocam o que produzem on-line*, configurando o trinômio pesquisador-editor-distribuidor. É a proliferação de informações não comprovadas. Às vezes, obedecem a tal nível de sistematização que se confundem com publicações periódicas, quando na verdade são arremedos grosseiros de periódicos. No entanto, impossível negar que essa experiência representa uma concepção ousada do periódico, capaz de fortalecer os ideais da comunicação científica eletrônica, a partir do momento em que os cientistas expõem suas idéias iniciais para análise e discussão e mediante as intervenções efetivadas, «*...a idéia germina, se desenvolve e prospera. Idéias que poderiam nascer mortas, tornam-se vivas e se desenvolvem, à medida que outros pesquisadores respondem e colaboram*», na visão de Mueller (1994, p. 91).

Para Okerson (1992a), a diferença entre os periódicos *on-line* e os *periódicos em CD-ROM* é profunda: o primeiro interage com os usuários enquanto o segundo presta-se apenas à leitura. As instituições, «*grosso modo*», aderem ao CD-ROM, especialmente como veículos de bases de dados bibliográficos, porque sua capacidade de armazenamento e possibilidades de busca são superiores aos meios tradicionais, além de preços mais acessíveis e condições de uso melhores em relação às bases *on-line*, favorecendo um número ilimitado de buscas a um preço fixo, respeitados os limites pré-estabelecidos de cada base. Em contrapartida, ao lado da desvantagem de não permitir comunicação dinâmica, o CD-ROM é mais lento do que o disco rígido dos microcomputadores. Isto é, não possui o mesmo ritmo de atualização do sistema *on-line*, além de tal atualização

requerer a substi-tuição por versões mais novas, o que ocorre quase sempre, mediante contrato do tipo *leasing*. Seu custo inicial de implantação é mais alto do que as buscas *on-line*. Por conseguinte, ao mesmo tempo que figura como recurso mais adequado para atender a demanda de informações armazenadas em grandes volumes, precisa ter demanda significativa para que haja vantagem em comparação com os custos da publicação *on-line* e a lentidão das buscas nos impressos.

Vantagens e desvantagens

Ante o exposto, é possível inferir as vantagens dos periódicos científicos eletrônicos *stricto sensu* diluídas em textos de Anderson (1991); Harnad (1994); Harrison, Stephen (1995); Lancaster (1995); Levin (1992); McMurdo (1995); Okerson (1992a, 1992b):

- *maior agilidade na busca da informação e maior facilidade de acesso*, uma vez que podem ser utilizados em qualquer localidade ou instituição que disponha de redes, praticamente em tempo virtual;
- *mais rapidez na divulgação dos resultados das pesquisas* graças à avaliação eletrônica quase imediata, tendo em vista propiciar o contato em tempo virtual entre autores, editores e *referees*, além de que os artigos podem ser disponibilizados individualmente, independente da formação de fascículos;
- *chance igualitária aos cientistas mais dispersos em termos geográficos* para contribuição imediata a grupos de pesquisa e de discussão;
- *disseminação mais eficiente das informações*, na perspectiva da comunicação direcional, em que as informações são transmitidas de acordo com o perfil de interesses dos usuários;
- *inovações na forma de apresentação das informações*, recorrendo a atrativos, como movimento, som, hipertexto, hiperímídia, e admitindo a possibilidade de conexão entre outros títulos e demais recursos eletrônicos;
- *facilidade de avaliação* diante da oportunidade de se conhecer com rapidez os comentários advindos dos usuários e o impacto provocado pelos artigos divulgados;
- *velocidade de publicação e facilidade de comunicação* favorecem títulos interativos, cujas matérias podem suscitar reações da comunidade científica, concretizando trabalhos coletivos e circulação ampla de idéias;

- *redução relativa dos custos operacionais* e dos custos referentes à manutenção das coleções, pois estimula o modelo de biblioteca centrado na acessibilidade;
- *processos de indexação e armazenamento dispensáveis*;
- *possibilidade de constituição de bibliotecas virtuais* – o que um cientista acessa no espaço eletrônico integra sua biblioteca virtual;
- *economia* no preço do papel, na impressão e na expedição através do sistema convencional de correio, *caso não se requisite cópia impressa*.

Em contraposição, tal como acontece com a comunicação eletrônica em termos amplos, os periódicos eletrônicos despertam questões legais inerentes a direitos autorais; à forma de cobrança; aos custos; à impossibilidade de controle das cópias autorizadas. Carecem de padronização mínima para maximizar os esforços despendidos pelo pesquisador em busca de determinado dado e dificultam o controle bibliográfico, suscitando dúvidas quanto à preservação dos conhecimentos gerados. Alguns problemas de ordem técnica continuam de tal forma que o uso dessas revistas exige treinamento e educação do usuário, como também (re)educação dos próprios profissionais de informação e reestruturação dos serviços e unidades de informação. Ademais, a depender do grau de desenvolvimento do país ou região, os custos não são tão baixos, como fazem crer os adeptos mais fanáticos, conforme alertam Hoelle (1995) e Okerson (1992a).

Como decorrência de tais desvantagens, Harnad (1994) e Lancaster (1995) admitem que ainda é difícil atrair colaboradores «*de peso*». E há ainda um obstáculo – o desencontro entre as expectativas dos autores e dos leitores. Os idealizadores dos periódicos eletrônicos partem da premissa de que os usuários desejam se livrar da leitura linear, percorrendo aleatoriamente o texto, relacionando-o com outros artigos ou com outras publicações através de *links*. É possível que muitos considerem este o ponto mais atraente das publicações eletrônicas, ou seja, lidar com os textos a seu bel-prazer. Porém, na prática, editores e autores ressentem-se desse hábito, alegando que a leitura segmentada ocasiona distorções e compromete o processo de ensino-aprendizagem.

4. Periódico científico eletrônico e mutações da dinâmica sociocultural

Consensualmente, Clement (1994); Harnad (1994); Lancaster (1995) e Okerson (1992a, 1992b) concordam que, na condição de tecnologia comu-

nicacional-informática, os periódicos eletrônicos provocam mutações sociais, econômicas e culturais na vida cotidiana de acadêmicos, pesquisadores e cientistas. Porém, sua expansão vertiginosa e sem acompanhamento sistemático não permite inferir a que nível se processam tais mutações, o que conduz a exaltações que se contrapõem a visões pessimistas. Sob tal perspectiva, discutem-se aspectos determinantes de transformações na dinâmica sociocultural da sociedade atual, face à inserção das revistas eletrônicas, ao mesmo tempo que se antevê a impossibilidade de dimensioná-las de forma conclusiva.

Barreiras técnicas e insegurança dos pesquisadores e cientistas

Lancaster (1995), referindo-se às três experiências pioneiras mencionadas, empreendidas, respectivamente, nos EUA, Inglaterra e França, argumenta que não foram elas bem sucedidas à época por três problemas essenciais: (a) *número de autores e leitores* em potencial com acesso aos meios eletrônicos ainda irrisório; (b) *barreiras técnicas* desestimulando a adesão - problemas de telecomunicação, lentidão do processo, qualidade insatisfatória, complexidade dos recursos; (c) *insegurança* dos autores.

Enquanto o número de livros e periódicos impressos sobe de 2 a 7% ao ano, as fontes eletrônicas crescem muitas vezes mais rápido: «... de 1985 a 1994, o número de bases de dados on-line cresceu mais de 28% ao ano; o número de bases de dados que contêm texto completo cresceu quase 40%; e o número de bases de dados em CD-ROM cresceu mais de 100% ao ano.» (Malinconico, Warth, 1995, p. 47). Ora, se tais dados constatarem a *adesão* às tecnologias comunicacionais, as *barreiras técnicas*, algumas das quais diluídas entre as desvantagens, persistem. São problemas acerca de autoria e propriedade intelectual que precisam ser revistos, pois os estudos que tratam da questão do *copyright* no meio eletrônico, em sua essência, não são conclusivos. Há, ainda, resistências e dificuldades de natureza distinta, entre as quais a tradição da edição em papel; a dificuldade humana de adaptação às inovações, mesmo entre cientistas, editores e profissionais de informação; e principalmente, a carência de investimentos das nações em desenvolvimento, perpassando por orçamentos deficitários, pessoal não qualificado, até o desejo manifesto por governantes de controlar a informação. Assumem maior ou menor proporção em consonância com a realidade local, confirmando a vinculação à evolução tecnológica *versus* tessitura societal. A precariedade dos sistemas de telecomunicação dos países periféricos é visível. Na África, por exemplo, o tempo de espera por uma linha é de nove anos. Ao mesmo tempo que o Brasil dispõe nos centros avançados de fibras óticas, e mesmo com a expansão da telefonia fixa e móvel graças à privatização do sistema Telebrás, em 1996, a densidade

telefônica, isto é, o número de terminais por 100 habitantes, ainda é baixa. Atinge a média de 10,4 para telefones fixos, com variação entre as regiões. Para os celulares, tal densidade passa de 0,41 por 100 habitantes, em 1994, para 1,73 em 1996 (Targino, 1997).

No que concerne à *insegurança* dos pesquisadores, estes continuam sem vislumbrar nenhum incentivo para disponibilizar seus textos em rede: «...nem honorários, nem direitos autorais; nem evidência de que tal publicação teria mais peso para promoção, reconhecimento de autoria, ou aumento de salário; e nem garantia que a audiência alcançada pudesse ser maior», conforme palavras textuais de Lancaster (1995, p. 521). Autores, como Anderson (1991), Levin (1992) e, mais recentemente, Targino (1998) sustentam que os cientistas temem que a publicação de seus textos em redes eletrônicas não seja levada em conta para efeito de ascensão funcional e consagração de financiamentos. Embora considere os produtos e serviços de informação eletrônicos mais atrativos do que os impressos, a maioria mostra-se cética quanto à validade da editoração eletrônica como recurso valioso no processo de comunicação, comparando-a com uma «...grafite [pichação] global...», inadequada a cientistas sérios e destinada somente a atividades banais, segundo Harnad (1994, p. 6). A própria comunidade científica parece considerar os originais eletrônicos «inferiores» aos tradicionais, argumentando que o periódico científico impresso é mais do que um mecanismo de disseminação – está relacionado com o sistema de recompensa acadêmica e com o reconhecimento dos pares, exercendo papel vital na validação dos estudos empreendidos.

Peer review como filtro de qualidade

O processo de avaliação aquando da edição de periódicos científicos visa resguardar a qualidade do conhecimento científico e a validade da ciência. Logo, o que define a excelência dos títulos científicos, impressos ou não, é exatamente a forma criteriosa como os artigos são analisados. Assim, os editores das revistas eletrônicas precisam atentar para as funções básicas da *peer review* como filtro de qualidade que permite a seleção de contribuições originais e relevantes e propicia aos cientistas o retorno que lhes permite aperfeiçoar e rever a execução de seus estudos.

A este respeito, Harnad (1994) defende que todos os cuidados acerca do sistema de avaliação para as revistas científicas impressas aplicam-se às eletrônicas e podem ser otimizadas, graças ao *feedback* quase instantâneo. As imperfeições persistem como em qualquer processo avaliativo. Mas agora é possível mais eficiência, mais transparência e maior validação. É viável uma distribuição mais equitativa, uma vez que a seleção dos avaliadores pode obedecer a um plano abrangente e universal, que reduz

o risco de «contaminação», incluindo nomes presentes em *surveys*, boletins de discussão, citações bibliográficas, além de aceitar possíveis voluntários, não importa sua localização geográfica, o que amplia as chances de participação dos pesquisadores de países pobres. Outro *item* positivo é a velocidade com que os manuscritos são enviados eletronicamente para apreciação, somada à conveniência de leitura, análise e comentário na tela. Não são elucubrações. Os índices da ARL (1998) mostram que, se em 1996 somente 47 títulos passam por alguma avaliação, em 1997 já são 1.002, o que representa um acréscimo significativo e uma tentativa para reconquistar o cientista mais cioso, assustado com o pandemônio dos meios eletrônicos, a fim de que este utilize a Internet como depositária de seus novos resultados e como recurso de atualização, em vez de limitar-se ao uso do correio eletrônico.

Mesmo assim, iniciativas isoladas não são suficientes para garantir padrões uniformes para as revistas eletrônicas, sejam éticos, estruturais ou de conteúdo. De fato, as funções de comunicação são bem supridas pelos periódicos eletrônicos, em termos de agilidade, dinamicidade e fluidez. Mas, face à natureza do próprio meio eletrônico, as funções de reconhecimento da prioridade e da autoridade, bem como a qualidade do trabalho científico e a preservação das contribuições dispostas em rede ainda são insatisfatórias, o que, para Levin (1992, p. 17), é um paradoxo: «...os formatos eletrônicos de armazenagem prometem expandir a quantidade de informações que as bibliotecas podem preservar. Ao mesmo tempo, fazem a preservação em si mesma mais precária.» , haja vista que a «democratização» exacerbada das redes transforma qualquer usuário em editor-potencial.

Interação – o grande trunfo dos eletrônicos

A complexidade dos periódicos eletrônicos enquanto prática social é aqui evidente. Essa possibilidade de se ter em cada internauta um editor e distribuidor e de fazer circular informações nem obrigatoriamente consistentes, nem necessariamente avaliadas pelos pares, ao mesmo tempo que pode comprometer a literatura científica e, por extensão, a ciência, transforma o periódico em recurso interativo, como idealizado por Harnad (1994), que «...*abre janelas para além das noções iniciais, através de arquivos suplementares, notas de rodapé, som e imagem. Escrever não fica mais restrito a lugar, momento ou grupo*», na visão de Okerson (1992a, p. 49). As noções de autor e leitor fundem-se. O texto não é estático. A versão definitiva de um texto não é mais uma noção clara. Envolve um número crescente de acadêmicos que participam do processo de comunicação, transformando-o num sistema instantâneo, globalizado e participativo.

Harrison, Stephen (1995) reiteram tais idéias e falam em documentos verdadeiramente dialógicos que refletem com fidelidade a natureza interativa da produção e do discurso acadêmicos. Vão além e mostram que essa tendência tende a eliminar a distribuição de *preprints* impressos, uma vez que, como exemplificado pela coleção de *preprints* e artigos eletrônicos em física – *e-print archive* – com mais de 40.000 documentos, cerca de 25.000 usuários e mais ou menos o mesmo número de transações por dia, mais da metade dos *preprints* convencionais já fora disponibilizada eletronicamente. Além do mais, emerge um novo nicho a ser ocupado pelos eletrônicos. Especialidades emergentes e que contam com poucos cientistas sempre enfrentam dificuldades para a editoração de revistas impressas. Com os meios eletrônicos, podem recorrer a voluntários que divulguem sistematicamente suas descobertas. Da mesma forma, periódicos altamente especializados podem garantir audiência e colaboradores, de forma contínua e sistemática.

A sobrevivência dos impressos

Além do uso mais e mais difundido para utilização da Internet como canal de divulgação das publicações recém-lançadas, monográficas ou periódicas, contrariando as expectativas dos que defendem o conceito do periódico científico eletrônico *stricto sensu*, «...quase sem exceção, os periódicos eletrônicos on-line constituem versões eletrônicas dos periódicos impressos existentes, cujos registros já constam de bases de dados locais e nacionais.» (Woodward, McKnight, 1995, p. 72). Para uma noção mais concreta, no Brasil, dos títulos do Grupo *e-pub* (1999), menos de 20% existem apenas em edição eletrônica e do total de 48 revistas eletrônicas estudadas por Silva *et al.* (1996), 36 (75%) possuem equivalente impresso e apenas 12 (25%) estão só no formato eletrônico.

Utiliza-se, pois, cada vez mais, o espaço cibernético para difusão de publicações impressas, através de atraentes *home pages* que divulgam informações genéricas, o conteúdo de números recentes e, às vezes, os sumários anteriores. No caso específico dos periódicos eletrônicos, inexistem procedimentos uniformes, mas poucos artigos são acessados com tabelas, gráficos e fotografias intactos e poucos estão disponíveis na íntegra, registrando-se supressões freqüentes das seções de cartas, noticiários e resenhas. Segundo a equipe da revista *Ciência da Informação*, editada pelo IBICT, «...a versão eletrônica (...) é um excelente meio de divulgação para a própria revista impressa...» (Silva *et al.*, 1996, p. 455). Desde a implantação do formato eletrônico em Outubro de 1996, cerca de 200 novos pedidos de assinatura foram recebidos por meio do formulário eletrônico disponível, muitos dos quais provenientes de pessoas que não constituem o público-

-alvo da edição impressa, como médicos, engenheiros e administradores, o que permite inferir que a versão eletrônica de uma revista, se não possui nenhum diferencial, serve pelo menos como *marketing* e divulgação do equivalente impresso tradicional.

Ademais, percebe-se a prática de impressão do material eletrônico, identificada em pesquisa recente com docentes-pesquisadores brasileiros, atuando em cursos de mestrado e doutorado, a exemplo da fala de um depoente: «*O suporte papel para certa geração (mesmo para muitos jovens, por depoimentos que ouvi) ainda apresenta certo conforto, certa comodidade. É comum em nossas reuniões de pesquisa recorrermos à impressão de artigos para discussão e melhor visualização. Assim, creio que o periódico eletrônico agilizará o processo de distribuição da informação, mas não fará prescindir da impressão, pelo menos por algum tempo, difícil de mensurar, diante das desigualdades deste País...*» (Targino, 1998, p. 256). É a magia do papel. É a comodidade da leitura de impressos. É a prova de como é difícil alterar substancialmente a dinâmica cultural assimilada ao longo de décadas, embora Hoelle (1995, p. 75) insista que «*A tecnologia deveria permitir ao usuário uma interface amigável para acessar quaisquer e todos os periódicos eletrônicos*», de modo seguro, ainda que exista o risco de as inovações que afetam programas e equipamentos transformarem os primeiros fascículos eletrônicos em material inacessível.

5. Palavras finais

Acredita-se que a comunicação eletrônica é mais adequada à realidade da comunidade científica do que os canais tradicionais, por seu dinamismo e flexibilidade. No entanto, a euforia ou o desânimo que a cercam devem dar lugar a estudos que busquem responder, a médio e longo prazos, aos questionamentos ora suscitados. Há pontos de estrangulamento que começam a surgir, e que comprometem as funções precípuas dos periódicos eletrônicos, sobretudo a atualização das informações e a retroalimentação imediata. No caso nacional, a consulta direta aos *sites* das revistas do Grupo *e-pub* (1999) prova que todas sofrem algum processo de atraso, contrariando o imediatismo do terreno eletrônico.

Entretanto, o periódico eletrônico representa um caminho sem volta, mesmo para os países periféricos. A questão é a intensidade de produção e de uso. Para Harrison, Stephen (1995, p. 607), em qualquer circunstância, destina-se a alterar a *forma* como os acadêmicos lêem e escrevem, a *forma* como pesquisam e a *forma* final dos produtos de pesquisa: «*Os periódicos científicos impressos têm estado no coração do desenvolvimento das comunidades científicas, como as conhecemos hoje. Os periódicos eletrônicos (...) estarão no coração das comunidades científicas criadas amanhã.*» Promete

alterar as relações econômicas, profissionais, organizacionais e disciplinares vigentes no meio acadêmico, fundamentadas na tecnologia da imprensa e do papel.

A probabilidade de manutenção de periódicos científicos *somente* em formato eletrônico tende a crescer ininterruptamente, face à expansão das redes eletrônicas e de sistemas amigáveis, bem como a tentativas de pesquisas conjuntas por meio do computador, mas é utópico estabelecer um padrão único de produção e de uso, mesmo dentro de uma nação, como o Brasil, onde pesquisadores confessam recentemente: «*Não posso mentir. Nem conheço*», seguido de outros que vão além: «*...as universidades não têm recursos nem para livros do dia a dia, imagina para este negócio meio complicado e fora da realidade da gente.*» (Targino, 1998, p. 256-257). Tudo isto demonstra que o discurso totalizante e determinista não possui consistência. As inovações tecnológicas são decisivas no processo de transformação sociocultural, ocasionando mudanças nos meios de comunicação, os quais, por sua vez, atuam como fatores que desencadeiam alterações sociais, econômicas, políticas e culturais. Mas é a sociedade que permite que isto ocorra, servindo de suporte para tais inovações. Portanto, é insensato aceitar qualquer forma de determinismo, de natureza econômica ou tecnológica.

Assim, os periódicos eletrônicos devem ser visualizados como soluções complementares e não competitivas, o que pressupõe a sua «*coexistência pacífica*» ao lado dos impressos, pelo menos por algum tempo, com a prevalência de réplicas eletrônicas de versões impressas, pois para muitos brasileiros: «*...as publicações eletrônicas vão se disseminar rapidamente e vão disseminar mais rapidamente as investigações científicas concluídas ou em andamento. Mas nem tão cedo vão suprir a proeminência do impresso. Quando nos interessa a informação veiculada, clicamos o mouse em print, tomando o dado eletrônico em publicação periódica escrita...*» (Targino, 1998, p. 275). E é este o pensamento de Clement (1994) e Okerson (1992a), ao sistematizarem as perspectivas do *próximo milênio*. Apostam na *sobrevivência do periódico impresso*, mas alertam para o agravamento do fosso entre países ricos e países pobres em informação, ante tais previsões:

- *expansão gradativa do uso do computador e de recursos mais e mais sofisticados;*
- *disponibilidade simultânea de periódicos científicos em formato eletrônico e em papel, com a estimativa do mercado meio a meio;*
- *decréscimo de assinaturas tradicionais para dar lugar às opções de artigos isolados e de leasing ou licenciamento;*
- *redefinição das publicações e serviços secundários ante a intensificação de outras formas de indexação e recuperação – inte-*

ligência artificial; busca via *abstracts* ou textos completos; *browsing* virtual;

- *redes eletrônicas passam ao domínio comercial*, mas os custos tendem a cair;
- *emergência de novos nichos*: novas formas de arquivamento; reempacotamento da informação; serviços de *scanning*; informações mais e mais individualizadas;
- *editoras sem distribuição eletrônica tendem a desaparecer*;
- *acréscimo no total de contribuições*, muitas das quais inconsistentes, o que intensifica o esforço dos editores no controle do fluxo da informação, da conversão e distribuição;
- *questão dos direitos autorais* sem solução;
- *estratificação crescente das nações, instituições e usuários ricos e pobres*.

São expectativas que repousam na certeza de que as NTIC produzem mudanças expressivas que repercutem na comunicação científica e no fluxo informacional em geral. Os cientistas, como os demais indivíduos, vivem uma nova fase, em que a proliferação das tecnologias de informação facilita a vida de alguns, dificulta a de outros, mas, sob qualquer aspecto, altera substancialmente a vida de todos. Graças à multiplicidade de alternativas à mão dos usuários, «*Não há mais 'um cliente' que deseja uma (grifos nossos) forma de publicação; as editoras terão de produzir uma variedade de formatos de publicação, face às necessidades e estilos múltiplos de cada mercado e disciplina específicos...*», a fim de disseminarem amplamente os conhecimentos científicos recém-gerados (Fisher, 1994, p. 70). No entanto, a bem da verdade, diante dos problemas mais sérios das revistas científicas eletrônicas – reconhecimento de autoridade/prioridade e preservação do conhecimento – os teóricos são reticentes. A primeira questão pode ser sanada mediante processo avaliativo mais acurado que dê aos cientistas a tranqüilidade de que seu trabalho será reconhecido, mesmo se divulgado via domínio eletrônico. A dúvida persiste em se tratando dos textos interativos, quando a noção de autoria é profundamente modificada. Quanto à preservação, perguntas continuam sem resposta. Como recuperar daqui a 10 ou 20 anos as informações eletrônicas disponibilizadas no ano em curso? A que instituição compete a organização desse acervo? Como garantir o acesso universal à informação? etc. etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, A. Networks for thinking in cliques? *Science*, Washington, v. 253, n. 5.019, p. 506, 2 Aug. 1991.
- ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES (ARL). *Directory of electronic journals and newsletters*. [on-line] Washington: 1997. Disponível na Internet via <http://arl.cni.org/scomm/edir/index.html>. Arquivo capturado em 30 de maio de 1998.
- CLEMENT, G. Evolution of a species: science journals published on the Internet. *Database*, Wilton, v. 17, n. 5, p. 44-54, Oct./Nov. 1994.
- CRONIN, B., OVERFELT, K. E-journals and tenure. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 46, n. 9, p. 700-703, 1995.
- FISHER, J. H. A publisher's view into the crystal ball. *The Serials Librarian*, Binghamton, v. 24, n. 3/4, p. 69-72, 1994.
- GRUPO DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS EM MEDICINA E BIOLOGIA (*Grupo e-pub*). [Informações gerais] [on-line] Disponível na Internet via <http://www.epub.org.br/epub/welcome.htm>. Arquivo capturado em 7 de fevereiro de 1999.
- GRUPO DE TRABALHO DE BIBLIOTECAS VIRTUAIS. *Periódicos especializados*. [on-line] Disponível na Internet via <http://www.cg.org.br/gt/gtbv/conteudo.htm>. Arquivo capturado em 2 de janeiro de 1999.
- HARNAD, S. *Implementing peer review on the net: scientific quality control in scholarly electronic journals*. Paper presented at the International Conference on Refereed Electronic Journals, 1993. [on-line] Disponível na Internet via <ftp://princeton.edu/pub/Harnad/harnad94.peer.review>. Arquivo capturado em 10 de março de 1994.
- HARRISON, T. M., STEPHEN, T. D. The electronic journal as the heart of an online scholarly community. *Library Trends*, Illinois, v. 43, n. 4, p. 592-608, spring 1995.
- HOELLE, D. M. Handling electronic information: the librarian's changing role. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 61., 20-26 Aug. 1995, Istambul. *Booklet N^o 2...* Istambul: IFLA, 1995. 106 pp.74-75. (Paper N^o 064-SCE-2/BIO-3-E).
- LANCASTER, F. W. The evolution of electronic publishing. *Library Trends*, Champaign, v. 43, n. 4, pp. 713-740, spring 1995.
- LE COADIC, Y.-F. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 119 p.
- LEVIN, A. The log on the library. *Johns Hopkins Magazine*, Baltimore, p. 12-19, Feb. 1992.
- McMURDO, G. Changing contexts of communication. *Journal of Information Science*, Sussex, v. 21, n. 2, pp. 140-146, 1995.
- MALINCONICO, S. M., WARTH, J. C. The use of electronic documents in libraries. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 61., 20-26 Aug. 1995, Istambul. *Booklet N.º 6...* Istambul: IFLA, 1995. 132 pp.44-51. (Paper N^o 125-IT-1/SER-4-E).
- MUELLER, S. P. M. O periódico científico e as bibliotecas universitárias: velhos problemas, novas soluções. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8., 1994, Campinas – SP. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 1994. 361 pp. 80-101.

- OKERSON, A. Electronic journals: current issues. *IAALD Quarterly Bulletin*, [s.l.], v. 37, n. 1/2, pp. 46-54, 1992a.
- OKERSON, A. The missing model: a «circle of gifts». *Serials Review*, Greenwich, v. 18, n. 1/2, pp. 92-96, spring/summer 1992b.
- SILVA, L. A. G. da, ALMEIDA, R. L. de, PARANHOS, B. S., FLORENTINO, C. A. A. Buscando soluções para se publicar na Internet: a experiência do IBICT com a Ciência da Informação on-line. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 454-460, set./dez. 1996.
- TARGINO, M. das. G. The social impact of the Internet: does it promote diversity, access and participation? In: CLICHE, D. *Cultural ecology: the changing dynamics of communications*. London: International Institute of Communications, 1997. 257 p.p. 72-87.
- TARGINO, M. das. G. *Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação*. Brasília: UnB, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1998. 387 p.
- WOODWARD, H., MCKNIGHT, C. Electronic journals: issues of access and bibliographical control. *Serials Review*, Greenwich, v. 21, n. 2, p. 71-78, summer 1995.

2.

DESAFIOS ÉTICOS E POLÍTICOS

A GLOBALIZAÇÃO DA MÍDIA E DA CIDADANIA E A ESFERA PÚBLICA INTERNACIONAL ¹

SÔNIA SERRA*

O impacto crescente da organização supranacional dos Estados, das trocas além fronteiras entre sociedades civis e movimentos sociais, da globalização da mídia e da formação de uma opinião pública mundial indica importantes transformações da vida pública, que demandam o repensar das teorias sobre os meios de comunicação, tradicionalmente formuladas nos limites dos estados nacionais. Neste novo contexto, o estudo do papel e das influências sobre a imprensa internacional se faz especialmente necessário. Esta comunicação analisa essas transformações e defende que o conceito de esfera pública internacional, baseado nas formulações propostas por Habermas em seus estudos mais recentes, desde que ampliadas para dar conta da configuração contemporânea, oferece um quadro teórico importante para compreender as novas relações entre os meios de comunicação, os sistemas políticos e os grupos sociais, e especialmente como novas questões passam a fazer parte da agenda política.

Globalização e espaços públicos além-fronteiras

Essas significativas transformações que transcendem o escopo dos estados nacionais têm sido referidas como processos de globalização.

¹ Esta é uma versão ligeiramente revista do artigo «Mídia Global, Movimentos Sociais e a Esfera Pública Internacional», apresentado no I Colóquio Brasil/Grã-Bretanha de Comunicação e Estudos Culturais, realizado no Rio, em julho de 1999.

* Universidade Federal da Bahia – sonserra@ufba.br

Autores da linha da economia política, como Garnham (1997), comentaram como a economia foi re-estruturada no contexto da globalização, com impactos na mídia e na natureza da política. Este trabalho enfoca as mudanças nas relações sociais e no domínio da política, relacionadas com tais modificações que, como alguns autores colocam, estão também marcadas pela reestruturação do tempo e do espaço. McGrew (1992:65), por exemplo, enfatiza que a globalização é uma condição complexa, em que «os padrões de interação humana, interconexão e consciência estão reconstituindo o mundo como um espaço social único». Para Robertson (1992:8), a globalização representa tanto «a compressão do mundo quanto a intensificação da consciência do mundo enquanto um todo». Giddens (1990:64) argumenta que a globalização significa «a intensificação de relações sociais de âmbito mundial, que ligam localidades distantes de tal forma que os acontecimentos locais são conformados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa».

A primeira indagação no debate teórico sobre o tema da globalização é, usualmente, se estas são condições e processos realmente novos (Curran & Seaton, 1997, ver Thompson, 1995 para uma abordagem histórica). Contra a idéia de novidade, pode ser argumentado, como Habermas (1997: 514 [orig. 1990]) comenta, que, no contexto da Revolução Francêsa, Kant já identificava o desenvolvimento de uma esfera pública mundial. A pesquisa histórica pode de fato mostrar como esse evento influenciou movimentos revolucionários em locais distantes, como o Brasil, desde que fluxos de pessoas, cartas, livros e notícias através de grandes espaços geográficos já eram uma realidade em séculos passados. O mesmo pode ser dito dos movimentos abolicionistas, operários e feministas, que eram de muitas formas «profundamente transnacionais, mesmo transcontinentais» (Markoff, 1997: 67). Assim sendo, o que a globalização traz de novo?

No contexto deste artigo, a primeira resposta para essa questão se refere ao impacto das mudanças tecnológicas, especialmente nos meios de comunicação e nos processos, geográficos, sociais e políticos. Há, de fato, condições paradoxais nas sociedades contemporâneas que não podem ser minimizadas. Enquanto que, por um lado, o que constitui o mundo exterior expandiu-se bastante desde o período das cidades-Estado, e mesmo desde a criação da Organização das Nações Unidas (que em sua fundação tinha aproximadamente cinquenta países participantes e hoje tem quase duzentos), por outro lado, também cada vez mais se estreitou, por se ter tornado mais próximo em tempo e espaço através da velocidade e intensidade dos desenvolvimentos em transporte, informação e mídia.

A expansão da mídia global e das novas tecnologias de comunicação, que promovem a compressão do tempo e do espaço, não deveria ser considerada simplesmente em termos do aumento do número de órgãos, ou de pessoas que obtêm informações através da mídia internacional. O que é

mais importante é o fato de que esses avanços tecnológicos implicam mudanças qualitativas. Por exemplo, eles permitem que respostas mundiais a notícias de eventos acontecendo à distância possam ser dadas, recebidas e assistidas simultaneamente pelos diversos protagonistas, enquanto os eventos ainda estão se desenrolando, especialmente através da televisão via satélite. Além do mais, isto acontece sob o olhar dos governos, sociedades civis e opinião pública, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Sistemas de alcance mundial, como a CNN e a BBC, fornecem um canal imediato para respostas governamentais, além de se constituírem em padrões críticos, para os cidadãos avaliarem a cobertura dos sistemas de radiodifusão nacionais (Friedland, 1992). Tudo isso indica que há uma diferença significativa em relação a situações anteriores, não apenas na forma como as reações externas são geradas, mas também nas repercussões e impacto, a nível nacional e internacional, dessas reações a eventos domésticos. Essas interações, por sua vez, podem influenciar os resultados de uma forma muito mais direta, abrangente e instantânea. Entretanto, é importante notar que essa visibilidade e publicidade globais imediatas não conduzem necessariamente a finais felizes, e isso também significa que o interesse da mídia nessas questões desaparece tão rápido quanto elas surgem (Curran & Seaton, 1997).

Exemplos históricos desse tipo de evento, em uma escala sem precedentes, e que chamaram a atenção de diversos pesquisadores nos últimos anos incluem: os conflitos entre estudantes e autoridades chinesas na Praça Celestial (Thompson, 1995; Keane, 1995a; Garnham, 1992; Toffler, 1993), a queda do muro de Berlim e as revoluções de veludo na Europa Oriental (Curran & Seaton, 1997; Habermas, 1992a), a guerra do Golfo e a *intifada* na Palestina (Wolsfeld, 1997), a tentativa de golpe soviético em 1991 (Friedland, 1992) e o atentado suicida a um ônibus em Israel (Curran & Seaton, 1997). Em 1940, antes mesmo do advento da televisão via satélite, Robert Park (1970) já havia observado que a expansão dos meios de comunicação, de tal forma que qualquer pessoa em qualquer parte do globo podia participar instantaneamente em eventos acontecendo em outras partes do globo, «se não como espectadores, mas como ouvintes», tinha alterado radicalmente o caráter da política internacional, com consequências imprevisíveis. Nos casos mais recentes, a questão dos meios interferindo na diplomacia e nas relações exteriores tem sido levantada, com a produção de algumas evidências. Embora este não seja um fenômeno novo e já tenha sido observado pelos primeiros analistas da imprensa como Lipmann, ou críticos do século dezenove, que protestaram contra a influência de jornais na diplomacia mundial (Friedland, 1992), o alcance, intensidade e velocidade, novamente fazem com que essa seja uma diferença, não apenas de grau, mas de qualidade.

A segunda resposta se refere ao crescimento impressionante do número, alcance e papel das organizações não-governamentais (ONGs), ao lado dos movimentos sociais (Archer, 1992; Luard, 1990; Serra, 1996; Willets, 1982), revigorando a sociedade civil a nível mundial. Enquanto previamente essas organizações, estabelecidas em sua maioria em países do norte, visavam fornecer ajuda emergencial ou para o desenvolvimento de países do sul, posteriormente, um grande número delas adquiriu um perfil mais político e se tornaram importantes grupos de pressão, nos campos dos direitos humanos, justiça social e ecologia. Também, outras organizações semelhantes se formaram em países do sul e se articularam com as dos países desenvolvidos.

Essas redes transnacionais trocam recursos, conhecimentos, informações e idéias, o que aumenta a sua legitimidade e eficácia (Mainwaring & Viola, 1984; Scherer-Warren & Krischke, 1987). Suas ligações ao nível das bases facilitam seu papel como sensores de advertência para problemas sociais. Sua capacidade e recursos para forjar alianças, exercer lobby sobre parlamentos e dramatizar questões para sensibilizar a mídia e a opinião pública e pressionar governos, capacitam-nas para levantar novos temas na agenda política e influenciar o debate público. Esses fatores, aliados ao conhecimento especializado, permitem a essas redes promover mudanças em políticas públicas porque, embora não tenham poder legal para tanto, podem, entretanto, influenciar instituições intergovernamentais com essa finalidade (Hamelink, 1994). Essas organizações têm sido reconhecidas por agências multilaterais, como o Banco Mundial, e conquistaram representação e status consultivo em órgãos interestatais, como as Nações Unidas. Além do mais, existem propostas para garantir-lhes um papel mais efetivo nessas estruturas globais (Commission on Global Governance, 1998 [orig. 1985]). Como Fernandes (1995) observa, as ONGs são elementos fundamentais para uma «cidadania planetária», por possuírem uma dupla característica de inserção local e conexão internacional. Elas também têm se contraposto a ações de corporações transnacionais, de forma a fazer com que algumas delas mudem suas políticas e adiram a valores mais comprometidos com o bem estar social.

O valor básico dessas organizações não-governamentais é a solidariedade multinacional, mas elas também se defrontam com pressões ligadas ao dinheiro e ao poder administrativo e correm riscos provenientes da utilização de dois pesos e duas medidas, da competição e da cooptação. Em sua maior parte, as ONGs têm sido responsáveis por resultados positivos, novos padrões e valores humanitários. Entretanto, não se pode ignorar a emergência de movimentos sociais anti-democráticos, influenciados pelo racismo, xenofobia, fascismo ou ideologias fundamentalistas que, ao contrário, representam uma ameaça à constituição de uma esfera pública internacional.

A diferença básica dessas organizações, em relação aos movimentos sociais anteriores, consiste em que, embora os últimos tivessem ligações e influência transnacionais, «as suas arenas para ações efetivas e as possibilidades de institucionalizar as suas conquistas limitavam-se basicamente ao nível dos estados nacionais» (Markoff, 1997: 67).

A terceira resposta para a questão sobre o que há de novo em relação à globalização é o aumento da organização supranacional ao nível do sistema político global, sob a forma de organismos interestatais, legislação internacional e da regionalização em termos de blocos políticos e econômicos e do poder militar. Nas últimas décadas, as conferências internacionais da agenda social das Nações Unidas têm ajudado a colocar temas na agenda internacional, com efeitos no debate público, a nível nacional e internacional. Elas possuem uma grande visibilidade, relativa transparência e participação extensiva (Leis, 1995; Alves, 1996). Estes debates intergovernamentais se têm constituído em grandes eventos que atraem um grande número de chefes de Estado e têm possibilitado a participação ativa de ONGs nas discussões preparatórias e durante o evento. As conferências têm atraído ampla cobertura da mídia, mas esta, entretanto, é muito seletiva e diferenciada na sua apresentação dos atores e das preocupações de países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Giffard, 1996).

Além do exposto, um número maior de convenções e regulamentos internacionais têm sido estabelecidos com um nível maior de obediência, e as propostas de criação de uma corte internacional ganharam maior aceitação. De certa forma, essas mudanças e tendências, ampliadas no contexto pós-Guerra Fria, são uma resposta à intensificação dos problemas globais como a pobreza, migrações, o peso da dívida externa, o comércio das drogas e outros crimes internacionais e desastres ecológicos – tudo isso indicando que todas as sociedades são parte inseparável de uma comunidade de riscos compartilhados, o que requer cooperação política (Morin, 1986; Habermas, 1995:43). Assim sendo, Nancy Fraser (1993:26) indaga: «com uma biosfera planetária única faz sentido entender o Estado-nação como a apropriada unidade de soberania?»

Mídia global, governança global, *networking*: transversalidade

Apesar de alguns estudiosos corretamente enfatizarem a sobrevivência do Estado Nacional e apontarem para a sua capacidade de resistência e adaptação (Curran & Seaton, 1997; Golding & Harris, 1996; Goldblath, 1997), outros autores, também corretamente, indicam as ameaças à soberania nacional, vindas de baixo e de cima (Held, 1995; Castels, 1997). Argumentam que a soberania dos estados nacionais tem sido crescentemente solapada pela já mencionada importância crescente das organizações

supranacionais, como as Nações Unidas, blocos político-econômicos e uniões militares entre Estados e agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. (Este tem sido um problema antigo para os países do sul, mas agora este processo está se disseminando e se intensificando). Há também muita preocupação com as ameaças à soberania nacional provocadas pela transnacionalização do capital e a centralização do poder corporativo, especialmente na forma do mercado financeiro global. As ameaças também surgem dos conglomerados transnacionais de mídia, já que é difícil para os Estados controlar suas operações e impedir que seus cidadãos tenham acesso a suas mensagens (Mattelart & Mattelart, 1992; Curran & Seaton, 1997).

A partir de baixo, o surgimento dos novos movimentos sociais e a expansão de redes (*networks*) de organizações não-governamentais também ameaçam a soberania nacional. Como mencionado, as ONGs internacionais pressionam os Estados e cobram a sua responsabilização a nível internacional. Além do mais, elas representam a privatização do humanitarismo, minando assim uma das razões da existência dos Estados Nacionais (Castells, 1997). De uma maneira geral, as pressões de atores internacionais sobre os Estados incluem tanto formas de consentimento e contágio quanto o controle e a condicionalidade (Przervorsky, 1995). Há também pressões mais violentas, vindas do sub-mundo, relacionadas com a economia global do crime, tráfico de drogas e terrorismo (Castells, 1998).

Inquestionavelmente, significativas esferas de decisão foram retiradas da responsabilidade institucional dos Estados, em muitos casos com a sua cumplicidade (Mattelart & Mattelart, 1992). Ainda, nas áreas de direitos humanos, segurança ou ecologia, é cada vez mais aceite que a supervisão internacional deve prevalecer sobre os interesses individuais dos Estados nacionais. Entretanto, isto não significa o fim dos Estados-nações, mas sim a limitação da sua soberania, em troca da sua durabilidade (Castells, 1997). Além do mais, se há sinais positivos do desenvolvimento de uma ética global, há também tendências contraditórias na direção da revivescência de processos de nacionalismo. A mídia pode estimular ambos (Held, 1995; Curran & Seaton, 1997).

Dois conceitos recentemente trazidos para a frente do debate ajudam a resumir as mudanças na configuração do cenário global, embora possam provocar visões divergentes: 'governança global' e '*networking*' (atuando em redes). Governança global, que não deve ser entendida como governo global, indica um processo de administração das questões mundiais e tomada de decisões globais, através tanto de mecanismos formais quanto informais. Enquanto este processo era anteriormente considerado como objeto de relacionamentos exclusivamente entre Estados, ele agora crescentemente envolve um arco mais amplo de atores, incluindo organizações não-governamentais e movimentos sociais, além das corporações multi-

nacionais, entre elas as organizações globais de mídia (*Commission on Global Governance*, 1998). A inclusão desses atores transnacionais não esta-tais ameaça o monopólio de representação baseado nos Estados-nações e atravessa relações de cima para baixo.

'*Networking*' sugere fluxos e formas horizontais e trocas e articulações diagonais. Para Castells (1997), a '*network society*' (sociedade em rede) se originou da confluência de três processos interrelacionados que tiveram lugar no final dos anos sessenta: a revolução tecnológica da informação, a crise econômica e a posterior reestruturação do capitalismo e do estatismo e o florescimento de novos movimentos sociais. Ele argumenta que a lógica de *networking* transforma todos os domínios da vida social e econômica, incluindo o '*network - state*' (Estado em rede). '*Networking*' é também um conceito básico para autores que acreditam que as novas tecnologias e a Internet «oferecem a oportunidade para a criação de uma esfera pública, ou esferas públicas, genuinamente fora dos limites de qualquer Estado-nação ou entidade organizacional» (Braman, 1996: 36). Tem sido argumentado também que estas tecnologias estimulam a emergência de uma sociedade civil global, aumentam a participação e permitem um processo de *networking* cívico, com efetivo impacto político (Frederick, 1992).

O potencial democrático das novas tecnologias de comunicação e informação e da Internet estimulam a imaginação, mas ainda não foi completamente explorado. Entretanto, outras possibilidades negativas têm sido também apontadas, desde o quanto estas tecnologias podem contribuir para aumentar as disparidades entre as populações *info-poor* (pobres em informação) e *info-rich* (ricas em informação), ou facilitar a articulação nacional e internacional de movimentos anti-democráticos como os citados, até à difusão ampla de valores indesejáveis e assuntos socialmente nocivos, como a pornografia infantil. Castells (1997) demonstra como estes sistemas foram decisivos para amplificar o impacto na opinião pública de dois movimentos totalmente opostos ideologicamente: o populismo conservador nos Estados Unidos e o Zapatismo no México. Mas ele também demonstra que isto foi conseguido através da alimentação da mídia.

Isto nos conduz à questão de avaliar se a globalização é negativa ou positiva. Embora as respostas sejam altamente divergentes (Boyd-Barrett, 1997), muitos autores apontam a natureza ambivalente da globalização e a dualidade de seus efeitos (Theheranian & Theheranian, 1997; McGrew, 1997), uma vez que a globalização comporta tanto formas a partir de cima quanto a partir de baixo (Santos, 1997). Esses processos englobam muitos aspectos contraditórios: homogeneização e heterogeneidade, solidariedade e competição, politização e alienação, incapacitação e emancipação, centralização e descentralização. Não é portanto surpreendente que a globalização tenha provocado visões pessimistas e otimistas do presente e do futuro.

O impacto negativo das tendências de formação de conglomerados globais e comercialização da mídia tem sido enfatizado por estudiosos que argumentam que estes contribuem ainda mais para tendências de homogeneização e redução dos discursos disponíveis (Herman & McChesney, 1997; Garnham, 1990; Entman, 1989; Rubin, 1995). Entretanto, outros autores afirmam que a nova mídia global, apesar de ser voltada basicamente para o lucro, está inadvertidamente contribuindo para aumentar o nível de ação política além fronteiras (Toffler, 1993; Keane, 1995a). Como visto, imagens globais contribuíram para a formação de uma «opinião pública global», com um impacto positivo, como é evidente na história dos direitos humanos que contém muitos casos de prisioneiros políticos salvos por protestos globais, ou no caso dos processos políticos na Europa Oriental, nas últimas décadas. Isto apoia a crença de que a mídia global pode promover dramáticas discussões públicas a nível mundial, com influência decisiva, embora com desfechos menos felizes, como no caso do massacre dos estudantes na China, em 1989, que deliberadamente organizaram o protesto para uma audiência internacional, e carregaram mesmo cartazes escritos em inglês (Keane, 1995a).

Durante as marchas em Kosovo, em 1997, estudantes lutando por direitos civis para os albaneses também carregaram faixas com slogans dirigidos aos governos ocidentais, que diziam: Alô, Europa, onde estão vocês? (Power, 1999). Como Ferry (1995) observa, na sociedade midiática, o público não está mais confinado ao corpo eleitoral de uma nação, mas virtualmente abrange a humanidade como um todo. Os protestos estudantis na China e em Kosovo são também exemplos de como redes informais de cidadãos, não apenas nacionalmente mas também em outros países, deram apoio para o movimento. Isto reflete o aumento das trocas diretas (Mattelart & Mattelart, 1992 [orig.1986]); Mattelart, 1994) e virtuais entre sociedades civis além fronteiras, o que indica a emergência de uma sociedade civil internacional (Keane, 1992; Serra, 1993).

Nestes e em outros eventos envolvendo turbulências políticas internas, ou crises externas, a mídia global, especialmente a televisão via satélite, tem sido vista como criando uma audiência global que influencia positivamente o papel dos protagonistas, e mobiliza o envolvimento de outros. Neste sentido, estes meios podem ser entendidos como construindo uma opinião pública mundial, desde que eles ajam como canais diplomáticos de comunicação e mediadores políticos («*political brokers*») internacionais (Gurevitch, Levy & Roeh, 1991). Estudos sobre a cobertura de desastres humanos, tais como epidemias de fome, discutem o papel potencial da imprensa internacional em «galvanizar respostas internacionais e pressionar governos» (Philo, 1993: 105).

Não obstante, a universalidade na cobertura está longe de ser garantida. Por exemplo, algumas das mais longas e terríveis guerras, como as de

Angola e Serra Leoa, têm sido travadas no escuro. E, como o ex-secretário geral das Nações Unidas comenta, «a atenção da imprensa é como um feixe de luz que ilumina aonde ele brilha, mas deixa todo o resto na obscuridade» (Boutros-Gali, 1998: 24). Este é especialmente o caso de nações excluídas da economia global. Assim, a questão seguinte é: quão global é a globalização? Como muitos observaram, globalização não é um fenômeno unitário (e.g. Giddens, 1995), mas sim um processo multifacetado, multidimensional e multidirecional, que afeta todo mundo em toda parte, mas de formas diferentes e com efeitos diferentes (Waterman, 1996; Tomlinson, 1997).

Indubitavelmente, assimetria e estratificação permanecem como características importantes e em alguns casos crescentes da ordem global, afetando o acesso, a participação e a representação em todos os seus componentes. Isto pode ser confirmado por dados numéricos. O pequeno grupo de países mais poderosos do G7, que fixa os padrões e as políticas para a economia e a política mundiais e controla agências como o FMI e o Banco Mundial, representa apenas 12% da população do mundo e controlam a maior parte do fluxo de informações. Eles estão também entre os poucos países que detêm o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Menos de 15% das ONGs registradas nas Nações Unidas pertencem a países em desenvolvimento (ver *Commission on Global Governance*, 1998), embora algumas devam ser consideradas internacionais em escopo. O fato de a maior parte dos conglomerados de mídia se localizar em poucos países leva alguns autores a argumentar que o termo mídia global é na verdade uma mistificação (Croteau & Hoynes, 1997).

À luz de tanta disparidade, Mowlana (1996: 199) sustenta que a globalização cria um mundo «estruturalmente oligárquico» e considera que «as questões políticas se tornaram globais no seu impacto, mas os formuladores da agenda para esses problemas dificilmente podem ser considerados globais, quanto mais universais». Entretanto, Sreberny-Mohammadi (1996: 4) argumenta que, até certo ponto, a crítica aos processos de globalização, baseada no fato dos mesmos não serem uniformes ou verdadeiramente globais, descarta o ponto conceitual fundamental de que as tendências centrais das sociedades modernas têm um alcance global pronunciado. Há lugar também para o argumento, colocado por Pieterse, de que o sentido da globalização é «o aumento nos modos de organização disponíveis: transnacional, internacional, macro-regional, nacional, micro-regional, municipal, local», apesar da importância crescente do nível global (citado em Straubhaar, 1997: 286, ênfase no original).

A resposta positiva ou negativa à globalização, então, depende da direção para a qual se dirige o olhar. Isto pode resultar em uma atenção para infra-estruturas ou superestruturas, mudança ou permanência, estrutura ou praxis. Avaliações mais negativas partem de autores da linha da economia política, que corretamente enfatizam a persistência de profundas

desigualdades (Golding & Harris, 1996). Avaliações mais positivas partem de cientistas políticos ou pensadores críticos que acreditam que é possível reformar a democracia (Held, 1995; Habermas, 1994), ou de alguns teóricos culturalistas.

De qualquer forma, o novo paradigma teórico, como o fundamento lógico dos conceitos que encabeçam esta seção sugere, convida à transversalidade (Mattelart & Mattelart, 1992). Isto indica que questões relativas à responsabilidade, responsabilização (*accountability*), publicidade e representação precisam ser reformuladas em termos internacionais, inclusive a questão da regulamentação da mídia. Assim, podemos perguntar: qual o impacto destas transformações em uma concepção de democracia baseada em noções de soberania popular e em uma esfera pública concebida nos limites do espaço nacional? E podemos considerar, como Garnham (1997: 69) coloca, como o conceito de esfera pública «pode tornar-se significativo num mundo de Estados-nações fracos e mídia comercial globalizada».

O repensar de Habermas sobre esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais

O conceito de esfera pública, proposto por Jürgen Habermas (1989 [orig. 1962]), representou um modelo poderoso para a análise da comunicação pública e da formação da opinião pública. Isto se deu apesar de questionamentos quanto à pertinência histórica do seu relato da emergência e posterior erosão da esfera pública liberal, ao excessivo racionalismo do modelo e quanto a outros pontos, que provocaram muita crítica (para uma descrição do processo ver e.g. Genro filho, 1989; Holub, 1991; Calhoun, 1992a; Kellner, 1990; Peters, 1993; para uma abordagem crítica ver e.g. artigos em Calhoun, 1992b; Curran, 1991a). Assim, alguns autores defendem o uso político e normativo do conceito, como um tipo-ideal, ou uma medida crítica (Habermas, 1992b; Curran, 1991b; Garnham, 1990; Golding & Murdock, 1991; Dahlgren, 1995; Gomes, 1997: 69), argumentando que o mesmo «focaliza o problema adequado, porque coloca no centro da análise a relação entre a economia, de um lado, e os modos e questões da política democrática, de outro». Entretanto, outros comentários consideram as idéias de Habermas obsoletas e o conceito de esfera pública inaplicável a desenvolvimentos contemporâneos (Keane, 1995a, 1995b; Thompson, 1990, 1995; ver tb. Garnham (1995b) respondendo a Keane).

Observando a natureza ambivalente da esfera pública e da mídia na modernidade tardia, Habermas (1992b: 45) comentou que, se fizesse outra tentativa de examinar a transformação estrutural da esfera pública, o resultado «poderia dar margem a uma avaliação menos pessimista». Trinta anos depois de *Structural Transformations*, Habermas ofereceu outra versão para

o conceito da esfera pública, exposta predominantemente em *Between Facts and Norms* (Habermas, 1997 [orig.1992]), que realmente revê algumas das suas premissas de maneira significativa.

A abordagem posterior de Habermas é um modelo bastante elaborado, que beneficiou da crítica acadêmica ao seu trabalho inicial, e que é também informado pelas transformações históricas das últimas décadas, que influenciaram as mudanças no seu pensamento (ver e.g. Habermas, 1992a, 1992b, 1994, 1997). Essas mudanças fundamentais incluem a sua avaliação de que uma revolução, no sentido clássico do termo, não era o caminho adequado para a transformação social (ver e.g. Habermas, 1997 [orig. 1988]) e sua compreensão de que as formas antigas de democracia participatória não eram mais viáveis e tinham que ser redefinidas nas sociedades complexas. Tais revisões levaram Habermas a romper com modelos da sociedade centrados no Estado, a repensar a soberania popular de forma intersubjetiva, como poder comunicativo, e a enfatizar a importância da lei como o meio que pode transformar o poder comunicativo em poder administrativo. Porém, se o seu trabalho anterior provocou inúmeras respostas, essa nova versão recebeu pouca atenção na literatura inglesa (Serra, 1999a, 1999b, para comentários em Português ver e.g. Costa, 1994, 1997).

Para os propósitos deste ensaio, alguns pontos desta revisão são especialmente relevantes: o conceito de sociedade civil e o novo papel político dos movimentos sociais e da mídia e a configuração do espaço público. Habermas (1997: 367) agora define a sociedade civil como «composta por aquelas associações, organizações e movimentos, emergentes de forma mais ou menos espontânea que, sintonizados com a forma como os problemas sociais ressoam nas esferas da vida privada, destilam e transmitem essas reações de forma amplificada para a esfera pública». A esfera pública é definida como um espaço social entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas funcionais, de outro. É uma rede para a comunicação de fatos e opiniões, uma arena para a identificação, tematização, problematização e mesmo dramatização de problemas, que devem ser processados pelo sistema político. A esfera pública funciona como uma «caixa de ressonância» e estimula opiniões influentes.

O foco na força inovativa dos movimentos sociais, que Habermas havia negligenciado em seu trabalho anterior (Calhoun, 1992b; Dahlgren, 1991, Eley, 1992), também desempenha um papel importante nessa revisão. Como Habermas (1997) observa, citando Cohen & Arato, os movimentos sociais desempenham um papel tanto defensivo quanto ofensivo. De forma ofensiva, eles procuram levantar novos temas, soluções e valores e exercer pressão em favor de certas políticas. De forma defensiva, eles procuram preservar e ampliar as estruturas associativas com influência pública e gerar contra-instituições e públicos alternativos. Assim, eles contribuem para ampliar e radicalizar direitos já existentes.

Essa versão habermasiana mais recente da esfera pública é elaborada dentro do quadro de referência da democracia deliberativa processual. A democracia deliberativa depende do jogo entre processos informais da opinião pública e processos democráticos formais de constituição da vontade coletiva, desenvolvidos em Estados constitucionais, de tal forma que problemas descobertos e tematizados por públicos «fracos», na esfera pública periférica, não regulamentada, possam ser tratados em públicos centrais representativos e organizados («arranged»), como parlamentos (para a noção de públicos fracos como opostos a públicos fortes, ver Fraser, 1993).

De forma rotineira, o sistema político central detém a iniciativa na formulação da agenda e na definição das políticas. Mas, como Habermas (1997: 381) argumenta, as grandes questões das últimas décadas não foram postas inicialmente por poderes centrais. Ao contrário, elas foram levantadas por intelectuais, cidadãos preocupados, profissionais radicais e auto-proclamados advogados. Nesta perspectiva, antes que os problemas sejam formalmente considerados pelo sistema político, eles precisam enfrentar uma batalha pública para seu reconhecimento, que muitas vezes envolve longas campanhas e demonstrações sensacionais. Assim, para que a sociedade civil e os movimentos sociais possam desempenhar o seu papel e para que uma esfera pública liberal se desenvolva, algumas condições se fazem necessárias – principalmente garantias constitucionais democráticas e o clima de uma cultura política liberal.

Não obstante, mesmo sob condições democráticas, permanece como um dos problemas mais difíceis a questão de como as desigualdades sociais afetam o acesso, inclusão e desempenho na esfera pública, que reflete tanto assimetrias individuais quanto sistêmicas. Em princípio, a esfera pública é caracterizada pelo acesso irrestrito e pela igualdade. A capacidade pública de uso da razão é o único pré-requisito. A força do melhor argumento deve prevalecer sobre status ou outras formas de poder e, historicamente, a esfera pública foi projetada como um mecanismo liberador, de defesa contra o absolutismo (Gomes, 1997). Na prática, foi demonstrado (e o próprio Habermas não o nega) que a esfera pública esteve sempre cercada pelo *status* social, patriarcalismo e outras formas de discriminação, que foram crescentemente reforçadas pelos mecanismos seletivos da mídia. Críticos radicais de Habermas, como Fraser (1993: 27), argumentam que uma «adequada concepção da esfera pública requer, não a simples colocação entre parênteses da desigualdade social, mas a sua eliminação».

Outro ponto importante nos escritos posteriores de Habermas é a sua resposta a esta crítica. Habermas argumenta que as garantias constitucionais e a ausência de mecanismos de exclusão garantem um potencial para a auto-transformação da esfera pública. Ele argumenta ainda que se espera que a sociedade civil neutralize essas desigualdades, na medida em que associações autônomas agem como advogadas de grupos subordinados e

fazem campanhas por questões negligenciadas. Assim, estas associações ajudam a preservar uma abertura para opiniões divergentes e a garantir uma diversidade representativa de vozes. Isto significa que um conhecimento alternativo pode ser produzido e forças contrárias podem ser liberadas.

Entretanto, Habermas também argumenta que é somente através da sua apresentação, de forma controversa, na mídia que essas questões podem alcançar o grande público e assim formar a agenda pública. Para impedir a possível subversão da mídia pelas fontes de poder, ele argumenta ainda que os códigos profissionais dos jornalistas não são suficientes, e que tanto a regulamentação constitucional quanto a participação de uma sociedade civil vigilante são necessárias.

Na sua análise anterior, Habermas (1989: 201, 195 [orig. 1962]) postulou que no capitalismo tardio a esfera pública foi subvertida pela interpenetração do Estado e da sociedade, pela comercialização da imprensa e pela crescente importância da publicidade e das relações públicas. Isto teria levado a uma despolitização da vida pública e a formas de publicidade que guardavam semelhança com processos típicos de tempos feudais. Assim, ele escreveu que a esfera pública tornou-se «a corte perante a qual o prestígio público pode ser exposto – ao invés da esfera na qual o debate público pode ser travado»... desde que técnicas de «manejo da opinião...invadem o processo da 'opinião pública'». A suposição de que a mídia contribuiu para essa 'refeudalização' da esfera pública foi devidamente criticada (Scanell, 199, Thompson, 1995) e o próprio Habermas (1992a: 438) admitiu que a sua análise, que sugere a passagem direta de «um público 'debatedor de cultura' para um público 'consumidor de cultura' era muito simplista».

Habermas (1997: 367) ainda considera que essas estratégias desempenham um importante papel na esfera pública, que ele descreve como dominada pelos meios de comunicação de massa, sujeita ao poder administrativo e social e «inundada pelo trabalho de relações públicas, propaganda e publicidade de partidos e grupos políticos». Entretanto, em sua nova análise (Habermas, 1997: 307), a mídia não apenas seleciona que temas e vozes ganham publicidade na esfera pública, mas, ao fazê-lo, esses meios também desempenham significativos papéis de mediação institucional e integração social. Eles canalizam correntes de opinião pública que «fluem através de públicos diferentes e se desenvolvem informalmente dentro das associações», eles fazem a mediação entre o centro e a periferia e desempenham o papel singular de aproximar leitores, ouvintes e espectadores, espalhados por diferentes áreas do globo, nas sociedades complexas. Os meios de massa, então, ampliam a esfera pública, que se torna mais inclusiva quanto maior é a audiência.

Conclusão

As tendências abordadas neste artigo são complexas e contraditórias. As consequências para o futuro são difíceis de se prever (ver McGrew, 1997 para diferentes modelos de abordagem). Alguns pontos, entretanto, apresentam-se de forma muito clara. Primeiro, problemas cruciais na maior parte das sociedades crescentemente demandam soluções globais. Segundo, o palco para a ação política crescentemente atravessa as fronteiras dos estados nacionais, embora esta esteja conectada com a ação local. Terceiro, a mídia, e especialmente a mídia global, é crescentemente enfocada como o espaço para as lutas políticas. Quarto, crescentemente atores não-estatais internacionais, e não apenas os corporativos, tornam-se atores chave neste debate. Mas o enredo depende da interação ativa de todos e o desfecho é historicamente determinado e, portanto, precisa ser observado mais cuidadosamente.

O debate teórico sobre a transnacionalização da comunicação passou por três fases principais (Golding & Harris, 1996; Sreberny-Mohammadi, 1996). Na primeira, o paradigma dominante centrava-se nas idéias de modernização, desenvolvimento e difusão. Os meios de comunicação de massa eram vistos como agentes da transformação social, promovendo inovações em países em desenvolvimento e o modelo ocidental no Leste (Schramm, 1970; Lerner, 1973a, 1973b; Rogers, 1971; ver Boyd-Barret, 1982 para uma crítica desses objetivos). O paradigma assim implicava uma perspectiva do centro, salvando a periferia dos males do atraso, ou do perigo vermelho do comunismo.

A segunda fase foi marcada por uma reação crítica contra este modelo etnocêntrico, representada pela Teoria da Dependência, pela Pedagogia dos Oprimidos e pela perspectiva do Outro Desenvolvimento na América Latina, e pelo Imperialismo Cultural e Imperialismo da Mídia, nos países do norte. Estas perspectivas enquadraram os protestos sobre a exportação de modelos culturais e ideológicos, juntamente com o capital e a tecnologia (e.g. Amaral Vieira, 1978), o surgimento de firmas multinacionais e sistemas de comunicação, considerados como «aparelhos ideológicos do imperialismo» (Mattelart, 1976), e o desequilíbrio na informação. O principal paradigma dessa fase consistia na dominação e exploração da periferia pelo centro. O papel da mídia era reforçar essa dominação e contribuir para a sujeição internacional do terceiro mundo (ver e.g. Schiller, 1976; Boyd-Barrett, 1977; Reyes-Matta, 1980).

A terceira fase principal foi marcada pela metáfora da globalização. Entre o segundo e o terceiro momentos, o debate deslocou-se das preocupações com a penetração cultural e a dominação para a resistência, o profissionalismo, novas tecnologias e perspectivas de interdependência e trocas culturais (Martin-Barbero, 1984). O papel da mídia na comunicação

internacional nesta fase se torna mais ambivalente. Estudos sobre a audiência ativa são mais condizentes com a visão de uma mídia impotente que provoca poucos efeitos. Por outro lado, estudos sobre a cobertura de guerras ou revoluções enfatizam efeitos de mídia poderosos, embora a mídia possa aparecer como ferramenta para propaganda governamental (Herman & Chomsky, 1988), ou como profissionais ativos fazendo o seu trabalho e influenciando as relações exteriores. Outros estudos que discutem a contribuição da mídia internacional para a terceira onda da democratização baseados em «efeitos-demonstração» e visões da «bola de neve» (Huntington, 1991) lembram os trabalhos da primeira fase. Alguns estudos recentes adotam uma abordagem menos centrada na mídia e enfocam o papel de grupos fornecedores, como as organizações da sociedade civil e ONGs, em relação à mídia global.

Entretanto, a maior parte destes estudos não consegue ainda romper com o paradigma bi-polar anterior da relação entre países dominantes e dependentes. Além do mais, eles adotam uma perspectiva baseada em um fluxo unidirecional a partir do centro para a periferia. Estes estudos negligenciam completamente o papel da mídia e da sociedade civil nacionais e reproduzem a visão paternalista tradicional. O modelo centro-periferia proposto por Habermas, aplicado à dimensão internacional, pode escapar da direção de uma só via das teorias anteriores. A metáfora das esferas admite a existência de mais de um centro e de múltiplas periferias e incorpora as diferenças hierárquicas entre centros e margens (para o conceito de esferas ver Fornas, 1995).

É amplamente reconhecido que a noção habermasiana de esfera pública tem pelo menos três vantagens principais: o seu apelo normativo para o avanço democrático (Peters, 1993), a abordagem histórica, que «ilumina o debate sobre o papel da mídia na sociedade» (Curran, 1991a: 38), e a forma como esta liga a política democrática e a comunicação pública, como dimensões mutuamente constitutivas (Garnham, 1992). Este trabalho argumenta que o repensar de Habermas sobre a noção da esfera pública, agora encarada como uma «rede altamente complexa, que se ramifica em uma multidão de arenas internacionais, nacionais, regionais, locais e sub-culturais, que se sobrepõem» (Habermas, 1997: 373), apesar de algumas limitações (ver Serra, 1999a), fornece uma base importante para entender como o poder comunicativo pode ser convertido em poder político nos espaços públicos das sociedades globalizadas contemporâneas, embora, como ele mesmo reconhece, o escopo da dinâmica do modelo ainda precise ser estendido, para dar conta das novas «constelações». Esta versão revista permite um melhor entendimento dos limites, bem como das condições que possibilitam a grupos distantes das estruturas de poder ser representados na esfera pública e influenciar a definição de temas a serem tratados pelo sistema político.

As organizações da imprensa internacional em sua maior parte pertencem a grandes conglomerados, que são considerados responsáveis pela manutenção e fortalecimento das desigualdades entre países e grupos sociais, pelo cerceamento à livre e ampla expressão e pela redução da participação política, já que visam o lucro ao invés da responsabilidade social. Entretanto, paradoxalmente, tem sido demonstrado que elas se tornaram importantes canais para a participação política além fronteiras. Em alguns casos, elas representam os únicos ou os mais efetivos mecanismos para a expressão das demandas de grupos subordinados ou contendores políticos. Isto acontece principalmente em sociedades onde o acesso e a adequada representação desses grupos nos meios de comunicação influentes é dificultada pelas extremas desigualdades sociais, governos autoritários ou políticas de comunicação não democráticas. Estudos empíricos recentes mostram que esses meios podem legitimar as demandas e elevar a posição política de grupos não dominantes, em relação a outros atores políticos (ver e.g. Wolsfeld, 1997; Serra, 1996, 1999a, 1999b). Desta forma, eles contribuem para ampliar o debate na esfera pública internacional, com repercussões significativas no sistema político e na opinião pública, nos níveis nacional e internacional.

Entretanto, é importante notar que, usualmente, a pressão internacional é iniciada pelos esforços dos próprios grupos domésticos, através das suas interações interpessoais e da mobilização da sociedade civil. Em muitos casos, eles são capazes de sensibilizar grupos de pressão transnacionais influentes, como a Anistia Internacional ou o Greenpeace, que possuem mais recursos para patrocinar a sua campanha, alertar organizações supranacionais e uma rede de cidadãos interessados, abrir espaços na mídia e pressionar governos para responder. Como Hallin (1998) argumenta, essa associação entre movimentos locais e a opinião pública global está se tornando cada vez mais comum. Os próprios grupos locais cada vez mais desenvolvem conhecimento especializado em estratégias de mídia e uso de novas tecnologias, que os ajudam a tornar públicas suas causas. Ativistas políticos estão a par da importância da publicidade através da mídia (Serra, 1996; Gitlin, 1980) e enfatizam o simples, mas inegável, fato de que «muitos políticos sob a luz comportam-se de forma diferente do que políticos na obscuridade»(Jackson, 1999: 2).

Os meios de comunicação de massa são fundamentalmente organizações comerciais que produzem mercadorias culturais. Mas as notícias são o resultado de um conjunto de relações que acontecem dentro e fora das organizações produtoras de notícias e que são dependentes tanto de condições estruturais quanto da ação humana. Vários determinantes da produção de notícias torcem a mídia na direção de interesses poderosos e de fontes autorizadas (Galtung & Ruge, 1973; Hall et al, 1978; Herman & Chomsky, 1988; Curran, 1998; Habermas, 1997). No entanto, como Curran

(1996: 154) argumenta: «a mídia está exposta a pressões que se contrabalançam e o que realmente acontece depende das configurações particulares de uma sociedade em um momento específico.» Não obstante, como Boyd-Barret (1997: 24) observou, a maior parte dos estudos sobre a globalização «é o resultado de especulações, colocadas num nível de generalidade universal, na base de fontes secundárias». Assim, mesmo estudiosos que argumentam que de certa forma a teoria da globalização pode atrapalhar mais do que ajudar na tarefa essencial de entender o desenvolvimento atual, não obstante apelam por mais evidência empírica para fundamentar o debate (Curran & Seaton, 1997).

Um argumento central desse ensaio é que a esfera pública internacional não é uma unidade monolítica e que, embora seja hierarquicamente organizada, ela pode novamente se constituir em um mecanismo de defesa para grupos fora da estrutura de poder. Este argumento é baseado nas conclusões de um estudo sobre a emergência da questão do assassinato de «meninos de rua» brasileiros, que demonstra que grupos periféricos podem influenciar a definição de temas que são debatidos na mídia e tratados pelo sistema político e administrativo através da esfera pública internacional. Neste caso, a formação da agenda internacional e as repercussões na arena nacional envolveram complexas mediações e representações, no contexto de relações de cima para baixo, de baixo para cima e relações transversais entre grupos de pressão, autoridades, sociedades civis e a mídia nos níveis local, nacional e transnacional. Após protestos locais e crescente mobilização da sociedade civil a nível nacional, a pressão externa e a atenção da mídia internacional elevaram o patamar da cobertura das suas demandas na imprensa nacional e mudaram a correlação de forças em favor dos grupos que lutavam por reformas para atacar o problema, reunidos no movimento de meninos de rua (MNMMR). Isto de fato resultou em mudanças significativas nas políticas públicas para o setor (Serra, 1996, 1999a, 1999b).

O estudo das estratégias e técnicas de manejo de notícias de movimentos sociais e de outros grupos de pressão, para conseguir acesso e influenciar sentidos na mídia pública, e como isto afeta o seu relacionamento com os poderes centrais no «Estado de relações públicas» (*public relations state*) (Deacon & Golding, 1994; Schlesinger & Tumber, 1994), é uma parte importante do entendimento da operação da esfera pública. Entretanto, os conceitos de definidores primários (*primary definers*, Hall et al., 1978) e empresários de notícias (*issue entrepreneurs*, Schlesinger, 1990) deveriam agora ser discutidos no quadro de referência mais amplo da esfera pública internacional (Serra, 1993). É importante também relacionar essas noções à operação da mídia nacional e a processos políticos nacionais em sociedades historicamente definidas. A sociologia da mídia tem muito a ganhar da adoção de uma perspectiva mais ampla, que investigue como as

notícias são formadas através de interações do local com o global. Os condicionamentos da produção de notícias variam em formações sociais diferentes e podem puxar jornalistas e públicos locais e estrangeiros em direções diferentes.

A idéia de uma esfera pública unificada foi rejeitada como sendo simplesmente uma quimera (Keane, 1995b). Em seus trabalhos mais recentes, Habermas (1992a, 1997) admitiu a coexistência de esferas públicas concorrentes e a pluralização de públicos. Mas ele argumenta que estes permanecem porosos em relação uns aos outros, uma vez que se comunicam através da linguagem comum. Baseando-se em Habermas, Fornas (1995: 93) observa que estes públicos estão «entrelaçados pela sua função como arenas comunicantes... e que eles juntos formam uma esfera pública cívica geral que a todos engloba.» Entretanto, tem sido demonstrado que as mudanças econômicas e tecnológicas produziram uma mídia segmentada por classe social (Sparks, 1991) e contribuíram ainda mais para a fragmentação da esfera pública. Gitlin (1998: 172) comenta que a tecnologia também «agrava uma certa divisão de classe – a divisão entre a classe política e o resto».

O desenvolvimento de uma esfera pública internacional se torna um desafio urgente, não apenas teórico mas também prático, para poder fazer face à globalização da economia e impedir que o poder privado eclipse o processo democrático (Garnham, 1995a; Hallin, 1994) – um projeto que, como visto, tem encontrado algum ceticismo (Ortiz, 1994; Robbins, 1993; Gitlin, 1998; Tomlinson, 1996). O objetivo desse ensaio foi sugerir que uma noção revista da esfera pública, pensada na sua configuração internacional, tem o potencial de estimular o debate e a pesquisa na direção de novas práticas políticas e novos paradigmas que apontem para a transversalidade e assim possam melhor dar conta do novo papel que a mídia e os movimentos sociais podem desempenhar nos espaços públicos multidimensionais das sociedades globalizadas. Como Mosco (1996: 167) comenta, a vida pública e a cidadania têm sido encaradas pela pesquisa em comunicação como «uma forma de resistência ao mercantilismo e uma fonte de práticas sociais alternativas», uma vez que, dentro de condicionamentos dinâmicos, as formações sociais estão sujeitas à ação humana (Ferguson, 1998). É necessário entretanto adotar uma abordagem crítica que evite o risco tanto de uma celebração ingênua da sociedade civil internacional quanto de uma visão apocalíptica do poder do mercado e do estado globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. A. L. (1996), «A Agenda Social da ONU contra a «Desrazão Pós-Moderna», in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 30, pp. 3-81.
- AMARAL VIEIRA, R. A. (1978), «Alienação e Comunicação (O Caso Brasileiro)», in Amaral Vieira, R. A. et al. (eds.), *Comunicação de Massa: O Impasse Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- ARCHER, C. (1992), *International Organizations* London, Routledge.
- BOYD-BARRETT, O. (1977), «Media Imperialism: Towards an International Framework for the Analysis of Media Systems», in Curran, J.; Gurevitch, M.; Woollacott, J. (Eds.), *Mass Communication and Society*. London: Edward Arnold, pp. 116-135.
- BOYD-BARRETT, O. (1982), «Cultural Dependency and the Mass Media», in Gurevitch, M.; Curran, J; Woollacott, J. (eds.), *Culture, Society and The Media*. London and New York: Routledge, pp. 174-195.
- BOYD-BARRETT, O. (1997), «International Communication and Globalization: Contradictions and Directions», in Mohammadi, A. *International Communication and Globalization*. London: Sage, pp.11-26.
- BRAMAN, S. (1996), «Interpenetrated Globalization: Scaling, Power, and the Public Sphere», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp. 21-36.
- BOUTROS-GHALI, B. (1998), «Opinion-The New Authority», in Dennis, E.E. & Snyder, R.W. *Media & Democracy*. London: Transaction Publishers, pp. 23-25.
- CALHOUN, C. (1992a), «Introduction: Habermas and the Public Sphere», in Calhoun, C. (ed.), *Habermas and The Public Sphere*. Cambridge MA, London: MIT Press.
- CALHOUN, C. (1992b), *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge MA: MIT Press.
- CASTELLS, M. (1997), *The Power of Identity: The Information Age Economy, Society and Culture* vol II Oxford: Blackwell Publishers.
- CASTELLS, M. (1998), *End of Millenium: The Information Age Economy, Society and Culture* vol III Oxford: Blackwell Publishers.
- COMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE (1998), *Our Global Neighbourhood*. Oxford: Oxford University Press.
- COSTA, S. (1994), «Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil». *Novos Estudos CEBRAP* 38, pp. 38-52.
- COSTA, S. (1997), «Do Simulacro ao Discurso: Esfera Pública, Meios de Comunicação de Massa e Sociedade Civil». *Comunicação e Política* 4 (2), pp. 117-136.
- CROTEAU, D. & HOYNES, W. (1997), *Media Societies: Industries, Images and Audiences*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- CURRAN, J. (1991a), «Rethinking the Media as a Public Sphere», in Dahlgren, P. & Sparks, C. (eds.), *Communication and Citizenship*. New York: Routledge, pp. 27-57.

- CURRAN, J. (1991b), «Mass Media and Democracy: A Reappraisal», in Curran, J. & Gurevitch, M. (eds.), *Mass Media and Society*. London: Arnold, pp. 82-117.
- CURRAN, J. (1996), «Rethinking Mass Communications», in Curran, J. Morley, D. & Walkerdine, V. (eds.), *Cultural Studies and Communications*. London: Arnold, pp. 119-165.
- CURRAN, J. (1998), «Newspapers and the Press. The Media: An Introduction», in Briggs, A. & Cobby, P. (eds.). Essex: Longman, pp. 81-96.
- CURRAN, J. & SEATON, J. (1997), *Power Without Responsibility* (5th edn). London: Routledge.
- DAHLGREN, P. (1991), «Introduction», in Dahlgren, P. & Sparks, C. (eds.), *Communication and Citizenship*. New York: Routledge pp. 1-24.
- DAHLGREN, P. (1995), *Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media*. London: Sage.
- DEACON, D. & GOLDING, P. (1994), *Taxation and Representation*. London: John Libbey.
- ELEY, G. (1992), «Nations, Publics, and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth Century», in Calhoun, C. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge MA: MIT Press, pp. 289-339.
- ENTMAN, R. (1989), *Democracy without Citizens*. New York: Oxford University Press.
- FERGUSON, R. (1998), *Representing 'Race': Ideology, Identity and the Media*. London: Arnold.
- FERNANDES, R. C. (1995), «Elos de uma Cidadania Planetária», in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (10), ANPOCS, pp. 15-37.
- FERRY, J. (1995), «Las Transformaciones de la Publicidad Política», in Ferry, J. Wolton, D. et al. *El Nuevo Espacio Público*. Barcelona: Gedisa, pp. 13-27.
- FORNAS, J. (1995), *Cultural Theory and Late Modernity*. London: Sage.
- FRASER, N. (1993), «Rethinking the Public Sphere: A contribution to the Critique of Actually existing Democracy», in Robbins, B. (ed.), *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp.1-32.
- FREDERICK, H. (1992), «Computer Communications in Cross-Border Coalition-Building: North American NGO Networking Against NAFTA», *Gazette The International Journal for Mass Communication Studies* 50: the Netherlands: Kluwer Academic Publishers, pp. 217-241.
- FRIEDLAND, L.A. (1992), *Covering the World: International Television News Services*. New York: Twentieth Century Fund Press.
- GALTUNG, J. & RUGE, M. (1973), «Structuring and Selecting News», in Cohen, S. & Young, J. (ed.), *The Manufacture of News: Social Problems, Deviance and the Mass Media*. London: Constable, pp. 52-63.
- GARNHAM, N. (1990), *Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Informations*. Newbury Park: Sage.
- GARNHAM, N. (1992), «The Media and the Public Sphere», in Calhoun, C. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge Ma: MIT Press, pp. 359-375.
- GARNHAM, N. (1995a), «The Media and the Public Sphere», in Boyd-Barret, O. & Newbold, C. *Approaches to Media, a Reader*. London: Arnold, pp. 245-251.

- GARNHAM, N. (1995b), «Comments on John Keane's Structural Transformations of the Public Sphere», *The Communication Review* 1 (1), pp. 23-25.
- GARNHAM, N. (1997), «Political Economy and the Practice of Cultural Studies», in Ferguson, M. & Golding, P. *Cultural Studies in Question*. London: Sage, pp.56-73.
- GENRO FILHO, A. (1989), *O Segredo da Pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz.
- GIDDENS, A. (1990), *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, A. (1995), «Para Além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical», São Paulo: Unesp (original title *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics*).
- GIFFARD, A. C. (1996), «International News Coverage of the Rio Earth Summit», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp 197-217.
- GITLIN, T. (1988), «Public sphere or public sphericules?», in Liebes, T. & Curran, J. (eds.), *Media, Ritual and Identity*. London: Routledge, pp. 168 –174.
- GOLDBLATH, D. (1997), «At the Limits of Political Possibility: The Cosmopolitan Democratic Project», *The New Left Review* 225 (nov-dec), pp.140-150.
- GOLDING, P. & MURDOCK, G. (1991), «Culture, Communications and Political Economy», in Curran, J. & Gurevitch, M. (eds.), *Mass Media and Society*. New York: Routledge, pp. 15-32.
- GOLDING, P. & MARRIS, P. (eds.), (1996), «Introduction», in *Beyond Cultural Imperialism: Globalization, Communication and the New International Order*. London: Sage, pp.1-9.
- GOMES, W. (1997), «Esfera Pública Política e Media: Com Habermas, Contra Habermas», *Compós*.
- GUREVITCH, M., LEVY, M. R. & ROEH, I. (1991), «The Global Newsroom», in Dahlgren, P. & Sparks, C. (eds.), *Communication and Citizenship*. London: Routledge, pp. 195-216.
- HABERMAS, J. (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. (Translated by Flavio Kothe). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity.
- HABERMAS, J. (1992a), «Further Reflections on the Public Sphere», in Calhoun, C. (ed.), *Habermas and The Public Sphere*. Cambridge MA & London: MIT Press, pp. 420-461.
- HABERMAS, J. (1992b), «Concluding Remarks», in Calhoun, C. (ed.), *Habermas and The Public Sphere*. Cambridge MA & London: MIT Press, pp. 462-479.
- HABERMAS, J. (1994), *The Past as Future* (interviewed by Michael Haller). Cambridge: Polity Press.
- HABERMAS, J. (1995), «O Estado-nação Europeu frente aos Desafios da Globalização: O Passado e o Futuro da Cidadania (translated from English by Antonio Sergio Rocha)», *Novos Estudos Cebap* 43.
- HABERMAS, J. (1997), *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy* (translated by William Rehg). London: Polity Press.

- HALL, S. et al. (1978), *Policing the Crisis Mugging, The State, and Law and Order* 93. London: Macmillan.
- HALLIN, D. (1994), *We Keep America on Top of the World: Television Journalism and the Public Sphere*. London and New York: Routledge.
- HALLIN, D. (1998), «Broadcasting in the Third World: from National Development to Civil Society», in Liebes, T. & Curran, J., *Media, Ritual and Identity*. London and New York: Routledge, pp. 153-174.
- HAMELINK, C. J. (1994), *The Politics of World Communication: A Human Rights Perspective*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage.
- HELD, D. (1995), *Democracy and the Global Order*. Oxford: Polity Press.
- HERMAN, E. & CHOMSKY, N. (1988), *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books.
- HERMAN, E & MCCHESENEY, R. (1997), *The Global Media: The New Missionaries of Corporate Capitalism*. London and Washington: Cassel.
- HOLUB, R. (1991), *Jürgen Habermas: Critic in the Public Sphere*. London: Routledge.
- HUNTINGTON, S. P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the late 20th Century*. Norman: Ok University of Oklahoma Press.
- JACKSON, J. (1999), «A Tale of Two Countries: Sierra Leone vs. Kosovo: why isn't America paying more attention to the war in Africa?», in *Newsweek* June, 7, p 2.
- KEANE, J. (1992), «The Crisis of the Sovereign State», in Raboy, M. & Dagenais, B., *Media, Crisis and Democracy*. London: Sage, pp. 16-33.
- KEANE, J. (1995a), «Structural Transformations of The Public Sphere», *The Communication Review* 1(1), pp. 1-22.
- KEANE, J. (1995b), «A Reply to Nicholas Garnham», *The Communication Review*. 1(1), pp. 27-31.
- KELLNER, D. (1990), *Television and the Crisis of Democracy*. Boulder: Westview Press.
- LEIS, H. R. (1995), «Globalização e Democracia: Necessidade e Oportunidade de um Espaço Público Transnacional», *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (10), pp. 55-69.
- LERNER, D. (1973a), «Comunicação e as Perspectivas do Desenvolvimento Inovador», in Lerner, D. & Schramm, W. *Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, pp. 323-335.
- LERNER, D. (1973b), «Cooperação e Comunicação Internacional no Desenvolvimento Nacional», in Lerner, D. & Schramm, W. *Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, pp. 119-141.
- LUARD, E. (1990), *The Globalization of Politics: The Changed Focus of Political Action in the Modern World*. London: Macmillan.
- MAINWARING, S & VIOLA, E. (1984), «New social Movements, Political Culture and Democracy: Brazil and Argentina in the 1980s», *Telos* 61, pp.17-52.
- MARKOFF, J. (1997), «Really Existing Democracy: Learning From Latin America in the Late 1990s», *The New Left Review* 225, pp. 48-68.

- MARTIN-BARBERO, J. M. (1984), «Desafios à Pesquisa em Comunicação na América Latina», *Estado Sociedade Civil e Meios de Comunicação*, *Boletim Intercom* VII (49/50), pp. 23-34.
- MATTELART, A. (1976), *Multinacionais e Sistemas de Comunicação: Os Aparelhos Ideológicos do Imperialismo*. (translated by Laymert Garcia dos Santos). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.
- MATTELART, A. & MATTELART, M. (1992), *Rethinking Media Theory*. USA: University of Minnesota Press.
- MATTELART, A. (1994), «Comunicação Mundo: História das idéias e das estratégias», (translated by Guilherme João de Freitas Teixeira). Petrópolis: Vozes.
- MACGREW, A. (1992), «A Global Society?», in Hall, S. *et al.* (eds.), *Modernity and its Future*. Milton Keynes: The Open University, pp. 62-116.
- MCGREW, A. (1997), «Democracy beyond Borders?: Globalization and the Reconstruction of Democratic Theory and Politics», in McGrew, A. (ed.), *The Transformation of Democracy?: Globalization and Territorial Democracy*. Polity Press & The Open University, pp. 231-266.
- MORIN, E. (1986), *Para Sair do Século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MOSCO, V. (1996), *The Political Economy of Communication: Rethinking and Renewal*. London: Sage.
- MOWLANA, H. (1996), *Global Communication in Transition: The End of Diversity?* Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- ORTIZ, R. (1994), *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- PARK, R. (1970), «A Notícia como Forma de Conhecimento», in Steinberg, C. (ed.), *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, pp. 168-185.
- PETERS, J. D. (1993), «Distrust of Representation: Habermas on the Public Sphere», *Media, Culture and Society* 15, pp. 541-571.
- PHILO, G. (1993), «From Buerk to Band Aid: The Media and the Ethiopian Famine», in Eldridge, J. (ed.), *Getting the Message News Truth and Power*. London and New York: Routledge, pp. 104-125.
- POWER, C. (1999), «Kosovo's Question: Where is Albin Kurti?», 15.
- PRZERVOSKY, A. (1995), *Sustainable Democracy*. Cambridge: University Press.
- REYES-MATTA, F. (ed.), (1980), *A Informação na Nova Ordem Internacional*, (translated by Paulo Kramer e Sigrid Sarti). Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra.
- ROBBINS, B. (1993), «Introduction: The Public as Phantom», in Robbins, B. (ed.), *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ROBERTSON, R. (1992), *Globalization, Social Theory and Global Culture* Sage: London.
- ROGERS, E. (1971), *Communication of Innovations: A Cross-Cultural Approach*. New York: Free Press.
- RUBIN, A. A. C. (1995), «Comunicação, Política e Sociabilidade Contemporâneas», in Rubin, A. A. C. (ed.), *Idade Mídia*. Salvador: Edufba, pp. 107-146.

- SANTOS, B. de S. (1997), «Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos», *Lua Nova* 39, pp. 107-124.
- SCANELL, P. (1996), *Radio, Television and Modern Life*. London: Blackwell Publishers.
- Scherer-Warren I. & Krischke P. J. (1987), *Uma Revolução no Cotidiano?: Os Novos Movimentos Sociais na America Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHILLER, H. I. (1976), *O Império Norte-Americano das Comunicações* (translated by Lucia Halliday). Petrópolis: Vozes.
- SCHLESINGER, P. & TUMBER, H. (1994), *Reporting Crime: The Media Politics of Criminal Justice*. Oxford: Clarendon.
- SCHRAMM, W. (1970), *Comunicação de Massa e Desenvolvimento: O Papel da Informação nos Países em Crescimento*, (translated by Muniz Sodré and Roberto Lent). Rio de Janeiro: Edições Bloch.
- SERRA, S. (1993), «Multinationals of Solidarity: International Civil Society and the Issue of the Killing of Street Children», Conference Paper, Dublin: International Association for Mass Communication Research.
- SERRA, S. (1996), «Multinationals of Solidarity: International Civil Society and the Killing of Street Children in Brazil», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. (eds.), *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp. 219-241.
- SERRA, S. (1999a), *The Media, the international public sphere and the killing of street children in Brazil*. PhD thesis. London University.
- SERRA, S. (1999b), «The Killing of Brazilian Street Children and the Rise of the International Public Sphere», in Curran, J. (ed.), *Media Organizations in Society*. London: Arnold (no prelo).
- SREBERNY-MOHAMMADI, A. (1996), «Globalization, Communication and Transnational Civil Society: Introduction», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A., *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp. 1-19.
- SRAUBHAAR, J. D. (1997), «Distinguishing the Global, Regional and National Levels of World Television», in Sreberny-Mohammadi, A. et al., *Media in Global Context: A Reader*. London: Arnold, pp. 284-298.
- THEHERANIAN, M. & THEHERANIAN, K. K. (1997), «Towards a New Paradigm», in Mohammadi, A. *International Communication and Globalization*. London: Sage, pp. 119-167.
- THOMPSON, J. B. (1990), *Ideology and Modern Culture: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication*. Oxford: Polity Press.
- THOMPSON, J. B. (1995), *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge, Oxford: Polity Press.
- TOFFLER, A. (1993), *Powershift: as Mudanças do Poder*, (translated by Luiz Carlos do Nascimento Silva). Record.
- TOMLINSON, J. (1996), «Global Experience as a Consequence of Modernity», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A., *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Creskill NJ: Hampton Press, pp. 63-87.

- TOMLINSON, J. (1997), «Cultural Globalization and Cultural Imperialism», in Mohammadi, A., *International Communication and Globalization*. London: Sage, pp.170-190.
- WATERMAN, P. (1996), «A New World View: Globalization, Civil Society and Solidarity», in Braman, S. & Sreberny-Mohammadi, A. (eds.), *Globalization, Communication and Transnational Civil Society*. Cresskill, NJ: Hampton Press, pp. 37-61.
- WILLETS, P. (1982), *Pressure Groups in the Global System*. London: Frances Pinter.
- WOLSFELD, G. (1997), *Media and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.

PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO GLOBAL E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO EM CONTEXTOS LUSÓFONOS

VÍTOR REIA-BAPTISTA*

Esta comunicação procura dar conta de alguns aspectos estratégicos que têm caracterizado o contexto lusófono de formação em Ciências da Comunicação na Universidade do Algarve.

Em qualquer área das Ciências da Comunicação, mesmo quando se desenvolvem estudos e estratégias de estudo em zonas periféricas e sobejamente marcadas por aspectos predominantemente regionais e específicos, não é possível ignorar que quase todos os problemas passíveis de estudo requerem abordagens globais e plurais, capazes de propiciar estratégias de enquadramento teórico e investigacional adequadas às complexidades em presença.

Tomemos então, nesta matéria, três postulados de referência para a abordagem aqui proposta:

1. Alguns dos problemas de comunicação, ainda que considerados como problemas específicos só por si, revestem-se amiúde de particularidades geopolíticas, territoriais, ambientais, étnicas, éticas e, obviamente, culturais, por vezes contraditórias e mesmo conflituosas, requerendo abordagens suficientemente multifacetadas que os possam equacionar adequadamente, quer na sua especificidade, quer na sua globalidade.

* Universidade do Algarve, Faro.

2. Neste grupo de problemas incluem-se, decididamente, as questões de carácter intercultural e ambiental, ocupando ambas, de modo progressivo, um espaço público de importância crescente quer nas suas facetas mais globais, quer nas suas vertentes mais específicas.
3. A diversidade e a abrangência internacionais, territoriais, ambientais, étnicas e culturais das comunidades de expressão portuguesa potenciam de forma significativa as capacidades de equacionamento e de estudo de alguns desses problemas.

Assim, temo-nos proposto, desde o início das actividades do Curso de Ciências da Comunicação na Universidade do Algarve, criar e desenvolver as condições para que o estudo dos problemas aqui em questão se realize de forma sistemática e continuada num quadro de desenvolvimento curricular adequado, bem como temos incentivado a presença de estudantes de diferentes nacionalidades de expressão oficial portuguesa como alunos do Curso, disponibilizando anualmente um número fixo de vagas especialmente reservadas para esse efeito.

Neste contexto, salientam-se os seguintes aspectos evolutivos:

1. A primeira construção curricular do Curso de Ciências da Comunicação da E.S.E. da Universidade do Algarve, ainda como bacharelato, incluía já as disciplinas obrigatórias de Educação Ambiental e Educação Intercultural, num total de 105 horas lectivas, nas quais se abordavam um conjunto de problemas com características semelhantes às acima enunciadas e de acordo com estratégias globais de análise e compreensão.
2. Após os trabalhos de revisão curricular, tendo em vista a passagem do Curso a Licenciatura Bi-Etápica (1.º ciclo – bacharelato – 3 anos de formação em Ciências da Comunicação + 2.º Ciclo – 1,5 anos de formação num ramo de especialização), alteraram-se as designações de ambas as disciplinas para Educação e Comunicação Ambientais e Educação e Comunicação Interculturais, mantendo-se a sua carga horária e o carácter de obrigatoriedade, assim como se criou uma nova disciplina de intersecção entre ambos os sectores, designada Ecologia e Sociedade, com uma carga horária total, obrigatória, de 52,5 horas.
3. No âmbito dos estudos que se têm realizado em torno dessas disciplinas são já bastante significativos, até pelo seu carácter inovador, alguns dos trabalhos de reflexão produzidos em torno das problemáticas propostas, manifestando apreciáveis doses de curiosidade e de vontade de compreensão dos fenómenos em presença, deixando

antever, por vezes, diferentes possibilidades de especialização e de investigação futura, mas também de condicionalismos vários que importa conhecer.

É neste ponto que se torna essencial reflectir sobre essas mesmas possibilidades de investigação e de especialização, bem como sobre os seus condicionalismos, em matérias já por si difíceis de abordar, em virtude da sua grande complexidade intrínseca, e que, ao olharmos para as actividades de investigação mais conhecidas que se têm realizado nestas áreas, se tornam amiúde num corpo de estudos estigmatizados por factores culturais, linguísticos e socio-políticos, característicos das esferas de estudo e de investigação que as têm originado com maior profusão. Trata-se essencialmente de abordagens anglo-americanas e, em menor número, de origem francófona, mas também, em número apreciável, algumas abordagens de origem hispânica ou ibero-americana.

Desenham-se assim esferas relativamente nítidas de influência conceptual, mas também de carácter selectivo e de agendamento de prioridades quanto ao tipo de problemas a estudar, quanto às metodologias utilizadas no seu estudo, quanto à interpretação dos resultados obtidos e, ainda, quanto à generalização dessas interpretações para outros contextos culturais e comunicativos. É certo que este tipo de influências se regista em muitos outros sectores das sociedades actuais, mas nem por isso deveremos deixar de tentar conhecer melhor as implicações destes fenómenos no âmbito dos problemas aqui em causa, designadamente, as possibilidades de desenvolvimento de esferas de estudo e de investigação, em contextos de expressão portuguesa, de problemas comuns de comunicação ambiental e intercultural.

A esfera de influências mais profícua nestas matérias é a que poderíamos designar com a seguinte expressão:

Anglo-Americana + Anglofonia + Escandinava + (Alemã /Eslava).

Esta esfera caracteriza-se pela utilização da língua inglesa como língua óbvia para a veiculação dos conhecimentos produzidos geralmente já em inglês logo de origem. Os problemas aqui estudados e os conceitos utilizados para tal são os que se encontram predominantemente no quadrante Ocidental-Norte, com os Estados Unidos da América do Norte e o Reino Unido a liderarem uma vasta e dispersa comunidade com afinidades linguísticas e a que se juntam outras zonas não anglófonas, como a Escandinávia e os países do norte da Europa, incluindo, embora de forma menos óbvia, aquilo a que se poderia chamar um sub-eixo de influência germânico/eslava.

Nesta esfera, o número de estudos e publicações sobre estes problemas é, de facto, impressionante e agrupam-se essencialmente em torno de duas designações: «Environmental Communication»¹ e «Intercultural Communication», sendo esta última também identificada como parte integrante de um crescente e activo campo de estudos que se tem vindo a designar por «Media and Cultural Studies»².

Uma outra esfera de influência nesta área é a que se poderia designar pela expressão:

Franco-Canadiana + Francofonia + (Orla Mediterrânica).

Esta esfera, não sendo de modo algum tão produtiva como a anterior nem sendo sequer a segunda em número de estudos, esse lugar é ocupado pelos trabalhos com origem nas comunidades de expressão hispânica³, mantém uma área de influência considerável, sobretudo no que respeita a aspectos de influência conceptual. As formas de comunicação cultural francesas mantêm um certo estatuto de dignidade angariado até à 2.ª guerra mundial e que, de algum modo, ainda explica a colagem a esta esfera de zonas territoriais já não muito ligados a formas de expressão francófona, como é o caso de uma boa parte dos países da orla mediterrânica.

É de salientar que alguns problemas específicos de Comunicação Ambiental e Intercultural, tais como a questão nuclear e os conflitos etno-geográficos da África Ocidental, por exemplo, sofrem nesta esfera, abordagens comunicativas significativamente diferentes das sofridas no seio das outras esferas de influência, designadamente na Anglo-Americana.

Não considerando, de momento, algumas esferas de influência que se poderiam desenhar na Ásia e que são bem mais difíceis de delinear, por exemplo (Indo – Sino – Nipónica ?), resta-nos referir uma esfera que, sendo a 2.ª em número de estudos desenvolvidos nestas áreas, como já vimos, não tem tido o peso das anteriores quer em termos de influência conceptual,

¹ Uma pesquisa realizada no ano lectivo de 98/99, no motor de busca «Altavista», indicou a existência de 1069 referências com a designação «Environmental Communication», (www.altavista.com – 11/5/99).

² Só a mais recente edição do catálogo trimestral de uma das editoras britânicas interessadas nesta área – a «Sage Publications» – inclui mais de duzentos títulos de livros e revistas («media and cultural studies, books and journals from sage», London, 2.º trimestre, 99).

³ Pesquisas semelhantes à referenciada na nota 1, no mesmo motor de busca e na mesma data, forneceram as seguintes indicações:

«Communication et Environnement» – 43 referências;

«Comunicación Ambiental» – 152 referências;

«Comunicação Ambiental» – 23 referências.

quer enquanto esfera de agendamento de matérias e de prioridades e que se poderia designar pela expressão:

Ibero-Americana + Lusofonia.

De facto, a inclusão de alguns trabalhos com origens lusófonas nesta esfera deve-se essencialmente ao posicionamento do Brasil como parte integrante e conceptualmente próxima da comunidade Latino-Americana e, de modo muito esporádico e sem reflexos de maior, uma ou outra abordagem portuguesa no contexto Ibero-Americano, sendo reduzidíssimas as abordagens de qualquer origem relacionadas com a África lusófona.

É de salientar, no entanto, o trabalho meritório das comunidades de fala hispânica nestas matérias, quer quanto à qualidade dos estudos produzidos, quer quanto à dimensão já muito apreciável do seu número.

Tal estado de coisas significa, porém, que se corre o risco de não serem suficientemente consideradas, em qualquer contexto de investigação em comunicação ou de influência comunicativa, as abordagens de expressão portuguesa oriundas da Ásia, África e mesmo as da América do Sul ou da Europa que não se enquadrem de modo mais ou menos óbvio nas esferas de influência já indicadas, ou seja, todas as que não se enquadrem com os parâmetros definidos pelos outros trabalhos tomados como padrões de enquadramento e de referência nas respectivas esferas de influência.

Assim sendo, parece-nos ser absolutamente necessário delinear estratégias de abordagem lusófona, quer em matéria de formação inicial, à semelhança do que já se vem fazendo na Universidade do Algarve e em mais alguns estabelecimentos de ensino superior, quer em matéria de investigação, criando centros de estudo e de saber capazes de singrar por caminhos próprios sem necessidade de submissão a condicionalismos estranhos às matérias e aos contextos investigacionais em causa.

Parece-nos ainda que, sem podermos descurar qualquer outra área de estudo no âmbito das Ciências da Comunicação, mas atendendo aos vários indicadores de acompanhamento e observação que estão à nossa disposição, deveremos, no entanto, considerar como da maior importância as tendências de crescimento dos problemas de carácter ambiental e intercultural, bem como desenvolver com o maior rigor possível estratégias de estudo e de investigação que nos levem a um mais profundo conhecimento das suas componentes comunicativas no espaço lusófono.

O Curso de Ciências da Comunicação da Universidade do Algarve tem-no feito, não com o intuito de criar mais uma esfera de influências, mas apenas com a intenção de contribuir, de facto, para um melhor conhecimento das realidades que nos rodeiam e que nos tocam mais de perto, testando por vezes as nossas próprias convicções, mesmo as que se encontram mais profundamente enraizadas nas nossas tradições e culturas

nacionais ou regionais, mas procurando garantir que os nossos exercícios de reflexão, estudo, investigação e actividade comunicativa não se vejam submetidos, desnecessariamente, a constrangimentos alheios ou indesejáveis para os fins dos estudos em vista.

Assim, pensamos que as comunidades lusófonas em geral e as jornalísticas de expressão portuguesa em particular representam uma força de fundamental importância, pela sua riqueza e diversidade cultural, no equacionamento dos problemas aqui apontados e, para tal, estamos empenhados em contribuir com os meios de estudo e investigação que estão ao nosso alcance para a sua formação e especialização adequadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, Noam & HERMAN, Edward S. *Manufacturing Consent*. Pantheon Books, New York, 1988.

PINTO, Manuel & SOUSA, Helena. *Lusophonie: Communication in the Portuguese-Speaking World*. ICA Newsletter, vol. 27, n.º 4, July, Austin, Texas, 1999.

REIA-BAPTISTA, Vítor & GÓMEZ, Ignacio A. *Educar sin fronteras – Educar sem fronteiras*. Univ. de Huelva/Univ. Do Algarve, Col. Encontros Lusohispanos, n.º1, Huelva, 1995.

REIS, Carlos. *A Questão da Lusofonia*. Jornal de Letras, 30, Julho, Lisboa, 1997.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. PARA UM NOVO ENFOQUE SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CÉSAR RICARDO SIQUEIRA BOLAÑO*
RICARDO OLIVEIRA LACERDA DE MELO*

A questão regional no Brasil tem uma história longa e bastante conhecida. O caso do Nordeste, em especial, mereceu um tratamento diferenciado a partir da criação da SUDENE, a qual, efetivamente, chegou a garantir um processo de desenvolvimento regional importante, ainda que distante do sonho de se verem resolvidos os graves problemas sociais que afetam a região. Com o colapso do modelo de desenvolvimento do pós-guerra, baseado no que muitos chamam de paradigma taylorista-fordista, no keynesianismo e nas condições estruturais definidas, em nível mundial, pelos tratados de Bretton Woods, novas configurações se apresentam como indicação da possibilidade de um novo modo de regulação, alterando os dados da equação do problema regional, inclusive no Brasil.

O fato é que, assim como ocorreu com a industrialização brasileira, o desenvolvimento regional, planejado e instigado pelo Estado, num momento posterior, chegou a um impasse, decorrente tanto da crise dos anos 80 e seus efeitos diretos sobre o crescimento e a capacidade de ação estatal, quanto do impacto da reestruturação do sistema capitalista em nível global, da chamada globalização e da terceira revolução industrial, que altera os padrões tradicionais de articulação política e econômica entre o local, o global e o nacional. O final do século XX tem sido marcado, em especial, por transformações cruciais não apenas nos processos produtivos nos diferentes setores de produção de mercadorias e serviços, inclusive as indústrias culturais e de entretenimento, mas no conjunto dos modos de

* Universidade Federal de Sergipe, Aracajú.

vida e de consumo das mais amplas camadas da população, apontando para uma transformação profunda do sistema em nível global, pela ação, em grande medida das tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

Como pensar o problema do desenvolvimento regional nessas condições? O objetivo deste texto é levantar alguns questionamentos para se analisar a questão numa perspectiva renovada, centrada na discussão sobre o impacto da introdução das TICs. Trata-se de uma primeira abordagem ainda essencialmente exploratória, destinada a propor um debate, que julgamos fundamental, num momento em que a problemática regional vem adquirindo um novo fôlego, como se notará a partir da revisão bibliográfica exposta no próximo item.

O debate atual sobre o desenvolvimento regional

Não há como negar que o tema do desenvolvimento regional retornou com intensidade, se não ainda como um tema de grande repercussão na vida política brasileira, pelo menos nos debates acadêmicos. Os indicadores sociais e econômicos, sobretudo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, com grande divulgação, têm revelado disparidades muito acentuadas, entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres. Sintomaticamente, os estados do Nordeste e do Norte, apresentaram-se nas piores posições desse indicador. Mesmo Sergipe, o estado nordestino que apresenta o IDH mais elevado, encontra-se na modesta 18.^a posição entre os estados brasileiros.

Há, contudo, uma resistência muito grande em pensar o apoio às regiões mais pobres nos termos das décadas de 60 e 70, com base em incentivos fiscais e uma série de outros instrumentos de apoio à industrialização ou à modernização agrícola, em torno de um projeto nacional desenvolvimentista.

Mais recentemente, as visões sobre o desenvolvimento regional têm procurado dar conta de três tipos de transformações na economia mundial, que são entrelaçadas entre si. Uma primeira diz respeito às mudanças tecnológicas e seus efeitos sobre a organização da produção, com a introdução do regime de produção flexível. A segunda, refere-se à abertura comercial e à desregulamentação nos fluxos financeiros internacionais. E a terceira, relacionada com as duas primeiras, trata da fragilização do Estado Nacional e de sua crescente incapacidade em adotar políticas ativas de desenvolvimento, que estariam passando cada vez mais a ser de responsabilidade de governos locais ou estaduais, dentro de uma linha conhecida como o desenvolvimento de base local

A partir dessas transformações, têm-se formado duas visões sobre o desenvolvimento regional brasileiro nos últimos tempos: uma primeira que destaca a crise de um projeto nacional de desenvolvimento e aponta o risco

de fragmentação econômica do território e uma segunda, que enfatiza o caráter local do desenvolvimento econômico.

Para a primeira visão, numa perspectiva mais crítica, digamos assim, dos efeitos da globalização sobre o desenvolvimento regional brasileiro, as recentes transformações econômicas, tecnológicas e organizacionais tenderiam a resultar no aprofundamento das desigualdades entre as regiões. Nessa perspectiva, aquelas regiões que apresentam condições mais adequadas, em termos de capacitação de recursos humanos, aglomeração de empresas em segmentos de elevado conteúdo tecnológico e infra-estrutura econômica, apresentariam vantagens locais sobre as áreas mais atrasadas, atraindo os investimentos mais importantes.

Essa tendência seria agravada pelo fato de que, com a globalização, o Estado Nacional, mais fragilizado, não daria conta de encaminhar um projeto de desenvolvimento com alcance nacional, contemplando todas as regiões. Em um contexto de abertura comercial e financeira, apenas as áreas que apresentam maiores vantagens competitivas se integrariam à economia mundial e enfraqueceriam seus laços econômicos com as demais regiões nacionais, aumentando a heterogeneidade econômica e social do território brasileiro.

Prosseguindo nessa trajetória de ruptura do longo processo de articulação entre as regiões brasileiras, no limite, poder-se-ia conduzir à fragmentação econômica do país. Tão somente com a retomada de um projeto de desenvolvimento industrial, em conjunto com reformas sociais, seria possível pensar em um crescimento sustentado e integrado para toda a extensão do território brasileiro.¹

Para Pacheco (1996), o longo processo de soldagem das economias regionais brasileiras sofreu uma interrupção abrupta a partir da crise da economia nacional nos anos 80. A trajetória errática da economia brasileira a partir de então teria quebrado os «nexos de solidariedade» entre as estruturas produtivas regionais. E mais, para ele a complementaridade

¹ Esse processo de articulação regional teria gerado uma nova configuração espacial do território brasileiro, que apresenta alguma variação entre os autores que se debruçaram sobre o problema. Lemos (1993) discute um processo de polarização, em que se estaria constituindo uma região central, o Centro-Sul, abrangendo SP, MG, ES, PR, GO, DF, MS, MT, RO, que seria um centro indutor de transformações nas regiões 'enclaves' do Sul (RS, SC), do Leste (BA), do Nordeste Meridional (PB, PE, AL e SE), do Nordeste Setentrional (PI, CE e RN) e do Norte (PA, MA, AC, AP e RR). Martinez e Diniz (1991) revelam a existência de um processo de desconcentração espacial que, partindo da região metropolitana de São Paulo, espalha-se por MG, para o sul do país e para o Centro-Oeste, enquanto o Norte e o Nordeste perderiam participação. Outros estudos defendem uma partição do território com base em «territórios de indústria», formados por «centros periféricos», e a área central, que abrangeria a porção central de MG até leste de SC. Para um resumo das principais representações que são feitas da configuração espacial do país no início dos anos 90, ver Guimarães (1995).

dessas estruturas só pode ser assegurada nos marcos de um processo de construção de uma economia nacional integrada, com baixo grau de abertura no mercado interno. Ou seja, a crise econômica nacional dos anos 80 e a abertura comercial concorreriam para quebrar a articulação da economia nacional.

Com isso, teria se agravado a heterogeneidade econômica e social do país, em um processo de fragmentação do território. Regiões pobres como o Norte e o Nordeste, poderiam contar apenas com manchas ou pólos de desenvolvimento (como os elencados por Lima, 1993) em meio a extensas áreas estagnadas. Ao lado do agravamento das disparidades inter-regionais teria se acentuado a heterogeneidade econômica intra-regional.

No caso do Nordeste, a região de menor renda per capita e onde se concentra uma parcela significativa da pobreza no país, surgiram ao longo desse processo de soldagem com a economia nacional, diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e dinâmicas. Tais estruturas equivaleriam ao que se chama na literatura de «frentes de expansão» ou «pólos dinâmicos» e até mesmo de «enclaves».²

A força do conceito de fragmentação está em apontar que algumas áreas e regiões se vinculariam diretamente com a economia mundial, enquanto sua capacidade de estimular as demais áreas do país seria reduzida. Com isso, surgiriam no território nacional distritos, pólos ou ilhas de prosperidade, relativamente pouco articulados.

Em linhas gerais, seriam acentuadas as disparidades entre as regiões e dentro das regiões, dado que as transformações no regime de produção e no regime comercial seriam favoráveis à reconcentração das atividades nas áreas mais desenvolvidas. A reversão da desconcentração espacial da indústria, apontada por diversos estudos, que teria se verificado a partir do final dos anos 80, já seria um sintoma desse processo.

Outros autores têm-se revelado mais otimistas sobre as perspectivas abertas pelas transformações na economia mundial, relativas às mudanças tecnológicas, à abertura comercial e à liquidez financeira, até há pouco tempo existente na economia mundial.

Nessa visão, as mudanças tecnológicas e organizacionais, aliadas à abertura das economias nacionais, seriam favoráveis a estratégias locais de desenvolvimento, a partir de políticas adotadas pelos governos estaduais e

² Lima (1993) destaca como as principais manchas de desenvolvimento do Nordeste: o complexo petroquímico de Camaçari; o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza; o complexo minero-metalúrgico de Carajás; o pólo agro-industrial de Petrolina/Juazeiro; a moderna agricultura de grãos, nos cerrados baianos e no sul do Maranhão e do Piauí; o pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte (Vale do Açu); o pólo de pecuária intensiva do agreste de Pernambuco, e diversos pólos turísticos das cidades litorâneas.

municipais. Ressurge com força a idéia de distritos marshallianos e de pólos locais de desenvolvimento.

Um outro aspecto apontado é o de que, com a abertura comercial, seria eliminado o problema de tamanho mínimo de mercado, verificado em economias nacionais fechadas, permitindo que as regiões que conseguissem estabelecer vantagens locacionais pudessem produzir para o mercado mundial (Krugman e Elizondo 1996). O desenvolvimento local poderia inclusive propiciar a redução das disparidades regionais no Brasil, para aquelas regiões ou estados que lograssem construir externalidades positivas. O desenvolvimento estaria aberto para todos.

Sobre essa «euforia» em relação às oportunidades de desenvolvimento de base local, em distritos marshallianos, nos quais as externalidades dotariam as regiões de vantagens competitivas, Benko e Lipietz (1994) apontam que haveria uma nova ortodoxia na teoria regional, que poderia ser resumida no *slogan* «todo poder aos distritos».

Nessa perspectiva, são destacadas as novas bases da competitividade e os novos fatores de produção, em acordo com as teorias do desenvolvimento endógeno. Entre eles, os investimentos em educação, C&T e informação que criariam condições de contexto ou ambiente para circulação de conhecimento entre firmas e instituições de pesquisa, propiciando o desenvolvimento a partir das forças produtivas locais, ou, na medida em que lograssem criar vantagens locacionais, através da atração de empresas. São, então, lembrados os exemplos de regiões vitoriosas como o norte da Itália, ou mesmo no Brasil, de experiências como o pólo de confecções do Ceará. Enfim, no debate brasileiro sobre desenvolvimento regional, ganha força a idéia de distritos tecnológicos ou pólos industriais ou de serviços, incluindo nessa categoria o pólo turístico do Nordeste.

Nessa visão, um conjunto de soluções locais poderia conduzir ao desenvolvimento mais harmônico do território brasileiro, possibilitando, no limite, uma convergência nas rendas per capita dos estados. Para Benko, o fortalecimento da idéia de desenvolvimento local endógeno estaria relacionado com a própria falta de dinamicidade da economia mundial. Até o início dos anos 70, afirma o autor, «o desenvolvimento estava ligado a um processo de difusão de um crescimento a partir de um centro. Fundava-se na grande escala, nas grandes organizações, verticalmente integradas e na multiplicação dos fenômenos econômicos.» (1993: 157). Esses processos de difusão do crescimento, todavia, estariam enfraquecidos e as teorias do desenvolvimento endógeno surgiriam com um caráter ideológico, dada a falta de perspectivas de desenvolvimento.

Acreditamos, todavia, que essa crítica não é suficiente para desqualificar os elementos teóricos colocados pelo novo debate regional, no tocante à dimensão territorial das mudanças no processo de acumulação de capital. Com isso, nas críticas que são feitas aos chamados «propagandistas da

globalização», como Porter (1993), Ohmae (1993) e Krugman (1994), que destacaram o caráter local ou regional das vantagens competitivas, que entendemos acertadas no atacado, o debate sobre a fragmentação e crise do federalismo deixa de perceber que as idéias sobre retornos crescentes de escala, externalidades tecnológicas, distritos industriais etc, apesar do caráter apologetico presente, não se resumem a ele. Esses autores são, então, desqualificados como simples ideólogos, sem atentar para os pontos que são por eles levantados e que, de fato, recolocaram a discussão regional no debate acadêmico em âmbito mundial, e que podem acenar com argumentos importantes para se repensar o desenvolvimento regional brasileiro.

Se para aqueles autores, de fato, o Estado Nacional é uma construção artificial, as relações econômicas são sobretudo locais e regionais, seja na versão *regions states, clusters* locais ou distritos *marshallianos*, e as regiões e localidades devem buscar caminhos próprios para aprimorar suas inserções na economia mundial, eles também estão afirmando que a geração de riqueza tem um componente local ou regional muito acentuado. Acreditamos que isto é uma questão fundamental para se pensar o desenvolvimento regional brasileiro, também de forma articulada e integrada, e não necessariamente um argumento favorável ao discurso localista.

As implicações das idéias de Krugman sobre retornos crescentes de escala e economias de aglomeração, por exemplo, apesar de não serem novas, ajudam a refletir sobre o processo de concentração regional da indústria no país³. Na essência, os argumentos são os mesmos de Myrdal (1960) e de Hirschman (1982), sobre causalção cumulativa e efeitos de *linkages*. Entretanto, o foco é outro. Enquanto estes discutiam a montagem de estruturas produtivas para o desenvolvimento nacional, em modelos de crescimento voltados para o mercado interno, Krugman reflete sobre *clusters* regionais em modelos econômicos abertos, geografia e comércio, como é o título de um dos seus principais trabalhos. Para esse autor, inclusive, a abertura comercial nos países do terceiro mundo poderia estimular a desconcentração espacial da indústria internamente, dado que, com o mercado interno fechado, os efeitos de encadeamentos que exigiam uma montagem de um parque industrial diversificado em torno das metrópoles se arrefeceriam, possibilitando o deslocamento de atividades para outras áreas desses países que poderiam manter a escala necessária na medida em que se integrassem ao mercado mundial. Com a liberalização comercial as forças que levaram à forte concentração da indústria, sobretudo aquelas que são intensivas em economias de escala, em torno das grandes metrópoles

³ Sobre as implicações, para o desenvolvimento regional, das idéias de Krugman sobre os efeitos espaciais dos retornos crescentes de escala, ver Martin & Sunley (1996).

do terceiro mundo, se enfraqueceriam, possibilitando o deslocamento de parte dessas atividades para outras áreas do território.

Isto não significaria, entretanto, que todas as demais áreas/regiões aumentariam sua participação nesses segmentos industriais e sim que aqueles espaços que lograrem combinar economias de aglomeração, com vantagens em termos de custos da força de trabalho, preço da terra etc; poderiam se tornar alternativas à concentração em torno das grandes metrópoles. Esse processo pode estar se verificando no Brasil, mas não exatamente como da forma prevista por Krugman e Elizondo.

TICs e desenvolvimento regional

Parece-nos evidente que estratégias de desenvolvimento local, na ausência de políticas de desenvolvimento nacional, não são suficientes para dar conta do problema regional brasileiro. Sobretudo em setores de intenso conteúdo tecnológico e estratégias para o crescimento econômico de longo prazo são necessárias não apenas as políticas horizontais, de fortalecer a educação, C&T e dotar de infra-estrutura, como também as políticas setoriais, que tenham inclusive uma dimensão territorial. Podemos colocar a questão nos seguintes termos:

En períodos anteriores no se daba, o sólo se daba en forma incipiente, el fenómeno que Krugman denomina el desmembramiento de la cadena de valor. En este proceso las empresas pueden dividir la producción en distintas etapas de incorporación de valor, que se realizan en distintos lugares, lo que da origen a una interdependencia de las economías basada en actividades de producción (Krugman, 1995). La tendencia actual se basa en el desarrollo de tecnologías de información y comunicaciones que modifican rápidamente la calidad de transables de los bienes y servicios, permitiendo una aceleración de la movilidad de los factores y una mayor internacionalización de las actividades de producción y comercialización de las empresas, ya sea a través de la inversión extranjera directa (IED) o de otras modalidades de asociación entre empresas. (Cepal, 1997, p. 23)

O texto da Cepal continua apontando que a força motriz das mudanças da organização espacial da produção é:

la maduración de un nuevo sistema de organización industrial, de producción flexible, y su rápida difusión a nuevas y viejas industrias. En este sistema, las empresas pueden integrar actividades económicas dispersas en distintas regiones. La movilidad que ofrecen los avances tecnológicos transforma las filiales de las empresas transnacionales antes geográficamente dispersas y con estructuras de producción fragmentadas, en redes de producción y distribución integradas a nivel local y global. En tal sentido, la regionalización de la economía mundial es, paradójicamente un corolario de la globalización. (Cepal, 1997, p. 24)

No tocante às TICs está se verificando nos últimos anos uma intensa mudança de regionalização, tanto no que se refere ao setor industrial propriamente dito, de produção de equipamentos para telecomunicação e informática, extremamente concentrado na região Sudeste, como no desenvolvimento de *softwares* e na prestação de serviços através das redes de telecomunicações.

Em uma comunicação apresentada no colóquio «Economia das Tecnologias da Informação e da Comunicação», Pascal Petit (1997), dialogando ao mesmo tempo com teorias sobre a *rattrapage* e sobre o crescimento endógeno, aponta que, nos dois casos, o papel do progresso técnico depende das características específicas deste, em termos de acessibilidade e de a apropriabilidade. Assim, os fatores de «alcance» com *catching up*, para usar a expressão inglesa, determinam a importância de uma certa acessibilidade, enquanto que aqueles de crescimento endógeno demandam um certo nível de apropriabilidade. O problema é que existe para o autor uma antinomia («o que é apropriável já não é acessível... aos outros»), de modo que há uma certa irreversibilidade na seqüência acessibilidade/ apropriabilidade.

Para o autor, a atual difusão das tecnologias da informação e da comunicação é a difusão, em escala mundial, de todo um sistema técnico novo, capaz de modificar o conjunto dos produtos e dos processos produtivos (*pervasiness*). Trata-se, de um lado, de um processo particularmente maleável às especificidades das necessidades nacionais mas, de outro, instável e gerador de externalidades múltiplas, cuja internalização pode ser muito complicada para os agentes e instituições implicados.

Com base nessa «*perspectiva de difusão e de diferenciação segundo os países de um sistema técnico centrado nas TICs*», o autor se propõe a tratar da convergência tecnológica entre a informática, o audiovisual e as telecomunicações, a qual tem um caráter universal, dado pela própria base tecnológica, mas cuja amplitude e natureza são também fortemente influenciadas pelas experiências nacionais.

Na verdade, segundo o autor, a convergência entre informática e telecomunicações pode ser considerada como uma transposição de fronteiras que decorre naturalmente de «*uma mudança de sistema técnico com interdependências (ou hierarquias) setoriais*». O elemento relevante que permite falar em convergência é o audiovisual, que traz a possibilidade de um mercado de massa para o novo sistema técnico das TICs.

O nível de desenvolvimento e de diferenciação dos sistemas de telecomunicações e do audiovisual são fatores determinantes das escolhas políticas à disposição dos países em matéria de difusão por transferência ou desenvolvimento interno de novas tecnologias, particularmente aquelas da convergência. Em todo caso, é fundamental conhecer os sistemas nacionais

de inovação e definir os agentes possivelmente portadores de políticas científicas.

É claro que o quadro de análise apresentado por Petit, não é aplicável ao estudo, por exemplo, do processo de industrialização do Brasil, mas pode ser muito interessante para a discussão do período expansivo dos anos 70 e do novo atraso tecnológico acumulado desde então. O próprio autor reconhece que não se pode distinguir a influência das modalidades de difusão do progresso técnico (acessibilidade/apropriabilidade), em análises de muito longo prazo.

Num horizonte de médio prazo, entretanto, isso seria possível e teria a «*vantagem de reintroduzir uma dimensão estrutural importante que pode contribuir fortemente para explicar as diferenças de crescimento entre países que se beneficiam de condições próximas*». Assim, e na medida em que a difusão das tecnologias pode seguir padrões diferenciados entre países, faria sentido falar em trajetória tecnológica de um país, determinada não apenas pelo nível de desenvolvimento, mas também pelas «*formas particulares de organização e de cultura que esses países puderam desenvolver ao longo de sua história em certas atividades*».

Uma análise comparativa das trajetórias tecnológicas e das estratégias de desenvolvimento seguidas pelo Brasil e pela Coreia, por exemplo, a partir dos anos 70, nos termos propostos, podem ser esclarecedora para o entendimento da realidade atual ⁴. Mas o que nos despertou a imaginação, na leitura do texto citado, foi a possibilidade de pensar as TICs, como Petit, em termos de *rattrapage* e de crescimento endógeno, lançando mão de conceitos como acessibilidade, apropriabilidade, externalidades, mas também assimetrias, complementaridade etc., não em termos nacionais, mas no quadro de uma reflexão teórica, capaz de apontar também possibilidades de ação política, visando o desenvolvimento local e regional, no sentido apontado acima. Tomemos, em primeiro lugar, a questão setorial das mudanças estruturais por que vêm passando as telecomunicações e o audiovisual no Brasil. Quando falamos da importância da experiência histórica, do conhecimento acumulado, dos fatores de ordem cultural, é preciso ter consciência de que todos esses elementos, na prática, materializam-se em culturas organizacionais, de empresa, específicas, que determinam o comportamento destas frente à concorrência efetiva ou potencial, ao progresso tecnológico, às mudanças institucionais etc. ⁵ Ademais, tanto

⁴ Como são as análises de Chang e Canuto (1994), por exemplo.

⁵ Nesses termos, todas as questões que tradicionalmente interessam ao pensamento neoschumpeteriano devem ser retomadas, como foi apontado, para o caso do audiovisual, em outra ocasião (Bolaño, 1995), onde se propôs também o conceito de «padrões tecno-estéticos», vinculando-o à dinâmica da concorrência e à idéia de «barreiras à entrada», nos termos propostos por Possas (1985). Também a contribuição da chamada «Economia da Comuni-

a «experiência nacional», de que fala Petit, quanto as culturas de empresa etc, citadas acima, estão vinculadas e ajudam a definir uma particular relação nacional/local, fundamental para a determinação da forma que as mudanças estruturais assumirão. Aqui, interessa-nos enfatizar os aspectos de cultura e política organizacionais, numa perspectiva de desenvolvimento regional.

Os processos chamados de desregulamentação, a privatização das telecomunicações e a mudança estrutural profunda por que vêm passando, e ainda passarão, os dois setores em foco no Brasil ainda não foram adequadamente analisados nessa perspectiva. E, no entanto, ela é básica para a compreensão do conjunto. O sistema Telebrás, por exemplo, tal como ficou constituído, no período do regime militar, à imagem e semelhança do modelo europeu, mas apresentando, em relação a este, novidades interessantes, como a autonomia gerencial, já nos anos 60, da empresa pública, a separação dos correios, o sistema de autofinanciamento, que colocava uma parte significativa do capital nas mãos do público em geral, esse sistema caracterizava-se, do ponto de vista da sua organização interna, por uma centralização e hierarquização extremas, de um lado, e pela centralidade do elemento técnico na tomada de decisões. O modelo do tripé colocava a transmissão e a pesquisa e desenvolvimento nas mãos do sistema estatal, enquanto que o conceito europeu de «campeão nacional» na produção de equipamentos é substituído pelo de um conjunto de empresas oligopolistas multinacionais, implantadas no país, privilegiadas nas compras do setor público, em troca da internalização do progresso técnico.

Do ponto de vista da questão regional, o sistema estava fundado na existência de uma empresa pública em cada estado da federação, ligada à *holding* Telebrás. A Embratel, (*carrier*) de longa distância vinculada ao sistema, também está presente em todos os estados. Esse modelo de articulação nacional/regional passa por uma modificação significativa nos anos 80, durante o governo de transição de José Sarney, com uma politização exacerbada, não apenas no que se refere à política tarifária, que deteriorou de forma importante a situação do conjunto do sistema, mas também, e principalmente no que nos interessa, na nomeação da direção das teles, deixada a cargo da negociação entre os políticos locais, sob o comando do governador do Estado, a quem passa a caber, de fato, a indicação do presidente da companhia.

No mercado de televisão, onde o sistema é quase que totalmente privado, financiado pela publicidade, a questão regional se apresenta tanto pelo lado do modelo de concessões públicas, também extremamente politi-

cação e da Cultura» (Bolaño, 1993), precisa ser incorporada quando se trata de discutir as trajetórias tecnológicas do audiovisual e dos novos mercados da convergência.

zado, característica que se radicaliza, mais uma vez, durante o governo Sarney, quanto pela estrutura do próprio oligopólio privado, montado sobre um sistema de afiliadas que promove a articulação de interesses econômicos e políticos entre grupos nacionais e estaduais. O resultado é um modelo de televisão em que a produção é extremamente centralizada nas cabeças de rede situadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, com um único caso de sucesso mais importante de empresa regional (RBS, afiliada da Globo). A competitividade internacional das grandes redes brasileiras, especialmente a Globo, atesta o sucesso do modelo, do ponto de vista econômico, mas esconde o fracasso do sistema educativo estatal, impedido de concorrer no mercado (situação que começa a alterar-se lentamente nos anos 80), e das emissoras locais, essencialmente limitadas à condição de retransmissoras.

Os fatores de mudança desse modelo estão relacionados com a situação da distribuição da renda nacional, que qualifica o público de interesse do mercado publicitário, a fatores de ordem política, que determinam o arcabouço regulatório, e à introdução de inovações tecnológicas que promovem a expansão da TV segmentada e de outras formas alternativas de ocupação do tempo livre das camadas de consumidores, como a internet, por exemplo. Todos esses fatores acabaram por se conjugar hoje, de modo que, ao contrário do que ocorria há dez anos atrás (Bolaño, 1988), as perspectivas atuais são de mudanças.

No caso das telecomunicações, a reforma brasileira é determinada no essencial pelos mesmos fatores que impulsionaram aquelas de outros países latino-americanos. A opção do governo FHC, no entanto, foi diferente e sua característica fundamental é justamente a da fragmentação da Telebrás e da rearticulação regional das teles, aliada à privatização e abertura à concorrência. O impacto dessa reforma, constituindo toda uma nova estrutura de mercado, com profundas alterações nas relações entre matriz e filial, a introdução de novas tecnologias, tudo vem no sentido de uma transformação profunda do sistema, na qual a questão regional adquire um papel central, e o problema da convergência (econômica) ganha, uma relevância maior, o que remete, mais uma vez, para o tema do audiovisual.⁶

⁶ Note-se que telecomunicações e radiodifusão eram, desde o código de 1962, regulados pelo mesmo instrumento, o que se rompeu momentaneamente com o processo de reforma das telecomunicações, mas deverá recompor-se com a aprovação da reforma da radiodifusão, em tramitação no Congresso Nacional, que será preciso acompanhar com todo detalhe. Estamos, portanto em plena transição para o novo modelo de regulação do conjunto desses setores. Sobre a reforma dos sistemas de telecomunicações, inclusive no Brasil, *vide* Wohlers (1994) e Bolaño (1997).

Mas a discussão sobre os setores da comunicação é apenas uma, embora central, de um conjunto maior referente aos impactos das TICs. Já tivemos a oportunidade de apontar, em outra ocasião Rallet e Bolaño (1997), quatro campos de pesquisa sobre esses impactos: (1) os efeitos da evolução das políticas públicas sobre a organização dos setores industriais e a oferta de tecnologia; (2) o desenvolvimento de novos mercados e serviços e a extensão geográfica e aumento da eficácia dos mercados atuais; (3) as transformações nas relações de trabalho, na organização empresarial, inter-empresarial, institucional e interinstitucional; (4) a formalização e a transmissão de conhecimentos a distância. Trata-se, agora, de pensar esses impactos, inclusive mas não apenas no que se refere à estrutura dos mercados de comunicação (telecomunicações, informática e audiovisual, especialmente), do ponto de vista da questão regional.

Não é possível, neste contexto, desenvolver de forma minimamente satisfatória uma discussão, nessa perspectiva sobre cada um desses quatro campos de pesquisa⁷. Tratando-se de uma análise preliminar, essencialmente exploratória, e tendo em vista o que já foi posto acima, vamos concluir com uma pequena reflexão sobre duas questões selecionadas: a da coordenação inter-organizacional e a das políticas públicas referentes às TICs, visando o desenvolvimento regional.

Com relação à primeira questão, as TICs permitem a transferência de atividades produtiva para novas localizações onde podem gerar redes de empresas e aglomeração de setores que originem crescentes externalidades. A questão é complexa. Como lembra Alain Rallet (1996), discutindo o tema dos deslocamentos de atividades industriais e de serviços para zonas menos desenvolvidas, o movimento atual, ligado à globalização ou mundialização, é caracterizado pela separação dos lugares de produção e de consumo, ao contrário do que ocorria anteriormente, no período da multinacionalização, em que a internacionalização consistia em deslocar a produção para

⁷ Uma discussão que nos parece interessante, por exemplo, ligada ao primeiro dos quatros campos, é a do impacto da privatização brasileira sobre as condições de apropriabilidade, acima referidas. No modelo antigo de organização do sistema de telecomunicações, os laços entre o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPQD) da Telebrás com a Universidade e as empresas de teleequipamentos garantiram resultados extremamente relevantes para um país do chamado terceiro mundo, inclusive com casos de sucesso estrondosos com o desenvolvimento das fibras óticas e das centrais Trópico, por exemplo. A fragmentação do sistema e posterior privatização das empresas resultantes, adquiridas por consórcios dominados pelas grandes empresas oligopolistas multinacionais que disputam o mercado global do setor, rompe aquela solidariedade existente no modelo anterior, ao transferir para estas empresas, que mantêm seus laboratórios principais fora do país, as decisões em matéria de política de P&D. Com isto, em princípio, as possibilidades de apropriabilidade reduzem-se drasticamente, exigindo ações legislativas *ex-post-factum* caso se pretenda ainda algum grau de autonomia na matéria para o país.

atender a mercados locais. O interesse específico de Rallet é com os deslocamentos de atividades informacionais, isto é, aquelas cujo aspecto principal é a manipulação de informações, excluindo a produção de bens materiais, como os equipamentos informáticos e de telecomunicações.

O autor classifica aquelas atividades em quatro grupos: entrada de dados (digitação), tratamento em massa da informação, compartilhamento da informação e serviços. Os principais efeitos espaciais do deslocamento dessas atividades são, no primeiro grupo, caracterizado pela terceirização, o deslocamento para países e regiões com baixos custos salariais e, no segundo, o deslocamento intranacional (para as cidades médias) e intrametropolitano (no caso em que se opta pelo teletrabalho como forma de organização do tratamento de informação).

No terceiro grupo, as atividades podem ser de dois tipos diferentes: aquelas desenvolvidas em «agrupamentos de trabalho» e as que o autor denomina «cooperação complexa». No primeiro caso, trata-se de atividades baseadas fundamentalmente em processos formalizados, sendo secundárias as interações humanas, de modo que são utilizadas basicamente ferramentas telemáticas. Neste caso, há também uma tendência de deslocamentos para as cidades médias, ou seja, para áreas urbanas importantes das regiões menos desenvolvidas. Na cooperação complexa, por sua vez, adquirem mais relevância as interações humanas em relação aos processos formalizados, de modo que são mais importantes as ferramentas de telecomunicação e o contato direto. Neste caso, não se verifica nenhuma tendência à modificação no esquema da localização, mas o desenvolvimento do compartilhamento de informações entre unidades já localizadas. Finalmente, no que se refere aos serviços informacionais, onde a intermediação prestadores/usuários torna-se crucial, haveria, segundo o autor, uma certa descentralização.

Observa-se que, nos novos processos de localização, o surgimento de *clusters* de empresas, propiciando redução dos custos de transação, através do estabelecimento de relações extramercado e a criação de externalidades, obedece a uma lógica intrínseca que faz com que as políticas públicas de atração e de incitação ao desenvolvimento desse tipo de atividade tenham que se dar num ambiente em que estão em jogo forças centrípetas e centrífugas que guiam o cálculo empresarial e que são extremamente autônomas em relação às ações governamentais.

A existência de forças centrípetas (*selfreinforcing*), em que vantagens iniciais se tornam cumulativas abre, por outro lado, a oportunidade para que as intervenções públicas gestem condições estruturais favoráveis em áreas menos desenvolvidas. Ademais, diferenciais de custo de trabalho, custos ambientais e renda fundiária podem constituir-se em importantes forças centrífugas que dinamizam o processo de descentralização espacial. É isso, de certa forma, o que se pode extrair de análises como as de Alain

Rallet, citado há pouco: a necessidade de se tomar cada setor, área ou atividade, de acordo com as suas especificidades, na definição de projetos de desenvolvimento local e regional.

O próprio Alain Rallet tem apontado ⁸, entre outras coisas, que se faz necessária uma política de desenvolvimento de um sistema de informação sobre as TICs, ligada às coletividades territoriais e às organizações profissionais, para estimular a sua adoção e rentabilização pelas PME; uma política de serviços antes que de instalação pura e simples de tomadas; uma política de educação e formação de recursos humanos orientada sobre os saberes fundamentais antes do que sobre os equipamentos; um treinamento pelas práticas públicas através do desenvolvimento e valorização das experiências de uso das TICs pelos serviços públicos, pondo ênfase nos serviços oferecidos e na racionalização organizacional, mais do que na sofisticação tecnológica. ⁹

É claro que se trata de recomendações feitas no quadro de um estudo europeu, adequadas à situação européia. Estudos desse tipo são absolutamente necessários hoje no Brasil, especialmente, do nosso ponto de vista, no que se refere à questão regional, inclusive para subsidiar os formadores de políticas públicas com informações extraídas de um quadro de análise mais realista e contemporâneo do que aqueles, extremamente ideológicos, que animam ainda o debate sobre as alternativas de política econômica no Brasil e em cada um de seus estados, particularmente no Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLAÑO, C.R.S. (1988). «Mercado Brasileiro de Televisão». Aracaju, Universidade Federal de Sergipe. PROEX/CECAC/ programa Editorial.
- BOLAÑO, C.R.S (1995). «Comunicação, Economia, Política». Intercom. São Paulo.
- BOLAÑO C.R.S. (org.) (1997). «A privatização das telecomunicações na Europa e na América Latina». Aracaju. EDUFS.
- BOLAÑO, C.R.S. (1993). «Capital, Estado e Indústria Cultural». Unicamp. Campinas. Mimeo.

⁸ Por ocasião do III Seminário Internacional de Telecomunicações de Sergipe (Aracaju, dez./1997), por exemplo, sintetizando resultados de um estudo europeu recente sobre «TICs e Performances Econômicas», cujos resultados ainda não haviam sido publicados.

⁹ Além disso, o autor aponta a necessidade de se refletir sobre o quadro jurídico em que se enquadra o teletrabalho, o direito internacional em matéria de comércio eletrônico e a definição dinâmica do conceito de serviço universal.

- PETIT, Pascal (1997). «Croissance et Mutations Sectorielles: d'une convergence à l'autre». Pelo grupo de coordenação do Convênio CAPES/COFECUB n.º 194/96. Mimeo. Versão preliminar.
- POSSAS, M.L. (1985). «Estruturas de mercado em oligopólio». Hucitec. São Paulo.
- RALLET, Alain (1996). «Globalização e Deslocamento de Atividades: o Impacto das Tecnologias de Informação e de Comunicação sobre o Emprego». Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, Ano X, n.º 1, p. 13-35.
- RALLET, Alain e BOLAÑO, C.R.S. «Economia das Tecnologias da Informação e da Comunicação: Algumas questões para pesquisa». Econ. Empresa. São Paulo, v. 4, n.º 1.
- BENKO, G. & LIPIETZ, A (1994). «El Nuevo Debate Regional». In Las Regiones que Ganam. Benko.G & Lipietz. A. Eds. Edicions Alfons El Magnànim.
- CANUTO, O . (1994). Brasil e Coréia do Sul: os (Des)caminhos da industrialização tardia. São Paulo. Nobel.
- CEPAL (1997). Panorama de la Inserción de América Latina y el Caribe. Edición 1996.
- CHANG, H. (1994). The Political Economy Of Industrial Policy. New York. St. Martin's Press.
- GUIMARÃES, L. (1995). «Desigualdades Regionais e Federalismo». In Affonso, R & Silva, P.(orgs.). «Desigualdades Regionais e Desenvolvimento». São Paulo. Fundap/Unesp.
- HIRSCHMAN, A . (1982). «The Rise and Decline of Development Economic» in Gersovitz M., Alejandro C., Rains G., & Rosenzweig R. (eds). The Theory and Experience of Economic Development. George Allen & Unwin. Londres.
- KRUGMAN, P. & ELIZONDO, R. (1996) «Trade Policy and the Third World Metropolis». In Journal Development Economics. V. 49.
- KRUGMAN, P. (1994). «Geography and Trade». MIT Press & Leuveun University Press.
- LEMOIS, M. (1993). O Problema da regionalização: dificuldades teóricas e uma metodologia alternativa. In Levinas, C & Carleial, L. «Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil». São Paulo. Anpur/Hucitec.
- LIMA, P. (1993). Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. In Anais do XXI Encontro Nacional de Economia. ANPEC. Belo Horizonte. Mimeo.
- MARTIN, R. & SUNLEY, R. (1996). «Paul Krugman Ôs Geographical Economic and Its Implications for Regional Development Theory: A Critical Assessment». In Economic Geography.Vol. 72. July.
- MARTINE, G. & DINIZ, C. (1991). Concentração Econômica e Demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. In Revista de Economia Política. São Paulo. V.11, n 3.
- MYRDAL, G. (1960). Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. MEC. Rio de Janeiro.
- OHMAE, K (1993). The Rise of the Regions State. In Foreign Affairs. Spring 1993.
- PACHECO, C. (1996). A Questão Regional Brasileira Pós 1980: Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas.
- PORTER, M. (1993). «A vantagem Competitiva das Nações». Rio de Janeiro. Campus.
- Texto apresentado ao Colóquio realizado em nov/1997, no I.E/UNICAMP, Campinas, 90-98, jan./mar. 1997.

O RÁDIO NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPEIA – OS CASOS DE PORTO ALEGRE E BARCELONA

DORIS FAGUNDES HAUSSEN*

A configuração mundial em grandes blocos econômicos é uma realidade. A UE – União Européia – com os seus 370 milhões de habitantes criou o maior mercado do mundo, impulsionando as trocas comerciais entre os seus 15 Estados-membros, numa área de 3,3 milhões de metros quadrados e com um PIB – Produto Interno Bruto – de 7,2 trilhões de dólares. O Mercosul, por seu turno, configura-se com uma população de 193,5 milhões de habitantes, quatro países membros – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, uma área de 11,8 milhões de metros quadrados e um PIB de cerca de 900 bilhões de dólares¹.

Em dezembro de 1995, foi assinado um acordo preliminar para a formação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia, significando um primeiro passo para a aproximação entre os dois blocos econômicos. Esta medida demonstra a velocidade com que os acordos econômicos avançam trazendo consigo várias interrogações: Como estão sendo tratados os temas relativos à cultura e à cidadania? Que medidas estão sendo tomadas pelos governos em relação à Comunicação? De que forma os meios de comunicação estão se ajustando? Qual tem sido o papel específico do Rádio no atual contexto?

* Jornalista, professora da Famecos/PUCRS e da Fabico/UFRGS.

¹ Fontes: SALGADO, Eduardo. «Uma ponte sobre o Atlântico» in *Revista Amanhã* n. 103, Porto Alegre, Plural Comunicações Ltda., janeiro de 1996, p.48, e Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – Disque Mercosul, 1999.

O presente trabalho procura responder a algumas destas questões identificando na programação radiofônica das emissoras das cidades de Porto Alegre e de Barcelona de que forma são abordados os temas relativos ao Mercosul e à União Européia. As duas cidades foram escolhidas pela sua característica comum de pertencerem a regiões de forte tradição cultural e que, hoje, também fazem parte de blocos que, por sua vez, buscam criar uma cidadania comum. A escolha do rádio deveu-se, por seu turno, ao fato do veículo, pelas suas características próprias, ser o mais próximo da comunidade.

A análise foi efetuada, inicialmente, a partir do estudo dos processos de integração na Europa e na América do Sul. Nestes, de um lado apresenta-se o gradualismo dos processos de industrialização e de integração econômica europeus, geralmente combinados com o desenvolvimento de padrões sociais e políticos democráticos; do outro lado, constata-se o ritmo acelerado em que é feito o processo de industrialização e de integração do Mercosul, como decorrência das necessidades sociais e econômicas dos países que o compõem (Trindade, 1995) ².

Em relação ao Rádio, foi efetuada a seleção das três emissoras mais ouvidas nas duas cidades e nelas, os três programas de cunho jornalístico-cultural de maior audiência. No caso de Porto Alegre, foi consultada a pesquisa do IBOPE e, no de Barcelona, a pesquisa do EGM – Estudio General de Medios. Durante uma semana realizou-se a audição e a gravação dos programas nas respectivas cidades e, posteriormente, a decupagem. Paralelamente, foram sendo efetuadas as entrevistas e leituras necessárias para a análise do material coletado. O material relativo às emissoras de Barcelona foi gravado em abril de 1997 e o de Porto Alegre em maio de 1998 ³. A pesquisa não se propõe a realizar um estudo comparado, no sentido estrito, uma vez que as realidades gaúcha e catalã apontam muitas diferenças, mas, procura analisar o caso de duas localidades que passam por processos semelhantes, possuindo algumas características comuns.

A construção da União Européia e do Mercosul

As raízes do processo de integração europeu podem ser encontradas, em realidade, após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1946, no

² TRINDADE, Hégio. «A cooperação EU/Mercosul em matéria de ciência e tecnologia, formação, educação e cultura». Conferência apresentada no seminário *EU/Mercosul, Acordo Marco Internacional de Cooperação*, Porto Alegre, 8/12/95.

³ Uma gravação já havia sido feita em outubro de 1996 e, a reconfirmação, em 1998. A primeira versão foi realizada pela bolsista de Iniciação Científica da Fapergs, Vanessa Oppelt Conte, e a segunda, pela bolsista Fapergs, Vilmarise de Bairros Franceschi.

discurso pronunciado por Winston Churchill, em Zurique, quando foi lançada a idéia da construção de «uma espécie de Estados Unidos da Europa»⁴. Dois anos depois, em 1948, os dirigentes políticos da Europa, reunidos em Haia, propuseram a constituição de um parlamento europeu com competência para pôr em execução as medidas necessárias para a realização da unidade política da Europa. No ano seguinte, 1949, foi criado, em Estrasburgo, o Conselho da Europa. Em 1950, no entanto, é que foi divulgado o documento-base da construção européia, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Franceses, Robert Schuman. Nele, foi proposta a reconciliação franco-alemã e a criação, de imediato, da Comunidade Européia do Carvão e Aço (cujo Tratado foi assinado em 1951) e, a mais longo prazo, dos Estados Unidos da Europa.

O método proposto por Schuman para atingir os propósitos da união européia previa que a Europa não poderia construir-se de uma só vez, devendo ser criada entre os europeus uma solidariedade de fato, sob o ponto de vista econômico, social e cultural, através de realizações concretas. Também deveriam ser estabelecidas bases comuns de desenvolvimento, pondo em relação as produções de base. Daí a proposta de criação da Comunidade do Carvão e do Aço. Estava prevista, ainda, a criação de instituições e regras comuns e a nomeação de uma alta autoridade dos governos dos Estados-membros, com competência para tomar decisões a serem acatadas. Após 1951, uma série de acordos foram sendo assinados (em 1957 foi firmado o Tratado de Roma que deu origem à Comunidade Econômica Européia) até que, em 1992, finalmente, a União Européia tornou-se realidade.

Na América Latina, a idéia da integração teve o apoio da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina (criada em 1948 pelas Nações Unidas), que via nela a única forma de contornar a estreiteza dos mercados internos, uma condição necessária para viabilizar os programas de desenvolvimento econômico. Mas, apenas com a criação da ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em 1960, é que iria ser possível dar início a essa concretização (em 1980 foi assinado o Tratado de Montevideu que criou a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração, sucessora da ALALC). Os primeiros anos da experiência de integração na América Latina foram difíceis e o comércio dentro da região não apresentou a expansão desejada. Diversas iniciativas de integração sub-regional surgiram como consequência do descontentamento que se seguiu, sendo que foram apresentadas como estratégia alternativa para avançar no rumo de

⁴ GABRICCI, Leonello. *A integração européia*. In PLÁ, Juan Algorta. *O Mercosul e a Comunidade Européia. Uma abordagem cooperativa*. Porto Alegre, Edufrgs/Goethe, 1994, pp. 14-23.

uma integração mais completa. No entanto, foi apenas na década de 80, quando outras experiências ao nível mundial começaram a se concretizar, é que mecanismos concretos de integração começaram a ser adotados, resultando na configuração do MERCOSUL.

Em julho de 1986, em Buenos Aires, foi assinada a Ata para a integração Argentino-Brasileira que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). O objetivo era propiciar um espaço econômico comum aos dois países. Em 1988, com vistas a consolidar o processo de integração, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que previa a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços e a harmonização de políticas macro-econômicas. O Tratado foi aprovado pelos dois países em 1989. Em dezembro de 1990, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica n.14 que já refletia a dinâmica e os critérios a serem estabelecidos pela realidade do MERCOSUL. Em julho de 1990, foi assinada a Ata de Buenos Aires que fixou o prazo de dezembro de 1994 para a confirmação definitiva do mercado comum entre Brasil e Argentina. Em agosto de 1990, o Paraguai e o Uruguai foram convidados a juntar-se ao processo em curso, o que levou à assinatura, pelos quatro países, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção para a constituição definitiva do Mercosul, a partir de 1.º de janeiro de 1995.

O espaço da comunicação

Esta nova forma de integração da economia e de espaços nacionais realiza-se sob a diretriz expansiva da economia mundializada, exigindo uma redefinição dos sistemas de comunicação que conformam as redes de interconexão de um sistema cada vez mais internacionalizado. Por outro lado, os atores principais que estão operando estes espaços são as empresas transnacionais. Segundo Murciano (1994), no interior destes macroespaços, a Comunicação – em um sentido amplo – constitui um elemento central: projeta as novas redes, os novos serviços, o consumo, produz e difunde a informação e a cultura, é agente de industrialização, modernização, desenvolvimento. «A comunicação é, portanto, o elemento que enlaça os macroprocessos com a dinâmica global do sistema. A comunicação, pois, é tecido, é nexa que permite uma articulação flexível entre as dinâmicas do local, do nacional, do regional e do mundial» (Ibid. p. 28) ⁵.

⁵ MURCIANO, Marcial. *Lo global y lo local en las estructuras de comunicación internacionales. Monopolios o redes*. Suplemento TE-LOS – Cuadernos de Comunicación, Tecnología y Sociedad. Madrid, Fundesco, 1994, pp. 27-32.

Apesar da importância fundamental da Comunicação na constituição dos grandes blocos, este fato inicialmente não teve reconhecimento. No caso europeu, foi apenas a partir de 1986, com a organização do «Livro Verde», que se iniciou uma discussão sistemática sobre as Políticas de Comunicação. No caso do Mercosul, o Protocolo 16, firmado em 10 de dezembro de 1986, aborda a questão das Comunicações, estabelecendo um programa de cooperação na área das telecomunicações, visando inicialmente as redes digitais, os serviços telemáticos e os sistemas de transmissão. O decreto n.99.431, de 31 de julho de 1990, prevê que as emissoras de radiodifusão poderão transmitir programas em idioma estrangeiro – estes programas deverão ser aprovados pelo Ministério de Relações Exteriores. Também diz que a transmissão ou retransmissão de programas produzidos por emissoras de outros países não poderão contrariar disposições da legislação brasileira. O tema específico «Comunicação» só vai aparecer em 1995, quando é formado o Subgrupo de Trabalho número um, identificado pela sigla SGT1 – Comunicações, que possui função essencialmente técnica. No entanto, não há nenhum registro sobre uma «política» de Comunicação.

Um estudo realizado sobre as «Políticas de Comunicação no Mercosul» (Brittes,1998) analisou comparativamente as Constituições Federais dos países membros do Bloco e constatou que «a persistência do Estado-Nação é o contrato mais sólido entre os atores no interior do ambiente regional». Isso significa que as decisões não têm força supranacional, uma vez que é preservada a autonomia dos Estados-partes. Desta forma, é muito difícil que a configuração do bloco comum seja percebida pela população em geral como uma entidade maior que a dos estados-nações que o compõem. E, como consequência, que o assunto tenha destaque na pauta dos veículos de comunicação.

Porto Alegre e Barcelona

Porquê Porto Alegre e Barcelona? Não apenas pela sua cultura regional. Também pela situação geográfica das duas cidades dentro dos respectivos blocos. Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, estado brasileiro que faz fronteira com o Uruguai e a Argentina. Esta proximidade é justamente uma das causas do forte regionalismo/nacionalismo do povo gaúcho que, através da história, lutou inúmeras vezes para a demarcação das fronteiras do país, nos confrontos entre portugueses e espanhóis.

Barcelona, por sua vez, também possui uma tradição cultural forte – é capital da Catalunha que se considera «uma nação sem estado» dentro da Espanha. Conta, inclusive, com idioma próprio – o catalão, utilizado além do espanhol – e pertence à região fronteira com a França.

Quanto aos dados iniciais sobre as duas regiões se pode apontar o seguinte: o Rio Grande do Sul possui um território de 282.062 km² e uma população de cerca de nove milhões e 500 mil pessoas. Conta, atualmente, com 427 municípios. O estado faz fronteira ao sul com o Uruguai, ao oeste com a Argentina, ao leste com o Oceano Atlântico e ao norte com o estado de Santa Catarina. O Rio Grande do Sul foi a última região do Brasil a ser povoada: somente na segunda metade do século XVIII é que o povoamento começou a atingir o interior. Até então, apenas os jesuítas haviam se instalado na região das Missões, a partir de 1619.

Porto Alegre, por sua vez, foi fundada em 1752, por casais de açorianos, chamando-se, então, Porto dos Casais. Em 1822 passou à categoria de cidade. Possui, atualmente, 502,5 km² de área e um milhão e 300 mil habitantes, aproximadamente. A região metropolitana conta com cerca de três milhões e 200 mil habitantes.

A Catalunha, na Espanha, abrange parte dos Pirinéus e área oriental da bacia do rio Ebro, formada por planícies estépicas, mas com a parte central irrigada. Possui uma área de 31.930 km² e cerca de seis milhões de habitantes. Situa-se no norte do país fazendo fronteira com a França e separando-se da Itália pelo mar Mediterrâneo. É uma das 17 comunidades autônomas que compõem a Espanha.

Barcelona é a capital da Catalunha. Possui uma área de 99,07km² e 500km² na região metropolitana. A população da cidade é de cerca de um milhão e 700 mil habitantes e de três milhões na região metropolitana, tendo, portanto, alta densidade populacional. Barcelona é o porto mais importante da Espanha, às margens do Mediterrâneo, situando-se ao noroeste da Península Ibérica. É uma das quatro províncias que configuram a Comunidade Autônoma da Catalunha, junto com Gerona, Tarragona e Lérida. A cidade foi capital dos Visigodos, independente em 874, anexada a Aragão no século XII, tendo sido um dos maiores centros bancários e comerciais da Europa no século XIII. A descoberta da América afetou-lhe a prosperidade que só foi reconquistada no século XIX.

A estrutura da radiodifusão

Quanto à radiodifusão nos dois países, a situação brasileira indica que há atualmente em funcionamento no país 2936 emissoras de rádio e 257 canais de TV. Das de rádio, 2867 são comerciais e 69 são educativas; das de TV, 237 são comerciais e 20, educativas. Na Espanha há 3231 emissoras de rádio. Dessas, 2205 são públicas e 1026 privadas, distribuídas principalmente nos últimos vinte anos após a consolidação da democracia. Quanto à televisão, há três redes comerciais: Antena 3, Tele 5 e Canal Plus, e duas redes públicas: TVE I e TVE 2, cada uma com vários canais afiliados pelo

país. Pesquisas indicam que as emissoras privadas detêm 87% da audiência (Fonte: Revista Imprensa n.92).

O Rio Grande do Sul conta atualmente com 323 emissoras de rádio das quais 31 situam-se em Porto Alegre, sendo 15 em AM e 16 em FM. A maioria é de caráter privado, sendo apenas três diferenciadas: uma é estatal, da Universidade Federal do RGS (em AM), outra pertence à Fundação Piratiní, de caráter público (em FM), e uma terceira é educativa, em AM, de propriedade da Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM). Quanto à televisão, há seis canais, sendo um da Fundação Piratiní. Das demais cinco emissoras, quatro são afiliadas a redes nacionais: o canal 12 à Rede Globo, o canal 4 à Rede Manchete, o canal 5 à Rede do SBT e o canal 10 à Rede Bandeirantes. O canal 2 é apenas regional. Todos os canais possuem retransmissoras no interior do Estado.

No âmbito do Mercosul, por iniciativa de um grupo de emissoras privadas, foi criada uma rede de rádio entre os quatro países membros (mais uma emissora do Chile), a «Rede Cone Sul de Comunicações», integrada pelas rádios Gaúcha Sat, de Porto Alegre/Brasil; Ñandutí, de Assunção/Paraguai; Carve, de Montevidéu, no Uruguai; Mitre, de Buenos Aires, Argentina e a Cooperativa, de Santiago do Chile. A rede foi criada em junho de 1993, em Porto Alegre, quando os cinco diretores das emissoras assinaram um acordo formal. O objetivo era o de que cada rádio fosse «uma fonte de informações para as demais» e que além do intercâmbio técnico e de informações, a rede contemplasse aspectos comerciais, onde cada emissora representasse as demais em seu país. Em setembro de 1994, em Assunção, no quarto encontro entre os diretores e executivos da Rede, foram aprovados os estatutos sociais dando personalidade jurídica à sociedade.

A proposta inicial da rede era a de um intercâmbio de notícias e troca de boletins diários sobre os assuntos de interesse dos países integrantes, além da produção de um programa semanal entre as cinco emissoras. Mas, devido à barreira do idioma (português/espanhol), a proposta foi alterada. Atualmente, as informações procedentes do Mercosul são apresentadas pelos locutores das respectivas emissoras, nos idiomas próprios, sem tratamento diferenciado das demais notícias. Nesse sentido, conforme Marques de Melo (1997:7), o principal desafio comunicacional do Mercosul «reside na superação das barreiras linguísticas que ainda subsistem no conjunto das nossas populações. Torna-se urgente um vasto projeto de cooperação cultural, começando pela mútua necessidade do aprendizado do idioma espanhol no Brasil e do português na Argentina, no Uruguai e no Paraguai».

Outra iniciativa foi a da rede de rádio «VRM – Via Radiofônica do Mercosul» – com 21 emissoras integradas do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. O fato de as iniciativas de integração no âmbito da Comunicação estarem a ser adotadas pelas instituições privadas indica, portanto,

a falta de uma política específica para o setor por parte da organização mais ampla do Mercosul. A questão, por outro lado, salienta uma das características da globalização que tem provocado o encolhimento do raio de ação do estado nacional e deixado a cargo da iniciativa privada a organização da área. Uma característica que também está presente na estruturação dos demais blocos regionais.

Em relação à Espanha, a configuração das emissoras de rádio é constituída por emissoras públicas – do Estado, das comunidades autônomas e dos municípios – e privadas, compostas pelas grandes cadeias, pelas emissoras independentes e pelas rádios livres. Em Barcelona, é possível captar-se todos estes tipos de emissoras, em torno de 165. As cadeias nacionais, emitidas desde Madrid, são uma tradição no país. Assim, recebe-se as transmissões da Rede Nacional da Espanha que conta com as cadeias das Rádios 1 (49 centros emissores), Rádio 2 (45 centros emissores), Rádio 3 (para público jovem) e Rádio 4 (emitida em catalão).

Relativamente às emissoras autonômicas, a Corporação Catalã de Rádio e Televisão – CCRTV – conta atualmente com quatro cadeias constituídas por 87 emissoras. Todas emitem em catalão, em FM, 24 horas por dia. As «cabeceiras» são a Catalunya Radio, com 28 outras emissoras, captadas em todo o território catalão. A programação é generalista: a RAC-105 que entra em cadeia com 22 outras emissoras e possui uma programação musical para público adulto/jovem; a Catalunya Informação, que entra em cadeia com outras 12 emissoras e opera 24 horas «*all news*» e a Catalunya Música, com uma programação de música clássica e que opera em cadeia com outras 25 emissoras. As rádios autônomas funcionam com o financiamento de impostos aprovados pelos parlamentares regionais e por publicidade.

Quanto às emissoras privadas, a Catalunha (incluindo Barcelona) conta com três grandes cadeias nacionais: a Unión Rádio: SER – Antena3; a COPE e a Onda Cero. Além destas, há a Cadeia Top-40, bem como 32 emissoras catalãs independentes e um grande número de rádio livres, estas com pouco alcance e não legalizadas.

Os programas mais ouvidos em Barcelona

Na Espanha como um todo – já que há emissão para todo o país, desde Madrid – os programas de rádio mais ouvidos são *Hoy por Hoy*, da cadeia SER, com cerca de dois milhões de ouvintes, seguido por *La Mañana*, da cadeia COPE, com um milhão e 700 mil ouvintes e, em terceiro, *Protagonistas*, da cadeia Onda Cero, com mais de um milhão e 500 mil ouvintes.

Em Barcelona, os três programas mais ouvidos selecionados para a análise, de acordo com a pesquisa do EGM (Estudio General de Medios), situam-se no formato «magazine informativo» e são transmitidos pela manhã. A estrutura dos três programas é semelhante, com poucas variações, à exceção da duração – *Els Matí de Catalunya Ràdio* dura quatro horas (8h às 12h); *Protagonistas*, da Onda Cero, dura cinco horas (8h às 13h) e *Hoy por Hoy*, da SER, dura seis horas e 20 minutos, das 6h às 12h20m. O primeiro é emitido em catalão e os dois últimos em castelhano. Os três programas abrem espaço para a participação de ouvintes, ao vivo, por telefone. As emissoras que emitem os programas têm uma programação geral incluída no formato «generalista».

Analisando-se a proporção de assuntos locais, regionais, nacionais e internacionais constata-se o seguinte: o programa *El matí de Catalunya Ràdio* tem a maior preponderância de temas regionais, seguido, na ordem, pelos temas nacionais, internacionais e locais (considerando-se que Barcelona concentra mais da metade da população catalã, neste caso os temas regionais são também de interesse local. Nesta última classificação situam-se os temas como acidentes na cidade, agenda cultural, etc.). O programa *Protagonistas* dá ênfase preponderante aos temas nacionais, seguido pelos internacionais, e muito poucos temas regionais e locais. Por fim, o programa *Hoy por Hoy* também tem caráter nacional mas com maior peso aos assuntos regionais, incluídos na sua rede regional, das 7h às 8h30m. Por último, em quase igualdade de proporção, são abordados os temas internacionais.

Em relação a assuntos relativos à União Européia, pode-se dizer que os programas abordam pouco. Na semana de audiência dos mesmos, foram tratados os seguintes temas: asilo político na UE (de interesse para o país devido ao terrorismo da ETA); a política para o setor olivareiro (setor chave da economia espanhola); fiscalização da UE referente à peste porcina em Lleida (Catalunha); informe da UE com os índices sobre a Espanha apontando a possibilidade do país se integrar com o *Euro*, a moeda única; índices da UE sobre leitores indicando que na Espanha «publica-se muito e lê-se pouco» (apenas 50% dos espanhóis lêem um livro por ano). Evidentemente, outros assuntos dos países europeus aparecem nas notícias e comentários, como os das eleições da França e na Grã-Bretanha que foram tema de destaque na referida semana, devido à sua atualidade. No entanto, entram na relação de interesse com as demais notícias da Europa, não sendo especificamente abordados como da União Européia. Um dado interessante ocorreu no programa «Hoy por Hoy», do dia 21 de abril, em que Iñaki Gabilondo, ao entrevistar alguns estudantes sobre assuntos universitários, perguntou se eles «se sentiam como europeus» e estes vacilaram e acabaram respondendo que «os jovens não entendem muito de Maastricht».

No entanto, segundo Antoni Bassas, da Catalunya Rádio⁶, a informação sobre a União Européia vem crescendo gradativamente e salienta a vocação europeísta catalã: «Nem que seja por proximidade geográfica, a Catalunha tem uma vocação europeia muito mais clara que outras regiões da Espanha. E isto está dito por pessoas como os escritores Garcia Marquez e Vargas Llosa que se instalaram em Barcelona – mesmo no período franquista – porque percebiam um ambiente mais aberto. Isto não é algo novo, a partir da entrada na Espanha na União Européia, mas é a nossa maneira de ser».

Fazendo um balanço geral observa-se que *El matí de Catalunya Rádio*, produzido e apresentado desde Barcelona, constitui-se em um programa de interesse específico para a comunidade catalã, no sentido em que usa o idioma catalão na sua apresentação (e, evidentemente, na prática só esta comunidade o domina – e nem todos os habitantes da Catalunha utilizam este idioma, uma vez que há muitos migrantes de outros estados, principalmente andaluzes que falam castelhano, além de estrangeiros que dominam melhor este idioma). Em relação ao conteúdo, há também predominância de temas regionais (nos de destaque em que há maior aprofundamento e tempo destinado) embora com um bom equilíbrio entre estes (37,1%), os temas nacionais(35,2%) e os internacionais(19,4%) no que se refere a notícias. Os temas especificamente locais, referentes a Barcelona, absorvem 8,2% do total.

O programa *Protagonistas*, por sua vez, é o que tem mais cunho nacional, embora seja produzido parte em Madrid e parte em Barcelona. E isto, como salienta Parés i Maicas⁷, apesar de o apresentador Luís del Olmo procurar defender a Catalunha quando possível (quando atacam o seu presidente Jordi Pujol, por exemplo). No entanto, «ao encontrar-se com a dualidade de fazer um programa nacional com conteúdos catalães, opta pelo primeiro devido à audiência e ao alcance da publicidade já que se trata de uma emissora privada». O programa é o de cunho mais popular dos três, ao entrevistar artistas nacionais muito populares e ao usar bastante música deste tipo (sevilhanas, etc.) e com bastante espaço para o humor – dois por semana (já foram três). Também os seus quadros permanentes apontam nesta direção. Segundo a produtora Núria Villamayor⁸ «o programa pretende elevar o estado de ânimo dos ouvintes», não significando que seja

⁶ BASSAS, Antoni. Diretor e apresentador do programa «Els matí de Catalunya Rádio». Depoimento à autora. Barcelona, 02/10/97.

⁷ PARÉS I MAICAS, Manuel. Professor da Universidade Autônoma de Barcelona. Depoimento à autora. Barcelona, 24/07/97.

⁸ VILLAMAYOR, Núria. Produtora do programa «Protagonistas» da rádio Onda Rambla. Depoimento à autora. Barcelona, 23/07/97.

«popularesco», pois também são realizadas entrevistas importantes assim como debates de qualidade. Luís del Olmo, seu condutor, apresenta o programa há mais de 25 anos, tendo iniciado na Rádio Nacional da Espanha, ido posteriormente para a cadeia COPE e, por fim, para a ONDA CERO, sempre levando o programa. Conforme a produtora, após tantos anos, o programa tem vida própria, funcionando à parte da emissora. Na semana analisada entrevistou o escritor Mario Vargas Llosa, a ministra do Meio-Ambiente, Isabel Tocino, a uma família de artistas, Los Raval, entre outros. Nos assuntos apresentados no decorrer do programa há o predomínio do nacional (71,5%) com algum destaque internacional (28,5%), sendo destinado pouco espaço para os temas regionais e locais pois, segundo a produtora, «temas locais em princípio não entram uma vez que o programa é nacional». As pautas para o programa são sugeridas pelos produtores e avaliadas por Del Olmo que dá o parecer final.

Sobre os assuntos relativos à União Européia, Núria Villamayor diz que «os temas comunitários são importantes na medida em que são notícia. Tratamos de assuntos da Itália, da Alemanha, etc., mas não há um espaço específico sobre a União Européia».

E exemplifica com o caso dos caminhões com verduras espanholas destruídos pelos franceses e que foram tema de um programa especial. Mas salienta que «nestes seis anos em que estou na produção do programa houve modificações pois, no início, quando se falava sobre a União Européia, as pessoas não sabiam o que era. Hoje, quando se fala em «Euro», analisa-se cada vez mais o que vai ser afetado e quais as modificações que vão ocorrer na economia».

O programa *Hoy por Hoy* – o mais longo dos três – também possui uma configuração nacional, sendo dirigido para toda a Espanha, desde Madrid. Como entra em rede com as regiões, das 7h às 8h30m, de meia em meia hora, apresenta um equilíbrio maior que o *Protagonistas* em relação aos temas regionais. Por ter facilidade em estabelecer conexões, quando há assuntos de interesse das diversas comunidades autônomas, abre espaços com repórteres locais. Mas a sua configuração preponderante é nacional (63,8%), seguida pelos temas regionais (16,2%) e internacionais (13,0%), ficando por último os especificamente locais (7,0%). Tanto este programa como os outros dois possuem uma boa rede de correspondentes no exterior e nas regiões. Dos três programas analisados foi o que apresentou maior destaque para os assuntos da União Européia.

A peculiaridade a registrar situa-se na questão da publicidade. As duas emissoras privadas vivem especificamente da mesma. Já a pública carrega verbas das duas fontes; do Governo e da publicidade. Este fato ocorre apenas com as emissoras autonômicas, ou seja, dos governos das regiões, pois a Rádio Nacional da Espanha, com os seus quatro canais, vive apenas do orçamento do país (o que já não ocorre com a TVE que também

tem duplo financiamento). Segundo o diretor da rádio Onda Rambla, Francesc Olona ⁹, «há uma idéia subjacente no país de que a empresa privada há-de vir sempre atrás da pública, que tem a preferência na hora de aceder aos mercados. Mas isto começa a mudar graças às privatizações das grandes empresas».

Olona salienta que o cidadão já aceita pagar seus meios de comunicação públicos não sendo necessário, assim, competir com as empresas privadas na captação de publicidade. «Socialmente isto está aceito. Não há um debate – há um hábito de empresa pública». Um dos motivos para esta aceitação, conforme o diretor, é que a empresa pública de Comunicação é uma grande fonte de postos de trabalho. «A rádio pública deve dar trabalho a umas cinco mil pessoas. A rádio Onda Rambla, por exemplo, privada, tem 100 funcionários, entre colaboradores e contratados. Socialmente isto é interessante mas todos sabemos que é um beco sem saída. Chegará o momento, via União Européia, sobretudo, em que nos obrigarão a ‘adelgaçar’. De momento é assim». (Há uma diretiva da UE que diz que até 1999 é permitido o duplo financiamento. Após esta data deverá ser extinto).

Os programas mais ouvidos em Porto Alegre

Os três programas mais ouvidos, de acordo com dados do IPOPE de março de 1998, analisados em Porto Alegre, foram o *Gaúcha Hoje*, com 77,4 pontos percentuais de audiência, veiculado no horário das 6h às 8h da manhã, conduzido por Rogério Mendelski, na rádio Gaúcha Sat. A seguir, foi analisado o programa *Flávio Alcaraz Gomes Repórter*, da rádio Guaíba AM, com audiência de 16,7 pontos e apresentado das 7h30m às 10h por Flávio Alcaraz Gomes. Por fim, na rádio Bandeirantes AM o programa mais ouvido analisado foi o *Jornal Gente*, com 7,7 pontos de audiência, veiculado entre 7h30m e 9h da manhã, com apresentação de Affonso Ritter, Bira Valdez e Políbio Braga.

O programa «Gaúcha Hoje» é irradiado pela Rádio Gaúcha Sat, pertencente à Rede Brasil Sul de Comunicações – RBS. A rede começou a expandir seus veículos de comunicação justamente a partir da rádio Gaúcha. A emissora, fundada em 1927, caracteriza-se por ser a primeira no país a trabalhar 24 horas com informação (incluindo o esporte) e é líder de audiência. Em 1 de março de 1995 a rádio ampliou as suas transmissões em território nacional com a implantação de dois canais no saté-

⁹ OLONA, Francesc. Diretor da rádio Onda Rambla. Depoimento à autora, Barcelona, 30/09/97.

lite Brasilsat B1, passando, então, a ter o nome de Gaúcha Sat e o *slogan* «A fonte nacional de informação».

Com o sistema via satélite, a emissora montou uma rede de afiliadas – 20 no interior do Estado – que recebem a programação normal e mais alguns programas produzidos exclusivamente para a rede Gaúcha Sat. As emissoras integrantes da rede enviam, por telefone, notícias e boletins sonoros, para serem incluídos na programação diária que possui 18 programas fixos, basicamente jornalísticos e esportivos. Aos sábados são nove e aos domingos cinco.

O programa «Gaúcha Hoje» compõe-se basicamente de informações retiradas do jornal Zero Hora (do mesmo grupo RBS), cujos destaques vão sendo analisados pelo apresentador. O programa conta com correspondentes nas principais cidades do país e do mundo. Inclui, ainda, participação de comentaristas «seniores» da emissora, abordando temas de política, economia e gerais. No decorrer do programa, o apresentador comenta as reivindicações dos ouvintes, além das condições do tempo e as manchetes dos principais jornais nacionais.

O outro programa analisado, «Flávio Alcaraz Gomes Repórter», vai ao ar pela rádio Guaíba AM. A emissora foi fundada em 1957, pertencendo, então, ao grupo «Caldas Júnior», proprietário de vários jornais e, posteriormente, de um canal de TV. Atualmente o grupo pertence a Renato Bastos Ribeiro. A crise que causou a venda do Grupo provocou alterações nos jornais que ficaram reduzidos apenas a um, o «Correio do Povo», porém com outro formato. A emissora de rádio, no entanto, prosseguiu com a mesma estrutura, com uma programação voltada ao jornalismo.

O programa iniciou em 1988 e desde o início mantém as mesmas características estruturais e a linha de produção que privilegia os temas locais. O apresentador normalmente seleciona assuntos de cunho polêmico que podem ser de economia, política, lazer, cultura e serviços. A estrutura do programa baseia-se, principalmente, em entrevistas realizadas pelo apresentador no estúdio ou por telefone, além de fatos do dia que são comentados.

O terceiro programa analisado é irradiado pela rádio Bandeirantes AM de Porto Alegre. A emissora foi fundada em 1934 (é a segunda mais antiga da capital gaúcha) como Rádio Difusora, integrante de uma rede pertencente aos Freis Capuchinhos. Em 1983 a emissora foi negociada com a família Saad, proprietária da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão.

O «Jornal Gente», que vai ao ar das 7h30m às 9h, é conduzido por três jornalistas – Bira Valdez, Políbio Braga e Afonso Ritter – que discutem os principais assuntos das últimas horas. O programa inicia com a leitura das manchetes dos principais jornais do país. A partir daí, os apresentadores escolhem os temas e passam a debatê-los. Convém salientar que cada um possui uma característica jornalística própria: Ritter aborda economia,

Braga, política, e Valdez temas mais gerais. Há também correspondentes que, conforme o tema, entram no programa desde São Paulo, Brasília, Paris, etc. O programa também inclui entrevistas que podem ser no estúdio ou por telefone.

Analisando-se os três programas, do total das 30 horas, verifica-se que o programa «Flávio Alcaraz Gomes Repórter», da rádio Guaíba, é o que aborda mais temas locais, seguido por «Gaúcha Hoje» e, por último, o «Jornal Gente», da rádio Bandeirantes, sendo este o que mais trata de temas internacionais. Em relação aos temas nacionais, há maior destaque nas rádios Gaúcha e Bandeirantes, com um certo equilíbrio. Em relação aos temas sobre o Mercosul, observa-se que do total apenas 10 minutos e cinco segundos trataram do assunto. O que significa 0,5% das 30 horas de programação analisadas.

O programa da rádio Gaúcha destinou, durante as cinco edições analisadas, um minuto e 30 segundos de seu tempo – 0,2% do total – para falar do Mercosul, com uma notícia sobre a Aliança Democrática do Paraguai. O da rádio Guaíba ocupou, no período da análise, três minutos e 30 segundos – 0,4% do total – quando entrevistou um médico patologista que comentou a regulamentação profissional no âmbito do bloco regional. Já o programa «Jornal Gente», da rádio Bandeirantes, tratou do Mercosul com um comentário sobre a entrada de empresas e capital argentino no país – 1,3% do tempo total. Observa-se que, no período de análise dos três programas, a previsão do tempo na área do Mercosul ocupou mais espaço do que as notícias gerais sobre o bloco econômico: 9,2% na rádio Gaúcha, 5,4% na Guaíba e 3,2% na Bandeirantes.

Considerações finais

A formação e a consolidação de blocos econômicos regionais na atualidade é um fato. Blocos que se constituem para fazer frente a outros blocos, bem como para resolver questões de circulação de pessoas e produtos, tarifas diferenciadas, investimentos de capitais, comércio, etc. A União Européia consolida-se principalmente com a criação do *Euro* para fazer frente ao dólar norte-americano e ao yen japonês e, também, para resolver questões internas como a da hegemonia franco-alemã. O Mercosul, por seu turno, estrutura-se não apenas para resolver questões antigas de integração, além da circulação de pessoas e mercadorias, mas, também, para reforçar o poder de negociação dos países que o constituem e para a tomada de decisões internacionais (Iturra, 1995). No momento, pode dizer-se que o Mercosul é uma união aduaneira que pretende chegar a tornar-se um mercado comum; já a União Européia é um projeto de construção de uma

união econômica e monetária que se encontra numa fase de mercado comum (Florêncio e Araújo, 1995).

A organização dos blocos, em geral conduzida por técnicos, privilegia a vertente econômica, deixando de lado as demais questões sócio-políticas e culturais, o que se torna claro na abordagem dos temas relativos ao Mercosul nas emissoras radiofônicas de Porto Alegre. No caso da União Européia, essas questões começam a se tornar visíveis, por exemplo, quando os caminhoneiros transportadores de mercadorias espanholas são barrados na fronteira francesa. Isto porque os acordos de cotas, assinados entre os países do bloco, podem significar menos plantações e postos de trabalho. E só então as questões políticas e culturais viram notícia.

A construção de blocos regionais vai, assim, muito além das questões econômicas. Passa, inclusive, pela assimilação de uma consciência de cidadania mais ampla, extra-fronteiras nacionais. E convém lembrar que «no momento em que economia, política, tecnologia e valores preconizam a abertura e o desmantelamento das separações, assiste-se ao regresso dos temas de identidade, da recusa do outro e até da xenofobia, contra os quais os instrumentos da comunicação parecem ser as melhores defesas» (Wolton, 1994:294). Esta é uma questão que na Europa já é muito presente. No Mercosul, as manifestações ainda são incipientes mas, com o avanço da implantação do mercado comum, deverão crescer, como já ocorreu com a questão da indústria de calçados e de outros produtos comuns às economias dos países integrantes do bloco.

O Mercosul, portanto, sendo ainda uma «união aduaneira», utiliza-se essencialmente de meios econômicos, não contando com um projeto de dimensões políticas que alcance outros domínios da vida social (Meira e outros, 1997). O fato, inclusive, já vem sendo apontado pelos trabalhadores da região. Algumas centrais sindicais aprovaram manifestações, salientando a necessidade de se considerar a integração no contexto mais amplo do desenvolvimento social e da democracia na região.

Por outro lado, as recentes eleições para o Parlamento Europeu, com um elevado índice de abstenção – 53% – chegando a 76% na Grã-Bretanha, chamam a atenção para a necessidade de uma reflexão mais profunda. Uma das causas seria a «ausência de paixão pela União Européia, considerada distante e tecnocrática pelos cidadãos» (ZH, 15/06/99, p.39). Mas esta «distância» aponta justamente para o fato da construção do bloco ser prioritariamente econômica e conduzida em geral por técnicos. Uma construção, portanto, afastada da sociedade em seus aspectos culturais e políticos.

Por seu turno, a formulação de políticas no setor de telecomunicações tende a deslocar-se, de forma crescente, do controle do Estado para os grandes conglomerados transnacionais, constituindo-se, assim, no elemento-chave dos novos processos globais de produção (Lima, 1998). O que leva a

várias interrogações: o que ocorrerá com o estado-nação? Como ficará a cultura? Quem terá o poder de decisão? Qual o papel dos meios de comunicação?

A pesquisa realizada junto às emissoras de Porto Alegre e Barcelona, portanto, traz alguns indicativos e não conclusões. Em relação ao papel da mídia, no caso do rádio, constata-se que a pouca presença dos temas referentes ao Mercosul e à União Européia está a demonstrar que a questão ainda não faz parte da vida quotidiana dos cidadãos. Os assuntos de interesse são aqueles que se referem ao dia-a-dia da localidade e da nação e a consciência de pertencer a uma entidade maior que a instância nacional, praticamente inexistente na realidade gaúcha e apenas pontualmente no caso catalão.

Neste sentido, Martíni (1994) considera que um projeto cujo objetivo de análise fosse a realidade cultural implícita nos blocos regionais deveria ter como centro o estudo do imaginário social das representações coletivas e a mudança nas identidades. Para isso, seria necessário examinar-se as pautas de trabalho, produção, legislação e consumo que caracterizam os diferentes setores dos países integrantes, além da reflexão sobre a visão de mundo repassada pelos meios de comunicação, produzida tanto pelos grandes centros de informação como pelas pessoas, por efeitos de sentido comum.

Pode-se dizer assim, concordando com Andrade (1998:349) que, neste momento, o grau de noticiabilidade, no caso do Mercosul, «está na razão direta que o tema tenha a ver com a demanda econômica que ele representa»¹⁰. No caso da União Européia, cujo bloco possui uma história bem mais longa, outras questões já começam a aparecer, mas a preponderância do econômico ainda é uma realidade, o que, provavelmente, também virá a ocorrer com o Mercosul se este vier, efetivamente, a se transformar em um mercado comum, com todas as suas implicações.

¹⁰ ANDRADE, A e outros. «O Mercosul é notícia?» in LOPES, M. I. e MELO, J. M. (Org.) *Políticas regionais de Comunicação. Os desafios do Mercosul*. Londrina, UEL/Intercom, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITTES, Juçara. *Políticas de Comunicação no Mercosul: do nacional ao megaregional*. São Bernardo do Campo, Fascículos Umesp de Ciências da Comunicação, 1998.
- FLORÊNCIO, S. A. e ARAÚJO, E. H. *Mercosul Hoje*. São Paulo, Alfa Ômega, 1996.
- ITURRA, Carlos A. *Mercosur, Situación y Perspectivas*. Montevideo, Mímeo, 1995.
- LIMA, Venício A. «Políticas Regionais de Comunicação: novos atores, velhos problemas», in LOPES, M. I. e MELO, J. M. (Org). *Políticas Regionais de Comunicação. Os desafios do Mercosul*. Londrina, UEL/Intercom, 1997.
- MARTÍNI, Stella. «Exploraciones del imaginario social en situaciones de cambio: el Mercosur en el marco de los procesos de globalización y localización», in WACC. *Comunicación. Cultura y cambio social. Mercosur y la integración de mercados*. Buenos Ayres, WACC, Loyola, 1994.
- MELO, José Marques de. «Globalização, multiculturalismo, identidade: os desafios comunicacionais do Mercosul». Montevideo, texto apresentado no *Congresso de Relações Públicas no Mercosul*, 29/09/1997.
- MEIRA, M. E. e outros. *O Mercosul no contexto da integração continental*. Porto Alegre, Confea/Ciam/Crea, 1997.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*. Lisboa, Ed. Asa, 1994.

COMPLEXIDADE DA COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA

MANUEL JOSÉ LOPES DA SILVA*

I. Introdução

1. A descoberta das ondas de rádio e o surgimento da TSF originaram uma forma de comunicação directa e imediata que alterou o relacionamento entre a anterior comunicação social (a Imprensa) e a Sociedade. As transformações socio-económicas resultantes da guerra de 14/18 foram reforçadas com as emissões de rádio que, rapidamente, se generalizaram por todo o mundo. Veio a seguir a TV. A aceleração do processo comunicativo corresponde, por isso, uma aceleração das referidas transformações, estando tudo nas origens da própria guerra de 39/45. A comunicação passou a ser objecto de investigações que foram revelando a complexidade dos seus efeitos, nos vários domínios da psicologia social, da sociologia, da economia e da teoria política.

Fala-se agora em crise da comunicação política, efectivamente existente, que, naturalmente, está associada, numa relação circular de causa/efeito/causa, a uma crise da própria sociedade individualista de massa.

Factos psico-sociais como a teledependência, a insensibilização dos utentes, o seu empobrecimento cultural e desequilíbrio psicológico, foram-se acentuando e culminam no fechar do homem sobre si próprio, produzido pelos Media identitários como a Internet. No domínio socio-económico, deve referir-se o aumento das diferenças sociais, já de si preocupante, mas

* Universidade Nova de Lisboa.

sobretudo o fenómeno da marginalização, mesmo da exclusão social que aflige as nossas sociedades.

No domínio político, onde a crise é mais evidente, à instantaneidade e superficialidade da informação junta-se agora uma preocupante hipermediatização que acentua cada vez mais a deslegitimação dos protagonistas e das instituições políticas.

A Sociedade da Informação, culminância e emblema de todo este complexo processo, padece ela própria das vulnerabilidades de uma sociedade que aceitou como referência a mentalidade pós-moderna, que é apenas uma tentativa de recuperação de uma ilustração falhada.

II. Aceleração do processo comunicativo

1. O surgimento da comunicação de massa usando ondas electromagnéticas, evento designado por TSF, deu-se no começo do séc. XX e representou, efectivamente, uma mudança de natureza relativamente à anterior comunicação de massa, baseada na imprensa. A partir daí, inicia-se um processo de aceleração da comunicação que não tem sido suficientemente estudado e que está a chegar, nos nossos dias, a um ponto culminante que tem os seus perigos.

A Rádio popularizou-se, de facto, com os programas de actualidade, as transmissões de jogos desportivos, de comícios políticos, de grandes cerimónias nacionais, e isto tanto nos EUA como na Europa. Pouco depois, surge a utilização deste *medium* pelos grandes manipuladores de massa, como Hitler e Lenin, o que tem sido objecto de numerosos estudos, atribuindo à personalidade destes homens a mobilização das massas. No entanto, tal não seria possível sem as massas terem o sentimento de instantaneidade, de estarem a viver o mesmo momento do líder que fala.

Quando a TV se torna um MCM (Meio de Comunicação de Massa), com J.L.Baird, nos anos 20, é justamente por tornar acessível ao público londrino, « em directo », as corridas de cavalos de Ascot. Os primeiros tempos da TV na Europa foram de preocupação com a informação, o divertimento e a cultura das massas. Como os processos de informação/conhecimento e de aculturação exigem uma elaboração pessoal e tempo para ela (de facto todos sabemos que informação não é igual a conhecimento), a questão do simultâneo/diferido não era de facto importante.

Quando, porém, em 1953, os franceses puderam assistir pela TV, em directo, à coroação da rainha Isabel de Inglaterra iniciou-se um interesse crescente da sociedade por este tipo de programas, designados na altura por « exteriores ». O desenvolvimento tecnológico deu-se no sentido de tornar possível a satisfação desse interesse, primeiro pelo desenvolvimento espectacular das interligações por micro-ondas, que permitiram a estru-

turação das grandes «networks» americanas, depois com a TV Cabo e, mais tarde, com a TV Satélite.

A Internet, surgida entretanto, resultou da convergência entre os computadores e as comunicações e assegura, noutra modalidade, o acesso directo e instantâneo ao local do correspondente ou a uma base de dados, revelando que se deu, entretanto, a abolição de fronteiras entre os media tradicionais, progressivamente integrados em redes que veiculam texto, som e imagens sob a forma digital. A CNN da TV Cabo/Satélite é o exemplo mais claro do triunfo do directo quer na guerra, quer no escândalo político.

A aceleração do tempo transforma bruscamente a experiência humana, por inscrever no mesmo ritmo de acontecimentos sociedades muito afastadas espacial e culturalmente. O ideal do jornalista, consistindo no desejo de reduzir ao mínimo o tempo de fornecimento da informação, está a realizar-se, mas à custa, sabemo-lo agora, de certas limitações fundamentais. De facto, a transmissão instantânea anula toda a possibilidade de verificação (impossível a contrastação das fontes), obriga o comentador a ser simples relator, a ter de fazer um comentário instantâneo, sem qualquer perspectiva, a quente, a ter de emitir hipóteses imprudentes ou sem pertinência. O sentimento de insegurança, de instabilidade que daqui resulta, estende-se aos sistemas económico, social e político, provocando uma crise que estudaremos mais adiante.

A aceleração da comunicação é paralela à sua globalização, provocada pela própria evolução do tardo-capitalismo ou neo-liberalismo. Estamos, porém, muito longe da ubiquidade sonhada em 1878 por Adriano de Paiva, em que a globalização da comunicação não é devida à universalização dos valores culturais, mas sim a razões económicas.

Estas características da comunicação mediática não só não atenuaram as disfunções já conhecidas dos anos 50 e sistematizadas por Lazarsfeld e Merton, como, infelizmente, as reforçam e suscitam outras. Assim, por exemplo, a Internet, apresentada como um meio interactivo que permite o acesso a uma rede mundial e oferecendo novas possibilidades de convivência virtual, na realidade fecha os utentes sobre si próprios, negando-lhes a espontaneidade da comunicação directa e a afirmação de uma verdadeira identidade, favorecida pela intersubjectividade. O diálogo com um computador, obviamente, não é igual ao diálogo directo com outra pessoa.

A convergência entre Computadores e Comunicações a que nos referimos é simultânea da convergência com a Indústria de Conteúdos, criando a chamada Convergência 3C. A evolução actual desta tripla convergência evidencia, todavia, um desequilíbrio preocupante, devido à debilidade da Indústria AV (a dos Conteúdos) face às outras duas.

III. Complexidade psico-social

3. A multiplicidade dos media oferecidas aos utentes recorre a uma complexa estrutura de redes, o que, cada vez mais, lhes exige adestramentos especiais e permanente adaptação individual. Naturalmente que cada *medium* de comunicação tem a sua especificidade própria de influenciar o destinatário; a rádio não tem os mesmos recursos da TV, a imprensa é diferente da Internet.

Uma análise estruturo-funcional do complexo sistema global dos media contemporâneos seria sempre trabalhosa e levaria, provavelmente, a identificar mais as suas diferenças que as semelhanças. Em contrapartida, a análise tecnológica, muito própria da Teoria da Complexidade, permite uma fácil identificação das finalidades que, desde há já 40 anos, lhe têm sido atribuídas e que o caracterizam mais completamente.

Duas finalidades desde sempre atribuídas aos media da nossa sociedade, a promoção da integração social e da asserção pessoal, são hoje reconhecidamente afectadas de modo negativo. A integração social regride para a atracção social dos anos 20, com as telenovelas e a informação espectáculo, e a asserção pessoal degenera nas conversas-espectáculo e espectáculos-realidade que, em vez de promoverem o diálogo entre as pessoas, as reduzem ao nível de puros objectos da curiosidade malsã de certos utentes da comunicação.

Outras duas finalidades complementares dos MCS, a transmissão da herança cultural e a estabilização da mudança social, que sempre esperaríamos poderem contribuir para a promoção da sociedade, são postas literalmente em causa, devido à filosofia monetarista dos canais comerciais.

Têm sido também identificados efeitos resultantes da massificação que se detecta em todos eles, dado que a generalização do mercado e o crescimento da Indústria Cultural a ele associada levaram à adopção de processos cognitivos que antes se não aplicavam. Tais processos são utilizados para obter a «fidelização» dos utentes aos vários meios, baseando-se em acções de captação/memorização/motivação de temas como enredos de telenovelas, marcas de um produto ou sigla de um partido, com vista à aquisição do produto, ou ao sentido de voto num partido, ou simplesmente à adesão ao canal.

O esforço de captação/memorização tem-se acentuado, tanto mais quanto mais se verifica a volatilização das audiências devido ao «zapping», ou pura e simplesmente devido à saturação e insensibilização, tão frequentemente verificados. Se, nos anos 50, os sociólogos da comunicação referiam já a insensibilização, como um dos efeitos negativos no plano psico-social e político, já a teledependência, associada ao desequilíbrio psicológico, adquire hoje maior expressão, e o empobrecimento cultural,

também por eles referido, é hoje um problema extremamente preocupante da sociedade de consumo.

Finalmente, os meios identitários, transitivos, propondo, como vimos, a inserção dos utentes em redes conviviais (virtuais), na realidade acabam por fechar os utentes sobre si próprios, reduzindo-os a puros dialogantes com máquinas, com o horizonte de actuação fechado sobre programas muito constringentes.

A multiplicação de canais e a diversidade de redes parecem promover o surgimento da opulência comunicacional, anunciada por Abraham Moles. Mas, na realidade, tal não acontece, devido à escassez dos conteúdos veiculados pelos canais que, longe de assegurarem uma oferta diversificada, propõem antes conteúdos que se repetem monotonamente. De resto, a própria lógica da concorrência comercial em TV obriga os programadores a oferecerem nos diferentes canais, à mesma hora, programas da mesma índole.

É neste domínio que se verifica a maior demonstração da falta de respeito dos programadores da TV pelos utentes. A estes não é proporcionada verdadeira liberdade de escolha. Na realidade, são constringidos, condicionados a manterem-se agarrados sempre ao mesmo canal.

IV. Complexidade socio-económica

4. O domínio socio-económico da comunicação é, na Europa, dominado pela agitada transição do Serviço Público Monopolista para um Sistema Comercial concorrencial, o que se repercute em múltiplos e nevrálgicos domínios, com a criação de graves problemas, ainda muito longe de serem ultrapassados.

Ao Serviço Público associa-se a ideia de responsabilidade pública ou social, enquanto que aos operadores comerciais se reconhece e aceita apenas a necessidade de maximização dos lucros. A filosofia da programação comercial assenta na necessidade de fidelizar o público, orientando-se exclusivamente pelos índices de audiência. Estes são simples «ratios» comerciais, de índole estatística e impessoal, em ligação com a programação de «fluxo», mas sem qualquer relação com a qualidade dos programas.

Se, com a programação de fluxo, se pretende corresponder às expectativas dos consumidores, essas são as que se situam ao nível das emoções saciáveis com o mau gosto, ódio, violência e sexo, porque são mais fáceis de satisfazer, como Mander demonstrou, há já algum tempo. Infelizmente, são as que mais determinam a massificação dos utentes, no sentido de tenderem a entorpecer a sua actividade intelectual e impedir a sua afirmação, como pessoas e como cidadãos. Começa-se hoje a considerar que

o próprio exercício da cidadania democrática é fortemente contrariado pela programação à base de telenovelas, futebol e concursos.

A base de sustentação do sistema é a publicidade que, hoje, é fortemente agressiva e é uma das variáveis importantes da excessiva propensão para o consumo, o que começa a afligir algumas sociedades europeias, como a portuguesa. A estimulação parece ser excessiva, dada a diminuição dos volumes de poupança a nível nacional.

Existe um Código de Publicidade com algumas restrições aos conteúdos que não são respeitadas, como aliás sucede em relação a Lei da TV, também ela abrangendo todos os operadores.

Mas é no universo dos utentes da comunicação que se está a gerar uma situação de extrema injustiça, reflexo, aliás, da dinâmica cega do neo-liberalismo contemporâneo. Assim como o sistema actual de economia global está a gerar um número cada vez maior de marginalizados, quer entre Norte e Sul, quer no Norte ou só no Sul, também o número de pessoas com capacidade para aceder aos Novos Meios de Comunicação (NMC), é uma percentagem cada vez menor do total da população.

Reconhece-se hoje que só um Serviço Público à altura de uma missão nacional poderá contrariar estas tendências preocupantes. É necessário que este serviço esteja presente não só na TV e Rádio convencionais, como também em todos os outros meios que venham a ser oferecidos ao público. Só a sua lógica de responsabilidade social poderá contrabalançar a programação de fluxo generalista, ou as ofertas de serviços personalizados degradantes.

5. São cada vez mais manifestas as expectativas generalizadas por uma nova ordem da Economia. Ultrapassadas as utopias dos sistemas económicos de direcção central, resta-nos a solução da economia de mercado. Mas as injustiças sociais que ela gera, como as do séc. XIX, que originaram a chamada questão social, estão na realidade a despertar as consciências de um número cada vez maior de académicos e decisores socio-económicos.

Começam a surgir documentos oficiais e contribuições pessoais, clamando pelo estabelecimento de consignas sociais no funcionamento da economia de mercado, tendentes a defender os direitos das camadas de menor capacidade económica. No campo da comunicação, só o Serviço Público pode defender tais direitos, como temos vindo a assinalar.

Há na actual Indústria da Comunicação uma lógica que é incompatível com a elevação do nível cultural das massas. Este foi o ideal que esteve na origem do desenvolvimento da Imprensa, no séc. XIX, e da Rádio e da TV, no séc. XX, mas foi abandonado. E esta preocupação abrangia uma razão política que era a da democratização da sociedade.

Massificada a sociedade pelo consumismo, satisfeita a curiosidade das massas com a informação-espectáculo, futebol, concursos e telenovelas, é

duvidoso que se possa esperar uma consciencialização política e social, exigindo a participação do cidadão nas decisões que o afectam. Consideramos sensatas e dignas de consideração as apreensões que Konrad Lorenz manifesta a Karl Popper, num diálogo clássico que todos conhecemos.

V. Crise da comunicação política

6. É já antiga a tradição de encarar a Comunicação Social como um instrumento fundamental para a democratização da sociedade. Os investigadores e profissionais americanos invocam, ainda hoje, com frequência, a 1.^a Emenda à Constituição dos EUA, mas na Europa a luta pela liberdade de expressão no século passado também deixou profundas raízes. Ainda hoje, muitos intervenientes no diálogo socio-político em Portugal invocam a Lei da Rolha, do século passado, e a censura do salazarismo, como exemplos de processos com que certos políticos combateram a democracia.

A expressão acessível da pluralidade de opiniões tem sido considerada fundamental, para que o cidadão, no uso de uma razão considerada esclarecida, fizesse as suas escolhas sensatas acerca da sociedade que desejava. O tipo de informação que hoje domina os media, em que predomina a política espectáculo, se não ilude estas expectativas, pelo menos frustra-as grandemente. Há uma enorme erosão das figuras dos políticos de todos os quadrantes, o que tem como consequência imediata a sua deslegitimação. Mas é o próprio sistema político que é afinal posto em causa, como demonstrou o exemplo recente dos inquéritos judiciais feitos a membros do Parlamento.

Os investigadores da área crítica insistem no carácter sistémico desta crise de legitimidade do tardo-capitalismo, que é evidente, e todos os dias é reforçada com novos escândalos veiculados pelos media.

Outros investigadores da área liberal acreditam que, apesar de tudo, ainda há razões para esperança e que o retorno aos ideais ilustrados poderia recuperar os Novos Meios de Comunicação para a causa democrática (Wolton).

Não partilhamos nem do pessimismo dos críticos, nem do optimismo dos liberais. Acreditamos que a sociedade civil, constituída por pessoas inteligentes e livres, tem capacidade para superar as actuais ameaças que lhe são feitas pela lógica do Mercado. Mas também reconhecemos que a actual manipulação das massas atinge os níveis de «violação psíquica» que referia Jacques Ellul.

Há que retomar, por isso, a convivência com os grandes ideais e valores da nossa tradição clássica e regressar a um novo humanismo realista que substitua a proposta da Ilustração que falhou, segundo os críticos, mas

que a pós-modernidade, que é a Ilustração prosseguida por outras vias, afinal tenta recuperar.

7. O renascimento cultural, tão necessário, é claramente dificultado com as tendências que anteriormente referimos para a informação superficial e instantânea. Nada de mais contrário à informação objectiva, fiel e reflectida, necessária, à elaboração do pensamento político e a opções profundas do cidadão, ao nível das avaliações éticas.

Mas não é só o Parlamento, gerador de Leis e directrizes fundamentais para a sociedade, que não tem capacidade de reflexão e espaço de manobra, tão necessários à complexidade do mundo actual, e isto para já não falar no desgastante conflito com o Poder Judicial. É, sobretudo, o Executivo que evidencia incapacidade para a elaboração de estratégias para o longo prazo, devido à pressão permanente dos media e da opinião pública.

VI. Um sistema vulnerável

8. Blumler e Gurevitch, por um lado, e Wolton, por outro, levaram a cabo investigações sobre a comunicação política que, pela sua convergência, constituem um único quadro conceptual de referência sobre tal matéria. Ambas partem da perda de legitimidade dos políticos, extremamente preocupante nas nossas sociedades, e, através da análise minuciosa do funcionamento dos sistemas mediático e político, equacionam os problemas postos pela actual situação.

O sistema da comunicação política é constituído pela instituições políticas, as instituições mediáticas e as expectativas da audiência (opinião pública). Este sistema é, por sua vez, um sub-sistema do sistema político, a quem compete a pilotagem da sociedade, tarefa que, actualmente, se tornou numa acção complexa, como temos vindo a sublinhar.

A comunicação política não reflecte pura e simplesmente o conflito estabelecido entre os actores políticos convencionais (governo, partidos, assembleias, altas magistraturas), mas é também suscitado pela própria actividade dos media e pelas reacções da opinião pública.

A capacidade de intervenção dos média é expressa pelo modo pelo qual eles são capazes de reestruturar o tempo e o carácter dos acontecimentos políticos (congressos, comícios, intervenções dos líderes, etc.); de definir as situações de crise a que os políticos são obrigados a reagir; de solicitar comentários sobre questões que os profissionais dos media considerem importantes; de injectar novas personalidades no diálogo político (como por exemplo os moderadores de TV); e de estimular o crescimento de novas empresas de comunicação (de relações públicas, de inquéritos de opinião, de propaganda política, de especialistas de imagem). Ainda que tais formas

de intervenção possam não ser bem acolhidas por alguns políticos, a índole normativa do poder dos media pode ser crucial em tempos de crise.

O fundamento da credibilidade que ainda se concede aos MCS está na expectativa acerca do papel dos seus órgãos especializados, na defesa dos cidadãos contra possíveis abusos da autoridade política, o que pressupõe também a sua independência face às forças em confronto. Naturalmente que se não contempla, neste momento, o tipo de programação massificante, constituída por telenovelas, concursos, futebol, conversas-espectáculo, realidades-espectáculo, que se destinam simplesmente à diversão do público e à sua fidelização aos canais.

9. A estrutura da audiência dos media tem sido objecto de sucessivas investigações, mas não é possível apresentá-la numa forma compreensível e útil, dada a multiplicidade dos factores que para ela contribuem, muitos deles radicando-se em níveis psicológicos profundos, em zonas do sub-consciente.

No entanto, é possível identificar alguns papéis complementares dos actores do sistema político. Assim, à expectativa do Partidário na Audiência, correspondem o Guia Editorial nos Media e a figura do Combatente nos Políticos. À expectativa do Cidadão liberal na Audiência, correspondem as figuras do Moderador nos Media e do Argumentador Racional dos Políticos. À expectativa do Monitor na Audiência, correspondem o «Cão-de-Guarda» nos Media e o Fornecedor de Informação nos Políticos. E à figura do Espectador na Audiência, correspondem a de Animador nos Media e a de Actor nos Políticos.

Este paradigma funcional ajuda a compreender o tipo de ligações que se estabelece entre os elementos do sistema da comunicação política. Assim, a integração dos elementos no sistema depende do grau de inter-relações entre os níveis, da adopção, pelos participantes no processo comum de comunicação, de orientações equivalentes, de modo a poderem intervir todos em sintonia.

O distanciamento entre os actores, ou seja entre a audiência e os media, por um lado, e entre o eleitorado e o sistema político, por outro, pode ser avaliado pelo grau de correspondência entre os papéis da audiência e os papéis dos media e dos líderes políticos. E a influência cruzada entre os vários actores deve basear-se em critérios de equilíbrio de influências e de moderação política. Se um sistema de media se baseia, por exemplo, num alto grau de autonomia política, ela permite aos profissionais da comunicação uma considerável liberdade para adoptar diferentes orientações e comportamentos.

No caso em que os objectivos de Serviço Público prevalecem nas organizações dos media, as funções de «cão-de-guarda» são preferidas pelos profissionais dos media e os membros da audiência são estimulados a

assumir o papel de Vigilante («monitor role»). Quando são os partidos políticos a controlar os media, o papel de Combatente é adoptado pelos políticos, o de Guia Editorial pelos media e a audiência é pressionada a adoptar o papel de Partidário.

Se, finalmente, os media são governados por objectivos autoritários e paternalistas, dois casos se podem dar. A audiência tenderá a seguir os media, evoluindo para os papéis de Partidário ou de Monitor; ou as expectativas da audiência entrarão em conflito com as orientações e as mensagens dos emissores e tenderão a evitar a informação política, desconfiarão dos media e sentir-se-ão alienados da política.

10. As relações entre os vários actores do sistema, porém, nem sempre são regidas por critérios de equilíbrio e moderação. Frequentes vezes, as relações desestabilizam-se e surgem situações que prejudicam gravemente quer a imagem dos políticos perante a sociedade, quer a imagem dos próprios media.

Uma das características que, por vezes, deforma a comunicação política é a hipermediatização, ou seja, uma excessiva exposição pública, seja dos políticos, seja dos comunicadores. Quando tal acontece, há uma descrédibilização dos protagonistas perante os cidadãos, que afecta a própria vivência política e que, quando instalada, tem consequências funestas para o voto dos cidadãos.

Porém, não é só a abstenção que é preocupante. O próprio diálogo socio-político empobrece e a sociedade pode passar a uma fase de desencanto e de alheamento que deslegitima o regime, como há já algum tempo referiu Habermas.

Esta confrontação directa entre os media e a sociedade é pouco saudável, porque pode dar lugar a excessos da parte dos primeiros. A nossa sociedade individualista de massa é muito sensível aos valores complementares de Liberdade e Igualdade para os cidadãos. Se os media fazem um mau uso da sua liberdade de expressão, filtrando a informação segundo maus critérios que os levem a pôr de parte temas importantes considerados incomodativos, mais tarde ou mais cedo a sociedade mostrará sinais de rejeição.

Esta situação, que é imprópria da sociedade aberta, proposta aos cidadãos como ideal a atingir pelo regime político, poderá ser corrigida pela actuação de sistemas intermédios que ajudem a sociedade a tornar-se mais consciente. Como diz Wolton, as nossas sociedades necessitam hoje mais de «mediação» do que de «mediatização». Exemplos de tais «mediadores» são as associações cívicas de toda a natureza, cuja importância num regime democrático tem sido mal avaliada. Tais organizações podem, inclusivamente, criar no diálogo social um espaço de reflexão e de recuo face à informação instantânea, que ajude os cidadãos a organizarem-se cognitivamente

e a passarem da captação da informação para a elaboração pessoal e para o conhecimento, que é o pressuposto de uma actuação democrática.

VII. A sociedade da informação

11. O conceito de Sociedade da Informação tem surgido associado à progressiva generalização dos sistemas de comunicação e dos computadores a toda a sociedade. É um conceito originariamente técnico-económico, que reflecte o objectivo final do mercado da comunicação, dirigido já não a toda a sociedade nacional, mas a todo o espaço geopolítico mundial.

Porém, à medida que uma tão grande multiplicidade de canais é oferecida aos utentes, duas grandes carências se vão tornando mais evidentes. A primeira carência, a dos Conteúdos que alimentem tantos canais, parece revelar a falta de criatividade dos Sistemas de Produção, seguramente devida não a razões pessoais, mas certamente a razões sistémicas. Na realidade, não é crível que a espécie humana esteja a perder qualidades que anteriormente se revelavam em circunstâncias diferentes.

A grande racionalização da produção, causada por perspectivas monetaristas, é certamente um dos constrangimentos à criatividade, mas haverá certamente outros, por exemplo a tendência para ignorar a nossa riquíssima tradição cultural, onde tantos temas poderiam dar origem a produções de grande interesse.

A segunda carência é talvez mais grave, porque traduz a aceitação de uma grave injustiça social. Ela resulta directamente da lógica monetarista que está a comandar a introdução de novos canais, como é o caso da TV digital, e que se orienta para estratos muito especializados da sociedade, minoritários, deixando de lado grandes domínios da população sem capacidade económica.

A possibilidade que os computadores oferecem de criação de imagens artificiais, «imagens de síntese», e a utilização da Internet para aceder a «locais» de convivência electrónica têm proporcionado a alguns espíritos especulativos o ensejo de falar no surgimento de um novo mundo «virtual», de uma nova convivência não com pessoas reais, mas com entidades artificiais.

Na realidade, é incorrecto falar em novas formas de convivialidade electrónica, já que o utilizador do computador continua a fechar-se cada vez mais sobre o teclado, o que é equivalente a fechar-se sobre si próprio.

Por estas e outras razões, Wolton propõe que, na utilização dos actuais e dos NMC, se guardem distâncias, ou seja, que se faça uma avaliação ponderada sobre as vantagens e inconvenientes que cada vez se tornam

mais evidentes e que se avance conjugando cinco verbos: distinguir, regulamentar, relativizar, retardar e revalorizar.

Distinguir primeiro entre inovação científica e inovação técnica, que nem sempre andam a par e passo, como mostra a implementação dos sistemas de fibra óptica, que não justificam de todo a euforia inicial. Depois, há que distinguir entre descoberta, aplicação e serviços. Os industriais do sector apresentam sempre uma perspectiva optimista, esquecendo-se de referir que as expectativas da sociedade nem sempre correspondem aos desejos, particularmente na assinatura de novos serviços. Outra distinção importante é entre áreas potenciais de utilização, referindo-se o trabalho à distância, os serviços, a educação, o lazer, todos ao mesmo nível. No entanto, é evidente que o acesso destas diferentes áreas às Tecnologias da Informação tem tido temporizações diferentes e intensidades diferentes, não correspondendo, em geral, às expectativas criadas.

No domínio da regulamentação, há que, decididamente, corrigir certos abusos do mercado, que tende a nivelar tudo e todos ao mais baixo nível, como é o caso da concorrência entre canais de TV. Há permanentes abusos em todas as categorias de programas, desde a informação à ficção, desde as conversas-espectáculo aos filmes.

O prejuízo que tal concorrência está a causar à sociedade, em termos de massificação e de insensibilização, é incalculável. Há que repor o respeito pelos direitos dos utentes. A relativização das perspectivas de abordagem dos NMC começa por constatar que as NTIC não resolvem melhor a relação indivíduo/massa que os media de massa. Antes pelo contrário, o vínculo social que a TV generalista ainda assegura é claramente posto em causa com os meios personalizados, como já afirmámos.

As NTIC, com efeito, não contribuem em nada para a integração cultural, uma vez que elas usam a mesma linguagem que os media convencionais e pertencem à mesma cultura. Nada de novo portanto, circunstância que nos deve levar a considerar as muitas prospectivas que se fazem sobre a sociedade da abundância de canais, como extremamente falível.

Mas retardar é também importante. Quantas vezes teremos sentido como que uma vertigem perante a aceleração dos processos de inovação, bastando recordar o que se passa com a potência e os programas dos computadores, o que nos obriga a trocar de modelo, quando o que possuímos ainda funciona satisfatoriamente... Além do mais, são situações que afectam a nossa economia pessoal e tantas vezes desnecessariamente em termos negativos.

Por último, a revalorização pode não implicar a adopção de critérios saudosistas. No entanto, reconhecemo-lo há comportamentos que temos desvalorizado injustamente, e que só temos vantagem em recuperar. De resto, a perspectiva sistémica, na sequência da biológica, recorda que o

comportamento normal dos sistemas pressupõe um ajustamento equilibrado entre herança cultural e mudança/adaptação às novas circunstâncias.

12. O mundo virtual a que as NTIC permitem aceder representa uma das aquisições da humanidade reclamada pela designada pós-modernidade. Daniel Innerarity afirma a este propósito que o acordo secreto entre filosofia pós-moderna e sociedade da informação, para desmaterializar o mundo, transformando-o em imagens, signos e representações, anulou tendencialmente a diferença entre realidade e ficção.

Toda a vida social é afectada pela nova situação e, particularmente, a vida política. À medida que avançam as possibilidades técnicas de comunicação, confirma-se o temor ante a possibilidade de que aumente também a impotência ante o engano e a simulação. A vida política passa a estar submetida a uma progressiva teatralização. Os seus pilares são a comunicação e a gestão económica e o seu destino é transformar-se em espectáculo.

Do princípio liberal da discussão pública só se mantém um simulacro, em que tudo é simbólico, até os próprios argumentos. A opinião pública é, então, uma ficção. O que há é um entrelaçado de opiniões privadas, organizadas colectivamente. Na realidade, o discurso público é uma mera aparência e o compromisso de interesses obedece à lógica do equilíbrio de forças, não susceptível de racionalização. Habermas tira destes argumentos a conclusão de que há uma crise política de deslegitimação e de desmotação na nossa sociedade tardo-capitalista.

Tendo de concluir estas reflexões sobre a Sociedade da Informação, convém fazer um recuo global e avaliar a situação à distância, segundo a proposta de Wolton. Sem dúvida que os sistemas de informação e de comunicação caracterizam a nossa sociedade e, como qualquer instrumento do homem, podem ser usados para o bem ou para o mal.

O perigo reside no modo como estão a ser usados que é o de uma perspectiva nominalista de que a filosofia da linguagem é paradigma. O nominalismo é, desde os tempos de Filopónio e de Abelardo, uma das alternativas paralelas na história da Filosofia. Os filósofos têm sabido ultrapassá-lo, recuperando os seus aspectos positivos, como sucedeu também com a Escola de Paris do séc. XIV.

O nominalismo actual começou com Descartes e *Galileu* que, na física, já foram ultrapassados pelas teorias contemporâneas. Devemos esperar que a filosofia actual encontre também uma via fecunda para o ultrapassar, na esteira de um Heidegger ou de um Husserl.

VIII. Considerações finais

13. O conjunto dos actuais media, antigos e novos, constitui um sistema complexo que hoje está repleto de contradições, intimamente associadas às contradições da nossa própria sociedade que intensamente os utiliza. Justifica-se falar numa crise mediática, pelo menos no sentido utilizado por Blumler e Gurevitch, no seu estudo sobre a comunicação política. A crise é evidente no domínio político, mas tem também incidências nos domínios psico-social e socio-económico.

Wolton acredita que ainda é tempo de recuperar o domínio dos media pela sociedade, sendo a sua argumentação fundamentada nos valores da democracia europeia. O seu melhor conselho consiste em recuperar o «distanciamento» face ao poder dos media. Mas este distanciamento face aos média só é possível no quadro de uma nova orientação do pensamento contemporâneo.

Como propõe Innerarity, há que procurar uma nova integração na unidade do mundo da vida, da ciência, da arte, da filosofia, da economia e da teoria política, contrariando o seu isolamento a partir do séc. XVI. O próprio projecto racionalista contém em si o duplo movimento de análise/síntese que não foi levado às ultimas consequências, sendo de facto a Ilustração um projecto inacabado. A síntese terá agora que ser feita, mas tal não será possível sem a adopção de uma perspectiva teleológica, baseada numa reavaliação dos valores clássicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLUMER, Jay & GUREVITCH, Michael, *The Crisis of Public Communication*, Ed Routledge, London and New York, 1995.
- BOUGNOUX, Daniel, *Crise de l'Information*, Ed. La Doc. Française, «Prolémes p/s» 737, Paris, 1994.
- INNERARITY, Daniel, *Dialéctica de la modernidad*, Ed. Rialp, Madrid, 1990.
- LOCHARD, Guy & BOYER, Henri, *La Communication Mediatique*, Ed Seuil Paris, 1998.
- WOLTON, Dominique, *Penser la Communication*, Ed. Flammarion, Paris, 1997.

AS NOVAS TECNOLOGIAS E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA COMUNICACIONAL

AUGUSTO DEODATO GUERREIRO*

Introdução

É com profunda satisfação que agradecemos o convite que nos foi formulado pelo Professor Doutor Moisés Lemos Martins, para apresentarmos uma comunicação neste «III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação – Investigação: Convergências e Desafios» (a que mui dignamente preside e cuja organização felicitamos entusiasticamente), evento de grande dignidade e de alto nível científico no qual aceitámos participar com muita honra e gratificação, sobretudo por nos ser proporcionada a feliz oportunidade de podermos conferir com a presente comunidade académica e científica (à qual pertencemos) uma vertente tifo-sócio-comunicacional nova no modo de abordagem e na profundidade da questão, cuja problemática vestimos e investigamos, e que consideramos imprescindível no horizonte das Ciências da Comunicação (nomeadamente na especialidade Comunicação e Cultura), de forma a desmistificar concepções e postulados erróneos que a ignorância intelectual (mercê da ausência de esclarecimento ou de negligência no saber) tem vindo a impor nas mentalidades ao longo da história humana, atravessando as grandes modalidades técnicas (correspondentes a outras tantas modalidades da experiência), desde a tradicional, passando pela maquínica até à cibernética.

«A ciência fornece-nos uma visão da realidade segundo a perspectiva da razão», conforme Pagels, em *Os Sonhos da Razão: o Computador e a*

* Câmara Municipal de Lisboa e ESE Jean Piaget de Almada.

Emergência das Ciências da Complexidade, publicado em 1990, «uma visão poderosa, formal e austera, mas estranhamente silenciosa a respeito de muitas das questões que nos preocupam profundamente». Acreditamos, no entanto, que, de entre as «muitas questões que nos preocupam profundamente», muitos dos esforços, empíricos e científicos, que têm vindo a ser desenvolvidos sobre a tiflogia nos irão ajudar (num futuro muito próximo) a solucionar (com uma eficácia cada vez mais aprimorada) prementes problemas que ainda condicionam as pessoas cegas na acessibilidade (com independência) à informação e à cultura.

A tiflogia não se nos apresenta propriamente como uma ciência, mas como uma posição plurifacetada, traduzida numa actividade multidisciplinar, em que convergem disciplinas do âmbito de diversas ciências (designadamente «oftalmologia e outras especialidades da ciência médica, psicologia, pedagogia, sociologia, engenharia, arquitectura, acção social, direito»), como refere Oliva, no artigo «A ACAPO e a Acção Tiflológica», publicado em Novembro de 1995, com o objectivo de se compreender integralmente «o déficite funcional motivado pela deficiência visual em todas as suas implicações intrínsecas e extrínsecas ao deficiente e procurar, na medida do possível, reduzir ou eliminar essas implicações». Esta preocupação já tornou possível um leque de conquistas, das quais já merecem destaque as seguintes:

- reconhecimento de uma configuração tipológica justificativa da separação da deficiência visual de outras deficiências, com as quais a princípio andou misturada, como a surdez e a mudez;
- definição do conceito de deficiência visual, determinação dos seus graus e tipificação dos quadros da sua ocorrência;
- desenvolvimento de métodos, técnicas e ajudas tiflotécnicas, especialmente no âmbito de actividades de índole tiflopedagógica e tiflolaral;
- reconhecimento do direito à orientação e mobilidade em segurança na via pública e nos transportes públicos;
- distinção e caracterização do segmento da hipovisão, com a adopção de técnicas e equipamentos apropriados;
- direito ao acesso à informação, ao esclarecimento, à fruição de bens culturais e artísticos, à prática desportiva, ao apoio à terceira idade, à preparação familiar, ao enquadramento legislativo sectorial, etc.

«A razão sonha com um império do conhecimento, uma mansão da mente. Contudo, por vezes acabamos por viver numa choupana ao lado da mansão»(Pagels, 1990). Ignora-se a «mansão» ou aspectos dela inte-

grantes que em muito poderiam contribuir para o nosso esclarecimento, fundamento da razão e do sonho. «O futuro, como sempre, é dos sonhadores». A razão mergulha-nos nesse «império do conhecimento» e o sonho impele-nos à descoberta, não nos esquecendo de que deve ser o Homem a manter-se como «medida de todas as coisas», porque, estamos convictos, nada poderá jamais substituir as suas capacidades criadoras, a sua inteligência e a sua sensibilidade, parafraseando Lussato, em *O Desafio Informático*, publicado em 1982.

A capacidade criadora, a inteligência, a consciencialização e a sensibilidade do Homem constituem o móbil e a inexpugnabilidade da evolução do mundo e do progresso a todos os níveis, do redimensionamento e da ampliação de potencialidades e capacidades humanas, da transformação das mentalidades. E aí temos a ciência e a técnica informáticas a ajudar a operacionalizar com mais eficácia e rapidez a vida das sociedades, em especial das pessoas com dificuldades específicas, nomeadamente no acesso à informação e à cultura, de cuja tecnologização específica, no plano da suplência sensorial e comunicacional, para as pessoas cegas nos ocuparemos nesta intervenção.

A suplência tiflo-sócio-comunicacional e interactiva mediante o contributo informático tecnológico: algumas reflexões de índole tiflológica

São as ausências sensoriais (provavelmente mais as consideradas superiores numa acepção aristotélica) que estimulam e ajudam a desenvolver as que restam (refinando-as), o que promove o desenvolvimento da suplência dos sentidos, imprimindo-lhe, de forma natural ou virtual, as indispensáveis funcionalidade e operacionalidade na interação humana. Cabe aqui citar Carlos Queiroz (1907-1949), que escreveu:

*«Ver só com os olhos
É fácil e vão:
Por dentro das coisas
É que as coisas são».*

Não obstante reconhecermos ser de crucial importância a amplitude específica da perceptibilidade exteroceptiva, propioceptiva, interoceptiva e comunicativa, para a qual nos remetemos estas palavras preambulares, o que pretendemos comprovar, numa dimensão mais tecnologizante da suplência sensorial nas pessoas cegas, é que a técnica actual não pode ser vista como simples «instrumento», mas como algo que afecta a totalidade da experiência humana. Trata-se de partir da experiência, e isso obriga a

reconhecer, seguindo Mcuhan, que os meios de comunicação constituem autênticas próteses e extensões de infinito alcance para o Homem.

Circunstanciando-nos às pessoas cegas, deram-se os primeiros passos neste domínio, com Valentin Haüy, depois com Barbier de la Serre, surgindo no final da terceira década do século passado, com Louis Braille, a primeira ferramenta verdadeiramente «revolucionária», virada para a sensibilidade táctil, a despeito de implicar uma longa e renhida luta para que as pessoas normovisuais com responsabilidade na educação das pessoas cegas se rendessem à excelência do Sistema Braille. Ampliou-se a acessibilidade à informação, com o aparecimento de livros em formato áudio nos Estados Unidos, nos princípios da década de trinta do século XX, possibilitando as novas tecnologias, actualmente, o acesso a outro suporte de informação (o informático), fantásticamente promissor para as pessoas cegas, embora ainda reúna aspectos não testados, de forma a retirar-se-lhe todas as potencialidades que encerra.

Apesar de os equipamentos informáticos estarem em permanente evolução (inovações que a maior parte das vezes comprometem o acesso já conquistado), a verdade é que hoje uma pessoa cega que utilize equipamentos informáticos poderá aceder a um volume inexaurível (inimaginável para a generalidade dos cidadãos) de informação, podendo compilá-la, citá-la, reformulá-la, produzir nova informação, imprimir-la, difundir-la (até por via telemática), em caracteres comuns, em braille ou em formato electrónico, o que lhe abre um vastíssimo campo de possibilidades, já difícil de avaliar presentemente (1)-(2).

A revolução informática, do ponto de vista do utilizador, é simples e não exige grandes conhecimentos. Basta a utilização de um processador, de uma base de dados e de uma folha de cálculo, o manuseamento dos comandos simples e de alguns programas utilitários, para se poder entrar nesse mundo fantástico da informação.

No que se refere aos diferentes equipamentos de acesso (sintetizadores de voz, linhas braille e ampliadores de caracteres), são apenas diferentes formas de aceder ao discurso informático, optando cada pessoa pelo interface que melhor se ajuste às suas capacidades e/ou possibilidades económicas (1)-(3).

Sem nos rendermos a um optimismo fácil, parece-nos legítimo concluir que a informática proporcionará, progressivamente, transformações importantes no futuro das pessoas cegas. Ao garantir-lhes uma maior autonomia no acesso à informação, a formação e a educação passarão apenas a depender da vontade, da capacidade e do empenho de cada pessoa deficiente visual.

Mas outros itinerários se abriram recentemente às pessoas cegas, os da *Internet*, desde que se observem as adequadas e específicas normas de configuração no cibertexto. Saber como guardar a informação, se em casa

em CD-ROM, ou numa gigantesca biblioteca com a dimensão do universo a que se tem acesso directamente de casa, ou de outras formas ainda não imaginadas ou consumadas, é uma questão, nalguns casos, que também já lhes é acessível com perfeita independência e autonomia.

No que respeita às imagens, é sempre aconselhável elaborar-se uma página alternativa em modo texto (deveria haver mesmo legislação rigorosa de carácter internacional que impusesse essa alternativa), de forma a que as pessoas cegas tenham a descrição da imagem transmitida. Isto porque os *softwares* especiais para voz sintetizada e para braille ainda não descodificam (muito provavelmente nunca descodificarão) imagens, mapas, esquemas... É neste domínio que os responsáveis pela acessibilização da informação e da cultura a todos os indivíduos (sem marginalizações) têm que se manter permanentemente atentos, no sentido de que (e sempre) a evolução informático-tecnológica, no campo da imagem, se processe com alternativas que permitam às pessoas cegas uma perfeita independência e autonomia no acesso à informação sucessivamente disponível no ciberespaço. Nesta acepção, já em Portugal (o primeiro país europeu a tomar a iniciativa nestas questões) se estuda e está em implementação a adequação da *Internet* a necessidades especiais, a cargo do GUIA – Grupo Português pelas Iniciativas em Acessibilidade, que é uma associação nacional, da responsabilidade do Eng.º Francisco Godinho, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, cujo *site* é www.acessibilidade.net.

Estamos hoje em contacto permanente e instantâneo com uma multiplicidade de mundos da experiência que se situam fora do horizonte da nossa percepção espontânea, fazendo com que a nossa percepção da realidade ultrapasse cada vez mais as barreiras de espaço e de tempo que delimitam os quadros de referência da nossa percepção da realidade e as fronteiras do nosso mundo (4). Complexos e sofisticados dispositivos de informação, como o telefone, o cinema, os jornais, a rádio, a televisão, os satélites de telecomunicações, o telefax, o correio electrónico, os discos compactos, o computador, as redes e os sistemas integrados de serviços telemáticos, fazem parte do nosso dia-a-dia, definem novos horizontes da nossa experiência, alargando a esfera de percepção e de intervenção no mundo, elaborando a nossa própria representação da realidade.

Hoje em dia, sem sairmos do nosso quarto ou da nossa sala de estar, os sistemas de informação põem o mundo inteiro ao nosso alcance. É por isso que, hoje, dificilmente poderíamos imaginar a nossa vida sem estes dispositivos mediáticos que passaram a fazer parte integrante dos nossos próprios órgãos de percepção, da perceptibilidade dos nossos sistemas sensoriais. O telefone e a rádio são autênticas próteses auditivas do homem do nosso tempo (a que as pessoas cegas, mais do que ninguém, recorrem, para também ampliarem e sedimentarem conhecimentos), a televisão projecta a nossa visão (o nosso conhecimento, o nosso saber) até aos confins do

planeta, os computadores substituem cada vez mais a componente mecânica da nossa memória e facultam, sobretudo às pessoas cegas, uma extraordinária extensão dos sistemas sensoriais (principalmente do tacto e do ouvido), da perceptibilidade exteroceptiva, da atenção e intuição, da mente e da consciencialização, mediante o contributo da informática e das novas tecnologias dela decorrentes, os *softwares* e os interfaces específicos. Os dispositivos electrónicos da informação permitem ultrapassar cada vez mais as limitações do espaço, do tempo e dos *handicapes* que, até há pouco tempo, nos mantinham relativamente confinados à comunidade (segregacionista ou não) que nos tinha visto nascer, viver (ou vegetar), crescer e perecer.

Neste universo de grandes e espantosas afirmações, as questões comunicacionais ligadas a algumas pessoas com determinadas deficiências surgem, por vezes, problemáticas por sua própria natureza. Estas pessoas, à partida, oferecem (nalguns casos) sérios obstáculos e profundas desvantagens para que o percurso do seu desenvolvimento cognitivo e comunicacional se processe minimamente equilibrado e coerente.

Por força dos resultados experienciais e culturais, bem como das «conquistas» no âmbito da informática e das novas tecnologias dos últimos tempos, quanto à importância fundamental da comunicação no desenvolvimento pessoal e social, os técnicos interventores nos domínios da deficiência e da reabilitação só muito recentemente despertaram para esta vertente principal e tão indispensável na sua intervenção e imprescindível para a prossecução dos objectivos da equiparação de oportunidades em toda a sociedade humana. E nós facilmente deduzimos quanto representa e quão gratificante é para os cidadãos portadores de deficiência sentirem que são entendidos e aceites sempre que tentam comunicar! Quanto mais extenso e aprofundado é o acto comunicacional destas pessoas (as que apresentam significativas dificuldades sobretudo ao nível cognitivo), mais extensa e aprofundada se enraíza a sua integração em todos os domínios da vida social.

Estamos cientes de que as vantagens da tecnologização da tiflografia e da acessibilidade da informação às pessoas cegas ampliam a sensibilidade táctil, porventura já aumentada (no plano da exterocepção e antecipação perceptiva), em que determinados receptores sensoriais exteroceptores – células nervosas especializadas – informam com mais precisão o sistema nervoso central sobre o estado do ambiente (externo ou orgânico) ou sobre as alterações deste estado sob a actuação de estímulos (conforme referem English and English, 1964, e Schmidt, 1980).

Cabe aqui referir que, no plano social, o ouvido escorreito representa para o indivíduo um factor indispensável, para se relacionar com o seu semelhante e não ficar isolado numa comunidade em que, para chegar à compreensão do mundo que o envolve, necessita da sensibilidade, da

audibilidade e da inteligibilidade que só o complexo mecanismo da audição, da cultura da escuta, lhe permite adquirir. O sentido da audição está intimamente ligado à personalidade humana, em relação com as funções psíquicas do indivíduo, e fundamentalmente ligado ao percepcionamento das coisas numa enorme diversidade, podendo a pessoa cega ouvinte, desde que os sistemas acústico-sensorial e da perceptibilidade dos sentidos não se achem obstruídos ou condicionados por quaisquer circunstâncias, ter a noção exacta do espaço e dos obstáculos à sua volta, numa dimensão pluri-direccional e multidimensional.

Para conferirmos a necessária pragmaticidade a esta questão, temos vindo a desenvolver a importância da adequação das novas tecnologias, a aprofundar evoluções do braille à braillo-informática e da informação analógica à digital (ou informação estruturada), do equipamento informático específico de leitura e de escrita cada vez mais ajustado às necessidades especiais, dando relevo às perspectivas actuais da acessibilidade da informação, no plano informático-tecnológico, o que faculta às pessoas privadas da sensibilidade visual um futuro de maior e independente acessibilidade à informação e à cultura, de uma maior e eficiente autonomia, independência e interacção, de uma mais ampla comunicabilidade e socialidade, de uma mais profícua actividade sócio-intelectual e sócio-profissional, «satisfazendo naturais exigências pessoais e sociais, conforme o que defendemos no livro *Para uma Nova Comunicação dos Sentidos: Contributos da Tecnologia da Tiflografia para a Ampliação dos Processos Comunicacionais*, que sairá em Dezembro próximo.

É neste contexto que importa inscrever as incidências do progresso das novas tecnologias da informação que vieram dar novos rumos ao mundo, neste caso, da reabilitação, designadamente a computadorização, as ajudas técnicas e outros meios auxiliares de processos comunicacionais, em especial da leitura e da escrita. Cada pessoa com deficiência pode desenvolver ao longo da sua vida, em consonância com as suas capacidades designadamente cognitivas, o seu próprio sistema de comunicação constituído por formas verbais e não verbais, orais e não orais, através do som, da escrita, dos gráficos, dos movimentos corporais, de modo variável e evolutivo.

No que concerne ao sistema de comunicação das pessoas deficientes visuais, cujo contacto com o mundo exterior se estabelece fundamentalmente por intermédio dos sentidos do tacto e do ouvido, do odorato e até do gosto, simultaneamente com o cultivo e exercício da perceptibilidade dos sistemas sensoriais, foram desenvolvidas as capacidades tácteis e auditivas, hoje maximizadas com o contributo informático-tecnológico, sendo possível aceder automaticamente aos textos em caracteres comuns através de terminais braille e/ou de voz sintética, ou de *softwares* especiais para

ampliação dos caracteres vulgares de forma a poderem ser lidos por pessoas amblíopes, entre os quais destacamos:

- O novo Braillex EL 2D 40, da F.H. Papenmeier, que tem incorporada uma «barra de acesso fácil», a qual permite navegar pelo ecrã sem tirar as mãos de cima da linha braille.
- Magnilink, que possibilita às pessoas com resíduos visuais experimentar os circuitos internos de TV Colibri, da Low Vision International.
- O novo LP DOS/Windows e o Lunar 95, sistemas de ampliação muito versáteis que se ajustam facilmente às necessidades do utilizador, e que substituem, com vantagem, o novo sistema de ampliação que a Microsoft colocou no Windows 98.
- O leitor de ecrã Supernova, da Dolphin Computer Acess, que trabalha com linhas braille (designadamente Alva e Brailex) e com sintetizadores de voz (entre os quais o Apolo e o Orpheu), tendo também ampliação de caracteres.

Presentemente, a oralidade, em casos especialmente justificados, também ganha uma esperança de vida incomensurável, durativizável pela acção das potencialidades das novas tecnologias da informação, as quais vieram revolucionariamente contribuir para a inovação e ampliação do horizonte das artificialidades da linguagem e, por consequência, possibilitar a acessibilidade de todos os cidadãos, escorregados ou não (salvo as óbvias excepções), ao inexaurível universo da comunicação e da cultura da sociedade contemporânea. Estamos na era da linguagem integrada e da respectiva tecnologização, encontrando-se as pessoas portadoras de deficiência (designadamente as deficientes visuais) cada vez mais integradas no mundo da informação, como utilizadoras (mesmo como produtoras ou programadoras) deste universo comunicacional (1).

As potencialidades das tecnologias da informação na acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência à comunicação e à cultura é, presente-mente, um universo rico de inovação, o que nos tem incentivado a aprofundar neste domínio científico o processo de sociabilidade, comunicabilidade, mobilidade, de autonomia e interacção das pessoas cegas na sociedade, com fundamental incidência na perceptibilidade dos sistemas sensoriais alternativos ao da vista, equacionando a interligação sensorial e a percepção háptica, na tiflografia e braillogia, numa perspectiva logográfica e histórico-cultural, atribuindo especial relevância às vantagens da tecnologização da tiflografia, como inquestionável instrumento intelectossocial integrador destes indivíduos na cultura actual. Ao mesmo tempo, estamos cientes de que o braille e a sua tecnologização constituem, de certo modo,

uma nova linguagem que vem acrescentar funções tácteis a uma linguagem puramente cerebral, intelectual, que era a oralidade, embora a oralidade pressuponha uma certa tactualização, tendo o braille, na escrita moderna, a vantagem de acrescentar uma modalidade sensorial que tem estado quase completamente afastada das ciências da comunicação: o sentido do tacto, pelo qual passam todos os outros sentidos e que protagoniza a dor e o prazer e os ingredientes constitutivos da excelsa beleza, ou da abominável saturação, que culminam no intelecto (5)-(6).

Na realidade, a utilização das novas tecnologias da informação é de indiscutível interesse para formação e conseqüente integração das pessoas cegas, aos mais diversos níveis. Não obstante as enormes vantagens trazidas pelas novas tecnologias da informação para o processo de informação, formação e integração sócio-profissional das pessoas cegas e amblíopes, importa manter uma permanente atenção sobre o sentido da evolução tecnológica, para impedir que ela se transforme em mais um factor de segregação. São as entidades competentes (oficiais e particulares) que deverão promover acções de formação que garantam a difusão das técnicas e meios informáticos de acesso à informação e que deverão combater o fenómeno da info-exclusão e ciber-exclusão, designadamente através da rede de centros de formação da Fundação para as Novas Tecnologias. Recentemente, tam-bém a «Conferencia Iberoamericana del Braille», realizada em Buenos Aires nos dias 14 a 17 de Setembro de 1999, reconheceu a imprescindibilidade das novas tecnologias, com os necessários ajustes, ao serviço das pessoas cegas de todo mundo.

Cientes de que alguns autores defendem com inquestionável rigor científico o problema da linguagem, tendo por detrás a ideia da teoria da visão, muito embora reconhecendo essa incontestabilidade, procuramos justificar um alargamento do paradigma da comunicação, uma vez que a comunicação é algo de um pouco mais complexo, interagindo em nós alguns dos seus elementos de forma quase inconsciente, pelo que propomos um modelo alargado, a partir de conceitos redimensionantes que apresentamos – o da visão, o da perceptibilidade dos sentidos (no que se integram a atenção e a sensibilidade aumentadas) e o da tecnologização da informação, sobretudo da tiflografia – radicados nos restantes sentidos, para compensarem a ausência da visão, dando-nos hoje as novas tecnologias não só um suplemento da visão, como uma visão mais completa das coisas, criando, sobretudo para as pessoas cegas, uma «visão» em alternativa e desinibida de metaforicidades (1).

Em suma, as tecnologias, mais do que instrumentos, são configuradores da experiência, podendo reforçar o humano, mas podendo também pô-lo em causa (7). Deste ponto de vista, elas têm de ser integradas num complexo que articule as tecnologias e os seus interfaces com os sentidos e o mundo. Trata-se, em certa medida, de uma questão de índole técnica e

de um suplemento dos sentidos, mas, essencialmente, de usar as possibilidades técnicas para criar novas formas de experiência, novas formas de vida.

Sabemos que toda a solução dada a um problema levanta novos problemas, principalmente quando o problema original é profundo e a solução apresentada é corajosa (Karl Popper, 1982). Na verdade, não temos dúvidas de que nos impulsiona uma grande ansiedade e coragem para aprofundarmos esta questão, mas também não temos igualmente dúvidas de que investigamos esta problemática animados pela prudência e pela consciencialização da sua complexidade tiflológica no âmbito das ciências da Comunicação, propondo a inclusão e sistematização de uma vertente comunicacional nova a descoberto neste domínio.

Embora o mundo nem sempre mude com uma mudança de paradigma, contudo, depois dessa mutação, estamos convictos de que o cientista passará a trabalhar num «mundo diferente» (Thomas Khun, 1996).

Desde a mais remota antiguidade que se entende que cada pessoa é um universo inexaurível de descoberta. O tacto dos nossos sentidos, a maravilhosa faculdade que é a percepção dos sentidos – designadamente desde a fenomenologia da percepção à teoria dos sentidos, até aos contributos das psicologias da estrutura e da psicologia genética, bem como, mais recentemente, da realidade virtual, que nos demonstra a existência de cinquenta e cinco sentidos (em vez de, apenas, os cinco clássicos) – que todos possuímos, tem sido profunda e injustamente subjugada pela hipervalorização do sentido da vista. Quisemos acordá-la, libertá-la, reabilitá-la e conferir-lhe o poder a que ela tem direito, poder que ela sempre teve, mas que nunca lhe foi reconhecido. Temos agora a gratificante e feliz oportunidade de o demonstrar e apercebermo-nos de quão importante e imprescindível ela é para todos nós, sobretudo como fenómeno tiflo-sócio-comunicacional e tiflo-interactivo.

Conclusão

A capacidade criadora, a inteligência e a sensibilidade do Homem constituem o móbil e a inexpugnabilidade da evolução do mundo e do progresso a todos os níveis, do redimensionamento e da ampliação de potencialidades e capacidades humanas, da transformação das mentalidades. E aí temos a ciência e a técnica informáticas a ajudar a operacionalizar com mais eficácia e rapidez a vida das sociedades, das pessoas com disfunções sensoriais e as conseqüentes dificuldades específicas, designadamente no acesso à informação e à cultura, lacuna que, sobretudo nos nossos dias, tem vindo a ser progressivamente colmatada com o fabuloso contributo da informática e das tecnologias dela decorrentes.

As perspectivas actuais na acessibilidade à informação e à cultura, no plano informático-tecnológico, enunciam, para as pessoas privadas da sensibilidade visual, um futuro de maior e independente acessibilidade a esse inexaurível universo, de uma mais ampla interacção humana, mas cujo progresso dependerá sempre das permanentes actualização e adequação da operacionalidade e funcionalidade informático-tecnológicas, reconfigurando, em ajustadas alternativas, a predominante tendência para se privilegiar, cada vez mais, a imagem.

Mas a cultura dos sentidos, que se traduz na ampliação da sua perceptibilidade, maximizada pelo contributo informático-tecnológico, leva-nos à concepção e construção de um novo olhar sobre as potencialidades sensoriais (num mundo diferente sem info-exclusões) na sociedade que todos constituímos e somos, emergindo um novo (porque inclusivo e alargado) paradigma comunicacional.

A investigação, estudo e sistematização desta vertente comunicacional alternativa, sobretudo para as pessoas privadas do sistema sensorial visual, preenche uma lacuna – cuja existência consideramos inadmissível na viragem do milénio – no horizonte das Ciências da Comunicação, antecipando novos rumos da sua objectivização para que a identidade e o saber se renovem, se intensifiquem e se ampliem. Vestimos esta problemática, queremos compartilhá-la para, com essa partilha, desmistificarmos concepções desconexas e sem fundamentação experiencial e teórica, dando corpo iniludível a este tão esquecido (ou negligenciado) domínio tiflo-sócio-comunicacional e tiflo-interactivo, investigação que constitui um marco histórico nas áreas da Tiflogia e das Ciências da Comunicação.

Nesta perspectiva, propomos a inclusão nos currículos académicos dos cursos de Ciências da Comunicação uma vertente comunicacional que contemple a global perceptibilidade sensorial e as línguas naturais e as linguagens artificiais especiais, reconfigurativizando a abrangencialidade do paradigma comunicacional, ampliando-o com a inclusão da língua gestual (língua natural para as comunidades surda e surdocega) e linguagens artificiais – designadamente tiflografia (braille e braillo-informática), para as pessoas cegas e eventualmente surdocegas, dactilologia, para as pessoas surdocegas, sistemas de comunicação por imagens (em especial pictogramas e ideogramas), para as pessoas do universo da deficiência mental (média, ligeira, profunda e multideficiência) – de forma a que ninguém (se assim o entender) futuramente venha a concluir uma licenciatura nesta área desconhecendo processos comunicacionais indispensáveis ao progresso das sociedades e do mundo no plano da interacção humana aos mais diversos níveis.

Em suma, o que importa é sairmos de uma certa utopia, sem a abandonarmos, porque nos alimenta o imaginário e nos retempera a esperança (não sonhar sem realmente conhecer, mas conhecer efectivamente para

sonhar depois e revolucionar então), e mergulharmos na realidade, no possível, vencendo determinadas fantasias e conquistando aspectos importantes quer para a educação integral quer para a educação e cultura nos grandes valores – verdade, justiça, solidariedade, porque não também serviço, respeito pelo outro, esperança... – valores que engrandecem as pessoas e a sociedade, numa visão global da pessoa humana, da sociedade, da ciência, do mundo e da vida, à luz de um sistemático debate e interiorização dos nobres e altos, vivificantes e frutíferos valores espirituais, morais e cívicos (8).

A utopia é cultura, não há cultura sem utopia: somos impelidos pela utopia e disciplinados pela cultura. O ser humano está em permanente busca do mais ser, o que nos remete para a premente necessidade de se criarem as necessárias condições para que todo o nosso corpo possa «ver» e comunicar, fruir a excelsa beleza da vida que é de todos nós, que todos constituímos e que somos capazes de melhorar em favor de todos, sem exceções.

Na realidade, e rematando de forma propositadamente metafórica – porque reconhecemos a força e o alcance que representa a metaforicidade (como determinada poesia) na expressão do pensamento –, **TODO O NOSSO CORPO VÊ:**

*Desconstruo um conceito de visão
Em favor de outro às vezes hibernado:
Desperto outros sentidos noutra ver.
Desipervalorizo a sensação
De aos olhos tudo estar subordinado:
Todo o corpo se vê e vê acontecer.
Todo o corpo está em busca do mais ser!*

«Os dados estão lançados». Reforçando este remate também existencialista, havemos de fazer mais em prol da dignificação da pessoa humana e do conseqüente engrandecimento da sociedade e do mundo, todos (sem exclusões), havemos de «ver» para melhor crer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) GUERREIRO, Augusto Deodato – *Para uma Nova Comunicação dos Sentidos: Contributos da Tecnologização da Tiflografia para a Ampliação dos Processos Comunicacionais*. Lisboa: SNRIPD, no prelo.
- (2) KURZWEIL, Raymond – «El fin de las minusvalías: una excursión al siglo XXI» in *Los Ciegos en el Mundo*. Madrid: Secretaría de la Unión Mundial de Ciegos, n.º 12 Julho 1994-Março 1995; p. 69-123. (Edição em braille).
- (3) CRANMER, Tim – «La tecnología: un denominador común» in *Los Ciegos en el Mundo*. Madrid: Secretaría de la Unión Mundial de Ciegos, n.º 12 Julho 1994-Março 1995; pp. 49-65. (Edição em braille).
- (4) RODRIGUES, Adriano Duarte – *Comunicação e Cultura: A Experiência Cultural na Era da Informação*, Lisboa: Presença, 1994.
- (5) GUERREIRO, Augusto Deodato – «O som e a suplência dos sentidos como meio de sociabilidade e interacção humana: notas para uma reflexão aprofundada sobre vertentes tifológicas», Comunicação apresentada na *XII World Conference of DBI*, organizada pela Casa Pia de Lisboa e realizada nos dias 20 a 25 de Julho de 1999. (No prelo)
- (6) GUERREIRO, Augusto Deodato – «Cultura dos sentidos e ampliação do paradigma comunicacional: uma vertente especial na interacção humana», Comunicação apresentada no *I Congresso Internacional de Motricidade Humana*, organizado pela Sociedade Portuguesa da Motricidade Humana e realizada nos dias 24 a 26 de Setembro de 1999 no Complexo de Ensino Superior Jean Piaget de Almada.
- (7) MIRANDA, José A. Bragança de – *Traços: Ensaios de Crítica da Cultura*, Lisboa: Vega, 1998.
- (8) GUERREIRO, Augusto Deodato – «Cultura e Interacção social: vertentes especiais», *Comunicação apresentada no III Colóquio Temático: Lisboa – Utopias na viragem do milénio*, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa e decorrido de 30 de Junho a 2 de Julho de 1999. (No prelo).

MULHER E TECNOLOGIA

BETÂNIA MACUEL DE ARAÚJO*, CONCEIÇÃO A. SANCHES*
e TÂNIA LOPES*

RESUMO

A pesquisa é um mapeamento da situação da mulher na era das grandes tecnologias em que se vive. A intenção é mostrar a evolução da mulher no setor produtivo da sociedade, como ser que saiu da esfera doméstica, para desempenhar um papel distinto do que lhe foi delegado ao longo da história.

1. Introdução

Desenvolver um trabalho acadêmico sobre a temática Mulher e Tecnologia não é tarefa das mais fáceis, em razão da frugal literatura sobre o assunto. Encontra-se uma vasta obra bibliográfica relativa às questões de gênero, contrapondo a situação feminina à masculina, mas são poucos os trabalhos relacionados com a mulher no campo científico-tecnológico, a razão desse trabalho.

Inicialmente, fez-se uma pesquisa de cunho exploratório com o intuito de averiguar a literatura disponível, buscando fontes junto das bibliotecas e da *Internet*. O material mais significativo foi encontrado nos periódicos especializados em informática.

* Universidade Metodista de S. Paulo.

O trabalho faz um mapeamento da situação da mulher na era das grandes tecnologias. Uma pesquisa dessa natureza é assaz importante em razão do parco material disponível sobre a temática e em função do *boom* tecnológico em que a sociedade vive. Fazer uma pesquisa com o objetivo de constatar a natureza da relação mulher/tecnologia, além de revelar-se inédita, é um ponto de partida para que trabalhos mais elaborados sobre o assunto possam ser desenvolvidos.

A intenção é mostrar a evolução da mulher no setor produtivo da sociedade, como ser que saiu da esfera doméstica (até certo ponto) para desempenhar um papel distinto do que lhe foi delegado ao longo da história.

2. O mundo tecnológico

Para entender o contexto social, cultural e econômico em que se insere a mulher na era tecnológica, torna-se importante registrar o desenvolvimento das sociedades, que se acelerou na segunda metade do século XX.

O período da existência do homem sobre a Terra abrange quase dois milhões de anos. As culturas de coleta e partilha constituíram o mais longo núcleo dessa existência. As culturas de caça não têm mais do que quinhentos mil anos e as horticulturas uns cinqüenta mil. A história que começa com o patriarcado e as sociedades agrárias tem aproximadamente dez mil anos, e a industrialização apenas duzentos.

O primeiro conceito que surge em relação às mudanças de fase que se fizeram presentes em cada período da humanidade é o de que existe um fenômeno de «aceleração» histórica¹. Para Muraro, esta aceleração é também tecnológica.

Ao período da coleta correspondeu a aquisição da fala, da posição ereta, dos primeiros instrumentos de ataque e defesa. Até se chegar às culturas de caça, com seus machados de pedra lascada, e ao fogo, à roda, às cestas, foi necessário um milhão e meio de anos.

«A cada fase diferente da relação dos seres humanos com o meio ambiente (coleta, caça, horticultura, pastoreio, agricultura, industrialização) constitui um avanço de tecnologia.»

Depois, vieram a horticultura, a cerâmica, os arcos e flechas, agulhas, culto aos mortos, os primeiros esboços de arte, a domesticação de animais, etc., conquistas específicas da fase neolítica.

¹ MURARO utiliza essa expressão no livro *A Mulher no Terceiro Milênio*. 2.^a ed. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 1992, p. 147.

Nas sociedades agrárias, a humanidade dá o seu segundo grande salto, que foi a conquista da palavra falada e as técnicas de coleta, quando passa da animalidade à humanidade. Na Renascença, prenuncia-se a Industrialização. Nasce a ciência como é conhecida hoje. A Terra já não é o centro do universo. A sociedade passa de teocrática a secular.

No século XIX, constroem-se as grandes cidades, a população mundial explode, atingindo o primeiro bilhão de habitantes. As estradas de ferro aceleram o progresso, bem como o telefone, o telégrafo, etc. No fim do século, inventam-se o automóvel, o avião e a história acelera-se mais ainda, na primeira metade do século XX, quando aparecem o rádio e a televisão.

No entanto, a invenção mais importante do século XX dá-se na área da eletrônica. Em fins da década de quarenta, Norbert Wiener lança as bases da nova ciência, a cibernética, e constrói o primeiro computador, no início da década de cinquenta.

3. Mulher e tecnologia

Esther Herráes² considera que a presença feminina na ciência e tecnologia é uma quebra de paradigma. Este fato justifica-se em decorrência do desigual acesso educacional do sexo feminino no mundo. Fazer um balanço de como esse acesso educacional se expressa, sem cair no exagero, é extremamente difícil.

Durante a IV conferência Mundial sobre as Mulheres no Mundo, os países participantes chegaram a um dado digno de reflexão. Constatou-se que dos 100 milhões de crianças que não têm acesso ao ensino básico, 60% são meninas e que 2/3 da população analfabeta adulta é composta por mulheres. É óbvio que, mundialmente, a situação da mulher apresenta-se distinta entre os países. No primeiro mundo, existe um equilíbrio no acesso educacional, o que não se expressa nos países subdesenvolvidos.

Para as feministas, o acesso às atividades tecno-científicas pressupõe a adoção de medidas corretivas em dois níveis. Primeiramente, a «implantação de políticas específicas de codificação seguidas de uma alteração metodológica que vise à mudança de valores e da mentalidade do sistema educacional, haja vista que o atual modelo foi, primeiramente, concebido para uso exclusivo dos meninos e, embora tenha sido, posteriormente, estendido às meninas, isso foi feito sem nenhuma modificação»³.

² Doutora em Ciências Químicas, Professora de Física e Química de Educação Secundária.

³ Da obra *La Formación científica de las mujeres. Por que hay tan pocas científicas?* (UNESCO, p. 7).

A UNESCO tenta inserir a figura feminina no cenário das ciências e tecnologias, em virtude da forma esporádica como a sua presença vem sendo pontuada nestes campos específicos. Na Conferência de Pequim, realizada em 1995, constatou-se que a participação feminina em ciência e tecnologia não evoluiu e, em alguns casos, houve retrocesso, se comparada a 1985, uma vez que não supera os 35% em níveis de baixa responsabilidade, alcançando 5% ou 10% em postos de envergadura nacional. Para mudar esse quadro, a UNESCO vem oferecendo programas com a temática Mulher, Ciência e Tecnologia, com o objetivo de inserir a mulher na utilização das tecnologias disponíveis e no acesso ao fazer ciência.

3.1 Rompendo barreiras

Estudos da Fundação Americana de Mulheres de Negócios estimam que existam hoje 9,2 milhões delas exercendo cargos de liderança em organizações de informática no mundo todo ⁴.

Esse fato explica-se, segundo os estudos, em razão de, no universo dos *bytes*, ser raro encontrar profissionais com mais de vinte anos de experiência. Na hora de competir no mercado de trabalho por cargos de alta envergadura, a mulher não encontra um concorrente de terno e gravata com o dobro de sua experiência. Compete, relativamente, nas mesmas condições. Há cinco anos, as executivas representavam 8,3% dos postos de chefia dentro de multinacionais de tecnologia. Em 1996, esse número saltou para 10,2%, segundo o Instituto Americano Catalyst.

De acordo com José Pastore ⁵, professor de Relações de Trabalho da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, as pesquisas recentes comprovam que as empresas que investem em mulheres têm retorno maior. Uma razão é que elas têm melhor formação acadêmica que os homens ⁶. Um outro ponto é que são consideradas mais perseverantes, detalhistas e pacientes.

Ainda assim, seus salários ficam abaixo dos que são pagos aos homens. De entre as engenheiras e técnicas do Estado de São Paulo, apenas 30% ganham mais de 2.400 reais por mês, enquanto mais da metade dos homens com a mesma formação tem contracheque acima desse valor, de acordo com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de São Paulo (CREA).

⁴ Retirado da *Revista Exame Informática* n.º 145. São Paulo. Abril de 1998, pp. 106-107.

⁵ Retirado da *Revista Exame Informática* n.º 145. São Paulo. Abril de 1998, p. 107.

⁶ De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, as brasileiras passam em média 5,7 anos nos bancos escolares, contra 5,4 da população masculina.

3.2 Usando a Internet

No ano 2000, a estimativa de participação da mulher na *Internet* é de 48% dos usuários, segundo o Stats ([www.e.land.com/e-Stat pages/e-stat-main.html](http://www.e.land.com/e-Stat/pages/e-stat-main.html))⁷, o que significa 52,4 milhões de internautas acessando a rede. Esse dado reflete o aumento crescente que o sexo feminino vem tendo como usuária deste tipo de tecnologia. Há dois anos, elas representavam 24% e, em 1998, este número já havia saltado para 39%.

Em uma pesquisa feita nos Estados Unidos pela NetSmarth⁸ (www.netsmart.research.com), coordenada pela psicóloga Bernardet Tracy, chegou-se à conclusão que, em 2005, a maioria dos usuários do mundo digital serão mulheres.

Conforme a pesquisa, a mulher acessa a *Internet* buscando informação. Nesse sentido, como um instrumento de trabalho e estudo, aproveitando-a, também, para fazer compras sem sair de casa. Os homens norte-americanos acessarão a Rede com a finalidade de entretenimento. A prioridade da mulher em utilizar os serviços tecnológicos como uma ferramenta de trabalho explica-se pelo fato de, nos EUA, ela ser a responsável pelo controle da economia doméstica em 70% dos lares. Por essa razão, estaria mais interessada na difusão dos serviços *on-line*.

De acordo com as pesquisas da diretora da Unidade de Pesquisa sobre Cultura Cibernética da Universidade de Warnick, Estados Unidos, Sadie Plant, toda a maquinaria que compõe o computador sempre foi operada por mulheres. Para a pesquisadora, os homens têm organizado claramente a atividade tecnológica mas, agora, com a mudança cultural que está ocorrendo, o papel por eles assumido está diminuindo. Na sua concepção, ser o organizador não é, atualmente, o fator mais importante. Sadie Plant diz acreditar que a mulher vai utilizar a Rede, cada vez mais, na tentativa de buscar informações específicas.

Para a doutora em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Heloísa Cardoso⁹, o neo-feminismo dos anos 90 se diferencia do feminismo de outras décadas pelo fato de que a mulher de hoje não aspira mais à igualdade com os homens. Ela diz acreditar que a tecnologia foi um dos aspectos que facilitou esta mudança de comportamento do sexo feminino. Para ela, o crescimento da mulher na Rede pode ser explicado através da psicologia junguiana por meio da figura do *animus*¹⁰ mais incentivado pelas características do mundo virtual.

⁷ Retirado da *Revista Guia da Internet*, br., p. 36.

⁸ *Id, Ibid.*

⁹ Retirado da *Revista Guia da Internet*, br. N.º 22 Rio de Janeiro: EDIOURO. Março de 1998, p. 40.

¹⁰ «Animus», o arquétipo (características pré-dispostas do masculino que as mulheres possuem inconscientemente).

«Com a ampliação dos papéis sociais e a conquista do espaço público oferecidos pela Internet, a mulher estaria consideravelmente ampliando a exploração de suas potencialidades.»

2.2 Participação da mulher brasileira na Rede

Em 1996, a pesquisa Cadê/Ibope constatou que 17% das pessoas que acessavam a Internet eram mulheres. Em meados de 1997, realizou-se uma nova pesquisa em que se avaliou que esse número aumentou para 25%. A pesquisa apontou também que é o sexo feminino o que mais se interessa pelo comércio eletrônico.

3. Mulher e Ciência

3.1 Pressupostos teóricos

Sabe-se, hoje, que a atividade científica é um fazer humano circunscrito a vários contextos que determinam seu desenvolvimento. Porém, até há pouco tempo esta postura não era aceite pela comunidade científica, que considerava a Ciência como uma forma privilegiada de conhecimento que possibilitava a descrição e a interpretação tão objetivas do mundo que sempre correspondiam à realidade. Tal visão positivista, contudo, permanece, ainda hoje, cristalizada no imaginário da cultura tradicional.

Nesse sentido, parece pertinente somarem-se alguns questionamentos a respeito, principalmente, da autonomia e da neutralidade da Ciência, já que a comunidade científica demonstra ser conservadora, haja vista o impacto que alguns fatos científicos causam quando quebram paradigmas.

Além disso, vale observar a influência que pressões decorrentes de fatores sociais exercem sobre elas e que evidenciam a existência de um grupo científico consagrado que luta por se manter impermeável às inovações, principalmente se elas decorrem de grupos que se esforçam por garantir a inserção de categorias socialmente tidas como menos privilegiadas em relação a sexo, raça, classe social, etc.

Constata-se então que a participação feminina nesse setor é muito rara e que existe um sentimento geral de que o trabalho científico é mais bem conduzido pelos homens, embora as mulheres possam ser eficientes auxiliares cuja tarefa inclui a subordinação e o apoio. Com isso, intui-se que para uma mulher ser cientista teria que superar as desvantagens do sexo feminino, ou seja masculinizar-se. Por isso, a representação feminina, historicamente excluída da produção científica, exclui-se também das decisões que determinam seu uso.

Por conta disso, encaminham-se estudos a dois níveis. Primeiro, os que tentam recuperar a história feminina na História da Ciência. Segundo, os que evidenciam que a construção da Ciência se dá a partir de uma perspectiva masculina e burguesa. De qualquer forma, independentemente dos resultados a que tais pesquisas cheguem, parece claro que a imagem de uma Ciência dogmática, encastelada em si mesma e apartada do contexto social vem, a cada dia, ruindo diante das evidências. Contudo, para que a participação das minorias se consolide e sua produção e gestão se democratizem, coloca-se um redimensionamento das relações de poder que se dão entre os sexos.

Para isso, é necessário transpor os obstáculos explícitos que dificultam o acesso, a permanência e a promoção das mulheres na ciência e que fazem com que os avanços científicos e tecnológicos influam de maneira menos consistente no cotidiano feminino.

Além destes, há ainda os obstáculos implícitos, que tendem a reforçar situações hierarquizadas, como as posturas de inferioridade e submissão diante do masculino.

A passagem do ensino de modelo masculino para um modelo misto neutralizou as diferenças sexuais, eliminando o feminino e impondo o masculino neutro, que nega a diferença sexual, mas afirma a superioridade masculina. Exemplo disso eram as aulas de costura que permitiam, mesmo que em condições inferiores, a inserção das mulheres no mercado de trabalho. A retirada do currículo de disciplinas desse tipo passou a não permitir que isso ocorresse. Por outro lado, percebe-se ainda que a valorização de disciplinas historicamente nada familiares às meninas e aos alunos pobres originou as desigualdades, socialmente construídas, que hoje se observam.

Atualmente, dispõe-se de um vasto referencial teórico, produzido, em grande parte, nos anos 60 e 70, a respeito da educação, que aponta na direção de que a escola é o lugar onde se reproduzem as relações de desigualdade. Pensava-se que a oferta de ensino suprimiria essa desigualdade, porém constata-se que o patriarcado capitalista conta com recursos outros que cristalizam as diferenças produzidas no âmbito da escola, mesmo que à margem do próprio ensino e à custa da manutenção de um programa oculto de desigualdades. A contribuição que legaram tais trabalhos deu-se no sentido de manifestar, publicamente, a reprodução da hierarquia social no interior da escola.

A partir desses fatos, nos anos 80, verificou-se uma mudança de atitude das jovens em relação à escola, pois elas começam a se colocar não mais como sujeitos submissos à socialização, mas como sujeitos de sua própria ação. Esse fato gerou a necessidade de elaboração de um outro tipo de saber, construído a partir da perspectiva feminina.

Na verdade, a única mudança efetiva que se observa é a de que algumas políticas de igualdade de oportunidades foram viabilizadas na Europa, o que ainda se verifica em menor grau nos demais países do mundo. Tais políticas sugerem que a adaptação das meninas ao modelo dominante masculino e tecnocrático é uma evidência para a qual urge a tomada de atitudes que garantam a investigação das causas do fracasso e da frágil representatividade feminina. Sabe-se que é necessário mudar a escola.

A par disso, percebe-se ainda que a adoção de medidas que levassem os meninos a se situarem de forma mais realista e menos conservadora diante das meninas em muito contribuiria para que ambos conquistassem um novo conceito a respeito do significado da vida e do trabalho em conjunto.

Já que a igualdade pressupõe direitos iguais, há que se construir, também, uma pedagogia igualitária.

3.2 *Dados Estatísticos*

Recentemente, o Jornal *Folha de São Paulo* publicou um artigo denominado «A Lista dos Mais Produtivos». Nele, indica que 170 cientistas brasileiros figuram entre os mais conceituados do mundo, entre 1981 e 1993, o que corresponde a 0,85% dos cientistas do país. Tal levantamento foi feito a partir de uma base de dados do ISI (Instituto para Informação Científica dos EUA), considerado a instituição privada mais renomada mundialmente pelo seu trabalho de indexação de publicações científicas. Com base em 7.500 revistas científicas, foram listados os pesquisadores que obtiveram mais que duzentas citações. Ressalta-se que muitos dos trabalhos dos pesquisadores brasileiros foram publicados no exterior.

Tais dados provocaram polêmicas, pois alguns dizem que trabalhos publicados em revistas científicas que não seguem o padrão reconhecido pelo ISI não foram considerados. Além disso, apontaram a questão da língua como um fator determinante; haja em vista que o inglês é mais aceite nesse âmbito.

Ressaltou-se que as Ciências Humanas, que estão mais voltadas para temas locais, são preteridas em favor das *hard sciences* que lidam com temas universais. Assuntos mais explorados pela mídia, como a AIDS, por exemplo, também beneficiam dentro desses critérios. Nesse sentido, cabe lembrar que o trabalho de Einstein que recebeu mais citações não foi a famosa Teoria da Relatividade, mas sim o seu artigo sobre o efeito fotoelétrico.

Apesar de todas essas divergências, os dados contidos na publicação servem para dar uma dimensão aproximada da realidade, no sentido de apontar os rumos que a ciência brasileira tem trilhado.

Constatou-se, por exemplo, que entre os cientistas brasileiros figuram 25 mulheres, responsáveis por 8% da produção e 15% das citações bibliográficas, o que faz com que desponham como detentoras de 18% de todas as citações em relação às obras publicadas.

Percebe-se que embora apresentem menor produção em relação aos homens, suas obras têm um caráter consistente. Veja-se o quadro abaixo:

170 cientistas	83% homens	17% mulheres
13.210 publicações	92% homens	8% mulheres
283.58 citações	85% homens	15% mulheres
1727,2 cit/public	82% homens	18% mulheres

No que se refere à área de pesquisa, cabe salientar que quase a metade dos pesquisadores bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Pág. 50, In: Veja) – CNPQ – e da CAPES é de mulheres. Se isso não é um reflexo de que o sexo feminino está quase que proporcionalmente engajado em algum tipo de investigação científica, é, ao menos, um indicador de que o trabalho por elas desenvolvido detém uma envergadura acadêmica de porte.

4. Conclusão

A partir dos estudos feitos, algumas questões importantes surgiram, na perspectiva de entender a relação feminina com a ciência e a tecnologia. A primeira relaciona-se com a questão educacional, principalmente no que se refere ao acesso, já que se percebe que só muito recentemente a mulher passou a incluir-se nessa esfera da sociedade. É importante ressaltar ainda que, apesar disso, têm conseguido firmar sua presença em inúmeros cargos de alto escalão, para os quais, normalmente, é exigida uma formação de nível apurado.

Mas, de uma forma geral, muito falta ainda para que a mulher conquiste um nível de igualdade com o contingente masculino. A sua participação, embora se encontre longe dos padrões ideais, é bastante significativa.

No campo da pesquisa científica, percebe-se que a presença feminina, embora extremamente reduzida quando comparada com a masculina, conso-lida-se por meio de uma atuação consistente, que se traduz em trabalhos relevantes, de reputação internacionalmente reconhecida.

O fazer ciência encaminha a mulher para um setor historicamente dominado pelo homem e representa, de fato, a atuação em um setor produtivo e crucial para o desenvolvimento da sociedade. Se os números ainda são parcos, no que se refere ao efetivo engajamento feminino com

a pesquisa, os indicadores apontam que em um futuro muito próximo essa desproporção tende a desaparecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLAIR, Rende. *La formación científica de las mujeres. Por qué hay tan pocas científicas?* Madrid: UNESCO, Comision Francesa para la UNESCO. 1996.
- DINIZ, Patrícia. *Mulher: a alma feminina espalha seu charme pelo universo virtual*. In: Guia da Internet, N° 22. Rio de Janeiro: Ediouro, Março de 1998, pp. 36-41.
- LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. *Para uma ciência da libertação da mulher*. São Paulo: Global. 1982.
- MENCONI, Darlene. *Chefia de saia*, in Info Exame. N.º 145. São Paulo: Abril de 1998.
- SIMONETTI, Eliana. *O fim do século masculino*, in Revista Veja. São Paulo: Abril 25.02.1998, pp. 46-52.

3.

**CONSEQUÊNCIAS ESTÉTICAS
E CULTURAIS**

INVENTANDO CORPOS

IEDA TUCHERMAN*

RESUMO

Considerando que o corpo humano é talvez o conceito mais longo da tradição cultural ocidental, e, entendendo que é uma construção realizada pela «função espelho» da Cultura, que gerava assim uma forma totalizável, onde não se misturavam elementos de diferente natureza, as hibridizações sendo o campo dos monstros, pretendemos pensar neste artigo as novas considerações para o nosso corpo protético, como a experiência contemporânea mais radical, que põe em questão as formulações que nos configuravam como humanos. Para tanto buscamos apoio nas novas descobertas da ciência, nomeadamente da engenharia genética, e de certos movimentos da arte, especialmente a chamada «body art».

Não espere o leitor encontrar aqui qualquer fórmula capaz de diagnosticar a experiência contemporânea e o lugar que o corpo, o seu desaparecimento ou a sua reinvenção, ocupa nela.

Buscaremos apenas, com a humildade que os tempos nos recomendam, tentar compreender, ou seja, abraçar, linhas ou tendências que parecem indicar os caminhos onde a vida e suas novas relações com o mundo tecnológico tem gerado problemas, teorias e obras e nos parece que, nesta relação, é interessante confrontar ou pôr em diálogo dois caminhos, duas vias teóricas e práticas que vivem de pensar e produzir o corpo e suas novas ligações.

Assim poremos de um lado a bio-ciência, a engenharia genética, a nova neurologia e a filosofia da mente não pretendendo, o que em muito

* Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ultrapassaria nossa capacidade e o limite deste pequeno texto, dar conta de todo o seu potencial ou descrever todos os seus projetos e intervenções.

Do outro lado, numa divisão que é muito menos estanque do que neste momento estamos fazendo ver, posicionaremos alguns aspectos e alguns autores da arte contemporânea, especialmente aquela que tem centrado nas relações do corpo com as novas tecnologias interativas sua produção.

Na verdade, a proximidade que ambas realizam da leitura do nosso mundo contemporâneo estabelece muito mais vínculos do que rupturas ou diferenças. Não é, com certeza, a primeira vez que, na nossa história, as relações entre arte e ciência se fazem tão intensas, confirmando as teorias deleuzianas da exo-consistência dos conceitos.

Mas é preciso alguns cuidados: se estamos aproximando arte e ciência a partir das suas relações com a tecnologia, não é toda a arte que circula atualmente que se faz para e neste ambiente. Assim como há focos de resistência em alguns ambientes científicos, aí incluídos certos campos ou projetos da medicina.

Em rigor, a maior parte da arte que circula como arte estabelecida continua vinculada à era pré-industrial, ligada à idéia de manualidade ou então apenas incorporando os inventos técnicos da Revolução Industrial, discutindo problemas como: peso, medida, resistência, fragilidade, escalas, tonalidades, totalidade de formas etc, ou seja, é uma arte que se faz com materiais, cuja aposta é a da permanência de uma idéia sobre um suporte. Uma arte do «para sempre» que teve suas origens na relação sempre tensa que os homens tiveram com a morte e que tem por modelo as pirâmides, as catedrais, as câmaras mortuárias.

Da mesma forma, a bio-ciência tem seus teóricos e seus movimentos de resistência, buscando ainda um certo princípio de unidade «pura» do humano, num certo culto de um naturalismo que se traduz por práticas homeopáticas e outros tantos projetos de saúde de base quase religiosa, apenas para citar os mais exagerados.

No entanto há outro e fundamental eixo que estamos vendo nascer e se desenvolver. No campo da genética e da filosofia da mente ou filosofia cognitiva surgem trabalhos e autores como Daniel C. Dennett, numa linha que eles mesmos chamam de «neo-darwinismo» social, onde a questão da seleção da espécie se recoloca, em outro nível, a partir da análise de uma leitura do código genético como um sistema de informação «*somos constituídos por robôs [...] somos, cada um de nós, uma coleção de trilhões de máquinas macromoleculares. E todas essas são em última análise, descendentes das macromoléculas auto-replicantes originais*»¹. Sendo cons-

¹ Daniel C. Dennett *apud* Michael Wrigley, «Jornal de Resenhas», *Folha de São Paulo*, 11 de julho de 1998, p. 6.

tituídos já por robôs, nada mais lógico do que a operação de implantação de nanorobôs capazes de nos restituírem ou criarem novas funções. Sem mencionar as próteses, produzidas por uma engenharia médica e seus efeitos mais radicais tais como devolver movimentos a membros paralisados, intervir quimicamente nas sinapses do cérebro constituindo ou reconstituindo um novo campo de percepção e afetos.

Vemos também um campo onde a medicina acentua suas outras formas de mistura: os transplantes, os hormônios concentrados quimicamente, as cirurgias virtuais e infinitas outras manifestações de uma eletrônica-informacional atuando na pesquisa do DNA etc. Sem discutir as implicações éticas destas práticas parece, no entanto, que elas ainda se relacionam com um novo projeto de evolução da espécie e portanto no seu seletivo aperfeiçoamento, possibilitado pelas novas misturas e por uma ação muito constante das descobertas tecnológicas. Produzir uma nova espécie, parece o seu desafio ².

A arte tecnológica também assume relação direta com a vida, gerando produções que levam o homem a pensar sua própria condição conduzindo a problematização da passagem de uma cultura material para uma cultura imaterial, onde os antigos artefatos e ferramentas são substituídos por dispositivos de múltiplas conexões que envolvem modems, computadores, redes e satélites intervindo na produção e na comunicação. Vemos surgirem happenings e performances vividas por corpos tecnologizados, ampliados de seus limites físicos e psicológicos, comandados por dispositivos de interação que se excluem da discussão matéria-forma em estado permanente, assim como do lugar como espaço determinado e imutável.

A lógica desta arte que se faz com tecnologias interativas tem como pressupostos a mutabilidade, a conectividade, a interação, a não-linearidade, a efemeridade. Supõe assim o fim das verdades acabadas, de qualquer fixidez (talvez mesmo e principalmente do que de eterno se buscava na efemeridade da arte moderna como proposto por Baudelaire, seu grande leitor) mas supõe também a parceria, a interconexão. O corpo aí pensado e construído assume a capacidade de circular no planeta e conectar-se a uma rede mundial.

O princípio da interação, ou das interfaces, que participa da constituição da obra não é o mesmo que o consagrado princípio da *surface* ou superfície que, opondo-se à noção de profundidade, consagrou algumas das mais interessantes produções modernas, bastando lembrar a frase de Valéry «*o mais profundo é a pele*», citada por Deleuze em seu esforço de combater o pensamento tradicional. Aqui os contatos se dão entre superfi-

² Parece que para esta linha o humano que tradicionalmente conhecemos é um estágio entre o macaco e o que há-de vir como nova espécie pós-humana.

cies distintas (não permitindo a formação dos plateaux) que levam corpos diferentes a participarem da mesma decisão: conexões do corpo biológico humano e do corpo sintético da máquina, da mente humana e a mente do silício dos computadores, do sistema nervoso humano com as redes nervosas da máquina. É assim que a arte tecnológica projeta corpo e mente, reorganizando em outro nível nossa percepção e sensibilidade.

Cabe assim aos artistas o papel de ex-cedere, fazer ceder os limites, pela exploração dos comportamentos do sistema e assim produzir o que podemos chamar de corpo pós-humano. Intuíamos já que no próximo milênio seria difícil distinguir o que haveria de prótese no humano, mas o que produções como as de Sterlarc nos acrescentam é que será igualmente difícil distinguir a parte carne das máquinas.

Mac Luhan já havia afirmado, numa citação que aparece em vários teóricos das relações entre arte e novas tecnologias, como Pierre Levy, Philippe Quéau, Kerckove etc que: «*Só o artista pode enfrentar impunemente a tecnologia porque ele é um especialista em notar as trocas de percepção sensorial*»³ Talvez o que possa decorrer daí seja uma nova idéia de subjetividade: «eu sou na medida das minhas conexões».

Vejamos então, usando Sterlarc como interlocutor⁴, como o corpo é pensado a partir deste novo mundo arte-tecnológico. É interessante constatar também que vivemos outro tipo de mistura que não é ocasional: a maior parte dos engenheiros e informatas que tabalham nos domínios das multimídias e das realidades virtuais são também artistas. Do mesmo modo os artistas são também produtores e teóricos dos processos tecnológicos o que modifica a tradicional figura do mediador-intérprete que foi, por séculos, o responsável pela ligação entre a obra e o público ao qual esta se dirigia⁵.

³ Apud Diana Domingues, *A arte no século XXI*, Editora Unesp, São Paulo, 1998, p. 29.

⁴ Sterlarc, *Das estratégias psicológicas às ciberestratégias: a prótese, a robótica e a existência remota* in *A arte no século XXI*, Tradução: Flavia Saretta, pp. 52-62.

⁵ Corremos o risco constante das generalizações e da imprecisão. Parece evidente que pertenceu à lógica da arte moderna, especialmente na figura de alguns dos seus produtores, o exercício de um trabalho teórico e crítico sobre a própria experiência da arte e seus limites. Poderíamos citar, para exemplificar, Klee, Kandinsky, os surrealistas, os dadaístas, etc, sem esquecer Marinetti e o manifesto futurista e sobretudo Marcel Duchamp, talvez o mais radical divisor de águas entre o moderno e a sua crise. No Brasil, o movimento modernista e os concretistas assim como, e, principalmente Helio Oiticica e seus parangolés (esculturas que deviam ser vestidas) e Lygia Clarck com seus objetos relacionais, que já demandavam um princípio de interação espectador e obra e constituíam um campo entre uma experiência psicológica de percepção e uma experiência artística, se enquadram no mesmo campo onde autor e intérprete pertencem ao mesmo lugar. No entanto, apenas para buscar compreender uma diferença, talvez possamos aproximá-los de um princípio de meta-arte, um discurso artístico sobre as obras-de-arte, noção que não esgota sua interferência mas lhes é comum.

Na realidade, ele menciona a reposição do corpo, que sairia da sua zona tradicional psicológica e biológica para a ciberzona, ou seja, romperia os limites genéticos pela extrusão eletrônica. Seriam as novas estratégias rumo ao pós-humano que representariam mais um apagamento do eu do que sua afirmação. O próprio dos corpos é serem diversificados em forma e função, não sendo simplesmente conectados mas ampliados a partir dos componentes implantados. A pergunta não é mais apenas que corpo quero ter, como forma, mas que funções quero poder exercer, o que desloca a questão de um projeto estético (que não é abandonado) para um projeto pragmático-funcional.

Nesta tecnologia invasiva a pele desaparece como lugar significativo, interface adequada ou barreira entre o espaço público e o aparelho fisiológico. Sua função de limite perde a força e talvez o próprio do ciber resida no ato do corpo trocar a sua pele.

Mas há ainda outras e muito radicais mudanças que o levam a postular a idéia fundamental de um corpo que teria se tornado obsoleto porque é uma forma biológica limitada, mal estruturada e mal equipada para a quantidade, a complexidade e a velocidade das informações que acumulou; o corpo humano é frágil, pouco durável e pouco resistente. Assim, não se trata mais de perpetuar a reprodução da espécie humana, o que nos colocaria no fim da idéia de uma fisiologia e de uma filosofia humanas (o pós-humano é necessariamente um anti-humanismo).

Obviamente isto incluiria a questão da sexualidade e da clonagem, na medida em que a reprodução fisiológica da espécie humana tornando-se obsoleta, isto afeta diretamente os postulados do humano, aí incluído o desejo de perpetuação da espécie que seria a base da sexualidade animal e humana.

Cabe aí, talvez, uma ressalva: se para pensadores como Deleuze e Guattari o desejo é maquímico, produtor de agenciamentos e devires não é sempre de um inumano que se trata? Sem dúvida inumano não é o mesmo que pós-humano, mas nos permite refletir sobre questões que não aparecem no texto de Sterlarc. O corpo foi suporte ou limite do desejo e do desejar?

Talvez por isto ele afirme que estamos no limite da filosofia porque ela foi estruturalmente baseada na nossa fisiologia, numa associação muito parecida com a que faz Michel Serres quando diz que nossa metafísica se ressent de nossa física de sólidos e que nós não sabemos lidar com gases

Ao contrário, artistas como Sterlarc talvez estejam construindo a meta-tecnologia e perguntando não do lado preciso da experiência artística mas a partir das novas tecnologias e das ligações do corpo que elas engendram que tipo de experiência é possível para este corpo-técnico.

e fluxos. Certamente a tradição da filosofia ocidental se estruturou a partir dos limites, bastando lembrar a primeira divisão do método platônico que opõe o limite ao ilimitado. E, certamente, os limites do corpo próprio geraram não apenas nossa política mas também um pensamento onde a sua existência era a diferença de Deus e da verdade, os transcendentes clássicos sendo a possibilidade de pensar, incorporar os limites do humano e de transcendê-los.

No entanto talvez isto não se aplique a pensadores contemporâneos como Deleuze, Guattari e Michel Serres, entre outros, que pensaram o corpo não como entidade pura, mas como ligação: como processo e não como dado.

De todo modo a proposta de Sterlarc é também um projeto: «*Quando o corpo se torna consciente de sua posição atual é que ele pode planejar suas estratégias pós-evolutivas*»⁶.

O corpo obsoleto seria imediatamente o resultado delimitador de um processo: a exploração da informação como o auge da civilização humana e o clímax de sua existência evolutiva: a informação funciona como prótese para um corpo que se tornou obsoleto; ela o sustenta, mas, neste processo, obriga o corpo a irromper de seus limites biológicos, culturais e planetários. Pois as informações não são mais vivenciáveis e não contêm mais o mundo: grandezas relativas a nanossegundos ou nebulosas tornam-se dados desconexos e não digeríveis, constituindo assim um processo paralisador, lentamente destrutivo que impede o corpo de realizar uma ação física filogenética. O corpo obsoleto é paralisado sem as novas conexões com a técnica e a radiação das informações.

Nesta reposição do corpo e do pós-evolutivo como projeto, vivemos a nova experiência da liberdade da forma que substituiria o ideário moderno de liberdade das idéias, o projeto democrático de criar diferenças do presente com o próprio presente, produzindo a noção do novo e da possibilidade. A questão agora seria a liberdade para modificar e mudar o corpo, respondendo à provocação: Qual é o corpo que eu quero ter? Assim não se discute mais a liberdade de expressão, mas a produção e o uso de códigos genéticos alternativos. Para Sterlarc, a liberdade fundamental é os indivíduos poderem determinar o destino do seu próprio DNA e a mudança biológica é encarada mais como uma questão de escolha do que de oportunidade. Neste sentido, as tecnologias médicas que monitoram, mapeiam e modificam o corpo também oferecem um meio de manipular a estrutura do corpo e seriam, portanto, experimentos pós-evolutivos.

Não desaparece no entanto a relação entre liberdade e vontade – expressa na idéia de escolha e isto parece nos permitir remapear este pós-

⁶ *Idem*, p. 58.

-humano na concepção de Nietzsche, onde o corpo é uma força que quer mais força, potência, ao contrário de uma certa apatia que costumamos associar às técnicas pós-modernas, tais como a expressam, por exemplo, Baudrillard quando pergunta se há ainda um projeto ou uma utopia que nos mova atualmente.

Diante do corpo obsoleto um novo projeto se elabora: entender o corpo como objeto de um projeto, compreendendo que alterar a estrutura do corpo tem como resultado ajustar e estender sua consciência do mundo. Sendo assim, afirma Sterlarc, vivemos um período do psico-social onde o corpo girava em torno de si mesmo, orbitava tendo-se como centro, iluminava e inspecionava a si mesmo como topos da psiquê e do social. Agora, obsoleto, separa-se desta subjetividade para reexaminar-se, reprojeter sua estrutura.

Consideramos o naturalismo desta subjetividade uma leitura inocente. Desde sempre o corpo do homem foi investido das inovações tecnológicas. É um dualismo criticável a concepção que supõe homem e sociedade de um lado e técnica do outro – como se a história humana e a técnica não pertencessem a um mesmo movimento, o que nos permite definir a política como a intervenção e o exercício de se apropriar e organizar as possibilidades produzidas pela técnica, sua distribuição e o controle de seus efeitos.

Da mesma forma a idéia de subjetividade não se esgota num modelo de corpo que lhe serviu de suporte lógico. Se a considerarmos não como um dado natural e *a priori*, mas como um permanente processo de produção, ela se dá em territórios existenciais em formação e sua cartografia ultrapassa os limites do indivíduo.

A subjetividade constrói seu território existencial a partir de outros territórios dos quais se apropria, misturando-os. Ela agencia humano e não humano, carne e metal, cérebro e silício incluindo também grupos humanos, máquinas sócio-econômicas, informacionais etc.

O que chamamos de processos de singularização é a integração de variados processos de conexão, diversos sistemas semióticos num território existencial, sempre a se fazer, onde estes fragmentos heteróclitos combinados servem para inventar novas relações do corpo e com o corpo, outra imaginação, novas formas de presença, outros estilos de ser.

O indivíduo emerge não de uma evolução linear da espécie humana, independente e determinada mas de um mundo complexo: biológico, técnico, político, semiótico e o incarna, corporifica-o. Não há, como nunca houve, subjetividade de um lado e técnica do outro. Do mesmo modo como criticamos os dualismos tradicionais, a saber: sujeito e objeto, natureza e cultura, interior e exterior, corpo e alma, natural e artificial, homem e máquina precisamos repensar talvez o último avatar do binarismo: a oposição entre humano e não-humano.

Portanto podemos supor que o tecnocosmos está impregnado de germes de subjetividade, talvez uma proto-subjetividade na qual não se diferencia humano e não-humano. Pois o corpo obsoleto ou ausente é o das antigas conexões de uma certa histórica experiência de subjetividade. O corpo projeto é, ou pode ser totalmente ligado à invenção e articulação de novos territórios existenciais.

Fizemos há pouco referência a uma diferença entre *surface* (superfície) e interface considerando que talvez o mais importante do corpo cyborg fosse o ato do corpo de trocar a sua pele. Vale a pena retornarmos a este ponto a partir de uma provocação de Sterlarc: «*Como superfície, uma vez a pele foi o começo do mundo e simultaneamente a fronteira do eu. Como interface, uma vez ela foi o colapso do pessoal e do político*»⁷. Em ambos os casos a pele separava interior e exterior: era uma clausura. Hoje, esticada e penetrada pela máquinas rompem-se pele e superfície desfazendo-se as relações entre o externo e o interno e rompendo-se aquilo que envolvia a carne constituindo um eu. Pois a tecnologia não é apenas presa ao corpo, o que manteria a pele como sua interface. Ela é implantada tornando-se um componente do corpo: o marca-passo, o nanorobo etc.

É curioso, que embora as tecnologias tenham sempre investido no corpo do homem, nós nos mantemos resistentes, arraigados às imagens de nós mesmos que estão em descompasso com as mudanças. Talvez apenas em alguns projetos estéticos, muitos dos quais tem a pele como objeto, como é o caso das cirurgias ou ainda de certas «correções» desejadas nesta imagem, parecemos menos assustados e mais aptos a aderir à intervenção da operação estética como uma corporificação da tecnologia, uma das maneiras pelas quais, desavisada, nossa subjetividade adere ao que há nela de maquínico. Creio que podemos pensar que aí somos ainda herdeiros da tradição platônica, pois é como se a modificação que em nós acontecesse, cujo desejo é de uma gratificação narcísica, atingisse apenas a aparência, mantendo intacta aquilo que supomos ser a nossa essência. Ficar mais jovem, adquirir outro perfil, lipo-esculpir nosso contorno, aumentar ou diminuir boca, busto e quadril parece ser apenas questão de nova embalagem, como se o produto – o nosso interior – ficasse incólume nesta investida. No entanto, como em toda cirurgia, há riscos inerentes que corremos alegremente, no entanto, nossa filosofia parece ter há muito superado o platonismo e acreditamos, quase sempre, que não há separação entre essência e aparência.

Sterlarc, que tem sido um interlocutor privilegiado pelas provocações que enuncia, afirma também e bastante categoricamente, que a tecnologia

⁷ *Idem*, p. 55.

como instrumento fragmentou e despersonalizou a experiência. Mas a afirmação da perda da experiência para os humanos, modernos antes que contemporâneos, já havia sido diagnosticada por Walter Benjamin, em seu mais que consagrado artigo *Experiência e Pobreza*, de 1933. Portanto, não é a primeira vez que nos convidam para o seu luto. Talvez seja o momento de pensarmos diferentemente: quais são as novas experiências possíveis? Qual a disponibilidade que temos para inventá-las? O que pode ser um convite oportuno e atraente.

Mudou o contexto, isto é mais do que evidente. E, em função da tecnologia a idéia de permanecer humano ou evoluir como espécie, o que parece ser o projeto generalisante das novas tecno-ciências «neo-darwinistas», talvez não faça sentido. A tecnologia fornece individualmente a cada pessoa o poder de progredir em seu desenvolvimento e talvez possa, por isto mesmo, gerar processos de singularização, condições de produção de si, mais ricas e imediatas do que os novos projetos genéricos que a ela são atrelados. Uma nova bio-micro-antropo-política, quem sabe?

Nesta direção, ou seja, na incorporação de novos territórios existenciais, a arte ou a estética podem produzir uma interferência benfazeja nas nossas relações atuais e futuras com a técnica. Pois se a natureza da arte pode mudar, e o fez, se o artista pode aparecer como um vetor de agregações, juntando elementos humanos, técnicos, digitais etc, abandonando dois mitos, o da contemplação e o da inspiração artística, é por que tem a possibilidade de, a partir da hibridização que produz, desconectar e reconectar nossa sensações e nossos afetos com outros possíveis. O que significa que os meios de criar subjetividades são também outros. Sabe o artista, e não de hoje, que a tecnologia é parte do devir-outro do humano. Percebe que «*A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade auto-enriquecendo de modo contínuo sua relação com o humano*», como afirma Guattari em *Caosmose*. E pode acreditar que a tecno-arte pode ser um dispositivo de intervenção na existência, produzindo sua expansão criativa.

Durante toda a elaboração de uma longa reflexão que resultou neste artigo, incorporei angústias e questões, algumas que espero ter compartilhado e outras que apontavam sempre para uma impossibilidade de sentir o que eu pensava. Em muitos momentos tinha diante de mim dois caminhos sinalizando, ambos, como estradas perigosas: não era possível voltar para trás e esquecer leituras e reflexões, não era fácil seguir em frente sem ficar muito assustada. Agora, já no final deste ensaio, que em francês diz-se *essai*, como tentativa, ou *répétition*, quando ligado a teatro, à dança etc, dou-me conta que não poderia ser de outro modo nem o fazê-lo nem o expô-lo.

Assim, para finalizá-lo sem, todavia, concluí-lo, exponho a última associação que, imediatamente, seu tema em mim fez presente. Falo de

duas figuras, duas pessoas existentes, embora distantes no tempo que são, de certo modo, possíveis personagens conceituais. São eles Joe Bousquet e Aimee Mullins, curiosas experiências existenciais produzidas a partir de marcas ou acontecimentos corporais que têm em comum o fato de, em algum momento, terem sido atletas.

Começemos por Joe Bousquet, e mais particularmente, com a análise que faz dele Gilles Deleuze em *Lógica do Sentido*⁸: Bousquet era um corredor que ficou paraplégico depois que uma bala – um filho da guerra – atingiu sua espinha. A partir deste acidente que, diz Deleuze, ele transforma, como um estóico, num acontecimento, desenvolve uma obra literária que é uma surpreendente meditação sobre a ferida, o acontecimento e a linguagem.

São dele estas formulações que selecionei pelo que de muito impressionante carregam:

«Minha ferida existia ante de mim, nasci para encarná-la»⁹

«Tudo estava no lugar nos acontecimentos de minha vida antes que eu os fizesse meus; e vivê-los é me ver tentado a me igualar a eles como se eles não devessem ter senão de mim o que eles têm de melhor e mais perfeito.»¹⁰

«Torna-te o homem das tuas infelicidades, aprende a incarnar tua perfeição e o teu brilho.»¹¹

«Erigir entre os homens e as obras seu ser de antes do amargor.»¹²

«Ligar às pestes, às tiranias, às mais espantosas guerras a chance cômica de ter reinado por nada.»¹³

O que nele é festejável pode ser expresso numa fórmula sintética – *amor fati* – que ele realiza num movimento duplo: rejeitando o ressentimento e a condenação à uma paralisia pela transferência do ritmo: do corpo para a escrita, mas também pela maneira como o faz, já que é sobre o próprio acontecimento que ele escreve. Refaz a si mesmo, ou seja, como o diz Deleuze: «Tornar-se filho dos acontecimentos, refazer para si mesmo um nascimento, romper com o nascimento da carne»¹⁴ é a mais alta forma de ser digno do que nos acontece, na fórmula estóica tão presente nos trabalhos de Nietzsche e na admiração de Deleuze.

⁸ Deleuze Gilles, *Lógica da Sentido*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1974.

⁹ Bousquet, apud Deleuze, *Lógica do Sentido*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1974, p. 151.

¹⁰ *Idem.*

¹¹ *Idem*, p. 152.

¹² *Idem*, p. 153.

¹³ *Idem*, p. 154.

¹⁴ G. Deleuze, *idem*, p. 152.

Aimee Mullins nos é apresentada numa revista americana: J. D. Magazine de maio de 1998 num artigo de Amy Goldwasser. Trata-se de uma moça de 22 anos que nos é descrita como das mais impressionantes vitórias da biomecânica e da escultura artística. Tendo nascido sem o osso do calcanhar, amputou as pernas com um ano de idade, o que seria um destino desesperador para qualquer um; no entanto, com seus dois conjuntos de pernas, um para beleza e outro para performance, ela nunca se sentiu inferior.

Com suas pernas de corrida, inventadas por Van Phillips, um pesquisador de próteses e, ele mesmo, um corredor amputado, ela é uma atleta de elite que sustenta recordes na sua classe que são os 100 e os 200 metros rasos: seus tempos são de 15:77 segundos para os 100 metros e 34:06 segundos para os 200 metros. Para termos uma idéia, os recordes nestas modalidades pertencem a Florence Griffith Joyner e são de 10:45 segundos para os 100 metros e 21:34 segundos para os 200 metros.

Van Phillips, aliás, vai bastante longe na sua aposta. Diz ele: *«Eu discuto com qualquer um que a prótese é mais rápida que a perna natural. Aposto minha casa que eu consigo fazer Carl Lewis e Michael Johnson correr mais rápido se eles perderem suas pernas»*¹⁵.

Mas ela tem também um segundo par de pernas, que o seu inventor (que é o mesmo) designa das «pernas belas». Com estas, ela é a única moça amputada no país que parece um manequim ideal em mini-saia e sandália. *«Fora da corrida, eu quero parecer com uma mulher. Quero comprar sapatos que não sejam completamente rasos (baixos) e quero ser capaz de usar saias e me sentir atraente. Se isto é vaidade, então eu partilho esta vaidade com 20 bilhões de outras mulheres»*, afirma Aimmée.

O título do artigo faz referência à consagração: *«Biomecânica e escultura artística ajudam a «star-atleta» Aimmée Mullins a triunfar na pista – e fora»*. E a sua conclusão é também otimista: se o design pode ser visto para resolver questões humanas, então o desafio de criar pernas que funcionem em duas possibilidades é o encontro da bio-mecânica com a arte.

Sem o defeito, congênito, Aimmée seria, muito provavelmente, uma moça comum de 22 anos. A partir de suas espetaculares próteses ela é uma espécie de fenômeno.

O que aproxima e o que distancia estes dois personagens para além do fato óbvio de terem sido marcados (Bousquet diria escolhidos) por uma perda inscrita no corpo: no caso dele a do movimento, que não foi acompanhada de uma amputação? Ambos superaram uma determinação de destino, ambos se excluem da definição da impossibilidade de movimento e assim fogem de uma identidade constituída e fixada.

¹⁵ J. Day Magazine, maio de 1998.

Bousquet produz uma dobra sobre si mesmo. Seu ritmo e seus passos se dão em um chão de texto. Sua marcha é a escritura, lá onde ele imprime suas pegadas. Constitui assim sua subjetividade, agenciando corpo e letra.

Aimmée exterioriza seu processo. Articula-se com territórios de outra natureza: metal, plástico etc., produzindo, a partir do seu defeito ou de sua incompletude, formas variáveis de presença: a atleta e a modelo, identidades móveis e mutantes.

Serão estas as possibilidades que vivemos de subjetivação do corpo?

Tudo indica que fizemos um longo percurso desde a Grécia mãe e seus mitos encantadores até os nossos sofisticadíssimos laboratórios de genética, informática e bio-mecânica. Que talvez possa ser expresso como a passagem de um «*Decifra-me ou te devoro*» a um «*Cria-me, pois tecnicamente és deus*».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, Alain. *O ser e o evento*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza* in *Obras escolhidas*, vol. I, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- COSTA, Mario. *O sublime tecnológico*, São Paulo, Experimento, 1995.
- DELEUZE, Gilles et Guattari, Felix. *L'Anti-Oedipe: capitalismo et schyzophrénie*, Paris, Minuit, 1970.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*, Rio de Janeiro, 34 Letras, 1993.
- GUATTARI, Félix. *Três Ecologias*, Rio de Janeiro, Papyrus, 1994.
- MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place – The Impact of eletronic media on social behavior*, New York, Oxford University Press, 1985.
- STERLARC, *Das estratégias psicológicas às ciberestratégias: a prótese, a robótica e a existência remota* in *A arte no século XXI – A humanização das tecnologias*, org. por Diana Domingues, São Paulo, UNESP, 1998.

EM TORNO DA MEDIAÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

JOSÉ ANTÓNIO DOMINGUES*

*«Um inesgotável desejo de nascer
ou ser o odor da terra. Quem é a incógnita soberana?»*

(«Mediadora Caminhante» in ANTÓNIO RAMOS ROSA, *Mediadoras*)¹

1. Há um pensamento que diz que onde quer que seja requerida uma organização há mediação. É assim na lógica, para articular premissas, no conhecimento, para explicar o dado segundo leis ou princípios, ou no domínio da acção prática, para fazer do comportamento uma conduta regulada. Segundo este pensamento, há espaço para a mediação e para o imediato, este último figurado pela desunião, e também que a mediação é uma resposta à mesma. Ela é pensável, como em Walter Benjamin, a partir da ideia de uma certa experiência cesurada e que reclama uma estratégia de recomposição². Lida directamente com a tensão, com o que não combina, com a oposição, e tem por finalidade garantir estados homogêneos e desconfitualizados. Neste âmbito, a cultura surgirá como o grande campo de exercício das estratégias de unificação do disperso em que a mediação se transforma, o espelho delas³.

* Universidade da Beira Interior, Covilhã.

¹ Cf. António Ramos ROSA, *Mediadoras*, Lisboa, Ulmeiro, 1985, pp. 17.

² Cf. Walter BENJAMIN, *Origem do drama barroco alemão*, S.Paulo, Brasiliense, 1984.

³ Cf. José A.Bragança de MIRANDA, *Notas para uma abordagem crítica da cultura*, pp.8 (texto policopiado)

Uma leitura moderna, feita por Baldwin, sublinha ainda que ela consiste na referência que uma experiência faz a outra para que lhe seja dada uma significação.⁴ Diz que algo é mediato ou obtido por mediação tendo em conta que a sua presença não é dada directamente, é indicada por outra presença, essa sim dada e presente. A mediação surge estruturada como representação. E representar, assinala Debray, «é tornar presente o ausente»⁵. É dar a ver o que não se vê. É tornar próximo o distante. Mais que evocar, é substituir, aparecer em vez de. O nascimento da mediação faz-se, deste modo, por ocasião da morte do real. Para cumular a sua falta. Para aliviar a chaga aberta pela ausência ontológica. Em virtude de o directo do mundo não se poder dar, haver falta do original do mundo, da imediatidade, da condição selvagem, em seu lugar aparece uma cópia, uma dobra, uma tradução. Por conseguinte, a mediação desempenha uma função, apresenta-se como esquema operatório relativamente à insuficiência detectada na experiência. É tipo um *pharmakos*⁶. Todavia, assim como tem a possibilidade de fazer a ponte entre quem enfrenta a mediação e o que ela mediatiza, de evocar no visível um invisível, de permitir que o sujeito estabeleça com o inacessível um contacto, uma comunicação, tem também a possibilidade de a ele se sobrepor e advir no único ser objectivamente real. Acabará por se constituir referência. Operando na divisão entre mundo de ser e mundo de sentido, à mediação caberá unir o que se encontra separado e tornar visível o que não se pode tornar visível.

A alma da mediação é, como demonstram as *Kolossoi* gregas, por um lado a filiação profunda, a ligação íntima à sua procedência, de onde emana e encontra justificação, e por outro a distância, a incomensurabilidade relativamente ao que é mediatizado⁷. A separação é uma virtude⁸. Eis o que podemos depreender da crítica de Debord em *A Sociedade do Espectáculo*. Ela aí incide sobre a mediação autónoma, que podemos

⁴ Cf. James Mark BALDWIN, *Le médiat et l'immédiat*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1921, p. 3.

⁵ Cf. Régis DEBRAY, *Vie et mort de l'image*, Paris, éditions Gallimard, 1992, p. 49.

⁶ Realça-se a ambivalência da mediação, que podendo ser cura também é morte. Cf. *Ibidem*, p. 50.

⁷ Cf. Carlo GINZBURG, «Répresentation: le mot, l'idée, la chose» in *Annales*, novembre-décembre 1991, n.º 6, pp.1219-1234. As *kolossoi* tomavam o lugar dos mortos e de certo modo continuavam a sua existência terrestre.

⁸ Gilbert Durand frisa que a mediação deixa de funcionar se não houver distanciação. Nesse caso estaremos perante uma presença que não evoca uma ausência, algo de fundamentalmente outro e que, portanto, nada significa. A significação é concebida como tendo de ocorrer sempre na perspectiva da delegação. A presença que nada evoca, e não podendo evocar-se a si, o que seria contraditório, não significará. Cf. René ALLEAU, *A ciência dos símbolos*, Lisboa, Ed.70, 1982, p. 256.

contrapor à heterónoma, aquela que deve o seu ser à coisa que medeia. A mediação da crítica de Debord converteu-se em primeira natureza. Deixou de ser meio e passou a fim. A última consequência da produção de um mundo assim consiste na entrega à realidade virtual e fictícia ⁹.

Há um outro pensamento que absolutiza a condição medial. Todos os domínios da experiência são mediação. Desde logo, uma sua contextualização – que é trabalho político, ético, gnoseológico, técnico ou lógico – resulta inútil. Latour expõe que o mundo apresenta-se como uma extensa mediação, onde convivem, em simultâneo, os mediadores mais heterogêneos: este texto, coisas naturais, técnicas, ciências, seres de ficção, religiões pequenas e grandes, a política, os tribunais, as economias e as idiotices ¹⁰. Por esta ordem de ideias, não se está em lugar ou tempo algum com o imediato, com significado de imanente. O pensamento da mediação é, necessariamente, transcendente, de uma «transcendência sem contrário» ¹¹. A própria natureza, símbolo genérico da imediatidade ou sensibilidade original, não é mais acessível que a sociedade ou Deus. Na verdade não há imediação, no sentido de algo exterior à mediação. Se a presença das coisas é assegurada por uma delegação, uma tradução, substituição, o mais imediato é mediato. O mundo não comporta divisão entre visível e invisível, entre aquilo a que se acede e aquilo que é inacessível, entre existência e essência. «Ser e sentido são uma e mesma realidade» ¹². O que permite existir as coisas é a delegação, é por esta que é possibilitado o permanecer em presença daquelas.

A análise de Kantarowicz dos dois corpos do rei é de um alcance diferente do manifestado por Debord, ainda que ambos atestem a valência da mediação, enfim, que se vive numa geografia desenhada por ela, que tudo na terra é delegação. Mas se para Debord a mediação é aberta por uma metafísica da separação, se fundamenta nela, para Kantarowicz a mediação abre para uma alteridade do mesmo, um desdobramento. Os dois corpos do rei são o corpo natural e o corpo divino. Um e outro estão presentes simultaneamente. O modo natural do rei convive com o modo divino do rei. Um está com o outro. Em nenhuma circunstância um expulsa o outro. Na unidade do rei vigora uma espécie de alteridade interna. Não é dois, é um. A imanência é transcendente, a transcendência é imanente. O mortal é imortal ¹³.

⁹ Temática que o conceito de simulação de Baudrillard desenvolverá. Cf. Mark TAYLOR e Esa SAARINEN, *Imagologies*, London, N.York, Routledge, 1994, practices 13.

¹⁰ Cf. Bruno LATOUR, *Nous n'avons jamais été modernes, essai d'anthropologie symétrique*, Paris, éditions La Découverte, 1997, pp. 177.

¹¹ *Ibidem*, pp. 176.

¹² *Ibidem*.

¹³ Cf. Ernst KANTAROWICZ, *Les deux corps du roi*, Paris, Éditions Gallimard, 1989.

2. Em termos de uma antropologia da questão, Stiegler esclarecerá que a origem do humano como mediador reenvia para o facto deste estruturar o vivo segundo modos não-vivos.¹⁴ «A vida é inscrição no não-vivo»¹⁵. Orgânico e inorgânico, longe de se oporem, compõem-se. Um não está na dependência do outro. A origem é de «con-venance» ou de chegada ao mesmo tempo dos dois¹⁶. «O Homem não é um milagre espiritual, que de um momento para o outro se viesse juntar a um corpo previamente dado, onde o «mental» se viesse agraçar ao «animal»¹⁷. A condição protésica ou tecnológica aqui abordada «não é suplemento de qualquer coisa, não substitui algo que existiu antes e se perdeu: é um reunir»¹⁸. A prótese não é uma extensão, um prolongamento, é o que constitui o próprio corpo. Não é meio, é fim. Reconhece que o trabalho da mediação é o único que é visível, por isso ele é fim. O ponto de partida de Stiegler não é uma qualquer essência, mas a existência que se faz nos mediadores, nos agentes, nos actuautes, o que turva o trajecto que as metafísicas assumiram ao pretenderem descobrir o fundamento (*Grund*) de onde se adequariam as diversas ordens do real, incluindo as do Homem. Turva-se certamente o discurso de descoberta do que do passado age em direcção ao futuro. A exterioridade do Homem é a sua interioridade. O dentro é o fora. Um é o outro, constituindo-se ambos em simultâneo. É nas marcas da finitude que o Homem se infinitiza¹⁹. Simbólico, tecnociência e digital, entre outras mediações, constituindo exemplo da maiêutica (evolução) brenhosa de o humano atravessar o vivo e explicando a sua natureza medial intrínseca, não são algo de transcendental que se acrescenta ao natural²⁰. Não há de um lado o dado e do outro o adquirido. Todo o Homem é mediação. O simbólico não se acrescenta ao material como algo de espiritual, porque o material acontece com o espiritual.

Em Rousseau e Condillac, a mediação do humano apresenta-se como algo de difícil alcance, mas que é importante recuperar. E recupera-se, respectivamente, num por uma ficção especulativa e no outro por uma imagem. A equação «X + Y =» de Rousseau busca a valência da primeira incógnita, do «X», eliminada a parte devida às mediações culturais «Y», aceitando como ponto de partida o Homem actual «=». Só através desta operação regressiva, por completo ficcional, pois o que se obtém sempre

¹⁴ Cf. Bernard STIEGLER, *La technique et le temps, 1. La faute d'Épiméthée*, Paris, Galilée, 1994, pp.146.

¹⁵ *Ibidem*, p. 150.

¹⁶ *Ibidem*, p. 162.

¹⁷ *Ibidem*, p. 154.

¹⁸ *Ibidem*, p. 162.

¹⁹ Cf. *Idem*, «La croyance de Régis Debray» in *Le débat*, n.º 8, mai-août, 1995, p. 49.

²⁰ *Ibidem*, p. 48.

é um Homem civilizado de alguma maneira, se alcança imediatidade. O Homem imediato, natural, originário e selvagem é construído pela necessidade que há de a todo o custo encontrar uma origem, um ponto de referência. A estátua de Condillac cumpre a mesma necessidade. A estátua representa a imediação absoluta, o que fica de resíduo do Homem ao privar-se de toda a humanidade. Corresponde ao dado original que é ocultado numa construção que se faz peça por peça, etapa por etapa. Mediatizar nestas condições corresponderá a insuflar vida num artifício ²¹.

Posta a questão em termos de uma incompletude nativa, a mediação é necessária para passar ao resultado. Onde, é fundamental promovê-la.

O Homem é uma possibilidade total da mediação. «Ao descobrir-se o primeiro lugar de vida», afirmará Folscheid, «o primeiro sílex, a primeira pintura, é já o Homem que se descobre» ²². Inexiste num antes e num depois das mediações. Simplesmente não é fora delas. É por elas que ele aí está. Adopta-as como *habitus* (lat.), que dará em português habitação e vestimenta ou hábito. Tudo o que mediatiza o Homem é seu lugar de vida e sua segunda pele. É nesse sentido que se diz que vestir a natureza é torná-la habitável. Rodeia-se de próteses do mais diverso género – virtudes, costumes, instituições, meios de transporte, computadores – para criar um ambiente favorável à sua respiração. Uma condição de libertação para si, como faz questão de frisar Bragança de Miranda ²³. Mas enquanto realizam a função de colmatar uma espécie de nudez pragmática original, imediata, dada pela natureza, as mediações desenvolvem a definição essencial de roupagem (*Ware*).²⁴ Na cultura actual a roupagem é entendida mais no sentido de algo onde o humano penetra e menos no sentido de simples invólucro (*wrapping*). «Já não nos satisfazem as superfícies. Estamos a experimentar penetrar o impenetrável, o ecrã do vídeo», diz Kerckhove ²⁵. A expressão: «conhecemos o *cyborg*, e este somos nós», de Rosanne Stone, ilustra o grau de imersão que hoje o corpo atinge na

²¹ Rousseau e Condillac são citados em Dominique FOLSCHIED, *L'esprit de l'athéisme et son destin*, Rennes, Éditions Universitaires, 1991, pp.210-220.

²² *Ibidem*, pp.183. Este considera a mediatização uma forma de alienação, um obstáculo no acesso à verdade. As coisas, o Homem e Deus precisam de ser libertos da mediação. Cf. p. 234-236.

²³ Bragança de Miranda fala da astúcia inerente ao humano como se tratasse de um centro de liberdade que joga a seu favor e que evita que ele seja determinado completamente por aquilo que cria. Cf. José Bragança de MIRANDA, «Fim da mediação? De uma agitação na metafísica contemporânea» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 25-26, *Real vs Virtual*, org. José A. Bragança de MIRANDA, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, (293-330), p.320 (nota 2).

²⁴ Cf. D. FOLSCHIED, *op.cit.*, p.185.

²⁵ Cf. DERRICK de KERCKHOVE, *The skin of culture, investigating the new electronic reality*, Toronto, Sommerville House Publishing, 1995, p.138.

mediação maquínica²⁶. Tende-se para um tal regime de fusão do sujeito com as máquinas que quase se oculta o facto de se continuar numa metafísica de separação.

Espontaneamente, o Homem é tido como não se completando a si mesmo, como não acedendo imediatamente a si, e daí toda uma economia da falta se desencadeia. E é porque ela abisma que a única tarefa do mediólogo é de a reparar. «Reparar, reparar», diz Debray²⁷. O pensamento da incompletude, que tem, para esta vertente da mediação, uma dimensão omni-histórica, é que obriga à passagem do imediato para o mediato, ou do caos para o cosmos, da natureza para a cultura, da individualidade para a universalidade. Faz-se da passagem o problema dos problemas. Como canta Antonio Machado em *Cantares...* «Todo pasa y todo queda, pero lo nuestro es pasar, pasar haciendo caminos, caminos sobre el mar.»

Trata-se de um modo de pensar marcado pelo dualismo, separação dos regimes do sujeito e do objecto, do natural e do social, do humano e do inumano, característica moderna, que esquece, segundo Latour, «o nascimento conjunto»²⁸. Esquece o comércio que os humanos sempre desenvolveram com as coisas, objectos, animais e Deus, a natureza com a cultura. Tudo o que não constitui a humanidade mas com que ela se constitui. Paradoxalmente, e simultaneamente, encontra-se separada e unida a eles. Por isso, a surpresa maior não é de uma passagem que privilegia o humano, mas de uma permanência de todos os mediadores na produção do mundo. «Não somos nós que acrescentamos arbitrariamente a «dimensão simbólica» a puras forças materiais. Estas são tão transcendentais, activas, agitadas, espirituais como nós mesmos», refere José A. Mourão²⁹.

3. O campo da mediação vê-se assim disputado por dois pensamentos adversários, numa espécie de permanência no tempo, sob moldes diferentes, da adversidade que caracteriza a oposição que o Cristianismo move ao religioso que irrompe ao nível da concepção mítica. Os actores de hoje representam papéis antigos. Historicamente não há dúvida que a experiência do Homem se constitui na ligação à mediação e que a religião é a sua grande genealogia. Todas as mediações eram capturadas por ela. A religião

²⁶ Cf. Allucquerque Rosanne STONE, «Recordações da unidade Ou chegou a era da máquina e tudo o que eu ganhei foi esta horrível T-shirt» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 25-26, p. 69.

²⁷ Régis DEBRAY, *Critique de la raison politique ou l'inconsciente religieux*, Paris, Gallimard, 1981, pp. 270.

²⁸ B. LATOUR, *op. cit.*, p. 23.

²⁹ Cf. José Augusto MOURÃO, *O paradigma mediológico* (texto policopiado).

detinha, com efeito, o grande poder constitutivo do mundo ³⁰. Nas intuições religiosas primárias há tantas forças mediadoras quantas ligações há para efectuar; faltar um deus é ficar um domínio da experiência vital obscurecida. É o momento dos «deuses momentâneos», segundo Usener ³¹. As necessidades do quotidiano e/ou os sentimentos de crise gerados a partir do mesmo conduzem a uma multiplicação dos deuses, revelando-se toda a sua mobilidade e fugacidade. Como em Roma, onde o Panteão nunca está completo ou, finalmente, como em Atenas, erguendo um altar ao deus desconhecido, em sinal de permanecer para sempre a ameaça da imediatidade, de restar um lugar por onde o não-deus se pode introduzir no mundo ordenado. Ocupar todo o território de mediações vale pelo exorcismo do medo do regresso a um passado tenebroso, caótico. Ao Wakanda, Manitu ou Orenda é atribuído o controlo do mundo ³².

A imediatidade é vista como a fonte do mal no mundo e o seu combate é o facto que inaugura o debate sobre a mediação ³³.

O Cristianismo representa neste panorama uma ruptura. A mediação de Deus é como um manto que o Homem ao nascer vê já cobrir toda a sua existência e do mundo. Por Deus, o Homem e o mundo são transcendententes. Não resta nenhum lugar para a imediatidade. Deus invade e submete a si as ordens cósmica e humana. José A. Mourão precisa que as teologias cristãs da criação reflectem que Homem e mundo vêm de Deus segundo uma lógica da encarnação. Eles vêm dele, «mas via constituição, segundo uma diferença originária e determinante, e não via geração» ³⁴. Deus não criará no sentido de fazer passar um nada para um tudo e que o Homem poderia imediatizar, mas no sentido em que a essência de Deus é diferenciante. Por outras palavras, toda a existência é constituída num processo de transformação de Deus que resulta impossível determinar o princípio ou o fim.

Para S. Paulo, o Cristianismo do Antigo Testamento ao não actuar a partir da encarnação de Cristo falha mediologicamente ³⁵. Com efeito, o Livro da Sabedoria distingue um mundo de Deus e um mundo do

³⁰ A perda desse poder nas sociedades contemporâneas é abordado por José A. MOURÃO. Cf do autor: «O sagrado entre o universo e o átomo» in *Cenáculo*, 38. 150, (1998-99), Braga, Universidade Católica Portuguesa, (63-72), p. 64.

³¹ Citado por Ernst CASSIRER, *Linguagem, Mito e Religião*, Porto, Edições Rés, 1976, p. 107.

³² *Ibidem*, p. 109; 115.

³³ É curioso que a associação primitiva da mediação com a magia seja uma constante entre as expressões mediais mais racionais como as técnicas.

³⁴ Cf. José A. MOURÃO, *op.cit.*, p. 70.

³⁵ Cf. Hebreus 8, 7.

³⁶ Cf. Sabedoria 2, 23-24.

demónio³⁶. E Job suplica a favor de um árbitro que se interponha entre Deus e ele³⁷. Nesta fase, a linguagem da religião é uma linguagem mitológica, aparece alicerçada num pensamento de ruptura de humano e divino, pecado e graça³⁸. A justificação da eleição do povo hebraico e do seu êxodo faz-se na percepção de um abismo com Deus, procurando colmatá-lo, como forma de redenção, com os mediadores mais heterogêneos³⁹.

A grande alteração medial surge na concepção neotestamentária, no momento em que é Cristo que concentra todo o papel da mediação. Através da pessoa de Cristo, a religião cristã une a humanidade e a divindade. A encarnação de Deus em Cristo culmina o que não seria pensável em termos de articulação das esferas da essência com a existência, do saber com a acção, ou do pecado com a salvação. O que outrora tivera condição assumidamente conflituosa e inconciliável agora aparece unido. Inclusive a morte é mediatizada na ressurreição. Morte e vida estão ligadas⁴⁰.

A mediação alcança, inclusive, o próprio Deus através da Trindade. Será o referente último da mediação.

A existência de zonas obscuras na forma arcaica do religioso levanta um problema que o cristianismo erradica. Referimo-nos à estratégia de estabilizar a experiência, de a conter em determinados moldes ou quadros. Não estando o Cristianismo neotestamentário afectado por esse mal não tem de arquitectar nenhum plano especial. O que se depreende da expressão conhecida das *Confissões* de Sto. Agostinho: «Deus é-me mais íntimo que a minha intimidade» é que o mais além é o mais aqui. A intimidade é já um itinerário para Deus.⁴¹ Ao contrário de outras religiões, cujo problema é o de operar a passagem daqui para além. A divindade é o piloto (*Kubernêtikós*) de um sistema de controlo da experiência, que relança o projecto cibernético moderno, em que a motivação principal de pôr fim à entropia, ou pelo menos atenuar os seus efeitos, o levou à criação de máquinas automáticas. Encontra-se o mesmo princípio na concepção do *apeiron* por Anaximandro, cujo objectivo era explicar a passagem do indeterminado ao determinado. Por «explicar a passagem» entenda-se dominar a passagem, formatando-a sob princípios racionais. Para Hegel

³⁷ Cf. Job 9, 33-35.

³⁸ É próprio do arcaísmo religioso, verificável igualmente nas religiões da Mesopotâmia e do Egipto.

³⁹ Moisés, os Reis, os Sacerdotes, os Profetas, os Servos, o Espírito Santo, a Palavra e a Sabedoria preenchem o intervalo existente entre Deus e os homens.

⁴⁰ Articulação que no *Fédon* de Platão tanta dialéctica gerou!

⁴¹ Que só se cumpre com a adesão livre do Homem, obstando-se, segundo José A. Mourão, a uma integração plena do Homem em Deus. O Homem é semelhante a Deus, não é um ser divino. Inscribe a sua diferença na própria diferença de Deus. É transcendente pela transcendência divina. Cf. *op. cit.*, p. 72

é a dialéctica que encaixa a totalidade do real. Esta move-se de si a si por intermédio de um processo gradativo. Em suma, o controlo da experiência é o intuito que parece presidir ao funcionamento das mediações que admitem a imediatidade, sejam elas teorias, técnicas, divindades, normas ou mandamentos.

O que tem de observar-se a partir daqui é o aspecto do controlo desenvolvido por cada uma dessas mediações. E atendendo à distinção operada por Bragança de Miranda, há dois aspectos essenciais ⁴²: o primeiro aspecto está orientado para o controlo de natureza transcendente, sendo partilhado pela filosofia, até Hegel, e pela religião. O controlo pertence ao absoluto e os trâmites para o alcançar incidem no relacionamento do fragmentário e do contingente com esse mesmo absoluto, por intermédio de um ascetismo como o que a Alegoria da Caverna alude. O núcleo da mediação joga-se na divisão do visível e invisível, da presença e ausência; o segundo aspecto realça os processos que remetem para o mundo dos instrumentos a eficácia do controlo. Privilegia as mediações imanentes ou técnico-científicas herdadas do projecto de uma razão absoluta do racionalismo, da transmutação por Leibniz das qualidades do raciocínio para o cálculo matemático. A divisão, no caso vertente, é quanto aos complexos motivacionais do esquema da instrumentalidade. À partida eles são dois: um é de natureza eminentemente técnica e prende-se à ideologia cibernética, designadamente ao facto de esta visar a estabilidade nas interacções comunicacionais fazendo deslocar o controlo para a máquina como forma de diminuir as incertezas e as imprecisões da vontade do Homem. O outro motivo é de natureza humanista e explica a vontade do Homem em vencer a sua finitude através das suas próprias criações ⁴³.

4. O enquadramento experiencial é colocado como problema da mediação, não se questionando, todavia, a qualidade das experiências em cada forma de mediação ⁴⁴. O tipo de experiência é fornecido pela mediação, como é melhor sugerido na análise do étimo grego de mediador (*mesites*),

⁴² Cf. José Bragança de MIRANDA, *op. cit.*, pp. 298-303.

⁴³ José Manuel SANTOS questiona a propósito se este ideal não consistirá algo de desmedido para a vida de um ser radicalmente finito. Cf. do autor: «O Virtual e as Virtudes» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 25-26, p. 522.

⁴⁴ Bragança de Miranda dá algumas pistas nesta questão e alude à beleza das experiências, no sentido platónico, e à justiça, no sentido da *dikê* grega. Por outras palavras, se guardam as ideias de proporcionalidade e de repartição igual. Cf. José A. Bragança de MIRANDA, «Ilusão arcaica, breve crítica da globalização» in *Le Monde Diplomatique*, Julho de 1999, ano1, n.º 4, p. 2. Lyotard refere-se a uma modalidade de presença que é de co-pertença, em que são gerados processos de identificação. Cf. Jean-François LYOTARD, *O Inumano, considerações sobre o tempo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, p. 121.

informado e formado pela tradição cristã do Novo Testamento e que se repercutiu no pensamento Ocidental e que a modernidade altera. O *mesites* não é um terceiro, um inter-mediário, um árbitro que se posiciona no limite exterior do que visa mediar⁴⁵. O mediador entra no próprio processo de con-junção. Desenvolve o seu trabalho a partir do invisível, como reconhece Bruno Latour, no irrepresentável, mas é ele que produz⁴⁶. O pensamento moderno simplesmente separa o que se encontrava unido: natureza e cultura, economia e sociedade, política e religião, global e local, humano e inumano, céu e terra. «Não misturemos!», eis a palavra de ordem que Latour descortina no espírito analítico moderno e que, paradoxalmente, é responsável pela proliferação incontrolável de híbridos⁴⁷. A filosofia de Hegel é bem um exemplo do pensamento que evita as misturas quando descobre no Absoluto graus de ser e que cai nas misturas quando faz da contradição o motor da História. Recusando a mediação, não fala senão de mediação⁴⁸.

Até que ponto se pode falar em configurações de experiência e o que as determina? Hegel explica através da luta do Senhor e do Servo narrada na *Fenomenologia do Espírito* que o que está em causa na História não é uma mera questão de sobrevivência, mas de sobre-vivência, uma questão de elevação da sua condição. A passagem pela alteridade, e por toda a carga de negatividade que aí se implica, justificar-se-á porque a experiência não se constitui espontaneamente. A mediatização é fundamental, afigura-se como o ir à luta, decorrendo daí que uma dada realidade histórica se configura. Ou por outra, duas realidades históricas distintas, que coexistem temporalmente, uma do Senhor e outra do Servo. A diferença é marcada pela atitude face à mediação do outro. O Senhor arrisca a vida e o Servo teme pela sua. O Senhor vence porque teve força para polarizar a outra existência. Manifestou, na terminologia de Nietzsche, mais vontade de poder. A esses Ernst Yünger apelida-os de figuras (*Gestalten*), que qualifica de potências metafísicas, precisamente pelo carácter de irradiação de presença que as marca⁴⁹. Serão aquelas em torno das quais a experiência girará. Funcionarão como pólos de uniformização, o que possibilita a formação de um estrato de experiência ao mesmo tempo diferenciado e homogéneo. Representa o momento da paragem da luta e o exercício

⁴⁵ Cf. «Alianza» in Lothar Coenen, *Diccionario Teológico del Nuevo Testamento*, Salamanca, Ediciones Sígueme, V.1, 1985, pp. 84-93; Cf. também *1 Timóteo* 2, 5.

⁴⁶ B. LATOUR, *op. cit.*, p. 53.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁸ A mediação é, à partida, o lugar da passagem, de uma imediatidade do ser a outra imediatidade. Seria apenas o movimento de relação do ser consigo mesmo, no entanto constitui o verdadeiro lugar da vida.

⁴⁹ Cf. Ernst YÜNGER, *O Passo da Floresta*, Lisboa, Edições Cotovia, 1995.

do poder por parte do Senhor. Entretanto, outra luta se desencadeará, arredando a hipótese do esgotamento da função de mediar por parte dos mediadores, bem como a contrária, a da sua assunção numa figura terminal ⁵⁰.

Bruno Latour, ao invés de Hegel, propõe que se faça um trabalho de constituição da experiência através da simetria, que consiste na convocação de todos os mediadores que actuam no mesmo tempo e no mesmo espaço, que habitam a mesma casa, e numa posterior interpretação do *vinculum*, da passagem, da relação que em conjunto geram. Não passa pela convocação de representantes excepcionais, as figuras ilustres, mas do processo que resulta da interação de todos os que permanecem em presença. A constituição da experiência refere-se ao acontecimento, ao lidar com a tensão, com o que não combina, com a oposição, apreciando-se que a constituição tem por finalidade garantir, igualmente, estados homogêneos e desconfitualizados. A ideia do espaço simétrico procura restabelecer o entendimento comum dos seres e a sua separação. É entendida como o desenhar de um quadro onde as diferenças se organizam. Nestes termos é compreensível que o que é separado do Homem seja unido a ele. Basta pensar que a Natureza transcende o Homem, todavia ela só é constituída como Natureza quando o Homem a cria por força do cálculo. Mas ainda que a Natureza seja uma criação do Homem, este encara-a como se não fosse. Para estes o que o Homem inventa fará parte sempre dele, como uma multiplicação sua, tendo em vista a sua própria definição e a das coisas. O processo nunca é um processo sem sujeito ou só com sujeito. É uma dinâmica lata que nunca põe em perigo a mediação humana.

No âmbito do pensamento anterior, e ao contrário, há centros totalitários: umas vezes é o Homem, outras a palavra, a natureza ou a técnica, que se sentem ameaçados quando num certo momento o trabalho dos mediadores se impulsiona para além da fixidez traçada, seja ela ontológica, teológica ou lógica. O que verificamos em Lyotard e na sua rescrita da modernidade, por exemplo, é exactamente isso. Ela surge quando, num ápice, a mediação passou de um processo com sujeito para um processo de movimento sem móbil, sugerindo uma experiência livre, sem começo nem termo ⁵¹.

5. A partir daqui estamos prontos para fazer o entendimento da experiência nos seus principais momentos ou estratos: o teológico, o

⁵⁰ O que não se verifica com o marxismo, que antecipa a redenção do comunismo no fim da história, comprometendo desta maneira todas as formas anteriores de mediação.

⁵¹ Cf. J. F. LYOTARD, *op. cit.*, pp. 33-43.

filosófico, o gramatológico, o representacional, o técnico-científico e o digital⁵². É um exame que aqui não fazemos, mas que agenciamos para trabalho de campo, a levar a cabo junto dos que as viveram e falaram delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV, *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1991.
- ALLEAU, René, *A ciência dos símbolos*, Lisboa, Ed.70, 1982.
- BALDWIN, James Mark, *Le médiat et l'immédiat*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1921.
- BAUDRILLARD, Jean, *As Estratégias Fatais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.
- BENJAMIN, Walter, *Origem do drama barroco alemão*, S.Paulo, Brasiliense, 1984.
- CASSIRER, Ernst, *Linguagem, Mito e Religião*, Porto, Edições Rés, 1976.
- COENEN, Lothar, *Diccionario Teologico del Nuevo Testamento*, Salamanca, Ediciones Sigueme, V.1, 1985.
- DEBRAY, Régis, *Critique de la raison politique ou l'inconsciente religieux*, Paris, Gallimard, 1981.
- IDEM, *Vie et mort de l'image*, Paris, éditions Gallimard, 1992.
- DERRIDA, Jacques, *De la Grammatologie*, Paris, Les éditions de Minuit, 1967.
- FOLSCHNEID, Dominique, *L'esprit de l'athéisme et son destin*, Rennes, Éditions Universitaires, 1991.
- GINZBURG, Carlo, «Répresentation: le mot, l'idée, la chose» in *Annales*, novembre-décembre 1991, n.º 6, pp.1219-1234.
- KANTAROWICZ, Ernst, *Les deux corps du roi*, Paris, Éditions Gallimard, 1989.
- KERCKHOVE, Derrick de, *The skin of culture, investigating the new electronic reality*, Toronto, Sommerville House Publishing, 1995.
- LATOUR, Bruno, *Nous n'avons jamais été modernes, essai d'antropologie symétrique*, Paris, Éditions La Découverte, 1997.
- LYOTARD, Jean-François, *O Inumano, considerações sobre o tempo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.
- MIRANDA, José A. Bragança de «Ilusão arcaica, breve crítica da globalização» in *Le Monde Diplomatique*, Julho de 1999, ano1, n.º 4.
- IDEM, «Fim da mediação? De uma agitação na metafísica contemporânea» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 25-26, *Real vs Virtual*, org. José A. Bragança de MIRANDA, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, (293-330).

⁵² Esta distribuição da mediação pela experiência devo-a ao Prof. José A. Mourão, que a referiu durante a arguição da tese de mestrado que defendi na UBI, sob o título: *A emergência do paradigma mediológico, arqueologia da mediação*.

- MOURÃO, José A, *O paradigma mediológico* (texto policopiado).
- IDEM, «O sagrado entre o universo e o átomo» in *Cenáculo*, 38. 150, (1998-99), Braga, Universidade Católica Portuguesa, (63-72).
- ROSA, António Ramos, *Mediadoras*, Lisboa, Ulmeiro, 1985.
- SANTOS, José Manuel, «O Virtual e as Virtudes» in *Revista de Comunicação e Linguagens, Real vs Virtual*, org. José A. Bragança de MIRANDA, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, (519-537).
- STIEGLER, Bernard «La croyance de Régis Debray» in *Le débat*, n.º 8, mai-août, 1995, (44-52).
- IDEM, *La technique et le temps, 1. La faute d'Épiméthée*, Paris, Galilée, 1994.
- STONE, Allucquerque Rosanne, «Recordações da unidade Ou chegou a era da máquina e tudo o que eu ganhei foi esta horrível T-shirt» in *Revista de Comunicação e Linguagens, Real vs Virtual*, org. José A. Bragança de MIRANDA, Lisboa, Edições Cosmos, 1999,(69-72).
- TAYLOR, Mark e SAARINEN, Esa, *Imagologies*, London, N.York, Routledge, 1994.
- YÜNGER, Ernst, *O Passo da Floresta*, Lisboa, Edições Cotovia, 1995.

VIRTUAL: REALIDADE DA IMAGEM, OU O QUE É QUE NOS IMPEDE DE VER?

EDMUNDO CORDEIRO*

Propomos aqui o esboço de um ponto de convergência entre as reflexões de Marie-José Mondzain¹ e as de Gilles Deleuze² sobre a natureza das imagens. As reflexões de Mondzain têm por objecto e ponto de partida a «querela das imagens» de Bizâncio, no século IX, centrada na luta entre iconoclastas e defensores dos ícones, os iconófilos, e que obrigou estes últimos a elaborar o primeiro grande pensamento da imagem, o qual estaria na base do imaginário contemporâneo, quer dizer, na base tanto da produção de imagens quanto da relação com as imagens. (Estes aspectos não são simples. Têm que ver com a justificação, digamos assim, do mistério da Encarnação do Verbo divino na pessoa de Cristo, procurando, como diz Didi-Huberman, «(...) ultrapassar a oposição secular dos deuses demasiado visíveis do paganismo greco-latino e do deus demasiado invisível da religião hebraica³». Mas não é esse o nosso objecto aqui.

* Universidade da Beira Interior.

¹ MONDZAIN, Marie-José, *L'image naturelle*, Le Nouveau Commerce, Paris, 1995 ; *Image, icône, économie – les sources byzantines de l'imaginaire contemporain*, Éditions du Seuil, Paris, 1996.

² DELEUZE, Gilles, *L'image-mouvement*, Éditions de Minuit, Paris, 1983 ; *L'image-temps*, Éditions de Minuit, Paris, 1985.

³ DIDI-HUBERMAN, Georges, «Poderes da Figura – exegese e visualidade na arte cristã», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 20, «Figuras», Lisboa, 1994, p.163. (Or.: «Puissances de la figure – Exégèse et visualité dans l'art chrétien», *Encyclopaedia Universalis – Symposium*, E.U., Paris, 1990, pp. 596-609.)

Interessa-nos essa ideia de uma imagem que se desenvolve, que se *estende*, para além da sua própria visibilidade.) Simplificando, para o que aqui nos importa, tratou-se, para os defensores das imagens, de libertar a imagem de uma avaliação feita pela «bitola do Ser», da semelhança e do verdadeiro – «a imagem nunca é verdadeira⁴», diz Mondzain –, para acentuar o seu carácter fundamentalmente dinâmico, o seu carácter de mobilidade e manifestação – «mobilidade específica da manifestação do Ser na medida em que ele não está aí⁵», diz ela; por conseguinte, enquanto não é dado de antemão, enquanto é invisível.

Diz Marie-José Mondzain: «[A imagem] não é nem um objecto que existe fora de nós ou longe do mundo, nem um estado mais ou menos transitório da nossa subjectividade. Ela não pode existir sem nós e é por ela que um mundo advém. Ela é a manifestação, face a nós, do livre jogo das desapareições recíprocas entre o mundo e nós. A anulação do sujeito e do objecto não faz com que a imagem caia no não-ser, mas instaura a temporalidade própria à relação de imagem. A imagem não está no espaço, ela tem que ver com o tempo. Diástole e sístole do presente e da ausência. A imagem constitui-se na pulsação do real que nos captura e da vida que nos liberta. A imagem é aparição do *ritmo*⁶». Esta pulsação do real e da vida é por ela também nomeada pulsação entre o que aparece e o que desaparece. E se aparece, é pela imagem, e se desaparece, é pela imagem – e se aparece, é pelo tempo, e se desaparece, é pelo tempo...

Ora, em que consistirá esta «temporalidade própria» da imagem? E onde residirá então a convergência entre isto que se acabou de dizer e Gilles Deleuze? Nisto: para Deleuze, evidentemente com um vocabulário e um ponto de partida tanto filosófico quanto material muito diferentes, «o carácter mais autêntico da imagem é o movimento⁷». É certo que a noção deleuziana de «imagem-movimento» se refere antes de mais à especificidade da imagem cinematográfica, mas, tal como em Bergson, donde parte Deleuze, isso tem um alcance mais vasto, de forma que poderemos avançar que Deleuze se serve da imagem cinematográfica para mostrar o carácter fundamental de toda a imagem, para mostrar que toda a imagem é imagem-movimento e que esse movimento da imagem é um movimento fundamental da matéria (para Bergson, matéria é igual a movimento), ou, como ele diz, a «operação do Real»... A imagem-movimento é uma modulação: «(...) a modulação é a operação do Real, enquanto constitui e não pára de reconstituir a identidade da imagem e do objecto⁸» (p. 42).

⁴ *L'image naturelle, op. cit.*, pp.19-20.

⁵ *Ibid.*, p.22.

⁶ *Ibid.*, p.15.

⁷ *L'image-temps, op. cit.*, p. 41.

⁸ *Ibid.*, pp. 41-42.

Bergson diz que qualquer corte do movimento, por conseguinte aquilo a que analiticamente poderíamos chamar «imagem fixa», é um «corte móvel», isto é, toda a imagem é móvel. E a modulação é o processo de virtualização e de actualização. É esse o *processo* do tempo. É o tempo que realiza o movimento no olhar e, na medida em que se trata de um espaço-tempo, o tempo impregna toda a figura de espaço e o movimento habita já a imagem (mesmo «parada») independentemente de qualquer manifestação temporalizada ⁹.

Quando dizemos no título que o virtual é a realidade da imagem, ou que a realidade da imagem é virtual, isso não significa que saibamos o que é a imagem ou o que são as imagens, significa, sim, que colocamos a imagem na perspectiva da *passagem* do tempo. Não está aqui em causa, evidentemente, responder à pergunta *o que é o tempo?* Importa somente reter esta aproximação: o tempo é aquilo que passa, talvez melhor, aquilo que se mantém na passagem ou a passagem daquilo que se mantém... E aquilo que se manterá na passagem será a própria potência de passar... Esta *passagem do tempo* seria um *movimento fundamental* próprio da imagem, a sua temporalidade própria.

Esta *passagem* do tempo não é um simples *deixar para trás*, como todos sabemos e experienciamos, não é um processo linear, não se trata de uma simples sucessão. É um processo que pressupõe uma «abertura infinita». Diz Deleuze que «a simples sucessão afecta os presentes que passam, mas cada presente *coexiste* com um passado e um futuro sem os quais ele próprio não passaria ¹⁰». Ora, será esta *coexistência* que definirá a *existência* da imagem, isto é, a passagem de imagem para imagem, a passagem das imagens, a *passagem do tempo*. Diz Deleuze ainda: «Não somente a imagem é inseparável de um antes e de um depois que lhe são próprios, que não se confundem com as imagens precedentes e subsequentes, mas, por outro lado, ela própria cai num passado e num futuro, dos quais o presente não é mais que um limite extremo, nunca dado ¹¹». Como o ritmo numa obra musical – a imagem é aparição do *ritmo*, dizia Mondzain – ao mesmo tempo um fluir e a subtração a esse fluir.

Tarkovski: «Podemos facilmente imaginar um filme sem actores, sem música, sem décors, e mesmo sem montagem. Mas seria impossível conceber uma obra cinematográfica privada da sensação do tempo que passa ¹²». Tarkovski refere-se evidentemente aqui a um tipo de imagem

⁹ Cf. ROPARS, Marie-Claire, *L'idée d'image*, Presses Universitaires de Vincennes, Saint-Denis, 1995, pp. 29-33.

¹⁰ *L'image-temps*, op. cit., p. 55.

¹¹ *Ibid.*, *Ibid.*

¹² TARKOVSKI, Andrei, *Le temps scellé*, Éditions Étoile / Cahiers du Cinéma, Paris, 1989, p. 108.

que não só reproduz o movimento como o faz sentir das maneiras mais inesperadas, uma vez que pode acrescentar de várias formas movimento ao movimento, e com isso, «esculpir o tempo», como ele diz. Mas a hipótese que pretendemos esboçar aqui é a de que o tempo próprio das imagens, de todas as imagens, independentemente de qualquer manifestação temporalizada, é essa *passagem*. Todas as imagens seriam *passagens* do tempo. Como se, não somente o tempo passasse por todas as imagens, quanto mais não seja com a demora, o *tempo*, do olhar ou do pensamento, mas as imagens, elas próprias, fossem a *potência* dessa *passagem*, esse «limite extremo, nunca dado».

Ora, no reino da proliferação tecnológica e mercantil das imagens, constantemente solicitadas pela sua produção, onde *tudo*, supostamente, dizem-nos, se pode ver, serve isto para acentuar que o principal da imagem não é tanto o que se vê, mas sim o que não se vê, e que o seu exercício implica, muito mais do que *reconhecimento*, e como diz Mondain, «*perda de conhecimento*»¹³. O perigo está e estará, como esteve sempre, na obliteração do que não se vê pelo que se vê... Mas aí talvez a própria imagem detenha, ela própria, os seus antídotos, essa «eficácia sombria» de que fala Didi-Huberman: «Há um *trabalho* do negativo na imagem, uma eficácia «sombria» que, por assim dizer, cava o visível (a ordenação dos aspectos representados) e abala [*meurtrit*] o legível (a ordenação dos dispositivos de significação)¹⁴. E assim, quanto mais se vê, menos se vê... É isso que importa. (Menos reconhecimento, mais *perda de conhecimento*.)

E afinal, o que é que nos impede de ver? Certamente aquilo que nos permite reconhecer.

¹² TARKOVSKI, Andrei, *Le temps scellé*, Éditions Étoile / Cahiers du Cinéma, Paris, 1989, p. 108.

¹³ *L'image naturelle*, *op. cit.*, p. 28.

¹⁴ DIDI-HUBERMAN, Georges, *Devant l'image*, Éditions de Minuit, Paris, 1990, p. 174.

NIETZSCHE E A FÁBULA DE UM MUNDO EM REDE

FRANCISCO E. MENEZES MARTINS*

Antes de entrar no assunto proposto por este texto é relevante fazer algumas considerações. Na atualidade, o interesse acadêmico por estudos sobre o pensamento não predominante durante a modernidade ultrapassa qualquer limitação relativa à posse do direito legitimado de pesquisar o homem e o mundo.

Não há reserva de mercado quando o assunto é a reflexão sobre como o mundo deixou de revelar-se ao homem e passou a ser uma revelação feita pelo próprio homem para si mesmo. Quando a técnica permite a existência de uma dimensão virtual simultânea à sensibilidade do mundo, encontra-se um forte argumento para aliar a filosofia à comunicação, por exemplo, assim como a comunicação à sociologia ou à antropologia. Este texto nasce da perspectiva de uma fronteira entre autores da filosofia com atores da comunicação.

Parto do suposto de que não há nada proibido quando se trata de uma boa intenção, de uma busca que se desterritorializa no *cyberspace* e nas obras de autores identificados com uma postura de estranhamento em relação à metafísica ou à Modernidade. No fundo está uma manifestação de fé na vida e no homem através do Cristianismo.

Assim como Vattimo, sinto a necessidade de usar o martelo de Nietzsche para quebrar o gelo deste imenso congelador das cenas do mundo verdadeiro (1) que é o espaço cibernético da comunicação e da cultura. A imagem do mundo ocultando o próprio mundo (2). A mídia, cada vez

* PUCRS – Brasil.

menos como causa do homem e cada vez mais como finalidade de ser o próprio mundo.

No entardecer de remanescentes valores que ainda persistem ao jogo das redes pós-modernas e sustentam o escasso brilho do crepúsculo da modernidade e da metafísica, é pertinente retomar estudos com base na filosofia e na biografia de Nietzsche. A intenção é promover a reflexão levando em conta uma possível atualização do pensamento que aposta no devir e na possível ausência de finalidades objetivas do mundo, que considera a história do mundo uma fábula e o nihilismo uma alternativa, entre outras existentes.

Hoje, quando a modernidade é velada com poucas viúvas e o presente da técnica anula o que Nietzsche condenava no final do século passado (um excesso de consciência histórica que impedia a criação de novos valores), percebe-se que houve uma substituição da consciência histórica por um tipo de consciência sem hierarquia, adquirida a partir de um compartilhar do mesmo ambiente informacional e das mesmas vivências. Da mesma forma que na época de Nietzsche, hoje acredita-se não ser possível a criação de novos valores. Não pela violenta supremacia da metafísica (3), mas pela dispersão da vontade na mesma proporção das redes comunicacionais.

Não que as redes anulem a vontade, entendida como a energia potencializada contemplada por Schopenhauer (4) e Nietzsche (5), do homem pós-moderno, mas que talvez ele tenha encontrado nelas um motivo para não considerar sua potencial capacidade de afirmar tal vontade.

O mundo se apresenta previamente programado tanto na metafísica quanto na comunicação. Por que não considerar a metafísica uma estratégia de comunicação tanto quanto as estratégias de programação da comunicação? Que ela deixe de ser, apesar de estar em agonia, intocável e incomparável. A metafísica não faz parte da natureza, ela é uma construção retórica que serviu para interpretar e explicar o ser o homem e o mundo. Durante séculos, ela foi o horizonte do transcendente mundo verdadeiro. Valores supremos se elevaram sob sua guarda.

Questões já levantadas desde a década passada dão conta de uma Modernidade em superação, ruptura ou final, apontando para uma nascente de novos valores. Aqueles silenciados e escondidos por não responderem aos mandamentos de seu tempo. Passagem de década, final de século, aproxima-se o simbólico ano 2000 (6). O homem parecia querer atravessar o milênio sem correntes que o pudessem prender. Porém, a vocação para servir o pastor ou a vontade de rebanho fez com que, na falta do pastor, o rebanho seguisse os vestígios de seu desaparecimento. Assim, na ausência da metafísica, uma frondosa árvore que proporcionou durante séculos a sombra protetora do mundo verdadeiro contra os raios do sol do mundo sensível, as plantas rasteiras, rizomáticas, até então sufocadas pela árvore crescem e se multiplicam.

Poderia, finalmente, ser o que Nietzsche tentou anunciar quando escreveu como o mundo verdadeiro acabou se transformando numa fábula:

«El mundo verdadero es una idea que ya no sirve para nada, que ni siquiera obliga, una idea que se vuelvo inútil, superflua; en consecuencia es una idea que há sido refutada: eliminésmola. (Día claro; desayuno, vuelta del sentido común y de la serenidad alegre; Platón se pone rojo de vergüenza y todos los espíritus libres arman un ruido de mil demonios.)» (7)

A expressão «espíritos livres» foi utilizada como subtítulo do livro que Nietzsche publicou em maio de 1878, *Humano, demasiado humano – um livro para espíritos livres*. Obra que marcou uma virada decisiva na vida e na filosofia do pensador e abriu a década definitiva da criação e amadurecimento de sua herança filosófica aos homens do futuro. Proclamava-se Nietzsche como sendo «um homem que nasceu póstumo». Compreende-se sua angústia e solidão por ter contemplado a aversão da época ao pensamento que desenvolvia.

Buscar compreender as circunstâncias do rompimento de Nietzsche com as correntes que o mantinham civilizado aos olhos da velha filosofia pode apresentar uma opção para a análise de idéias libertárias e até mesmo revolucionárias, que apontaram para um tempo a vir, que jogaram com a regra do devir e que, até hoje, provocam divisões e polêmicas na filosofia, política, religião e, mais recentemente, nos estudos em comunicação.

Pensamento da verticalidade

Em julho de 1992, eu viajava de trem da Alemanha para a Itália. Conhecia algumas idéias de Nietzsche e sabia que ele havia escrito o melhor de sua obra entre os Alpes e a Costa Azzurra. Quando o trem parou em Basel, fronteira da Alemanha com a Suíça, me dei conta que eu estava numa cidade-superfície que havia sido fundamental para entender a vertigem e a verticalidade empregada por Nietzsche (8) em seus escritos.

Por ser uma linha divisora entre duas nações muito distintas e pela liberdade que se goza ao ultrapassar o limite das fronteiras, também é possível relacionar o fato do filósofo ter abandonado a cátedra de filologia clássica para refugiar-se na solidão e na liberdade pessoal, apesar de sua enfermidade, no outro lado da linha, na paz dos Alpes.

Quando o trem já estava em território suíço, percebi que a calma e a tranquilidade dos lagos eram contraponto para as verticais montanhas nevadas de picos ocultos entre névoas. Paisagem da cena primitiva da concepção nietzschiana do eterno retorno e atmosfera intocável de privilegiada porção de mundo sensível, aparente e vivo.

Somente com a natureza do mundo como companhia, Nietzsche postulou uma nova perspectiva de mundo, um mundo desprovido da fábula. Neste sentido, buscou atacar os arautos do mundo verdadeiro e passou a golpeá-los. Identificou no platonismo e no kantismo, por exemplo, marcas da metafísica, marcas de prejuízos ao homem que afirma.

No ambiente alpino, no nada da civilização, no prazer das primeiras pegadas na neve de cada aurora, Nietzsche desfiou seu carretel de dinamite filosófica. Por que a afirmação de um mundo sem finalidades possui tanto sentido? Pensava, enquanto contrapunha a mim mesmo outra pergunta: Por que, apesar de possuir tanto sentido, pelo menos para mim, esta idéia de o homem ter criado um sentido para o mundo para podermos explicá-lo encontra tão poucos adeptos, mesmo em plena pós-modernidade?

Enfim quais seriam os ídolos a serem golpeados hoje? Qual é o dogma supremo? O que aconteceu com a «morte de Deus» da Modernidade?

Após tantos anos, após tantas transformações, o homem se parece cada vez mais consigo mesmo. Tantas possibilidades e elas se reduzem à mesma rede de possibilidades. Tantas particularidades e elas se tornam híbridas aos olhos mediados na distância dos horizontes virtuais. Porque apesar de não ser simplesmente um dogma, mas um dogma débil em rede, para trazer uma palavra do vocabulário de Vattimo, a comunicação vem ganhando ares de uma nova possibilidade de se viver e fazer parte de um mundo sensível, quando na verdade a comunicação desloca a sensibilidade para o simulacro, fazendo dele uma marca pós-metafísica do mundo verdadeiro.

A associação de idéias torna imperativo um deslocamento para o ponto em movimento de onde podemos apreender a trajetória do mundo em rede. A passagem de uma circunstância remete para a interpretação de uma das idéias mais representativas de Ortega y Gasset (9), de que limitado pela circunferência da instância só resta àquele que afirma ser agente da ruptura, como salvação ou superação. Ora, o que salta à vista é a atribuição de uma autonomia ou responsabilidade enquanto sujeito. Assim, pode-se acrescentar que sem a vontade de ruptura ou sendo *estulto* para usar uma expressão de Seneca:

«Su existencia transcurre sin memoria ni voluntad. Es aquel que cambia sin cesar su vida. La consecuencia de esta apertura es que el individuo estulto no es capaz de querer de un modo adecuado. Su voluntad es una voluntad que no es libre, una voluntad que no siempre quiere, una voluntad que no es una voluntad absoluta. Querer libremente es, en efecto, querer sin ninguna determinación provocada por cualquier representación, por cualquier hecho o inclinación.» (10)

Quando no mundo superconectado pelas redes informáticas respira-se uma aparente liberdade de escolha dos produtos informativos e de entretenimento, e que esta seria um acréscimo à qualidade de vida baseada

numa vontade proveniente da interatividade, salta à vista a atualização da *estultícia* nos procedimentos de interação das potencialidades enquadrada pelas facilidades da tecnologia. Afirmar a vontade não é a mesma coisa que interagir potencialidades.

Porém, a idéia circulante é a de que podemos ser felizes consumindo partes da rede para que ela possa crescer como mundo verdadeiro. Se na distância dos horizontes virtuais o mundo se encontra envolvido por uma rede que o transforma em parte oculta, o mundo deixa de ser mundo para ser a imagem do mundo. A rede passa a ser o *browser* de uma sensibilidade simulacro. O mundo em rede passa a ser a própria rede como metáfora do mundo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Representa a crítica ao platonismo em relação questão da idéia de mundo que substitui o próprio mundo. Aparece em NIETZSCHE, F. *El ocaso de los ídolos*, Madrid, AL Mateos, 1993.
- (2) A idéia de um mundo oculto atrás de suas excessivas imagens encontra-se em BAUDRILLARD, J. *El crimen perfecto*, Barcelona, Anagrama, 1996.
- (3) O caráter de uma metafísica violenta pode ser aprofundado nas obras de Heidegger ou na interpretação que Vattimo faz de sua obra em: VATTIMO, G. *Las aventuras de la diferencia – pensar después de Nietzsche y Heidegger*, Barcelona, Península, 1996.
- (4) Ver conceitos de vontade ou do declínio da vontade em SCHOPENHAUER, A: *Dores do mundo*, Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes, 1931.
- (5) A vontade de poder ou vontade de potência é uma idéia que se encontra dispersa na obra de Nietzsche e vai amadurecendo livro a livro, a ponto de, após a sua morte em 1900, tenha sido publicado um livro de aforismos tendo o nihilismo, a afirmação da vontade e o eterno retorno, como fio condutor. Foi idealizada por sua irmã, Elizabeth NIETZSCHE, e chamada de *La voluntad de poderío*, Barcelona, Península, 1994. Também recomenda-se, para um maior aprofundamento, a obra *Así habló Zaratustra – un libro para todos y para nadie*, Madrid, AL Mateos, 1993.
- (6) Sobre a idéia ver BAUDRILLARD, J. *La ilusión del fin – la huelga de los acontecimientos*, Barcelona, Anagrama, 1993.
- (7) NIETZSCHE, F. *El ocaso de los ídolos*, op. cit. P. 62.
- (8) Recomenda-se, para um estudo mais detalhado sobre a relação entre Nietzsche e os alpes como atmosfera do melhor de seu pensamento, o livro KRELL, D.F. *The good european – Nietzsche's work sites in word and image*, Chicago, The University of Chicago Press, 1998. Ou no website *The problem of the autumn*, [www.press.uchicago.edu / misc / chicago / 452786.html](http://www.press.uchicago.edu/misc/chicago/452786.html)
- (9) Conceito exposto em ORTEGA Y GASSET, J. *Que es filosofia?*, Madrid, Espasa Calpe, 1993.
- (10) FOUCAULT, M. *Hermeneutica del sujeto*, Madrid, Ediciones de la Piqueta, 1987. p. 59.

A RESISTÊNCIA DA CULTURA AOS MEDIA. PARA O FIM DO PARADIGMA SOCIOLÓGICO NOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO

JOSÉ JÚLIO LOPES*

... philosophy persistently and with the claim of truth, must proceed interpretatively without ever possessing a sure key to interpretation... The text which philosophy has to read is incomplete, contradictory and fragmentary.

(Adorno: The Actuality of Philosophy, 1932)

PARTE A: A RESISTÊNCIA DA TEORIA

Quando uma televisão comercial termina o seu telejornal da hora de jantar com a frase apelativa: «resistir é vencer»¹, algo precisa de ser urgentemente compreendido. É a veemência do apelo da televisão que nos impõe a obrigação de lhe correspondermos: *resistir*.

* Universidade Autónoma de Lisboa e CESEM/Universidade Nova de Lisboa.

¹ A SIC: é certo que o contexto era Timor. Acessoriamente, esse contexto demonstrou, perante os nossos olhos e no *tempo real dos media*, alguns aspectos teóricos inovadores relativamente ao chamado poder dos media e às ideias de objectividade e isenção. Uma reflexão que se fará, sem dúvida, mas no *tempo real do pensamento*.

Duas questões prévias:

Para que servem as ciências da comunicação?

A crença ainda positivista que vê o campo da comunicação como um lugar onde se joga um místico jogo entre causas e efeitos é herdeira ainda do modelo racional que enformou a constituição das ciências humanas e a sociologia em particular – em que as regras do *método* sociológico e o desejo de *obter resultados* imperam. Uma certa fixação no chamado *estudo dos efeitos* tem mesmo marcado um impulso importante das ciências da comunicação como modalidade legitimante da sua constituição e autonomia.

Esta ideia supõe que as Ciências da Comunicação possuem duas orientações possíveis (com graus de utilidade variáveis): 1 – podem servir, com a sua voz autorizada de ciência, para o *desmascaramento* e *denúncia* dos discursos, ou, numa versão mais benévola, podem servir para a *desocultação*, a *revelação* do sentido e do sujeito (instrumentos como a velha análise de conteúdo e disciplinas antigas ou modernas como a retórica, a hermenêutica, a pragmática, as semióticas, no seu esforço interpretativo ou *revelador*, querem dizer-nos o que as coisas realmente *querem dizer* ou significam); 2 – devem ser um receituário de fórmulas estabilizadas para *comunicar melhor*, seguindo a ideia mais ou menos ingénua e comum de que a comunicação é fundamental para a coexistência pacífica dos indivíduos numa sociedade, para a consolidação das relações intersubjectivas, para a cimentação dos laços sociais – sendo mesmo a comunicação tomada como solução para alguns problemas do mundo que resultariam precisamente de «as pessoas não se entenderem», porque não comunicam, ou não comunicam bem e estão em conflito² (haveria que convocar aqui a proposta de consenso de Habermas, por exemplo).

Estudar ciências da comunicação é, com efeito, para muitos, aprender regras para *comunicar melhor*, soluções teórico-práticas ou mesmo só práticas para obter determinados efeitos no destinatário. Alguma da procura vem de futuros operadores de comunicação (jornalistas, publicitários) que buscam uma aprendizagem direccionada para a sua futura prática profissional. Um anseio legítimo. Porém, as ciências da comunicação devem interrogar-se profundamente sobre se devem ou não dar essa resposta.

² Evidentemente que a redução de alguns problemas e contradições do campo social e político a problemas de comunicação é uma clara mistificação.

Os operadores de comunicação (onde se incluem também os empresários dos media) não são cientistas. São profissionais que operam dispositivos discursivos, tecnológicos e empresariais e que, num plano diferente do da ciência, encontram acordos para uma conduta ética e deontológica (os quais correspondem, *grossa modo*, ao mesmo género de restrições que impede que, por exemplo, a indústria alimentar coloque no mercado produtos em estado impróprio, fora de prazo, de proveniência e composição desconhecida, Tc). No seu conjunto, constituem-se numa máquina de uma indústria.

Depois de passarmos alguns séculos (e no caso nacional algumas décadas recentes de luta acesa) a defender a *liberdade de expressão*, pode ter chegado a altura de reflectirmos sobre as consequências da industrialização dessa liberdade.

O problema actual da investigação em ciências da comunicação

Na classificatória dominante, as ciências da comunicação pertencem ao campo das ciências sociais e humanas. O seu percurso de autonomização tem sido marcado por alguns gestos diferentes: a) o de absorver outras ciências, correspondendo à redução substantiva da ideia de que tudo é comunicação, ou à ideia nietzscheana de uma mudança de perspectiva; b) o de criar modalidades de investigação e um discurso autónomos gradualmente libertados da sua interdisciplinaridade fundadora.

As ciências da comunicação têm tido que encarar os mesmo problemas epistemológicos, portanto. Na verdade, é a natureza «problemática» das ciências humanas que impõe um certo heroísmo ao investigador, que aliás se comporta perante o seu objecto como um verdadeiro príncipe encantado – não o atinge como é próprio do encantamento e supõe inversamente não ser atingido. Realizar uma acção temerária geralmente dá ao herói a convicção de que realizou uma boa acção – pois que pelo próprio facto de ela ser temerária e por ter sido realizada ultrapassando todas as dificuldades lhe dá um valor (deveríamos dizer, sabor) heróico que, no entanto, obscurece o valor próprio da acção. Pedem-lhe que se abstenha da sua condição humana para observar e analisar fenómenos humanos, esforçando-se, num verdadeiro acto de renúncia, em nome da ciência, por passar sobre o facto de, como se diria no universo dos negócios e da jurisprudência, possuir na verdade um conflito de interesses com a realidade.

O cientista social – e o comunicólogo em particular – seria idealmente um sujeito *desafectado e não afectável* pela condição do seu objecto. O senso-comum aceita facilmente esta ideia como uma boa ideia. Sabemos isso. O discurso científico curiosamente neste aspecto está de acordo com

o senso-comum. No entanto, o problema é sempre o mesmo. Dado que o objecto não é realmente aquilo a que tradicionalmente chamamos uma coisa, a solução é coisificá-lo. Mas ele não é coisificável. Coisificá-lo corresponde a vermos o que queremos ver, ou seja, a forçarmos a realidade a transformar-se em algo analisável com os instrumentos de que dispomos. Isto corresponde, porém, a uma capitulação antiga, perante o modelo das ciências exactas (o que implica a contradição de considerar ciências inexactas). A questão é exemplarmente colocada por John Searle (cito): «(...) a nossa tradição cultural impede-nos de considerar o espírito consciente como um fenómeno biológico como os outros. Esta tradição remonta a Descartes, no século dezassete. Descartes separava o mundo em dois tipos de substâncias: as substâncias mentais e as substâncias físicas. Estas últimas eram do domínio próprio da ciência; as substâncias mentais eram do domínio da religião. Mesmo hoje, continuamos a atribuir a esta divisão a mesma importância. É assim por exemplo que a consciência e a subjectividade são frequentemente tidas como inacessíveis à ciência: esta recusa procede da persistência de uma tendência para a objectivação. As pessoas pensam que a ciência se deve interessar pelos fenómenos objectivamente observáveis (SEARLE, 1985: 11) ³. O pensamento é natural porque faz parte dos dispositivos naturais do corpo humano, do *ser humano* ⁴.

Provavelmente, temos vindo a usar instrumentos inadequados para analisar os fenómenos comunicacionais. A investigação em Comunicação tem sido dependente do uso dos mecanismos e das regras e métodos de outras ciências, como a sociologia, tradicionalmente, esta última, convencida de que deve apresentar soluções para o social – e que por isso é muito justamente chamada a realizar essa tarefa. Ora soluções para o social são necessariamente políticas; ora convocar uma ciência para resolver o social corresponde ao desejo político de despolitizar o social. Uma ciência que aceita esse papel *branqueia*, por assim dizer, o real ao supor que está a agir segundo uma lógica universal em nome de uma ciência.

³ «(...) notre tradition culturelle nous empêche de considérer l'esprit conscient comme un phénomène biologique comme les autres. Cette tradition remonte jusqu'à Descartes, au dix-septième siècle. Descartes séparait le monde en deux sortes de substances: les substances mentales et les substances physiques. Ces dernières étaient le domaine propre de la science; les substances mentales étaient du domaine de la religion. Même aujourd'hui, on continue d'accorder à cette division une sorte conséquemment. C'est ainsi, par exemple, que la conscience et la subjectivité sont souvent tenues pour inaccessibles à la science: ce refus procède de la persistance d'une tendance d'objectivisation. Les gents pensent que la science doit porter sur les phénomènes objectivement observables» (SEARLE, 1985: 11).

⁴ Numa outra perspectiva também Adorno, entre outros, se manifesta contra a objectivação do não-objectivável, contra a sua coisificação – ou reificação também na linha lukacsiana –, como primeiro passo para a sua apropriação e desligamento.

O investigador em comunicação, no estádio actual da ciência, investe com a sua pesquisa sobre um problema comunicacional como um herói contemporâneo capaz de realizar o feito de explicar, de possuir e de produzir, de entre todos, uma razão tranquilizante. De agir, em suma: mostrando como se deve comunicar, fazendo parte do processo, propondo, como resultado das suas pesquisas melhores formas para aumentar a eficácia da comunicação.

Por isso, hoje, *comunicólogos* aceitam fazer parte do chamado dispositivo dos media com a sua explicação da realidade em «tempo real», aceitando assim do mesmo passo ser incluídos na estratégia inconsciente dos operadores do meio que procura validar e legitimar um discurso, uma fala ou mesmo uma visão global sobre a realidade.

A aparência é a do gesto pedagógico: resulta de uma suposta necessidade de explicar a realidade às massas. A essência é outra: é fazer parte da indústria dos media, legitimando a sua existência, em espectáculos que reproduzem para uma audiência imaginária a digladição de contendores de uma disputa. É colocar o discurso científico ao alcance do aplauso ou do apuro da multidão.

PARTE B: MEDIA E TECNOLOGIA

Primeiro aspecto. A liberdade industrial.

De que falamos, quando falamos em *Media*? Evidentemente que falamos do conceito estabilizado de *media*, como plural da palavra latina *medium*, ou seja, como mediação entre sujeitos e entre sujeitos e o mundo. No entanto, não falaremos aqui de *Media* nesse sentido alargado. Apenas no sentido restrito de *mass media*, ou seja, um pouco paradoxalmente, no sentido restrito de *meios que se dirigem a massas indistintas de sujeitos*, ou seja, os meios convencionais de comunicação (social).

Estes dispositivos particulares de mediação (apesar de o seu aparato ser provisoriamente ainda muito visível e presente) são apenas um território singular do campo da cultura e da comunicação; mas são hoje o *lugar* de novas resistências. Em muitos aspectos, e para usar a velha imagem de McLuhan, eles são *extensões* ou ampliações tecnológicas das velhas figuras do discurso, dos velhos processos de credibilização pessoal, das velhas técnicas (às quais ainda não se chamava tecnologias) da *fala* e da argumentação.

Centrar, portanto, a discussão sobre as maravilhas da tecnologia fazendo supor que se trata, em si mesmo, de algo de novo, significa apenas

não discutir nada e, no fundo, fazer o que cada pessoa pode fazer por si própria: sonhar com um mundo melhor, assustar-se com a fantasmagoria de um mundo de *máquinas*, embasbacar-se com as performances necessariamente transitórias da tecnologia. Sabemos já há algum tempo que o novo é provisório e que o destino de tudo é a sua banalização ou transformação em já-adquirido.

A discussão, do meu ponto de vista, não deve pois centrar-se numa mistificação da tecnologia: o *discurso* e a *lógica* da tecnologia são tão provisórios quanto o nosso espanto pelas suas *performances*; o *espanto*⁵ gera formas acríticas de relação com o *complexo industrial-técnico-científico-cultural*. Antever e sonhar com o futuro, cada um de nós pode fazê-lo como entretém – um passatempo privado e também partilhado, para o qual sempre a humanidade se mostrou disponível.

O problema é que a tecnologia em si mesma não é um problema.

E ela só é um problema quando não é vista como uma solução e é apresentada como uma misteriosa *coisa* com vida própria que nos subjugará – como na ficção cinematográfica frequentemente acontece.

É preciso ter a noção de que aquilo a que chamamos hoje tecnologia – ou se quiserem, noutros termos, o aparato tecnológico que assiste a nossa existência nas suas diferentes faces – não é algo contra o qual se lute e se deva ou possa fazer uma revolução. A tecnologia é demonstradamente uma inevitabilidade histórica.

O problema que se coloca é antes o do *complexo-industrial-técnico-científico-cultural* quando subitamente se configura numa constelação constituída como uma forma específica de dominação. A crítica da tecnologia, mesmo alguma da que vem da reflexão teórica pura, tem frequentemente o sabor da ingenuidade ecológica e é feita com o mesmo ponto de vista rural e reaccionário do pacóvio embasbacado com a maravilha. Mas esse espanto é frequentemente uma antevisão positiva do que o mundo poderá vir a ser – o mundo aqui quer dizer também a sua própria existência concreta e privada, ou seja, o seu próprio mundo: começamos todos por reagir socialmente incomodados; refinamos os nossos comentários mais ou menos mesquinhos, no início, e acabamos todos inevitavelmente de telemóvel no bolso. Socialmente, por exemplo, as tecnologias portáteis começaram por ser distintivas, como se sabe, e mesmo até por serem evidentes, tendo em conta ainda o seu valor inicial de raridade (o que não acontecia da mesma maneira com o velho telefone, de cuja origem nenhum de nós é contemporâneo como somos da televisão e de outros utensílios pessoais).

⁵ O conceito de espanto foi retrabalhado por Pedro Frade a propósito da fotografia, na sua obra *Figuras do espanto* (Lisboa: ASA, 92).

Os media, enquanto tais, são portanto formas transitórias de comunicação. Mas, o seu dispositivo ainda actual e os seus usos devem provocar uma resistência esclarecida. Seria necessária uma nova iluminação para resistir. Uma nova forma de opinião de expressão pública activa que não se iludisse com as possibilidades que tem de se manifestar (como erradamente pareceu no recente caso de Timor – em Portugal). A possibilidade anunciada e inevitável de existirem formas de interacção (que permitiriam uma comunicação recíproca) servirá sem dúvida para o surgimento de novas modalidades da indústria dos media. Quando a liberdade de expressão entra na lógica industrial, é preciso resistir. Até porque o conceito de liberdade deixa de coincidir com o que corresponde ao de uma liberdade universal (ao direito universal do homem).

Segundo aspecto. A segunda-humanidade

No entanto, gostaria de chamar a vossa atenção para o seguinte (e que me parece mais importante): uma das direcções suspeitáveis no curso da tecnologia actual parece ser, nas várias formas de o atingir, a de conseguir uma duplicação técnica da humanidade. Quer se entenda por humanidade o conjunto dos homens (a comunidade dos homens), quer se entenda como a *qualidade de ser humano*, esta ideia parece estar presente não só nos esforços mais recentes de ciências como a biologia (nas suas versões de engenharia genética e protésica), como também nas tecnologias digitais (nomeadamente, nas suas versões da robótica e automação).

A ideia de *interactividade* surge portanto «naturalmente» para *representar* tecnologicamente, ou seja, para ser o recurso tecnológico que emula uma qualidade eminentemente humana: a do relacionamento recíproco e instantâneo entre seres, ou melhor, do facto de os seres humanos serem naturalmente inter-agentes. O conceito surge necessariamente por inspiração directa do que se passa no campo natural dos homens que são o referente final de uma grande parte do esforço tecnológico.

Até aqui *representar* (e não só na tradição aristotélica) era um privilégio de homens que se *representavam* reciprocamente, que repetiam na ficção ou na realidade outros seres seus semelhantes (as suas acções e situações) – a questão começou por ser estética, antropológica e sociológica. O fundo da *representação* corresponde, por outro lado, a uma *retórica esquecida* (na expressão de Nietzsche) cujo esforço é o de persuadir: contar uma história real ou ficcional através de personagens é mais credível e persuasivo do que simplesmente narrá-la ou apelar a um conceito geral. O esforço por *dar o exemplo* corresponde a esse gesto retórico: as personagens são exemplares, as situações são exemplares; o gesto é: «vejam este caso, sigam este caso, imaginem que são eles e que estão a viver isto». O drama, especialmente

no sentido etimológico da palavra, exige de facto uma representação de homens feita por outros homens; representar é tornar presentes homens e situações referenciais e ausentes, necessariamente através da imitação do que é *ser humano*. O grau e a escala dessa imitação constitui-se nas sociedades contemporâneas como um conjunto de diferentes modalizações: simulação, hiper-representação, emulação.

Mas hoje aparentemente a promessa é a de que a *representação* poderá vir a ser feita por entidades não-humanas, *personagens virtuais* (para usar a expressão consagrada, porém não totalmente correcta). O que acontecerá desde logo na indústria cinematográfica e da televisão. Mas não só: a promessa é hoje também a de que acções-originais sejam desempenhadas por entidades não-humanas. A miragem é evidentemente a de um *mundo melhor* – um ideal: uma das ilhas utópicas, uma das cidades perfeitas. A teleo-tecnologia, com a sua criação de uma segunda-humanidade, resolveria assim o problema do trabalho, libertando o homem para *ser* e para a *acção*.

Seguiremos aqui o pensamento de Hannah Arendt e a sua distinção entre labor, trabalho e acção. *Labor* corresponde ao processo biológico do corpo humano – «The human condition of labor is life itself» (ARENDDT, 1998: 7) –; *trabalho* é a actividade que corresponde à artificialidade (não naturalidade) da existência humana – o mundo está destinado a transcender a existência humana na sua finitude; *acção* corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de os homens viverem na Terra e habitarem o mundo. É a *conditio per quam* a vida política existe. Na sua distinção Arendt afirma ainda: «O trabalho fornece um mundo ‘artificial’ de coisas, distintamente diferente de todo o ambiente natural circundante» (ARENDDT, 1998: 7) ⁶. E conclui com a ideia de que a *acção* humana é a condição da história (idem) ⁷.

Neste sentido, a ideia de que o que são *obras* são acrescentos ao mundo supõe a nostalgia de um mundo sem obras, ou seja, de que as obras seriam uma segunda-natureza (usamos esta expressão não exactamente no sentido adorniano); a ansiedade e a desconfiança de que as obras são artificiais e que possuem necessariamente o estatuto do provisório porque não fazem parte da ordem natural das coisas (não estavam no mundo, e portanto poderão deixar de estar). A questão é que o mundo é *mundo* através desses acrescentos, através dessas rectificações às imperfeições da natureza, ou à recusa da ordem natural das coisas, através da qual, por exemplo, o grau

⁶ «Work provides an ‘artificial’ world of things, distinctly different from all natural surroundings» (ARENDDT, 1998: 7).

⁷ Viria aqui a propósito a distinção grega dos sofistas entre *poiein* e *prattein*: *poiemata* e *pragmata* a distinção entre fazer e agir.

da finitude humana tem vindo a decrescer. Ou seja, o mundo não é mundo por si mesmo. Ele é mundo em virtude da nossa presença e da nossa acção no mundo ⁸.

A naturalização das obras feitas sobre o mundo é assim realizada *por defeito* através do enfraquecimento dessa desconfiança surda que suspeita, no fundo, que não devia ser assim e que alguma vez as consequências se manifestarão. No caso da arte, a boa arte seria a arte segura: aquela que realiza obras que não põem em causa a ordem natural das coisas, sejam as coisas a natureza e as suas regras e a acção humana sobre as regras da natureza (a primeira dessas acções é a que diz respeito à negação das regras da natureza em relação ao comportamento humano; dado que os homens são seres naturais regem-se pelas leis da natureza: o corpo degrada-se, a vida morre, as pulsões naturais são tornadas conceitos metafísicos como o de *desejo*, primeiro passo para a sua deslegitimação, desnaturalização e legislação) – onde se incluíam todos os realismos, naturalismos e gestos pré-modernos; a boa tecnologia seria aquela que não põe em causa a ordem natural das coisas – uma grande parte da desconfiança que a tecnologia suscita vem desta insegurança: ela não é natural e põe em causa a ordem natural. Teria que ser portanto transparente. Insensível.

Terceiro aspecto. A electricidade estética.

A questão coloca-se relativamente à *arte electrónica*, a qual ganha esta sua característica por existir um suporte novo – as plataformas electrónicas, que não são senão modelações particulares da electricidade. Também chamadas, por vezes, *artes tecnológicas* o conceito refere-se sempre a formas e configurações artísticas que fazem uso das tecnologias actuais – as tecnologias actuais são portanto eléctricas, electrónicas e digitais.

Uma *electricidade estética* dirige-se ao sentir e ainda e, de novo, ao choque da sensibilidade. O gesto é ainda o mesmo da vanguarda. Um gesto paradoxal. De alguma forma, a experiência destas novas formas artísticas provoca uma espécie de curto-circuito: o envolvimento interactivo do espectador destrói o seu ser-espectador, ou seja, desfaz o efeito tradicional

⁸ Seguimos aqui a tese de Rémi Brague «The world is not a world because of itself. Its wordliness does not stem from itself, but from our presence in it» (Brague, 1995). Arendt defende ainda: «The impact of the world's reality upon human existence is felt and received as a conditioning force. The objectivity of the world – its object- or thing-character – and the human condition supplement each other; because human existence is conditioned existence, it would be impossible without things, and things would be a heap of unrelated articles, a non-world, if they were not the conditioners of human existence» (ARENDR, 1998: 9).

do ir-ver ou do estar-a-ver: o observador que contempla a salvo um naufrágio (para usarmos a metáfora de Blumenberg) é transformado no próprio naufrago que se vê a si próprio na desgraça e assim experiencia no corpo o *sofrimento da sensibilidade* da aflição e do afogamento – como um ressentimento histórico. Ser o naufrago e ver-se a si próprio da margem a naufragar é a experiência trágica proposta por uma *electricidade estética* que permite novas formas de relação da arte com o seu público. Destruindo o público ao transformá-lo em parte da experiência.

No entanto, e ainda do ponto de vista do espanto, a utilização de meios tecnológicos avançados em versões não interactivas e ainda apenas contemplativas provoca mesmo assim o choque transicional dos materiais, a maravilhação perante o dispositivo. Há um poder aqui. Uma retórica.

Tomemos uma ideia talvez academicamente desconcertante e excêntrica: o fim último será o de artificializar na totalidade o planeta: dominar processos naturais e problemas tão gigantescos como a meteorologia, as glaciações, os terramotos e tudo aquilo a que chamamos catástrofes naturais. Esta artificialização só poderia, porém, corresponder à fuga da humanidade para um planeta artificial, já que um planeta conhecido (isto é, natural) e existente implicaria uma refundação do mundo, de um novo mundo realmente, através de novo da acção sobre um *mundo ainda não mundo*; uma refundação só poderia ser total se fosse sobre um mundo que nascesse desde logo como mundo, isto é, que fosse todo ele criado pela cultura (i.e., pela técnica também), quer dizer, pelo homem.

Aparentemente do lado das extravagâncias da literatura de ficção científica estas ideias não são tão estranhas assim. A ficção científica constitui-se aliás como uma espécie de narrativa mítica moderna de outros mundos (como toda a ficção, de resto) alimentando a crença actual (que desde logo sobrevoa a crença clássica em Deus) da existência de vida noutros planetas e, portanto, dando possibilidade à mitologia de uma possível refundação e de um mundo-outro. A banalização da ideia da finitude do mundo natural que se crê estar descontrolado – ou possuir uma ordem ou uma lógica de tão grande complexidade que escapa à possibilidade de um controlo humano; que de certa forma, embora não se saiba, suspeita-se, de que a abundância de coisas, objectos e obras culturais postas sobre o mundo de alguma forma estarão silenciosamente a pôr em risco a existência seguindo-se o castigo por, no traço geral das suas acções, a humanidade andar «a brincar aos deuses» –, tem como seu reverso esta possibilidade sonhada que alivia a tensão de se saber que não há uma *segunda oportunidade* para a humanidade.

Por outro lado, a constante referência nos mitos contemporâneos a seres extraterrestres como entidades de inteligência superior e, portanto, com um desenvolvimento tecnológico superior (em certos casos tão

superior que nem se vê⁹) corresponde à reconstituição de uma mitologia que renova a esperança de uma refundação na crença de que os nossos erros sobre a natureza serão perdoados por esses *deuses* bondosos e condescendentes que nos observam ou mesmo que estão entre nós (os quais são de resto infinitamente sábios e tranquilos por terem tido a mesma experiência nos seus mundos; os terrenos seriam assim parte inferior de uma cadeia evolutiva de uma espécie universal de seres).

Estas visões são, no entanto, visões problemáticas. Visões, diríamos, apocalípticas e rurais (a ruralidade como o último ponto de contacto moderno com o mundo natural e a «verdade» última e fundadora da natureza). A sua raiz na cultura judaico-cristã e na literatura profética e apocalíptica¹⁰ é clara e mantém os seus efeitos ao longo do tempo – e do nosso tempo – exercendo a tecnologia a típica relação atracção-repulsão que caracteriza a forma como a cultura e o pensamento contemporâneos lidam com a questão.

À medida que nos aproximamos deste território quase místico surge inevitavelmente a questão seguinte: a ideia de ligação/desligação pressupõe uma explicação mais universal para aquilo a que parece corresponder. Esta é uma nova configuração da ideia medieval do uno e do múltiplo.

Porquê ligar e desligar? Só se liga o que está desligado; só se desliga o que está ligado. O conceito de comunicação remete precisamente para esse universo; o desejo último da comunicação perfeita é a ligação definitiva de todos os seres separados e desligados (pela sua condição humana natural). O mundo é constituído por uma humanidade de seres desligados pela sua própria natureza fragmentária, cuja história é marcada por uma conspiração metafísica contra a fragmentação física e concreta dos corpos e dos espíritos.

O único modo de governar com eficácia é exercer o poder sobre um todo que seja uno, sobre uma humanidade una; uma humanidade que seja um só homem e não uma multiplicidade de seres. O totalitarismo político radica neste horizonte; as ideias de nação e povo têm este horizonte ideológico e prático. A comunicação perfeita desfaz a fragmentação; a tecnologia vem desenvolvendo dispositivos de ligação cuja imagem final é a da ligação universal numa nova humanidade, num todo orgânico, em suma, em Deus, no todo. O totalitarismo político tem o seu reverso nesta

⁹ O que corresponde em termos humanos ao desejo de uma tecnologia ideal: um conjunto de mediações tecnológicas tão perfeitas que não se sentem (não se vêem, não se ouvem, não se tocam, em suma, não se *impõem*) e, portanto, não chegam sequer a ser mediações nem a exigir a sua experiência.

¹⁰ Devemos esta observação a Luis Carmelo. Veja-se o seu recente livro *Anjos e Meteoros* (Lisboa: Ed Notícias, 99).

possibilidade cujo caminho é inevitavelmente este; o totalitarismo visível nas disposições da tecnologia para a comunicação/ligação é a destruição da humanidade enquanto comunidade de homens desligados/em comunicação e para a criação de uma outra humanidade como totalidade dissolvida em si mesma, livre das tarefas do trabalho (salva por uma segunda-humanidade tecnológica).

A crítica da teleo-tecnologia deve precisamente apontar para estes aspectos contraditórios: o mundo ideal possui uma segunda-humanidade para o trabalho, que permite a libertação do homem para ser e para agir; as mediações tecnológicas refinam cada vez mais as suas performances e os seus dispositivos de modo a permitirem o fim da fragmentação dos seres. Parece o paraíso. Pode vir a ser um inferno. A unificação dos seres tem toda a vantagem em permanecer apenas poética e afectiva.

PARTE C: A RESISTÊNCIA DA CULTURA

Contra o método: a *fantasia exacta*, a *imaginação exacta*.

As virtudes da especulação poética

Um pensamento crítico sobre a comunicação, seguindo um *método negativo*¹¹ e tendo como ponto de vista os campos da cultura e das artes, deve abster-se portanto de oferecer soluções instrumentais para *comunicar melhor*. Pelo contrário, deve negativamente criticar todas as soluções para esse fim.

Adorno, num texto antigo¹², falava sobre o *uso de palavras estrangeiras*. Dizia ele que: «*Uma vez que a linguagem possui uma carga erótica nas suas palavras, pelo menos para a pessoa capaz de se expressar, o amor conduz-nos às palavras estrangeiras... A velha atracção por palavras estrangeiras é como*

¹¹ A referência óbvia (mas não a única) é o conceito de dialéctica negativa (negatividade) de Adorno. Cf Theodor W Adorno, *Negative Dialectics (Negative Dialektik)*, New York, Continuum, 1997 (1966): «As early as Plato, dialectics meant to achieve something positive by means of negation; the thought figure of a 'negation of negation' later became the succinct term. This book seeks to free dialectics from such affirmative traits without reducing its determinacy. The unfolding of the paradoxical title is one of its aims». Adorno defende (a propósito da obra de arte) que apenas através da interpretação é possível a revelação da verdade; e que a única via possível a um filósofo para o não-conceptual é através do conceito. A tese é a de que o conhecimento não pode conter o seu objecto (Vd Adorno, 1997).

¹² «On the use of foreign words», in *Notes to Literature* (c. 1920/30).

a atracção por raparigas estrangeiras e de preferência exóticas; o que nos dá uma espécie de exogamia da linguagem.» («Words from Abroad», *idem*). Mais saborosa seria a tradução literal do título para: *sobre o uso de palavras estranhas*. Preferimos evidentemente esta última versão. O que são palavras estranhas?

A questão colocou-se também a propósito do «jargão da filosofia». Mas coloca-se evidentemente sobre a terminologia técnica da comunicação, no seu estado actual. A ilusão que essa terminologia gera é a da possibilidade de apropriação do objecto, do «material» em observação.

A *imaginação exacta* de Adorno [*exakte Phantasie*] é precisamente um conceito que conjuga conhecimento, experiência e forma estética. Para Adorno, com efeito, essa imaginação exacta, ou *fantasia* (embora esta palavra possua uma ressonância freudiana estranha a Adorno) deve permanecer estritamente confinada ao «material» que se apresenta ao investigador (ou melhor, ao pensador) e à ciência mas ultrapassa-os. Enfatiza assim a capacidade que a imaginação (ou fantasia) possui de descobrir ou produzir «verdade» pela reconfiguração do material de que dispõe. Esta imaginação fará uso de palavras *estranhas* (conceitos) e de uma linguagem exogâmica (estranha à ciência) que convocará uma poética particular na expressão e na reflexão, que não corresponde ao modo ortodoxo do pensamento científico e às verdadeiras regras do método.

Este aspecto é essencial. Adorno defende que o conhecimento é inseparável da forma e configuração que a imaginação lhe dá. Imaginação, mas *exacta*. O termo «exacta» opõe-se obviamente à vulgar «criatividade».

A resistência da cultura aos media só pode ser feita a partir de um lugar assim. Um lugar que contrarie a aparência de verdade e as assunções e corruptelas vulgarizadas pelos media como forma discursiva de legitimação. Uma das oposições possíveis e mais activas (uma acção, portanto) é a demonstração de que uma parte do conhecimento é não-discursivo e experiencial.

As virtudes da especulação são inúmeras. São o fruto dessa *imaginação exacta*. E esta mesma reflexão que aqui se apresenta corre o risco de precisamente não ser científica (poucas palavras estranhas), porque não pode produzir a demonstração objectiva da sua justeza (o método não apresenta as suas regras).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah, (1998) – *The human condition*. Chicago, London: UCP.
SEARLE, John (1985) – *Du cerveau au savoir*. Paris.

A IDENTIDADE CULTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO. O PAPEL DO DIREITO DE AUTOR

MARGARIDA ALMEIDA ROCHA*

«O 'novo' é a explosão do espartilho inter-estatal. A intensificação das relações transnacionais nos domínios da informação, das finanças, do direito, da cultura, da economia e da cidadania está a fazer-se sem ter como referência imediata uma soberania nacional, uma economia nacional ou uma cultura nacional.» (...) «A dificuldade de fixar um quadro conceptual preciso tem uma outra face: a proliferação de metáforas condensadoras da nova realidade. Acima de tudo elas têm a força do discurso repentista acerca da novidade.»

«A metáfora da aldeia global é atravessada por uma ambivalência que é característica da dinâmica da globalização na sua totalidade. De uma parte, ela sugere uma recuperação à escala global, da lógica da comunidade, ao fazer-se eco do estreitamento espaço temporal que a globalização da informação está a causar e da evidente subalternização do papel tradicional do Estado nacional no controlo dos fluxos de informação. Mas, de outra parte, o imaginário associado à aldeia global distorce a realidade e dissimula o que, na mundialização da informação, vai suposto de mercadorização, concentração e maior assimetria entre países e regiões do globo nessa circunstância ela oferece-se como uma retórica manipuladora que disfarça uma manutenção de domínio efectivo da lógica do mercado.»

(JOSÉ MANUEL PUREZA, *O património comum da humanidade. Rumo a um direito internacional da solidariedade?* Porto, Edições Afrontamento, 1998).

* Docente da Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa. Presidente da Associação Portuguesa de Estudo da Propriedade Intelectual.

«A revolução informática, o desenvolvimento extraordinário da Sociedade da Informação, estão a tornar inadequados e obsoletos não só os velhos processos económicos e produtivos, mas também as legislações. As novas tecnologias abriram novos meios de expressão com os quais os autores trabalham mas que escapam às normas jurídicas quanto à protecção do direito de autor.

Neste quadro, o problema da protecção das obras e do direito de autor tornou-se particularmente complexo»

(in Abertura da Conferência Internacional – ‘O Direito de Autor e os Direitos Conexos no Começo do Século XXI» Florença, 2 – 4 Junho 96)

Quero, antes de tudo, felicitar a Universidade do Minho por esta importante iniciativa e agradecer-lhe a oportunidade, que muito me honra, de nela participar activamente.

Participo enquanto docente da Escola Superior de Comunicação Social, mas também na qualidade de membro da Associação Portuguesa de Estudo da Propriedade Intelectual. – APEPI – a qual representa em Portugal uma das mais prestigiadas e a mais antiga organização internacional que se dedica a esta matéria – a Association Littéraire et Artistique Internationale – ALAI.

Cabe-me, assim, abordar o tema deste Encontro na perspectiva da importância do direito de autor na consolidação de uma política cultural tendente a proteger a actividade criativa e a valorizar e a difundir o património comum, estreitando os laços que a lusofonia proporciona.

É também meu propósito demonstrar que, cada vez mais, a construção das sociedades democráticas deverá assentar nos valores consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de que a liberdade de expressão e a protecção dos direitos dos criadores são elemento chave.

Esta minha intervenção parte de um conjunto de constatações:

a de que a evolução das técnicas da informação e da comunicação proporciona a convergência dos sectores do audiovisual, das telecomunicações e da informática, permite a interactividade com os utilizadores, garante a expansão dos mercados de novos bens e serviços, o aumento do número de canais para transmissão de serviços de radiodifusão, designadamente serviços especializados e pagos;

a de que esta mudança radical do sistema global de comunicação implica alterações das condições de exploração e de difusão do conteúdo, constituído, em grande parte, por material protegido pelo direito de autor;

a de que, neste quadro, o problema da protecção das obras e prestações se tornou particularmente complexo dada a necessidade de assegurar o

controlo da exploração das criações em ambiente diferente do tradicional e de criar estruturas jurídicas e comerciais que permitam a circulação do conteúdo nas redes de comunicação, estimulando os investimentos, o emprego e a capacidade de produção.

A par desta realidade, aí estão também, inevitáveis e incontornáveis, entidades económicas de grande dimensão que penetram cada vez mais no mercado e constituem novas alianças, transnacionais e intercontinentais, e que não desdenharão de reivindicar o poder de abrir ou impedir o acesso a rede de informação.

Ora a possibilidade de efectuar, fora das fronteiras, o controlo das telecomunicações ao nível nacional compromete o princípio da «informação para todos» (proclamado pela Conferência Geral da UNESCO, em Outubro de 1997) o qual traduz a vontade da comunidade internacional de evitar o perigo de marginalizações no domínio da comunicação. E compromete também o esforço dos Estados para conservar a originalidade da sua vida cultural e social, abrindo caminho ao desenvolvimento do monolinguismo e das culturas dominantes.

Perante esta situação urge uma avaliação do impacto das novas tecnologias sobre a liberdade de expressão e de informação, bem como sobre outros direitos e liberdades que lhe estão associados e, naturalmente, impõe-se uma nova abordagem no que respeita à regulação do sector dos *media*.

Tal regulação deverá fundar-se no princípio de que «a acessibilidade universal da informação e a sua transparência são condição necessária da cooperação e da solidariedade» e que «as dimensões humanistas e científicas desta perspectiva devem convergir num denominador comum para que essa condição se verifique» (cfr. UNESCO).

O reforço da «acção positiva» das novas tecnologias e meios de comunicação só será possível através da participação democrática na qual o serviço público de radiodifusão ocupa lugar privilegiado.

Essa «acção positiva» das novas tecnologias e meios de comunicação depende também de uma atitude consciente face às obrigações que elas criam e pelo desenvolvimento da criatividade de todos os seres humanos.

É meu propósito concentrar-me sobre este último aspecto.

Entramos então no âmago da questão que pretendo desenvolver: a da diversidade cultural do espaço lusófono – do Brasil a Timor, com especial atenção à continuação da cooperação com os Países Africanos de Língua Portuguesa e o papel do direito de autor como instrumento de política cultural nesse mesmo espaço lusófono.

Por princípio o direito de autor é matéria do domínio da cultura. Mas está também, e cada vez mais, ligado a aspectos económicos – e, na

realidade à economia enquanto tal – e à vertiginosa evolução das novas tecnologias.

A história da protecção conferida pelo direito de autor é a de uma permanente reacção e adaptação do quadro legal existente às mudanças das técnicas de reprodução e de difusão.

Mais do que simples alteração tecnológica, na Sociedade da Informação verifica-se que o próprio sistema global de comunicação muda radicalmente e, com ele, as condições de exploração e de difusão do conteúdo, constituído em grande parte por obras e prestações protegidas pelo direito de autor.

Sendo certo que o sucesso da Era da Informação depende em larga medida da protecção do conteúdo, fácil é de verificar que este é um domínio no seio do qual os criadores têm um papel vital.

A passagem do analógico ao digital não implica, porém, a necessidade de repensar inteiramente a legislação sobre direito de autor, mas tão só a de adaptar os princípios que a informam à nova realidade, por forma a possibilitar aos titulares de direitos o controlo da exploração das suas criações em ambiente diferente do tradicional.

Trata-se, pois, de encorajar os criadores a tirar proveito das novas tecnologias.

Trata-se de criar estruturas jurídicas e comerciais que permitam a circulação das obras e prestações nas redes de comunicação, assegurando aos seus criadores uma protecção adequada e eficaz.

Trata-se, enfim, de reconhecer que a Civilização, mistura e interacção de civilizações, só poderá encontrar real equilíbrio através do respeito e pela protecção jurídica das expressões culturais das diferentes comunidades humanas.

Mas trata-se também de perceber que a protecção do direito de autor é uma questão económica de longa data que se tornou mais pertinente e urgente no contexto das mudanças que se estão a verificar.

Não se pode encarar nem investimentos, nem desenvolvimento do mercado, somente em relação ao conteúdo digital mas também quanto às novas redes e serviços, sem uma protecção eficaz dos direitos intelectuais. Paralelamente, é necessário encorajar a difusão das aplicações e dos novos serviços e promover a harmonização e o comércio mundial.

É que, neste novo mundo da comunicação planetária, reconhecer o peso das culturas significa também construir uma economia feita de critérios e de fórmulas aptas a favorecer os investimentos, o emprego, a capacidade de produção.

Temos diante de nós todo um mundo de oportunidades. Mas para as aproveitar são necessários instrumentos jurídicos internacionais que funcionem como terreno comum de que Estados com condições sociais, económicas e jurídicas muito diferentes se possam servir e onde se

encontrem equilíbrios, não só entre interesses contraditórios inerentes ao direito de autor, mas também entre interesses, por vezes opostos, dos países industrializados e dos países em vias de desenvolvimento.

Reconhecido o papel do direito de autor na definição de linhas directrizes adequadas ao desenvolvimento harmonioso da Sociedade da Informação e a necessidade de conceder à cultura e à criatividade um tratamento específico no contexto do mercado e da mundialização da economia, cada Estado deverá dotar-se de legislação nacional que, no respeito pelas convenções internacionais em vigor, assegure protecção adequada e eficaz aos seus criadores e a equilibre com as necessidades de acesso das populações ao conhecimento e à cultura.

Pelas estreitas ligações entre o direito à liberdade de expressão, entendida como liberdade de criação cultural, e o direito de autor na sua concepção humanista e personalista, este deve ser considerado como um ramo da liberdade de expressão, a qual, pelo seu carácter fundamental e universal, releva dos Direitos do Homem. Esta ligação é expressa no direito positivo pela Declaração Universal dos Direitos do Homem que, no seu art.º 27.º, menciona explicitamente o direito de autor.

Uma tal inclusão entre os direitos fundamentais e universalmente reconhecidos é de importância decisiva na época em que a mundialização e a evolução das técnicas de comunicação acentuam os aspectos apenas comerciais das actividades culturais ocultando o papel fundamental da criação.

Fazendo jus ao tema do nosso Encontro, que me seja permitido invocar algumas passagens da Declaração Final do Fórum da Comunicação reunido em Lisboa, em Junho 96, no âmbito do acto constitutivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Aquela Declaração,

- realçou o papel insubstituível que os meios de comunicação social têm a responsabilidade de assumir num projecto político assente na lusofonia; considerou que este projecto é tão mais importante quanto o mundo contemporâneo se configura, na viragem do milénio, como uma realidade multipolar e, ao mesmo tempo, socialmente fragmentada;
- observou que, sendo a comunhão linguística o principal activo à disposição dos meios de comunicação lusófonos – o alargamento do respectivo mercado – a diversidade cultural deverá contribuir para o enriquecimento dos conteúdos.

Este projecto pressupõe o reconhecimento do direito de autor como meio de aproximação e de cooperação, necessariamente apoiado num

quadro legal em que o nível de protecção é equivalente e através do qual é possível o diálogo entre as estruturas representativas dos interesses envolvidos.

Só assim será possível prosseguir uma política cultural própria, capaz de sustentar a difusão das artes, tradições e folclore de cada um destes países na comunidade lusófona e de projectar a comunidade lusófona na comunidade internacional.

E porque esta reflexão se situa no âmbito da Sociedade da Informação, que me seja também permitido realçar algum paralelismo entre a Declaração Final do Forum da Comunicação da CPLP e a Declaração Política dos ministros participantes na 5.^a Conferência Ministerial europeia sobre política de *mass media*, do Conselho da Europa (Grécia, Dezembro, 97), subordinada ao tema genérico «A Sociedade da Informação, um desafio para a Europa».

Os ministros afirmaram que qualquer intervenção no sentido de garantir o desenvolvimento da sociedade da informação deve «contribuir para promover a liberdade de expressão e de informação, a criação artística e as trocas entre as culturas, a educação e a participação dos indivíduos na vida pública, no respeito e ao serviço dos Direitos do Homem, dos valores democráticos e da coesão social»

Do que ficou dito parece-me resultar claro que o direito de autor é uma área chave no quadro da Sociedade da Informação e assim, especialmente no âmbito das Universidades, é imprescindível empreender estudos aprofundados sobre esta matéria com o intuito de avaliar a aptidão dos princípios que o enformam para enfrentar o desafio da globalização, desenvolver a criatividade e salvaguardar a identidade cultural.

*

Antes, porém, de vos apontar as *áreas prioritárias de investigação* em matéria de direito de autor quero, muito rapidamente, fazer algumas observações que me parecem fundamentais:

- a) Ainda que a digitalização conduza a transformar uma obra numa sequência de dados, é necessário não esquecer que, mesmo convertida em escrita digital, a obra não perde o seu estatuto e, portanto, a sua utilização, no todo ou em parte, é submetida ao direito de autor;
- b) A digitalização, enquanto tal, não tem efeitos sobre o direito de autor. Neste domínio apenas importa considerar as novas formas de exploração que a técnica da digitalização pode proporcionar num novo contexto económico. Em consequência, a difusão da obra já

transposta para o digital não requer autorização específica, desde que tal difusão siga os mesmos circuitos de comunicação. Em contrapartida, a difusão em rede é um novo modo de comunicação;

- c) É ainda conveniente lembrar, a propósito, que o acto de exploração não está ligado à iniciativa do utente; de facto, situa-se a montante, na iniciativa tomada pelo emissor, de pôr as obras à disposição dos seus clientes potenciais. É também conveniente assinalar que o facto de cada uma das pessoas ligadas à rede poder receber a obra em momento da sua escolha e não de maneira simultânea como no caso da radiodifusão, não é susceptível de destruir o carácter público da comunicação ele existe desde que esta comunicação possa tornar a obra acessível a um número indeterminado de pessoas;
- d) A liberdade individual de escolha do momento e do lugar de acesso à obra caracteriza a comunicação digital. Mas essa liberdade individual não transforma a transmissão digital em rede numa soma de comunicações individuais de que cada uma, tomada isoladamente, escaparia ao direito de autor em razão do seu carácter pretensamente privado.

No quadro da transmissão em linha, a distinção entre comunicação pública comunicação privada esbate-se dado o carácter massivo do número de transmissões em linha entre particulares. Por isso, poderá justificar-se que o direito de comunicação pública se aplique também a estas transmissões dado o impacto que elas terão sobre a exploração das obras;

- e) O uso da expressão «direito dos consumidores» quando se visa bens que não são comparáveis a qualquer outro tipo de mercadoria, parece de evitar por desadequada;
- f) Finalmente, «a noção de «público», indispensável à construção jurídica constitutiva do direito de autor, está a desfazer-se»¹.

Por um lado, ela atinge proporções desmesuradas em consequência da difusão por satélite e por cabo — os radiodifusores perante esta realidade perdem a noção de responsabilidade perante os autores; por outro lado, essa mesma noção de público dilui-se numa multidão de «consumidores» individuais que, ao abrigo da excepção clássica ao direito de reprodução — a cópia privada — se fornecem de exemplares de obras protegidas.

¹ Cfr. André Kéréver em «Le droit d'auteur est-il anachronique?», publicado na revista *Le Droit d'Auteur*, editada pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).

A relação quase pessoal autor / destinatários da obra, que fazia destes um verdadeiro público, foi substituída por uma relação de luta económica na base da qual se encontra o interesse do autor em explorar ao máximo a sua criação e o do público em lhe ter acesso a baixo custo.

«O que importa hoje não é já a protecção da obra enquanto tal nem a do respectivo autor, mas o destino económico do 'material' protegido. Pode-se dizer assim que o direito de autor se absorve no seu mercado.

Nesta nova concepção, o público é olhado como um conjunto de consumidores soberanos, titulares de direitos que nascem, a título independente, no seio da colectividade e não tanto como consequência da vontade do autor expressa no contracto celebrado com o editor.

À evolução desta noção corresponde o reforço do «interesse do público», no sentido de conjunto de consumidores, em detrimento do «interesse público» cujo sentido se ligava a defesa do espaço público e sustentava um sistema de protecção eficaz do património cultural.

Perante este panorama torna-se imprescindível um quadro legal adequado, à escala mundial, que assegure uma protecção eficaz e suficiente do direito de autor e dos direitos conexos e, ao mesmo tempo, garanta condições de rentabilidade financeira satisfatória aos investimentos realizados.

Tal quadro legal repousa em certos pressupostos,

- distinção entre informação - mensagens de conteúdo simples, imediato e elementar e dados funcionais e objectivos - e obras protegidas - resultado de um acto criativo e, na maior parte dos casos, objecto de elaboradas estratégias de produção e de difusão;
- reconhecimento do papel do direito de autor na definição de linhas directrizes adequadas ao desenvolvimento harmonioso da sociedade da informação;
- necessidade de conceder à cultura e criatividade um tratamento específico no contexto do mercado e da mundialização da economia, e deverá respeitar certos princípios fundamentais, já claramente afirmados em instâncias internacionais, susceptíveis de sustentar uma política comum capaz de satisfazer direitos fundados em tradições jurídicas e sensibilidades culturais diversas.

*

Feitas estas considerações de ordem genérica, é tempo de sugerir as seguintes áreas prioritárias de investigação:

1 – Evolução do direito de autor e dos direitos conexos no último decénio.

A lógica das intervenções legislativas – investimento / criação.

- a) Os instrumentos de base – A Convenção de Berna e a Convenção de Roma como matriz da legislação internacional.
- b) As Recomendações do Conselho da Europa – instrumentos regionais em áreas fundamentais: transmissão por satélite; cópia privada; pirataria; reprografia; protecção jurídica dos serviços de televisão; protecção dos direitos conexos.
- c) A harmonização europeia – conjunto de directivas comunitárias em várias áreas: programas de computador; direito de aluguer e comodato; radiodifusão por satélite e retransmissão por cabo; duração da protecção; protecção das bases de dados.

O conceito de protecção e as soluções realistas dos «acquis communautaires». Transposição das directivas aproveitando o espaço de liberdade concedido aos Estados membros para as adaptar às políticas culturais internas já definidas.

- d) O Acordo ADPIC no quadro da OMC – Defesa de um direito de autor de empresa; definição de direitos, determinação dos meios de os pôr em prática e do processo de regulação de diferendos.

Acompanhamento da nova negociação no quadro do GATS 2000 da OMC, a ter início no final deste ano.

- e) Os Tratados da OMPI- 1996. Redefinição dos direitos face às novas tecnologias. A qualificação jurídica da transmissão digital e a clarificação dos direitos aplicáveis. Âmbito do ‘direito de comunicação pública’.
- f) A directiva direito de autor na sociedade da informação (proposta de) – tradução europeia dos tratados da OMPI – A matéria das excepções ao direito exclusivo: suas tipologia e aplicação.
- g) A directiva sobre o comércio electrónico (proposta de) – as questões do direito aplicável e da responsabilidade dos fornecedores de acesso.

2 – Direito de autor e conexos e ‘convergência dos *media*’ no contexto digital.

- a) A situação provocada pela fusão dos *media* – O impacto no direito de autor.

Desmaterialização; fragmentação; individualização. Redefinição dos direitos de reprodução, de comunicação pública de radiodifusão, de distribuição.

A noção de 'público'.

- b) A noção de obra – condições de protecção; sua identidade no fluxo de informação. Critério da originalidade; protecção 'sui generis'; obra protegida, direitos individuais inerentes e liberdade de acesso a informação — equilíbrios.
- c) A questão da responsabilidade nos novos *media* – condições e consequências.
A posição dos utilizadores finais e a sua relação com os intermediários.
- d) A administração dos direitos – gestão colectiva / gestão individual: os equívocos. Disponibilização das obras e prestações ao público nas redes digitais; concessão de licenças; os acordos colectivos alargados.

As licenças legais e a erosão do conceito de direito de autor.

3 – Sistema do 'direito de autor'/ Sistema do 'Copyright'.

Uma questão transversal.

- a) As divergências de fundo – Direito comparado.
- b) Objectivos comuns e soluções de compromisso A dimensão económica inerente ao direito de autor; o direito de autor indissociável da existência de um mercado. A necessidade de se dotar de um sistema de promoção da criação, no qual o mecanismo de protecção das obras e prestações constitui uma peça essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA, Amadeu, *Informática e privacidade*, Vislis, Editores, 1999.

HUET, Pierre (dir.), *Le droit du multimedia*, Éditions AFTEL, 1996.

HUGON, Christine, *Le régime juridique de l'oeuvre audiovisuelle*, Éditions Litec, 1993.

LUCAS, André, *Droit d'auteur et numérique*, Editions Litec, 1998.

ROCHA, M. Lopes e MACEDO, Mário, *Direito no ciberespaço*, Cosmos, 1996.

REBELLO, Luiz Francisco, *Introdução ao direito de autor*, SPA / Dom Quixote, 1994.

REBELLO, Luiz Francisco, *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e legislação complementar*, Âncora Editora, 1998.

SAAVEDRA, Rui, *A protecção jurídica do software e a internet*, SPA / Dom Quixote, 1998.

STOWELL, Alam, *Droit d'auteur et copyright*, Éditions Bruylant, 1993.

ZHANG, Sh u, *De l'OMPI au GATT*, Editions Litec, 1994.

SERÁ A IMERSÃO INEVITÁVEL? SOBRE A CONVERGÊNCIA DE GÊNEROS NOS VIDEOJOGOS

JORGE MARTINS ROSA*

«Future is made of virtual insanity.»

JAMIROQUAI

Coloquem a pergunta a vós próprios. Qual é a palavra do momento? Qual a que parece definir com maior acerto – a precisão pode ficar para depois – os anos mais recentes? McLuhan falava da era eléctrica, mas isso foi há mais de 30 anos e o adjectivo entretanto trivializou-se; «electrónico» ameaça entrar no mesmo grau de banalização; «cyber» não saiu, nos países fora da influência anglo-saxónica, de um certo esoterismo. «Global» e «globalização» são bons candidatos, mas associamo-los demasiado ao campo da economia. «Convergência» está um pouco mais perto – afinal, é esse o tema deste colóquio. Sem deixar de tê-lo em conta, quero no entanto avançar com outro, mais comum mas nem por isso menos sugestivo, o de «virtual».

O dinheiro pode ser virtual, os candidatos políticos podem ser meramente virtuais, até mesmo as relações humanas ameaçam «virtualizar-se», para não falar no pavilhão de uma conhecida exposição mundial. Longe da ontologia e da óptica, o significado imediato ou denotativo do conceito, aquele que gera estes «significados segundos», provém hoje em dia de um campo semântico distinto, o das simulações e dos videojogos. Boa parte dos casos, é uma certa ideia de «realidade virtual» aquilo em que se pensa quando se imagina o paradigma do videojogo, o ideal de que todas as

* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

instâncias seriam uma aproximação. Logo de seguida, pensa-se no capacete, nos óculos e na luva, mesmo que esteja para breve um tempo em que poderemos dispensar qualquer dessas interfaces «arcaicas» e que, paradoxalmente, poucos sejam aqueles que as experimentaram de facto.

Bem vistas as coisas, «virtual» e «interface» estão numa relação de proporcionalidade inversa: atingir-se-á o virtual na sua plenitude no momento em que a interface se ocultar, naturalizando-se através de uma ligação imperceptível ao corpo. O filme *eXistenZ*, de David Cronenberg, onde essa ligação é ainda demasiado carnal – se não mesmo dolorosa –, seria apenas a antevisão de uma penúltima fase dessa evolução aparentemente irreversível. Se o que desperta o nosso interesse de investigação é a fase derradeira, mas nem mesmo a ficção parece conseguir avançar além da que a antecede, não nos é possível, ao menos por ora, descrever muito mais do que aquela que consideramos ser a antepenúltima fase desse mesmo processo, ainda não concretizada mas em vias de sê-lo: a da convergência dos géneros.

Ponham-se de lado, ao menos por enquanto, as luvas e os óculos. Ponha-se ainda de lado a possibilidade de prescindir de um ecrã e de outros dispositivos como o teclado, o *joystick* e o rato. É com eles que ainda temos de contar. Na ausência de avanços significativos no *hardware* e nos periféricos, vejamos antes qual a tendência evolutiva no *software*. Não será contudo possível fazê-lo sem um esclarecimento quanto ao próprio conceito de «género», ou pelo menos quanto à sua aplicabilidade neste campo específico dos videojogos.

Ainda que o conceito seja mais conhecido no campo dos estudos literários e fílmicos, basta verificar o quanto a classificação dos videojogos é uma prática generalizada e mesmo imprescindível, seja por parte das editoras que comercializam os títulos seja por parte das revistas da especialidade que os analisam e recomendam aos consumidores. A haver um distanciamento crítico relativamente a tal prática de classificação, ele poderá justificar-se pela ausência de uniformidade – de critério e, por consequência, dos próprios géneros –, não pela prática em si. Não admira por isso que as tentativas de atribuir alguma objectividade a esta taxinomia (ao menos as que foram por nós recenseadas) partam das classificações existentes e procurem melhorá-las, em vez de construírem um sistema classificativo a partir do zero.

Não perderemos tempo a explicar ao pormenor aquelas que se mostraram como mais coerentes, mas nem por isso devemos deixar de enunciá-las, assinalando além disso a lógica que lhes subjaz. Num dos casos, o da proposta de David Myers, encontramos seis grandes géneros de jogos – os de *arcade* ou acção, os de aventura, os de simulação, os de *role-play*, os *wargames* e os de estratégia –, cada um deles recorrendo a diferentes materiais textuais e estruturas de intriga, mas – é este o elemento mais

relevante – apresentando uma progressão no modo como interagem com o jogador. Assim, nos *arcades* e nos jogos de aventura interpela-se o jogador através do recurso às capacidades ¹ de descoberta e de aprendizagem, nas simulações e nos *role-play* acrescenta-se a estas a manipulação, e nos dois géneros mais complexos a possibilidade de fazer do jogo uma espécie de máquina de teste ². Por haver uma base comum a todos os géneros (a descoberta e a aprendizagem), estaria confirmada a possibilidade de híbridos, bastando (pelo menos em teoria) temperar esta base com as outras variáveis (manipulação e teste).

Ainda que tal vá ao encontro daquilo que procuramos defender nesta comunicação, a questão não é assim tão simples. Antes de mais porque não basta adicionar uns «pozinhos» de estratégia a um jogo de acção para que o resultado funcione (aliás, a tendência aponta para que tal se processe no sentido inverso, o que não é de todo irrelevante), mas acima de tudo porque o verdadeiro princípio organizador (e unificador) dos géneros é, segundo David Myers, um outro. Subjacente à hierarquia anteriormente enunciada, estaria um *continuum* de complexidade crescente de informação (ou melhor, da forma como esta se encontra organizada), aquilo a que Myers chama «probabilidades objecto-evento». Por outras palavras, nos graus mais baixos teríamos sistemas com uma quantidade relativamente reduzida de informação, daí resultando capacidades de interacção limitadas (mesmo que seja aí que se encontram os géneros mais populares ³), subindo também o grau de complexidade e a quantidade de variáveis presentes à medida que subimos na hierarquia. O grau de interacção seria assim potencialmente muito maior, mesmo que – e agora somos nós que acrescentamos – as limitações técnicas (a começar pela velocidade de processamento) tenham até há muito pouco travado a presença nestes jogos de interfaces como as que associamos à realidade virtual. A superação destas limitações técnicas permitiria então ter, muito em breve, jogos que possuem simultaneamente a complexidade dos de estratégia e o apelo à resposta em «tempo real» dos de *arcade*.

¹ Traduziremos assim o termo inglês «*ability*».

² Indo afinal ao encontro de uma das características fundamentais do próprio computador, isto é, a de nele podermos testar diferentes relações entre variáveis, possibilidade essa que muitas vezes nos é vedada na vida real, seja por motivos físicos praticamente incontornáveis (simular diferentes valores de gravidade, por exemplo), seja por motivos económicos (como ensaiar repetidos choques de automóveis segundo diferentes velocidades e ângulos de embate).

³ Ainda que correndo o risco de ser demasiado escolástico, talvez faça sentido distinguir «interacção» de «interactividade». Os jogos de *arcade* podem ser muito mais limitados nas capacidades de interacção, mas – e é em boa parte por isso que são os campeões de vendas – a sua interactividade é por enquanto muito maior. A isso não será alheio o «tempo real» em que a acção decorre.

Apesar de o percurso descritivo e argumentativo ser diferente (porventura menos rebuscado) no caso da outra classificação que iremos apresentar – a de Alain e Frédéric le Diberder –, as conclusões que esta última autoriza são similares, apontando mais uma vez para a «realidade virtual» como ponto de fuga de todos os géneros. O que não é assim tão óbvio quando se tem em conta a metáfora geográfica em que assenta a classificação em causa. Com efeito, os le Diberder servem-se da imagem de três ilhas para dividir os géneros de videojogos em outras tantas grandes categorias: 1) as *adaptações*, que agrupam os jogos de raciocínio, os de sociedade e os de aventura (este último o único verdadeiramente característico do *medium* computador); 2) os *simuladores*, sejam eles de desporto, de meios de transporte (civis ou militares) ou de sistemas complexos e 3) os *arcades*, onde cabem os jogos de destreza e velocidade, os de reflexos, os *shoot them up*, os *beat them all* e os de plataformas. Se a primeira ilha é a menos característica, pois nela encontram-se essencialmente jogos anteriores ao aparecimento dos computadores que com ele pouco mais ganharam além de um novo «suporte»⁴, já as outras duas devem a sua existência a este «tecno-artefacto». Entre elas, é difícil escolher qual a que mais se adequa: os simuladores dependem da capacidade de processamento para reproduzir a interacção de um grande número de variáveis em tempo real; os *arcades*, ainda que exigindo em teoria menos capacidades aritméticas, exploram ao máximo as possibilidades gráficas, sonoras e, acima de tudo, de interactividade com o jogador (ao menos ao nível dos seus reflexos).

Se falamos de ilhas, podemos naturalmente falar de pontes entre elas, o que só por si autorizaria a referência a híbridos entre estas duas grandes categorias. Mas isso é muito pouco para justificar o híbrido como a grande tendência dos videojogos. Mais adequado será afastarmo-nos um pouco da metáfora geográfica e ver estas duas grandes categorias como as representantes dos dois grandes tipos de experiência possibilitados pelo computador, e em particular pelos videojogos: num dos casos a simulação, como indica o próprio nome da categoria, no outro – os *arcades* – a experiência de uma progressão, na maior parte dos casos espacial⁵. Ora, vistos

⁴ Ressalvem-se mais uma vez os jogos de aventura que, ainda que nascidos das aventuras de tabuleiro, encontraram no computador o meio ideal para crescerem em complexidade e interactividade.

⁵ Na dissertação de mestrado que defendi, intitulada *No reino da ilusão: A experiência lúdica das novas tecnologias*, procuro alegar que simulação e progressão estão englobados numa experiência ainda mais fundamental: a da representação de personagens e situações que não as da nossa vida quotidiana. Para o que nos interessa nesta comunicação, podemos dispensar este último passo, mesmo que ele confirme a possibilidade (mas não a inevitabilidade) de articulação e de convergência entre os diferentes géneros.

assim, os géneros deixam de ser encarados como pontos num plano geométrico (ocupando cada um as suas coordenadas), passando a ser tomados como algo que concretiza diferentes possibilidades inscritas na própria estrutura dos videojogos, possibilidades essas que se apresentam como complementares e não como concorrentes.

A aparente impossibilidade de ter ambas as características teria até aqui sido resultado de condicionantes técnicas. Assim como, ao disparar uma máquina fotográfica, é necessário constantemente optar entre o tempo de exposição, a abertura do diafragma e a profundidade de campo, não havendo fisicamente a possibilidade de uma «fotografia total» em que todos os pormenores estejam perfeitamente focados, também os jogos têm estado limitados pelas diferentes capacidades associadas ao computador (de armazenagem, de velocidade, etc.). A diferença: aquilo que na fotografia é inevitável parece cada vez mais estar a concretizar-se nos videojogos à medida que essas barreiras técnicas têm sido superadas. Jogos como o famoso *Tomb Raider*, apenas para referir um que teve suficiente divulgação mediática, são um primeiro passo a caminho dessa combinação entre estratégia, acção, aventura e o que mais couber no espaço de um CD ou de um disco rígido. Contingência ou necessidade, não pode deixar de ser assinalado o facto de esse «jogo total» (para retomar o adjectivo usado há pouco) corresponder ao que comumente definimos como realidade virtual.

Próximos que estamos da antepenúltima fase, que dizer então da penúltima, aquela que *eXistenZ* ou *Matrix* anunciam? Enfraquecida a possibilidade de uma análise fria e objectiva, resta-nos uma hipótese, misto de perplexidade e intuição. E o que nos diz esta hipótese é que, tanto na origem quanto no limite da evolução técnica – os videojogos nem sequer são exemplo exclusivo –, encontramos aquilo que nos é mais íntimo: o corpo. Seria esse, afinal, o verdadeiro «motor» da(s) convergência(s). Convergência de órgãos e respectivas próteses ou extensões, convergência da própria tecnologia, possibilitada pela codificação digital, convergência ainda das diferentes capacidades motoras e mentais presentes nos diversos géneros de videojogos. No limiar de todas estas convergências, uma realidade de substituição que, por ser virtual, arriscamos definir como «mais-do-que-perfeita». Mas não será a própria imperfeição aquilo que nos faz preferir a boa velha realidade real?

Comunicação e Sociedade

" (...) Numa sociedade que procura a sua identidade numa entrega cada vez mais obsessiva ao paradigma comunicacional, o itinerário que traçamos é o de responder o melhor que pudermos à inquietação de sabermos o que é que se passa hoje entre nós, nas conversas diárias, nos gestos da convivialidade, na projecção colectiva de espaços, imagens e figuras, nas formas de vestir, ornamentar e modelar os corpos, nas narrativas míticas que os media não se cansam de ampliar, nas interações formais e informais dos contextos organizacionais, na multiplicidade dos entrançados de redes de informação movidas pela electrónica e pela informática, enfim, nas sinalizações das ruas, casas, praças e jardins.

Firmamos entretanto um compromisso com a crítica dialógica nos vários níveis de comunicação em que situamos as nossas preocupações (...), agindo em favor de uma comunicação essencial, múltipla, irreduzível e comunitária, desalojando dos seus nichos a comunicação pontual, funcional, potente e performante."